UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Cecília Cruz Vecina

**As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP)
e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF:
a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas**

Versão Corrigida

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Cecília Cruz Vecina

**As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP)
e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF:
a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo.

De acordo: _____

Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo
15 de setembro de 2018

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V396 Vecina, Cecilia Cruz
Vecc As comunidade quilombolas em Eldorado (Vale do
Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo
PRONAF: a relação entre a expropriação e a
autonomização das categorias sociais capitalistas /
Cecilia Cruz Vecina ; orientador Carlos de Almeida
Toledo. - São Paulo, 2018.
280 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. comunidade quilombola. 2. expropriação. 3.
autonomização categorial. 4. PRONAF. 5. capital
fictício. I. Toledo, Carlos de Almeida , orient. II.
Título.

RESUMO

A dissertação aqui apresentada teve por finalidade principal problematizar o processo de formação das categorias sociais capitalistas terra, trabalho e capital e seus consequentes processos de *autonomização* (MARX, 1985) na particularidade do Vale do Ribeira/SP, com especial atenção às comunidades “remanescentes quilombolas” localizadas nas cidades de Eldorado/SP e Iporanga/SP. Para tanto, em um primeiro momento, a fim de problematizar o processo de **formação e transformação** dessas categorias ao longo dos séculos XIX e XX, nos apoiamos nos relatos obtidos em trabalhos de campo junto à comunidade de São Pedro (Eldorado/SP) e os presentes nos Relatórios Técnicos Científicos realizados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), bem como em trabalhos acadêmicos com os quais debatemos nesta dissertação (PETRONE, 1966, R. QUEIROZ, 2006). Após isso, nos detemos no fim do século XX e início do XXI, momento em que são delimitadas as reservas ambientais que restringiam a possibilidade do uso do solo pelos agricultores; seguido, *aparentemente*, na contramão desse processo, pelo reconhecimento das comunidades como “remanescentes quilombolas” e sua atual reprodução pelo acesso ao crédito PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), voltado para a produção. Neste segundo momento, problematizamos o que é hoje entendido – diferentemente por cada autor – como momento de “dominância financeira” (PAULANI), “financeirização” (HARVEY, 2014) ou “dessubstancialização do capital” (KURZ, 1995 e SCHOLZ, 2004), a partir de uma pesquisa de campo detida na atual reprodução dos agricultores “quilombolas”, somada a entrevistas junto aos representantes do Estado (funcionários da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI –, ITESP e da Secretaria da Agricultura do Município de Eldorado/SP) e da instituição financeira Banco do Brasil (principalmente das agências localizadas nas cidades de Jacupiranga, Pariquera-Açu e Registro) – responsáveis, estes últimos (funcionários e agentes financeiros), pela articulação entre os recursos liberados para o programa e os agricultores. Vale por fim destacar que partiu-se do pressuposto de que nada está dado de forma absoluta: intentamos desnaturalizar o trabalho, a terra e o capital, entendendo-os como formados historicamente. A particularidade, seu conteúdo, no caso em questão, as relações sociais na hoje compreendida como comunidade de São Pedro, foram assim discutidas como *não generalizáveis*, não dedutíveis de *conteúdo* referencial, e, simultaneamente, não apartadas da totalidade: tentamos (e sabemos que sempre de maneira insuficiente) manter a tensão entre o particular e a totalidade, um permanente questionamento, o que também devemos tributo à Roswitha Scholz (2005) e sua crítica teórica do valor-dissociação como forma de ser da relação social capitalista.

Palavras-chave: comunidade quilombola; expropriação; autonomização categorial; PRONAF; capital fictício.

ABSTRACT

The main objective of this Master thesis was to problematize the formation process of capitalist' social categories land, labor and capital and its consequent processes of autonomization (MARX, 1985), in the particularity of Ribeira's Valley/ SP, with special attention to the remnant quilombolas' communities sited in the cities of Eldorado/ SP and Iporanga/ SP. Initially, in order to problematize the process of formation and transformation of these categories throughout the 19th and 20th centuries, we have leaned on the reports obtained through fieldworks in São Pedro's community (Eldorado/ SP), as well as on those found in the Technical Scientific Reports carried out by the Institute of Lands of the State of São Paulo Foundation (ITESP), among other academic works which we have debated with (PETRONE, 1966, R. QUEIROZ, 2006). For then we have reflected at the end of the 20th century and the beginning of the 21st, when the environmental reserves that have restricted the possibility of land use by farmers are delimited; this moment is followed, apparently in the opposite direction of this process, by the recognition of the communities as "remnants of quilombolas" and their current reproduction by the access to PRONAF (National Program for Strengthening Family Farming), focused on production. In this second moment, starting from the field surveys that were focused on the current reproduction of quilombola farmers, we have problematized what is now understood, in a different way by each author, as a moment of "financial dominance" (PAULANI), "financialization" (HARVEY, 2014) or "desubstantialisation of capital" (KURZ, 1995 and SCHOLZ, 2004); together with interviews made with the State's representatives – officials from the Coordination of Integral Technical Assistance (CATI), ITESP and the Secretariat of Agriculture of Eldorado's county, SP–, as well as with Bank of Brazil (mainly the branches sited in the cities of Jacupiranga, Pariquera-Açu and Registro), these last ones responsible (employees and financial agents) for the articulation between the resources released to the program and the farmers. At last, it is important to emphasise that we are based of the assumption that nothing is given in an absolute way: we intent to criticize the naturalization of work, land and capital, understanding them as historically formed. The particularity, its content, in the present case the social relations in today's São Pedro's community, were thus discussed as non generalizable, non deductible of referential content, and simultaneously, not segregated from the totality: we try (aware of its insufficiency) to maintain the tension between the particular and the totality, a permanent questioning, which we should also pay tribute to Roswitha Scholz (2005) and her theoretical critique of value-dissociation, as the form of capitalist social relation on its own.

Keywords: quilombolas communities; expropriation; categorial autonomization; PRONAF; fictitious capital.

Agradecimentos

Acho que a dificuldade em escrever os agradecimentos de um trabalho que durou três anos, no qual tanto me envolvi, é, por um lado, o receio de não fazer jus à presença e importância que cada um teve e, por outro, encontrar uma forma que não pareça um programa de auditório da década de 1980 (em que, ao final, a apresentadora pegava alguém da plateia e perguntava: “quer mandar um beijo para quem?”). Brincadeiras a parte, escolhi pelas frases curtas e enigmáticas.

Assim, agradeço, obviamente, à comunidade de São Pedro, por me permitir “entrar” e também por me “barrar”, por me instigar a querer entender os silêncios, mas também por permitir que eu fugisse para dentro de suas casas – pois, apesar de todos os incômodos que eu tinha em ser este “um” que pesquisa o “outro”, muitas das vezes o Vale do Ribeira era para onde eu ia para me esconder.

Agradeço ao Fred e à Helô, por me acolherem em sua casa e possibilitarem que o turbilhão que ocorria dentro da minha cabeça se acalmasse. **MUITO** obrigada.

Ao grupo de sexta e aos doidos que me acompanharem em campo, como o FÁ, o Pedrão, o Carlão e a Mari. Esta última, merece um abraço daqueles, pois me acompanhou no campo mais produtivo que eu poderia inventar (e olha que produtivo não é palavra de bom tom em nosso meio).

Ao Cássio, presente na banca de qualificação, com sua leitura atenta que me ajudou a pensar os próximos passos e me encorajou a tomar fôlego. E ao Carlos, que com seus comentários sobre o texto ou sobre os trabalhos de campo, me confundia tanto que eu sempre me sentia como no meio de um tsunami, o que era estranhamente muito bom.

A **TODOS** os amigos, que sabem o quanto foram importantes para que eu tivesse fôlego para empurrar estas letrinhas, no cansaço e nas cervejas, valeu muito. E à Mah, especialmente, que me ajudou na tradução para o inglês e que se mudou para São Paulo (ter você morando aqui do ladinho foi bem importante).

Ao meu pai, por me tirar de dentro da minha cabeça e me levar para comer, para ouvir música, me cutucar e me descontraír falando amenidades ou me colocando a par das últimas notícias. À Patrícia, por sua atenção e carinho transbordantes. À minha irmã, que além de ser A irmã, me entende como ninguém, dá o melhor colo e é e foi uma parceira (sem a qual este trabalho não teria saído) para enfrentar e lidar com os percalços que tivemos e tive, especialmente nestes três anos.

Ao Fabinho, pela parceria amorosa, pelas discussões teóricas, pelas correções de texto, por me ajudar a segurar as barras da vida, por me fazer rir, por insistir em me cuidar e por me amar tanto e por me deixar amar. Um parceiro daqueles, que nem caubói de faroeste tem igual.

E à minha mãe, que na sua ausência presente, esteve sempre comigo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) que ofereceu, durante os meus três anos de pesquisa, uma bolsa de dois anos.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	p. 10
 <i>Primeiro Capítulo</i>	
<i>Formação da Região</i>	p. 18
 <i>Introdução</i>	p. 19
 <i>História de fuga de Bernardo Furquim</i> <i>Tateando o “tempo dos antigos”</i>	p. 22
 <i>Segundo Capítulo</i>	
<i>Do regional para o território nacional</i>	p. 60
 <i>Introdução</i>	p. 61
 <i>O armazém e a comunidade de São Pedro</i>	p. 62
 <i>Terceiro Capítulo</i>	
<i>De força de trabalho a gestor da produção</i>	p. 107
 <i>Introdução</i>	p. 108
 <i>A questão ambiental e</i> <i>a formação da identidade tradicional</i>	p. 112
 <i>O trabalho de campo</i>	p. 136
 <i>O Pronaf</i> <i>e as “vocações” do Vale do Ribeira/SP</i>	p. 141
 <i>A alavancagem</i>	p. 149
 <i>O aval solidário</i>	p. 161
 <i>Formalizando a “vocação”</i>	p. 169
 <i>O contrato financeiro</i>	p. 194
 <i>“O banco tem que ganhar”</i>	p. 217
 <i>Capital fictício e</i> <i>reprodução social</i>	p. 235
 <i>Consideração Finais</i>	p. 250
 <i>Referências Bibliográficas</i>	p. 255

<i>Anexos</i>	<i>p. 264</i>
<i>Anexo A – Projeto Técnico elaborado pelo ITESP para crédito de R\$ 2.498,00 01 de novembro de 2013.....</i>	<i>p. 265</i>
<i>Anexo B – Projeto Técnico elaborado pelo ITESP para crédito de R\$ 6.000 06 de julho de 2007</i>	<i>p. 269</i>
<i>Anexo C – Projeto Técnico elaborado pela CATI para crédito de R\$ 19.800 18 de outubro de 2011</i>	<i>p. 274</i>
<i>Anexo D – Contrato Financeiro elaborado pelo Banco do Brasil 28 de novembro de 2008</i>	<i>p. 278</i>

Lista de Figuras

<i>Figura 1</i> - Localização do Vale do Ribeira entre os estados de São Paulo e Paraná e das comunidades reconhecidas como “remanescentes quilombolas” presentes nas cidades de Eldorado/SP e Iporanga/SP.....	<i>p. 13</i>
<i>Figura 2</i> – Localização aproximada da comunidade de São Pedro em relação às cidades do Vale do Ribeira/SP de Eldorado, Jacupiranga, Pariquera-Açu e Registro.....	<i>p. 14</i>
<i>Figura 3</i> – Distribuição parcial das fazendas de escravos e negros livres moradores na região de Xiririca e Iporanga na metade do século XIX.....	<i>p. 46</i>
<i>Figura 4</i> – Baixada do Ribeira 1930	<i>p. 59</i>

Lista de Mapas

<i>Mapa 1</i> – Atual configuração das Unidades de Conservação e as Comunidades remanescentes quilombolas no Vale do Ribeira/SP.	<i>p. 118</i>
---	---------------

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1</i> – Taxas percentuais de juros cobradas nas diversas linhas de crédito PRONAF (2004-2012).....	<i>p. 144</i>
<i>Tabela 2</i> – Cálculos dos encargos financeiros quando adimplente segundo agente César.....	<i>p. 197</i>
<i>Tabela 3</i> – Cenário Fictício: produção pupunha a partir do Projeto “C”-PRONAF, com base no relato de Arnaldo, com custo de reprodução familiar zero.....	<i>p. 210</i>
<i>Tabela 4</i> – Total de despesas até o primeiro corte com a implantação da lavoura de pupunha do agricultor Inácio, abril de 2009	<i>p. 213</i>
<i>Tabela 5</i> – Reinvestimentos de Inácio na lavoura de pupunha, 2011	<i>p. 215</i>
<i>Tabela 6</i> – Simulação do custo da equalização para um financiamento do Pronaf Investimento no valor de R\$20mil (em R\$)	<i>p. 233</i>

Lista de Gráficos

<i>Gráfico 1</i> – Evolução do volume de empréstimos do Pronaf crédito nas modalidades de custeio e investimento e número anual de contratos no Brasil: 1995-2012	<i>p. 222</i>
<i>Gráfico 2</i> – Evolução dos recursos disponibilizados pelo crédito rural oficial no Brasil. Comparação entre o Pronaf e as linhas de crédito voltadas à agricultura Patronal.....	<i>p. 223</i>
<i>Gráfico 3</i> – Participação percentual no Pronaf das fontes de recurso que alimentam o programa (1995-2012)	<i>p. 229</i>

Gráfico 4 – Empréstimos Pronaf concedidos por bancos e cooperativas que operam com o programa (2000-2012) (em R\$) *p. 232*

Gráfico 5 – Transferência do Tesouro a título de equalização dos juros e pagamentos pelo custo operacional dos empréstimos dos bancos envolvidos no Pronaf (1997-2012) – (em R\$) (em milhões) *p. 235*

Apresentação

Havia alguns caminhos para começarmos esta apresentação. O que mais nos agrada tem como norte nossos *incômodos quando em trabalho de campo*, tidos ao longo dos oito anos como aluna de graduação em geografia (saídas que hoje encontram-se cada vez mais sucateadas pela atual política universitária), que nos permitiram encontros de poucos, poderíamos dizer, esclarecimentos, mas que gestaram necessários constrangimentos: por chegarmos em um ônibus, como gafanhotos, na expectativa de que “apreenderíamos a realidade”, e assim entrávamos e saíamos do cotidiano daquelas casas (será que acessávamos seus cotidianos?), perguntando e questionando; mas necessários, que nos levavam a querer estar, a pensar, em nosso caso, o que significava, sendo mulher, branca, da classe média e universitária, o “entrar” na vida de um outro/outra.

Questionamentos que não fazíamos sozinhos, obviamente, mas que nos juntávamos, pouco a pouco, a tantos outros alunos e alunas da graduação e da pós, que conhecemos e que nos permitiram que os incômodos, que quase beiravam a uma paralisação do corpo, fossem levados aos trabalhos de campo e discutidos em grupo. Assim, quando entramos na pós, a nossa presença nos trabalhos de campo de alguns colegas, e a deles em nossas idas ao Vale do Ribeira/SP (pois sim, foi este o “recorte espacial” que escolhemos estudar, se assim o leitor quiser chamar), foram fundamentais para repensar nossos pressupostos, digerir os silêncios dos “entrevistados”, refletir sobre nossas presenças, continuar nos incomodando, e, por fim, não fazer deste processo (que na geografia da USP ainda dura três anos) um momento solitário, mas sim, minimamente de reflexão crítica coletiva feita corpo a corpo.

Desta forma, seja nas idas junto ao campo, nas conversas nos encontros de estudos (e nos referimos, principalmente, ao grupo de sexta de manhã no LABUR – Laboratório de Geografia Urbana, FFLCH/USP –, de leitura, orgulhosamente feitas quase em marcha ré, de textos de crítica do valor-dissociação, principalmente de Roswitha Scholz e Robert Kurz)¹, ou ainda na casa de Frederico e Heloísa em Eldorado/SP (quando chegávamos no início da noite – principalmente vindos da comunidade de São Pedro na área rural dessa cidade, do Banco do Brasil em Jacupiranga ou mesmo do encontro com técnicos agrícolas² –, perplexos frente a tantas informações e, principalmente, hesitações), pouco a pouco esta dissertação foi sendo

¹ Além das produções realizadas por seus próprios integrantes, das quais utilizamos nesta dissertação as de: Toledo (2008), Boechat (2013), Leite (2014), Pitta (2016), Heidemann (*et al.*, 2014) e Kluck (2016).

² Funcionários da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), do ITESP (Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e da Secretaria da Agricultura do município, todos com sede em Eldorado/SP.

escrita. Um processo de estudo, no qual, muitas vezes, devido à sua forma, apagou nossos principais constrangimentos, inclusive por se enquadrar nos critérios exigidos pela produtividade acadêmica.

Tendo o dito acima, não podemos deixar de salientar que, se por nosso lado, a paralisação vinha junto às desculpas de necessidades de estudos em gabinete, que eram a todo tempo questionadas pelo grupo de estudos; por outro, os “pesquisados” (os agricultores “remanescentes quilombolas”), por sua vez, tinham seus próprios receios: não era de hoje que nas comunidades já reconhecidas, ou ainda por reconhecer, como “remanescentes quilombolas”, chegavam pesquisadores e funcionários do Estado, a entrar e sair de suas casas. Frente às suas desconfianças, que defendemos que sempre devam existir, apresentávamos a eles nossos limites: como pesquisadores que tinham na pós-graduação o trabalho principal (e, conseqüentemente, única fonte de renda); moradores em outro município do que o deles; e de verba e tempo restritos. Assim, sempre com a sensação de estarmos pisando em ovos, fomos pouco a pouco nos sentindo a vontade em algumas casas e entendemos porque em outras ficávamos parados à soleira da porta.

Todos estes encontros nos colocavam em questão, renovando nossas incertezas e explicitaram o quão limitado é o recorte proposto em um projeto. Temos clareza que se tivéssemos seguido estritamente o que havíamos proposto ao início da pesquisa, não só os três anos envolvidos nessa teriam sido enfadonhos, como, e principalmente, este texto seria apenas um copilado de dados numéricos sobre o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – nosso “outro” “objeto” de estudo).

Assim, se iniciamos este texto quase como uma ante-apresentação, o fazemos também como forma de crítica ao positivismo ainda tão recorrente na academia, que compreende a realidade como um objeto a ser apreendido pelos sujeitos sob posse de seus respectivos arsenais teóricos. E por isso, não faremos um capítulo sobre nossos “referenciais teóricos metodológicos”, por compreendermos que tal se enquadraria ao um fazer dedutivista, sintoma de um processo social que se põe como linear, apagando que sua própria realização se dá, em realidade, contraditoriamente. Partimos, assim, do “ante-referencial”, que qualquer caracterização, classificação ou identificação repõe o fetiche de sujeito que apreende, analisa e, por fim, sintetiza o “objeto” e para ele planeja.

Porém, se por um lado, criticamos indiretamente tantos trabalhos que, por sua vez, iniciaram seus textos com capítulos teóricos, por outro, salientamos – aqui compartilhando das conversas que tivemos com Mariana Barcellini (2017), companheira de campo e de estudos – que nossa intenção não é de, a partir dessa crítica, nos colocarmos como referência,

mas sim, buscarmos constantemente questionar a nós mesmos e o processo do qual fazemos parte, compreendendo o “ser sujeito” como um “sintoma” sem cura à vista. Isto é, não reservamos a nós o momento do “esclarecimento”, mas sim o da dúvida, principalmente quando nos deparamos com argumentos expostos com muita certeza.

Desta forma, se há um pressuposto teórico em nosso trabalho é o da crítica ao valor como fim em si do capitalismo; ao trabalho como mediação social, sendo o do pesquisador o primeiro a ser problematizado, que dentro de sua compreensão fetichista de sujeito, se acredita “tradutor” da realidade (e aqui, obviamente, nos inserimos na crítica); e das relações dissociadas do processo de valorização (e a questão da descendência escrava negra é, para o caso por nos estudado, central) (SCHOLZ, 2004). Estes pressupostos serão apresentados aos poucos, no decorrer dos capítulos, não de assalto ou num item condensado, mas na medida em que o trabalho de campo e as formulações teóricas que observaram processos semelhantes, mas nunca idênticos aos nossos, nos puseram a refletir.

Mas não se preocupe leitor, pois sim, vamos ao menos apresentar aqui nosso percurso na pesquisa e o “objetivo principal” de cada capítulo. Começaremos pelo o que é mais, aparentemente, objetivo: a localização do “objeto” no “espaço”. A **figura 1** apresenta a região do Vale do Ribeira (entre os estados de São Paulo e Paraná), a comunidade “remanescente quilombola” de São Pedro (localizada na cidade de Eldorado/SP e na qual realizamos a maior parte de nossos trabalhos de campo), as vizinhas a esta e as estradas de acesso: a BR 116, pela qual percorremos o trecho entre São Paulo e Jacupiranga (cidade vizinha a Eldorado); a SP 165, que conecta a cidade de Eldorado a muitas das comunidades do entorno e também à balsa que cruza o Rio Ribeira, dando acesso a estrada de terra que tem fim na comunidade de São Pedro.

Figura 1 – Localização do Vale do Ribeira entre os estados de São Paulo e Paraná e das comunidades reconhecidas como “remanescentes quilombolas” presentes nas cidades de Eldorado/SP e Iporanga/SP.

Fonte: MUNARI, 2009, p.59; Editado por: Cecília C. Vecina

Na **figura 2**, por sua vez, assinalamos a localização aproximada da comunidade de São Pedro a fim de referenciá-la em relação as cidades de Eldorado, Jacupiranga, Pariquera-Açu e Registro. Cidades estas três últimas, em que estão localizadas as agências do Banco do Brasil responsáveis por liberar, aos agricultores quilombolas das comunidades presentes na **figura 1**, o acesso ao crédito proveniente do Pronaf, um dos objetivos centrais de nosso terceiro capítulo.

Figura 2 – Localização aproximada da comunidade de São Pedro em relação às cidades de Eldorado, Jacupiranga, Pariquera-Açu e Registro.

Fonte: Google Maps

Tendo localizado o leitor minimamente quanto ao “objeto” dessa dissertação, vale destacar que o estudo aqui proposto foi sendo pouco a pouco alargado: se em um primeiro momento tínhamos como intenção o estudo da reprodução da comunidade a partir da obtenção do crédito Pronaf; a partir dos trabalhos de campo, nossos interesses foram se voltando para um recorte temporal mais abrangente, com foco no processo de formação da própria comunidade e sua relação com o contexto regional. Salientamos também que, se por um lado, foram as conversas que tivemos com alguns moradores e suas histórias de vida que fizeram nossa pesquisa mudar de rumo, em partes, por outro lado, foram também os questionamentos da literatura sobre o Vale do Ribeira/SP e as compreensões que tinham quanto ao processo de formação deste que nos impulsionaram a debatê-las.

Para tanto, realizamos um estudo sobre o histórico de formação das relações sociais como constituição do capitalismo no Vale do Ribeira/SP, tendo por base o conceito de *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al.*, 2014), o qual compreende “a transformação dos padrões territoriais” como resultado de um “processo de formação das relações de trabalho, tanto pelo uso de violência extraeconômica quanto de econômica” (*idem*, p.55-56). Porém, se nos referimos a este conceito como “base” para nossa pesquisa, o

escolhemos não por nos dar respostas objetivas sobre o que encontraríamos em campo, mas sim, por colocar no centro a violência como meio para que as “formações territoriais” se constituam.

Parte-se assim do pressuposto que nada está dado: desnaturaliza-se o trabalho, a terra e o capital, entendendo-os como formados historicamente. A particularidade, seu conteúdo, no caso em questão as relações sociais na hoje compreendida como comunidade de São Pedro, foram assim discutidas como *não generalizáveis*, não dedutíveis de *conteúdo* referencial, e, simultaneamente, não apartadas da totalidade: tentamos (e sabemos que sempre de maneira insuficiente) manter a tensão entre o particular e a totalidade, o permanente questionamento, o que devemos tributo à Roswitha Scholz (2005) e sua crítica teórica do valor-dissociação:

“materializar e dedicar-se à realidade, ao conteúdo (não generalizável); de outro modo, esta abordagem [do valor-dissociação] manter-se-á ela própria tautológica e corre o perigo de, ao mesmo tempo, se esgotar num zoológico parir de classificações. [...] Aqui, o que faz falta é uma abordagem mais sistêmica [...] sem no entanto prescindir do respectivo conceito, e sem inversamente o afogar de modo simplesmente abstrato nas ‘diferenças’. A tensão entre o conceito e a diferenciação tem de ser suportada sem por outro lado se hipostasiar esta tensão.”

Assim, se por um lado, nos voltamos às discussões quanto ao processo de formação das categorias sociais capitalistas na comunidade de São Pedro e as transformações na reprodução destes sujeitos – buscando respaldo, principalmente, nos relatos de moradores daquela e nos Relatórios Técnicos Científicos elaborados pelo ITESP³ (produzidos, principalmente, nos fins da década de 1990 e início de 2000 para obtenção por parte desta comunidade do título da terra como “território quilombola”); por outro, este caminho teve como ponto de chegada a reprodução atual desses sujeitos e, para tanto, nos deparamos com o processo de financeirização dos agricultores e o debate sobre este conforme travados por David Harvey (2013 e 2014), Leda Paulani (2009a, 2009b e 2010), Roswitha Scholz (2004 e 2016) e Robert Kurz (1995).

Caminhamos, desta forma, desde a formação e transformação do trabalho enquanto momento da imposição violenta da produção do capital na comunidade à beira do Rio Ribeira (com atenção também às dinâmicas que abrangiam, principalmente, as cidades de Registro, Eldorado e Iporanga), até o processo atual de financeirização pelo qual passam os agricultores “quilombolas” através do acesso ao crédito Pronaf para produção.

Apresentados os preâmbulos acima, tivemos como questão norteadora a problematização do que foi e do como pode ser hoje compreendido o **processo de**

³ ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

expropriação, em suas transformações ao longo do percurso histórico acima destacado; e aqui voltamos ao trabalho de Heideman (*et al*, 2014) para compreendemos este processo não somente como sinônimo de perda de acesso dos “meios de produção” pelo trabalhador, mas também, e principalmente, quando de posse destes. Temos por hipótese, portanto, que além de uma crítica à propriedade privada da terra ou dos meios de produção (como argumenta o marxismo tradicional – POSTONE, 1993), a própria mobilidade/venda da força de trabalho, mesmo enquanto do acesso à terra, é em si um processo de expropriação (GAUDEMAR, 1977).

Dividimos, a fim de expormos tal discussão, a dissertação em três capítulos, cada um com uma introdução própria, na qual apresentamos os principais objetivos do texto e os interlocutores escolhidos (sejam moradores, técnicos agrícolas entrevistados e/ou autores de trabalhos acadêmicos, que acreditamos serem importantes para a compreensão da realidade estudada). Capítulos pelos quais buscamos apresentar questões que tanto nos instigaram, como também nos permitiam expor o como compreendemos os processos pelos quais passou e passa o Vale do Ribeira/SP. Em todos os três capítulos, tendo em mente o exposto por SCHOLZ (2005), partimos das conversas realizadas em campo e das questões levantadas nestas.

Assim, no primeiro capítulo, entre meados do século XIX, apresentamos o que defendemos ser a formação da *região* (nos termo de F. Oliveira, 2008), seguindo a trajetória quase “mitológica” de Bernardo Furquim (nos termos de Carvalho, 2006), ex-escravo de quem muitos dos moradores da comunidade de São Pedro são descendentes, para então problematizar as relações desses com os grandes proprietários de terras da região e a “venda” de seus produtos.

No segundo capítulo, caminhando por meados do século XX, tendo por pergunta central compreender o processo de formação do mercado de terras e de força de trabalho – como marcos do processo de *autonomização*, entendido como de aparente autonomia entre as categorias terra, trabalho e capital (MARX, 1985, vol. III, t.2) –, caminhamos junto às relações de trabalho estabelecidas fora da comunidade de São Pedro, seja em terras distantes desta (localizadas em Registro, Miracatu ou Juquiá) ou próximas, vendendo suas forças de trabalho e produções aos donos de armazéns localizados à beira do Rio Ribeira. Problematicamos, por fim, a presença do Estado na comunidade e na região do Vale do Ribeira/SP no século XX, e como esta influenciou e reeditou o processo de expropriação.

No terceiro capítulo chegamos ao fim do século XX e passagem para o XXI, momento no qual se configurou o confinamento (PEDROSO JR., 2008) das comunidades pela

formação das reservas ambientais na décadas de 1960 e 1970, e que a atual obtenção do crédito Pronaf aparece como “solução” para “modernizar” as relações sociais até então ali vigentes. Nosso objetivo foi então a articulação do como o processo de financeirização dado através do programa voltado para o auxílio da produção, perceptível em campo, pode ser compreendido a partir do atual momento de reprodução do capital.

Apesar dos problemas que sabemos que apresenta um caminho histórico de formação de uma particularidade (problemas tais como o de expor, muitas vezes de forma linear, um processo que em realidade se dá contraditoriamente), o escolhemos muito mais por causa de nosso processo de estudo e a complexidade que encontra uma pesquisa que tem por foco a compreensão das transformações de um “dissociado” (SCHOLZ, 2005), do que exatamente por escolha como forma de exposição. Não por acaso, principalmente nos dois primeiros capítulos, os marcos temporais aparecem de forma difusa, revelando muito mais perguntas à realidade, do que compreensões já cristalizadas na pesquisa.

Por fim, se iniciamos esta apresentação com nossos incômodos nos trabalhos de campo e processos de estudo, vindos desde a graduação até nossa participação nos grupos de estudos, o fizemos pois dizem respeito ao que intentamos fazer nessa dissertação: explicitar um processo de pesquisa pelo qual questionamos diversos posicionamentos teóricos, porém que buscamos para tanto “colocar o campo na frente”⁴, compreendendo que, desta forma, caberia a este mostrar os limites daqueles; e a partir do valor-dissociação apresentar pontos de chegada críticos, porém não absolutos. Isto é, o trabalho de campo foi posto a diante da teoria, questionando esta e não servindo de exemplo a ela.

Ressaltamos, por último, que mudamos os nomes de todos os agricultores que foram citados nesse trabalho, a fim de tentar mitigar qualquer repercussão que esta pesquisa possa ter sobre as comunidades.

⁴ Como tantas vezes, ao longo da pós-graduação nos repetiu o Prof. Carlos de Almeida Toledo, e durante nossa graduação nos instigava a fazer o Prof. Heinz Dieter Heidemann; ambos, é importante dizer, orientados pelas leituras dos trabalhos de Roswitha Scholz.

Primeiro Capítulo
Formação da Região

Introdução

O presente capítulo possui dois objetivos: um primeiro que consiste em apresentar o processo de formação da Comunidade São Pedro (localizada na cidade de Eldorado/SP, reconhecida como remanescente quilombola em 1998), tendo por base algumas das conversas tidas nos trabalhos de campo à comunidade, principalmente naquelas em que nos foram relatadas as histórias de vida no momento chamado pelos moradores de “tempo antigo” (que abrange da colonização à metade do século XX). Estas conversas serão complementadas pelas entrevistas contidas na tese de doutorado da pesquisadora Maria Celina Pereira de Carvalho⁵, na qual encontramos transcrito o caderno/diário de Jovita Furquim França, moradora da Comunidade Galvão (comunidade vizinha a São Pedro), bisneta de Bernardo Furquim a quem os moradores consideram um dos fundadores dos quilombos de São Pedro e Galvão. Também abordaremos outros relatos encontrados nos Relatórios Técnico-Científicos (RTC – realizados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP) das comunidades remanescentes quilombolas de São Pedro (1998b), Ivaporunduva (1998a), Pedro Cubas (1998c), Galvão (2000a), André Lopes (2000b) e Nhunguara (2000c)⁶. Ver Figura 1 presente na Apresentação, com a localização das comunidades (todas na cidade de Eldorado, menos a última, Nhunguara, em cidade vizinha, Iporanga).

A partir desse primeiro objetivo pretendemos, simultaneamente, problematizar o como é retratado e compreendido pela academia o processo de formação – o aqui chamado “tempo antigo” – das comunidades de São Pedro, Galvão e Ivaporunduva, tendo para tanto escolhido dois trabalhos: o mestrado do Prof. Renato da Silva **Queiroz** do Departamento de Antropologia Social (FFLCH/USP), defendido em 1980 (publicado pela Edusp em **2006**), intitulado *Caipiras Negros no Vale do Ribeira: Um Estudo de Antropologia Econômica*; e a tese de doutorado do professor do Departamento de Geografia da USP Pasquale **Petrone**, intitulada *A Baixada do Ribeira: Estudo de Geografia Humana*, defendida em 1961 (Departamento de Geografia da FFLCH/USP, publicada no Boletim v. 283, em **1966**), hoje aposentado.

Cada um desses trabalhos acrescenta à presente pesquisa sob perspectivas diferentes. O primeiro, de R. Queiroz (2006), é nos relevante dado que explicita como são

⁵ CARVALHO, Maria Celina Pereira de “**Bairros Negros do Vale do Ribeira: do ‘escravo’ ao ‘quilombo’**”, Campinas, Unicamp, 2006 (tese de doutorado).

⁶ Citados não de acordo com o autor (ITESP) e ano de publicização do relatório, mas sim, para salientar que são Relatórios Técnicos Científicos de uma ou outra comunidade, e a fim de aproximar o leitor do conjunto dessas comunidades (que fazem parte da área discutida), são aqui referidas como: RTC e o nome da comunidade.

compreendidos pela antropologia econômica os processos pelos quais passam os agricultores da comunidade de Ivaporunduva (já reconhecida e intitulada pelo poder público como remanescentes quilombolas, vizinha contígua de São Pedro e Galvão), analisando e contextualizando-a desde o momento da colonização até a década de 1930 (momento discutido pelo autor na primeira parte de seu livro⁷). O autor apresenta assim, indiretamente, a partir de sua leitura do processo histórico, parte da problematização presente na antropologia acerca da defesa de identidades raciais-culturais, não se posicionando como mero tributário na defesa de uma identidade quilombola (não deixa por isso de salientar a importância da cor de pele negra para o que defende ter sido um certo “isolamento” da comunidade), mas aproximando-se muito mais do entendimento desses agricultores como de uma identidade “caipira” (ao apoiar-se, principalmente, nos estudos de Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, como apresentaremos ao longo deste capítulo).

“Os negros eram, assim, caipiras. Seus antepassados, procedentes de Minas Gerais, devem ter chegado ao local como escravos de algum senhor interessado nas minas de ouro do Ribeira. Provavelmente, chegaram já despojados das tradições africanas [...]. Mas, se tradições culturais às vezes se perdem com facilidade, o negro da pele permanece ao longo de sucessivas gerações [...]. Não se pode descartar também a hipótese de ter sido a cor dos moradores um dos fatores responsáveis pelo isolamento do povoado por um espaço de tempo tão prolongado.” (QUEIROZ, R., 2006, pp.22-23)

Assim, nosso principal foco de análise no trabalho deste autor será sua concepção de que as comunidades teriam estado, até aproximadamente a década de 1970, em certo “isolamento”, o que teria contribuído para a permanência de uma “identidade caipira”.

Por sua vez, se a Renato Queiroz não coube a discussão sobre o conceito de região e suas implicações ao determinar o Vale do Ribeira como uma, atendo-se este autor à delimitação definida pelo IBGE⁸, para Pasquale Petrone este conceito constitui o eixo norteador de seu trabalho. Isto é, se ao primeiro a discussão foca-se na questão da “identidade” (fazendo jus à área da antropologia), para o segundo o central é a discussão e defesa do Vale do Ribeira como uma *região*. Conceito de região muito discutido pela ciência geográfica, que sofreu diversas críticas e mudanças quanto ao seu entendimento ao longo dos séculos XIX e XX. Entendemos que para Petrone, aluno de Pierre Monbeig e tributário da Geografia Regional, a região seria uma área homogênea, com **vocação/carácter** próprio, cabendo ao pesquisador sua identificação, descrição e classificação. O autor, assim, apresenta

⁷ A segunda parte do livro de Renato Queiroz foi problematizada no segundo capítulo da presente dissertação.

⁸ Como explicita no seguinte trecho: “Neste trabalho [...] emprego a classificação da Fundação IBGE que reúne, sob a denominação microrregião homogênea ‘Baixada do Ribeira’, os municípios paulistas de Cananéia, Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Registro e Sete Barras” (Queiroz, R., 2006, p.29).

seu trabalho e classifica o processo histórico de acordo com esta escola, expondo o “quadro geral da região” e suas singularidades.

Quanto a esta *escola* à qual defendemos fazer parte Petrone⁹, segundo este mesmo autor, em texto publicado pela AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – (no “Borrador”, n.2 de 1994) intitulado “A história da pesquisa no Departamento de Geografia – FFLCH – USP”), no qual apresenta criticamente a constituição do Departamento de Geografia na USP e algumas das discussões que por este passaram, Petrone então apresenta rapidamente o que pregava a *escola regional* e seu método de pesquisa:

“O ‘fazer’ geografia implicaria na abordagem do presente antes de mais nada. Jamais elaborar qualquer estudo de Geografia Regional sem obedecer um determinado roteiro segundo o qual o ‘quadro físico’ deve preceder o ‘povoamento’ e este deve ser sucedido pela população, pelas condições econômicas, e assim por diante.” (PETRONE, 1984, p.12)

As conexões do trabalho de Petrone (1966) com esta “cartilha” são muitas. Resumidamente, seu trabalho tem a seguinte estrutura: começa com uma justificativa do porquê a Baixada do Vale do Ribeira ser passível de ser entendida como uma *região* (que para ele compreende os municípios de Iguape, Cananeia, Jacupiranga, Pariquera-Açu, Eldorado, Registro e Juquiá, separados nas sub-regiões *litorânea* e *retro-terra* e, posteriormente, em duas e quatro zonas, respectivamente); seguida dos “aspectos naturais”; “populacionais” e processo de “povoamento”; “experiências de colonização”; “organização econômica do espaço”; “propriedades rurais”; “‘habitat’ rural”; “quadros urbanos”; “problemas da circulação e do comércio”; e, por fim, “a ‘redescoberta da região”, que chamaremos criticamente da *promessa do Vale*.

Analisaremos, porém, ao longo desse capítulo os pontos que consideramos centrais para nossa pesquisa do trabalho de Petrone (1966). Por hora, vale notar, que tal orientação regional em nada foge ao contexto das ciências geográficas e sua relação com a política nacional no momento de sua pesquisa. Isto é, defendemos que Petrone é *sujeito* constituinte, assim como da escola regional em sua particularidade no Brasil, também dos esforços do Estado Nacional por centralizar o poder. Políticas de cunho modernizador, a classificar as reproduções, até então tomadas por relações de trabalho postas por poderes locais, como “arcaicas” e “atrasadas”. Não por acaso, o autor tem por objetivo apresentar os caminhos pelos quais acredita que a região deva percorrer para que passe de uma “área

⁹ Destacamos, porém, e muito sob orientação do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann, que a atuação do Professor Pasquale Petrone dentro do Departamento de Geografia da USP, foi muito além da elaboração da dita tese, participando da AGB e do meio estudantil ativamente. Para mais, ver a entrevista dada por Petrone à *Geosul* (1993).

‘subdesenvolvida’[...] para uma parcela [do Estado de São Paulo] economicamente atuante e positiva” (PETRONE, 1966, p.351). Como destaca Kluck (2016, p.196) ao discutir este momento: “A Geografia, em institucionalização, por via da tecnocracia em formação, seria a responsável por reconhecer os aspectos do território nacional, para um uso mais racionalizado de seus potenciais recursos, fossem eles naturais ou humanos”¹⁰.

Por fim, queremos deixar claro que se muitas vezes discordamos das conclusões tomadas por ambos os autores, o fazemos não para desqualificá-los, mas para explicitar como nós todos, sujeitos modernos, hipostasiamos categorias do presente para analisar o passado, salvaguardando o “tempo antigo” (como se encontra mais em R. Queiroz, 2006) ou julgando-o como forma de existência comparativamente pior ou melhor que a de nosso tempo (como se encontra mais especificamente em Pasquale Petrone, 1966). Com isso, não queremos defender uma impossibilidade de análise do passado, mas sim a possibilidade de crítica aos pressupostos modernos encarnados no pesquisador. Se escolhemos estes dois autores é porque acreditamos na importância de ambos para a nossa reflexão e como exemplares dos ideais de seus tempos e escolas acadêmicas.

*História de fuga de Bernardo Furquim
Tateando o “tempo dos antigos”*

Trechos do caderno de Jovita Furquim de França (transcrito pela pesquisadora Celina Carvalho):

“Nossos pais eram netos e nós somos bisnetos [de Bernardo Furquim]. Estamos com 52 anos de idade. Em 1954, eu vi duas mulheres mais idosas conversando sobre a fuga de Bernardo Furquim e seus companheiros do escravo [da escravidão]. Eram eles Bernardo Furquim, Benedito Machado dos Santos e Antonio Machado dos Santos. Mulheres eram Rosa Machado dos Santos, Perpétua e Coadi. A Coadi era amante dele. Eles viajaram muitos dias pela mata e ao chegar na beira da Ribeira, eles não conseguiram atravessar. Eles seguiram a margem direita. Ao chegar ao Pedro Cubas, eles encontraram um acampamento que já estava ali. Tomando conhecimento, era também um escravo, mas Bernardo e seus companheiros não quiseram ficar por ali. [...] Chegando na vargem, eles se acamparam na beira do rio e viram que tinha peixe [...]. Esse rio termina no Ivaporunduva. Enquanto as mulheres pescavam, eles roçavam e derrubavam a mata. Assim, eles conseguiram descortinar três

¹⁰ Quanto a esta relação, entre a institucionalização da ciência Geografia e os Estados Nação, sugerimos a leitura do trabalho de Yves Lacoste “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra” (1989), no qual o autor analisa criticamente o legado das formulações de La Blache e da escola regional à geografia enquanto disciplina. Lacoste, inclusive, desmitifica as críticas simplistas feitas a La Blache, destacando, para tanto, outros trabalhos desse autor.

alqueires de chão. [...] Ali eles conseguiram se formar de todo o serviço de roça e também começou a nascer seus filhos.” (apud CARVALHO, 2006, p.27)¹¹

A primeira vez que ouvimos falar de Jovita Furquim de França não foi pelo trabalho de Celina Carvalho, mas sim em uma carona dada quando voltávamos da comunidade de São Pedro para a cidade de Eldorado, oferecida a um morador do quilombo Galvão, que esperava no ponto de ônibus localizado na frente da entrada da balsa (que conecta a estrada SP165 – Eldorado-Iporanga – à estrada de terra presente na outra margem do rio, onde se encontram, entre outros, os quilombos de Galvão, São Pedro e Ivaporunduva).

Neste dia havíamos ido à comunidade de São Pedro pedir pela primeira vez à associação dos moradores permissão para realizarmos a pesquisa aqui apresentada (de um total de duas – entre outras tantas visitas após estas). Reunião na qual muitas das histórias e dados que iremos apresentar neste capítulo foram inicialmente coletados.

Antes dessa reunião, como fonte desse “tempo antigo”, também realizamos uma entrevista gravada com Zélia (nascida em 1966, tataraneta de Bernardo Furquim, apresentada a nós por Frederico Viegas – amigo e funcionário do Instituto Socioambiental, que muito nos ajudou em nossas reflexões), uma das lideranças da comunidade e então presidente da cooperativa Cooperquivale, que nos informou da necessidade de entregar à associação por escrito um pedido de autorização para realizar a pesquisa e nos contou muito de sua história de vida e de seus pais (dona Amélia e seu Inácio – bisneto de Bernardo Furquim):

Cecilia – E antes de ter estas políticas [nos referimos às políticas públicas como o Pronaf], como que se fazia pra ter dinheiro pra ficar na roça?

Zélia – Na verdade a gente usava o que a gente tinha anteriormente, nenhum mexia com dinheiro. Só mexia com troca de semente, de muda, troca um com o outro, plantava. Mas a gente plantava, mas a gente não tinha a venda antes.

Cecilia – Mas daí vocês trocavam e consumiam?

Zélia – É, a gente consumia, e depois que tinha a lavoura, no caso assim, se eu tirava um saco de feijão pra mim e pra minha família, dava pra o ano, aí o que sobrava eu trocava com o que sobrou do outro produtor. E as vezes, eu não plantei arroz, eu não plantei milho, e eles tinham milho sobrando, arroz sobrando, eu trocava com o feijão, era assim que a gente fazia.

Cecilia – Que era pra consumo?

Zélia – Era pra consumo das famílias grandes.

Cecilia – O que que precisava da cidade daí?

¹¹ “As histórias desse fundador de dimensões quase míticas, que até pouco tempo eram desconhecidas pelos mais jovens, começaram a vir à tona em 1994, a partir do momento em que representantes de alguns bairros negros dessa área iniciaram um movimento reivindicando, perante o Estado, o reconhecimento oficial do grupo como ‘remanescente de quilombo’ [...] Certamente foi essa reivindicação que motivou Jovita Furquim de França, bisneta de Bernardo e principal líder do Galvão, a escrever o texto acima reproduzido.” (CARVALHO, 2006, p.31).

Zélia – Na verdade, na cidade o pessoal só comprava fósforo e sal e o querosene, que pro óleo usava a carne de porco, a banha. Hoje o pessoal já compra mais coisa na cidade né.

Cecilia – E daí com que dinheiro comprava as coisas na cidade?

Zélia – Então, o pessoal que tinha venda, eles vendiam o produto que a gente plantava. Então a gente levava o milho, levava a farinha, levava o feijão, levava o arroz, em casca, que naquela época entregava o arroz em casca pra eles, hoje quem quer comprar quer comprar já pilado né. Daí chegava lá e trocava.

Cecilia – Lá em Eldorado?

Zélia – Não! Não, na verdade antes não era em Eldorado.

Cecilia – Era onde?

Zélia – Era aqui no porto da balsa. Na época do meu pai era **Ismael Junior** que trabalhava ali.

Zélia nos relatou sua vida quando criança, quando sua família vendia parte da sua produção para “a venda” de seu Ismael Jr (localizada às margens do Rio Ribeira) em troca dos produtos que naquele momento constituíam suas necessidades (fósforo, sal e querosene). Ismael Jr, por sua vez, centralizava os produtos trazidos à sua venda e vendia-os aos comerciantes que transitavam na região pelo rio. Muitos elementos nos chamam a atenção neste pequeno trecho, a começar pela relação com a venda, chamada em outros momentos por Zélia de “armazém”, que em muito também conversam com o processo de chegada de Bernardo Furquim (como ainda apresentaremos), relatada por Jovita Furquim de França.

Para além da centralidade que possui o armazém de seu Ismael Jr à época dos pais de Zélia (que pouco a pouco iremos apresentar), o comércio estabelecido às margens do Ribeira revela algo sobre o ex-escravo Bernardo (e este, por sua vez, da região), pois não por acaso ele e outros negros fugidos/libertos se instalaram no Vale. Vejamos.

Acrescido de informações de outros moradores de São Pedro/Galvão (comunidades “separadas” no processo de titulação como remanescentes quilombolas em fins da década de 1990), ouvidos por Celina Carvalho (2006), chama-nos a atenção a procedência de Bernardo, vindo das lavras de ouro de Minas Gerais, propriedade esse de Machado dos Santos (verdadeiro sobrenome de Bernardo – que indica de quem ele era propriedade em Minas). Ainda somado ao dito, no RTC de Ivaporunduva encontramos o relato da existência de escravos libertos pela sesmeira Joanna Maria, na localidade onde hoje é a comunidade de Ivaporunduva (vizinha à São Pedro/Galvão):

“Contam seus moradores que há muito tempo chegou ao lugar uma senhora, Joanna Maria, trazendo consigo **pretos escravos para o serviço da mineração do ouro**. [...] Joanna Maria, natural de Minas Gerais. [...] chegou à região casada com um português, André de Souza; viúva deste, tornou-se a se casar com João Marinho, também de Portugal e por morte deste casou-se ainda com João Manuel de Siqueira Lima, natural de Minas Gerais [...] Nos registros do

Livro do Tombo e nos relatos orais dos moradores de Ivaporunduva e de outros bairros negros do Vale do Ribeira, constata-se que **as terras foram doadas por Joanna Maria aos escravos que lhe serviram em vida, contemplando-os com a liberdade ao morrer**. ‘Falecida aos 02 de abril de 1802, com idade de 90 annos, sem deixar bens alguns, porque em vida soube distribuí-los, e remunerar com a liberdade os escravos que lhe servião.’ (relato de viagem de Edmundo Krug, em 1942)” (*apud* RTC de Ivaporunduva, p.13-14, **grifos nossos**)

Tal alforria foi dada pela morte de sua proprietária, fato que também pode ser entendido dentro do contexto do declínio da exploração do ouro de aluvião no Vale do Ribeira e início das plantações de arroz para exportação na região¹². Estas plantações se utilizavam de um número relativamente menor de escravos, o que, provavelmente, tenha dificultado a venda dos mesmos.

Petrone (1966) justifica inclusive o declínio do contingente de escravos como “decorrência da não implantação, na região, de uma lavoura comercial” (p.91) em oposição às plantações de café que se expandiam no Oeste paulista, “sem se falar que, tanto as antigas lavouras de arroz, quanto as iniciativas dos moradores coloniais, se escudavam [baseavam] no cultivo direto, trabalho livre, portanto” (PETRONE, 1966, p.91). Nos questionamos, porém, para além do tratado até o momento, do que Petrone (1966) considera por “trabalhador livre”. Os escravos fugidos, os alforriados ou ainda um outro grupo não especificado pelo autor? E como articular o dito pelo autor (quanto ao declínio do contingente de escravos), se considerarmos o trabalho de Lourdes Carril (“Terras de negros no Vale do Ribeira”, 1995), no qual apresenta (em gráfico na página 76) um crescimento da população escrava nas cidades de Xiririca (atual Eldorado) e Iguape no início do século XIX (de 1811 a 1828 – data máxima presente no gráfico)?

Vale salientar que a manutenção de escravos (segundo o RTC de São Pedro) também configurava custos ao proprietário, o que talvez justifique a alforria dada pela sesmeira e não sua venda antes da morte. Perguntaríamos, porém, no que consistiriam os “custos” dos

¹² Sobre a exploração de ouro, com base em Queiroz, R. (2006, p.40-41, *grifo nosso*): “Conforme documentação [...] o povoamento da região do município de Xiririca (atual Eldorado) por negros, brancos e índios originou-se em *aldeamento indígena* erigido em pleno século XVI, sendo a povoação formada *inicialmente por mineradores* dessas várias etnias que bateavam *ouro de aluvião*, muitos a serviço de *sesmeiros de terras locais* na condição de seus escravos ou agregados, outros por conta própria. Minerava-se então por toda a margem do Rio Ribeira de Iguape, em território inicialmente pertencente à Vila de Iguape, aí incluindo-se Xiririca”. Essa exploração teve início, portanto, no século XVI, intensificando-se as incursões à procura de ouro no Vale do Ribeira nos séculos XVII.

E, segundo Braga (1999), sobre as plantações de arroz, foi a partir da descoberta de ouro em Minas Gerais (aproximadamente no começo do século XVIII), que a mineração de ouro de aluvião no Vale começou a entrar em declínio, sendo a maioria dos escravos redirecionados para o trabalho nas novas fronteiras minerais, enquanto outros foram voltados para a agricultura do arroz. Produção de arroz que teve centralidade na região até fins do século XIX – principalmente em Cananéia e Iguape (cidades costeiras do estado de São Paulo) – sendo então a maior produtora nacional de arroz, com escoamento para os portos de Santos e Rio de Janeiro, beneficiados pelo transporte fluvial do Rio Ribeira.

escravos à proprietária, como encontrado no RTC da comunidade de São Pedro: será a compra de alimentos?; quem os produzia/plantava?; seriam as dívidas obtidas pela compra dos escravos?

Ou ainda, se por um lado o enfoque presente no transcrito acima é dado apenas à ação de Joanna Maria, por outro lado, como nos atenta o trabalho de Sidney Chalhoub, “Visões de liberdade” (2011, p.24) – importante à historiografia por seu enfoque na ação dos próprios escravos no processo de abolição e, consequentemente, à sua crítica à concepção rasa do escravo-coisa – apenas um lado desse processo estaria sendo apresentado, assim:

“uma concessão ou doação deve também ser interpretada como uma conquista; a constatação da ocorrência de um ‘consenso social’ a respeito de certos assuntos precisa ser compreendida em termos de uma ‘hegemonia de classe’; a prática de certas normas ou rituais por parte de uma classe dominante pode ser vista como uma ‘necessidade’ diante das condições históricas específicas do exercício da dominação.”

Mas, por ora, com base nessas duas narrativas (de Jovita e da presente no RTC de Ivaporunduva), temos apenas estas duas “origens” das populações negras que hoje constituem as comunidades quilombolas de São Pedro/Galvão e Ivaporunduva: uma vinda de Minas Gerais e outra, somada a esta, proveniente da alforria dada pela sesmeira.

Porém, considerando a origem de Bernardo, como teria sabido da região do Vale do Ribeira um escravo com proprietário em Minas? De duas uma, com base nas conclusões de Carvalho (2006): ou Bernardo teria sido comprado em Minas e, com o declínio da extração de ouro nesta capitania (fins do século XVIII), vendido para trabalho nas plantações de arroz no Vale do Ribeira (principal atividade entre o século XVIII e meados do XX) – o que pode ser questionado, dado que já havia na região do Vale negros sendo libertos ao invés de vendidos neste mesmo período (como relatado sobre a “desistência” da sesmeira Joanna de seus escravos em início do século XIX); ou teria fugido e chegado ao Vale do Ribeira/SP, dadas as informações transmitidas pelas relações de compadrio (entre os negros libertos/fugidos já estabelecidos no Vale e os que ainda estavam em propriedade de senhores – RTC, São Pedro, p.41), formadas e fortalecidas graças **ao comércio realizado, em parte, no rio Ribeira:**

A destinação não era casual [...] paralelamente ao aparato de repressão, existiram redes de informações que interligavam as senzalas e acompanhavam as redes de comércio. No caso do Vale do Ribeira, considerando o grande número de grupos negros instalados na área, os quais vendiam **quantias consideráveis de produtos de suas roças aos comerciantes locais**, essa rede de informações pode ter adquirido grande importância, permitindo um considerável afluxo de negros, fugitivos ou não, que se juntavam aos grupos já formados ou formavam novos assentos. (CARVALHO, 2006, p.35-36, **grifos nossos**)

Assim, o percurso de Bernardo não só consistiu parte da narrativa da história das comunidades de Galvão e São Pedro, como também nos revela uma região “afundada até o pescoço” no processo de formação da relação colônia-metrópole: seja pelo uso da mercadoria negra escrava¹³ (de monopólio da metrópole) e da exploração do ouro pela sesmeira Joanna (possuindo a cidade de Iguape, porto da região, Casa de Fundição até 1763 – RTC São Pedro); seja pela comercialização “de quantias consideráveis” (comentada também por Zélia), que muito nos interessa, da qual participavam os produtos plantados pelos próprios negros libertos, como relata Jovita:

“Assim que [Bernardo e seus companheiros] conheceram as comunidades [da região], eles resolveram fazer **mutirão** para fazer suas atividades, conforme o que elas contavam. Barra de São Pedro e Barra dos Pilões, que hoje se chama Galvão. Eles cultivaram através de mutirão para fazer canavial e mandiocal. Fizeram uma fábrica de pinga, uma fábrica de farinha de mandioca, fizeram uma roda que funcionava com água para desenvolver o trabalho deles. Depois, eles fizeram uma fábrica de carvão dirigida por Chico do Morro, casado com a filha de Bernardo Furquim. Transportavam de canoa para vender em Xiririca [atual Eldorado] todos os seus produtos na Lavrinha, que hoje se chama São Pedro” (apud CARVALHO, 2006, p.29-30, **grifo nosso**)¹⁴.

Temos em mente a discussão realizada por Caio Prado Junior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1961), no qual critica aqueles que estudam o nacional por si mesmo e não sua relação já posta com a metrópole no momento de colonização:

“[...] a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo.” (PRADO JR., 1961, p.14)

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro **sentido** da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes [...]. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que

¹³ Segundo Petrone (1966, p.76, **grifos nossos**), nos arredores de Xiririca, havia em 1766 “vinte e um moradores que com seus **escravos** e mumbavas somavam **duzentas e oitante e sete pessoas trabalhando** só na exploração do ouro”. E ainda, segundo Lourdes Carril (1995, p.71), a escravidão no Vale do Ribeira teria sido “amplamente utilizada”, citando documento elaborado pelo museu de Arte Sacra de Iguape sobre escravidão: “O negro era na época uma mercadoria lucrativa. Chegavam em navios negreiros aos milhares, oriundos das terras mais longínquas, notadamente de Angola, Moçambique e Guiné. Eram comercializados em praça pública, isso quando já não haviam sido encomendados pelos abastados senhores do ouro e do arroz que atestavam a sua presença na opulenta Iguape portuária de então”.

¹⁴ Nota-se que, diferentemente do relato de Zélia, neste não há a intermediação do armazém na produção do ex-escravo Bernardo Furquim, ele mesmo levava sua produção de canoa à Xiririca. O que pode explicitar a posição social de Bernardo, que não teria o armazém como intermediário, hipótese que vai em consonância com o lido no RTC da comunidade de André Lopes (p.35) – no qual se afirma que “até o início do século XX transitavam pelo Ribeira de Iguape barcos a vapor comprando a produção agrícola diretamente dos moradores. Posteriormente, o modo de comercialização mais comum passou a ser a venda para os armazéns localizados na beira do Ribeira.” – porém, acreditamos, que não apaga a presença do armazém nas falas de outros moradores.

na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.” (*idem*, p.25-26, **grifo do autor**)¹⁵

Assim, não apenas por terem os habitantes dessas comunidades ribeirinhas, ex-escravos, sido vendidos na colônia como mercadorias produzidas pela/na relação metrópole-colônia (e aqui completaríamos Caio Prado Jr., o sentido é dado na/pela forma mercadoria), como também por serem eles mesmos produtos e agora, libertos/fugidos, reprodutores da lógica posta pelo sentido da colonização: na produção que tem o vislumbre no comércio¹⁶. Como destaca Renato Queiroz (2006, p.40):

“Durante bastante tempo atribuiu-se enorme importância ao acentuado isolamento que compelia, segundo se acreditava, expressivas parcelas da população rural brasileira a uma situação de atraso e estagnação. [...] Estudos mais recentes apontam para a direção oposta: o isolamento não era tão acentuado quanto se supunha [...]. O aspecto fundamental da questão passa a ser, portanto, não a existência ou ausência de contatos, mas a intensidade que assumem e, mais importante ainda, as suas especificidades.”

Portanto, se encontramos na literatura argumentos que defendem o *isolamento* das comunidades do Vale do Ribeira, seja pelas características geográficas (representada pela Serra do Mar), pela ausência de culturas voltadas para a exportação (como lemos no RTC de São Pedro – p.9-10¹⁷) ou mesmo justificadas como “propensão” dos sujeitos (como reproduzido por Pasquale Petrone, 1966¹⁸), reclamamos aqui por uma compreensão da região inserida dentro da lógica de reprodução do capital, exemplificada seja pela mineração ou mesmo plantações de arroz que se utilizavam do uso da força escrava negra, seja pela produção de Bernardo Furquim, na qual Jovita relata mutirões de até 150 pessoas (CARVALHO, 2006, p.30).

Isto é, mutirões que (como relatado por Jovita, *apud* Carvalho, 2006, p.29-30 – citado anteriormente), para além de demonstrarem relações entre os bairros/comunidades que se

¹⁵ Porém, achamos necessário salientar que, em diversos momentos do livro de Caio Prado Jr. (1961), há argumentos que deveriam ser problematizados (o que não cabe a este texto), para que, o que é da consciência da época do autor, não seja indiretamente positivado.

¹⁶ Destacamos que a apropriação e, de certa forma, desvio, da teoria de Caio Prado Jr. (1961) tem por base as discussões presentes nos artigos de Toledo e Boechat (2012) e Heidemann, Toledo e Boechat (2014).

¹⁷ No RTC de São Pedro (p.9-10) se lê: “O estabelecimento de uma agricultura de subsistência, e o isolamento geográfico representado pela Serra do Mar (o que teria impedido o estabelecimento de grandes lavouras) são apontados como fatores responsáveis pela pouca presença de escravos em São Paulo, se comparado a outros Estados ou ao nordeste”.

¹⁸ No trabalho de Petrone (1966, p.80, **grifos nossos**): “O caráter disperso da maior parte do povoamento nos leva à consideração de um problema que teve importância na região, assim como em outras partes do país. Trata-se da **tendência ou propensão dos moradores a se isolarem**”.

formavam, explicitam a produção e a relação hierárquica de Bernardo: não apenas pelo tamanho de sua produção – que “consumia” 150 braços –, como de sua *riqueza*¹⁹, uma vez que quem chama o mutirão deve se responsabilizar não apenas pelas três refeições do dia, como também pelo festejo com cachaça e música ao final do trabalho (como nos contou Armando – morador de família antiga da comunidade de São Pedro), uma vez que o resultado do mutirão fica somente a quem o chamou (o dono da roça). No RTC de Nhunguara (p.31, *grifos nossos*) lê-se:

“É importante observarmos que ‘ancestrais fundadores’ de comunidades como São Pedro/Galvão (Bernardo Furquim), Nhunguara/André Lopes (Faustino Vieira) e Pedro Cubas (Gregório Marinho) [...] tiveram importante papel na constituição dessa área reconhecida no entorno como sendo bairros de pretos, e também na *configuração da economia política* desses bairros, uma vez que eram ‘fortes’ (como dizem os moradores a respeito de Bernardo Furquim e de João Vieira), ou seja, *lideravam a produção e o comércio de consideráveis quantias de produtos da roça e outros*, como farinhas de milho e mandioca e aguardente de cana.”

Bernardo, assim, não apenas era responsável pela mobilização da comunidade para o trabalho em sua roça, como através desse “chamado” assumia uma centralidade que lhe possibilitava um status. Isto é, 150 braços não eram mobilizados para uma roça de produção meramente para a subsistência.

Encontramos argumento semelhante no trabalho de Daniela Andrada (2003). Para a autora, o mutirão servia como uma troca de trabalho realizada dentro dos bairros/comunidades rurais para possibilitar a reprodução da roça voltada para a comercialização, não da roça de subsistência: “para colher uma área em geral grande demais para os braços e para as bocas de uma só família [...] uma forma de superar restrições de tempo impostas por fatores técnicos-ambientais dos sistemas de produção itinerante e rudimentar” (p.59).

O mutirão acontecia, desta forma, pela necessidade de produção não de um excedente *acidental* que se levava ao comércio, mas sim de uma roça pensada para a venda, com fins a conseguir consumir o que não produziam e também, quem sabe, de certa forma “acumular”²⁰ – como destaca Carvalho (2006, p.90) ao discutir a hierarquia dentro da comunidade:

¹⁹ Colocamos em itálico, pois deve-se compreender o termo inserido em seu contexto. Isto é: riqueza (ou mesmo pobreza e escassez) no século XXI se representa por elementos diferentes dos do século XVIII e XIX, assim como varia de acordo com a condição social. Isto é: o que simbolizava riqueza para um senhor de escravo do século XVIII era diferente que para um grande proprietário do século XX ou ainda para um ribeirinho do início do século XIX.

²⁰ Vale salientar que se por um lado nos questionamos sobre o uso desse termo – acumular – para o momento histórico que discutimos – o utilizamos por uma dificuldade de encontrar outro que expresse o que estamos abordando. Por outro, ele expressa o processo pelo qual nos parece caminhar Bernardo: não por acaso é ele a possuir além da casa de farinha de mandioca (que dona Elza nos contou que cada família obtinha a sua), também

“Essa hierarquia não significava tanto diferenças no nível de vida, mas aqueles que conseguiam ganhar mais com a venda de sua produção, teriam mais recursos para adquirir gado, melhores animais de carga, armas e munição para caçar, contratar serviços de serraria para colocar assoalhos de madeira nas casas – em vez de fazer o piso com chão batido – ou até erguê-las com paredes de madeira, em vez de barro.”

E, dando um verdadeiro nó cego no entendimento sobre as relações sociais nos tempos de formação da comunidade São Pedro/Galvão, para além dos mutirões, Jovita também relata à Carvalho a possibilidade da contratação de camaradas:

“Jovita, por exemplo, conta que sua mãe [neta de Bernardo Furquim], viúva ainda jovem e com seis filhos pequenos, trabalhou muito ‘de camarada’ para parentes no bairro para poder sustentar a família, até que os filhos mais velhos foram crescendo e também começaram a ‘trabalhar de camarada’ para ajudar a mãe. Portanto, embora os níveis de vida fossem muito pouco diferenciados entre as famílias, como ainda acontece hoje, não havia uma igualdade absoluta.” (CARVALHO, 2006, p.90)

Desta forma, para além do mutirão e da hierarquia social, a partir do relato de Jovita, mais um elemento se destaca: a necessidade de força de trabalho, para além do trabalho do núcleo familiar, não era obtida somente pela troca de dias de trabalho ou entre produtos (excedente de feijão por excedente de arroz, por exemplo), mas por meio também de camaradas; e, conseqüentemente, pela formação de um, talvez, incipiente mercado de força de trabalho. Porém nos perguntamos: qual era a forma de pagamento; em que momentos da produção eram “contratados” os camaradas; quem solicitava camaradas e quem eram os mobilizados; as relações de compadrio se misturavam a estas “contratações”?; as constituições de posses influenciavam, hierarquizavam a comunidade?; e, principalmente, o período em que este tipo de relação ocorria (que pode ser tanto no, o que estamos chamando, “tempo antigo”, visto que era comum os casais terem filhos em idade mais jovem do que a média atual – IANNI, 1979 –, ou não, visto que Bernardo teve diversas mulheres, e não sabemos em que momento se relacionou com a avó de Jovita Furquim). Desta forma, não iremos além nessa questão, pois nos faltam muitas informações, mas acreditamos que o relato tem a contribuir com a argumentação que estamos traçando: as relações sociais dentro das comunidades vão muito além de núcleos familiares fechados de produtores para a mera subsistência.

Voltando aos mutirões (e dando continuidade à nossa andada na contramão em relação àqueles argumentos que defendem que seriam apenas as necessidades básicas, de

fábrica de pinga, roda d’água e fábrica de carvão (dirigida por Chico do Morro, seu genro), como relata Jovita à Carvalho (2006), citado anteriormente. Seria, assim, uma forma de *acumulação regional*?

subsistência, que chamariam o mutirão²¹), ouvimos de Seu Armando (morador de São Pedro, nascido em 1950, de família antiga da comunidade) que hoje em dia, em comparação com o tempo antigo, é menos custoso contratar um camarada, do que arcar com os custos de um mutirão.

Isto é, por que antes era possível, para alguns, arcar com os “custos”²² de um mutirão (somados, às vezes, à contratação de camaradas), valendo a pena para o dono da produção, e hoje é mais “barato” pagar a um terceiro do que dar comida e festa para um grupo? Em outras palavras: por que antes os “gastos” com comida e festa não ultrapassavam os gastos com o pagamento de uma diária? Seria uma questão moral, um senso de comunidade que existia antes e que hoje se esvaiu? Acreditamos que esta não seja a resposta, pois, caso o fosse, colocaria sobre as costas dos sujeitos os processos pelos quais são, em realidade, sujeitos *sujeitados* à lógica da mercadoria (da abstração e da determinação da concorrência).

Partindo do pressuposto de que há, efetivamente, a relação de troca (seja com o armazém por mercadoria ou dinheiro, seja entre os membros da comunidade em mercadoria ou dia de trabalho), o agricultor que antes produzia três sacas de arroz com o trabalho de sua família no plantio e de um mutirão de 10 pessoas para a colheita, e levava um x desta produção para ser vendida/trocada no armazém por querosene, sal ou tecido; hoje, o mesmo x quando chega ao armazém (ou melhor, à fábrica para ser descascado e ensacado) não permite que o agricultor nem ao menos consiga comprar os itens para sua subsistência. Mas por quê? Estaríamos baseados hoje em trocas injustas, em que do agricultor, mesmo com acesso à terra, lhe é roubado seu trabalho-excedente e seu trabalho-necessário? Ou será que antes, no tempo de Bernardo e seus filhos, haviam relações, mediações, que permitiam a reprodução dos sujeitos mesmo quando estes eram subordinados às relações de dominação pessoal (seja as hierarquias, relações de obrigação pessoal formadas dentro da comunidade, seja as relações de troca/compra com o armazém)?

Não é fora de propósito dizer que era do agricultor usurpado, além do que lhe permitia sua reprodução como trabalhador da terra, também sua “renda” como posseiro da terra, como

²¹ Inclusive, argumentar que as comunidades seriam fechadas e que produziam apenas para subsistência seria ignorar os motivos que possibilitaram sua fixação, como se lê no RTC de Galvão (p.57): “Ao contrário da ideia de comunidade fechada, autossuficiente e isolada, as comunidades negras do Vale do Ribeira/SP estiveram historicamente engajadas com a economia da Colônia, do Império e do Estado Nacional, o que certamente constituiu um dos principais fatores que favoreceram a fixação dessas comunidades em seus territórios, e sua reprodução no espaço e no tempo.”

²² “Custos” (ou “gastos”, como aparecerá adiante), outro termo, assim como o “acumular” e “riqueza”, que sabemos que deve ser problematizado considerando o momento histórico de que tratamos – o que era gasto/custo hoje, talvez não o fosse antigamente dado as condições de vida –, porém, mais uma vez, o utilizamos por falta de conhecimento de termo melhor.

observamos no trabalho de Daniele Andrade (2003): em que, tanto nas relações baseadas nas trocas de produtos, como naquelas mediadas pelo dinheiro, dificilmente o ganho obtido pelo agricultor cobria seus “gastos” junto ao dono do armazém. Isto é, na maioria das vezes, a venda era realizada na forma de pagamento da caderneta de consumo. Nos dizeres de seu Armando: “ficava devendo, pegava o que precisava. Daí ia pagando com a produção”. Quando questionado se o dono do armazém cobrava um “extra” (um juros) pelo adiantamento, seu Armando nos respondeu: “não, ele era bom”.

Porém, não podemos deixar de salientar que, se na boca de seu Armando as relações apareciam como “boas”, a defesa da possibilidade de “trocas justas” tem como pressuposto uma equiparação perfeita entre os produtos do trabalho e, conseqüentemente, dos trabalhos em si, somado a relações político-econômicas que oferecem uma dinâmica a mais à particularidade em questão: não a toa é ao armazém que seu Armando recorria no momento de necessidade e este, “benevolente”, adiantava-lhe o consumo.

Assim, um dos pontos que estão no cerne das questões postas anteriormente (e que faz par com as particularidades do como as relações se reproduziam no tempo de Bernardo Furquim e do armazém), é que a relação da troca se faz por uma abstração que não pertence ao agricultor ou a um grupo específico, mas que é constituída socialmente e em processo em relação aos limites estabelecidos pela *territorialização do capital* (no sentido como discutimos ao apresentar o trabalho de Caio Prado Jr., 1961, e que pretendemos pouco a pouco aprofundá-la).

Desta forma, apesar da comunidade já estar inserida na forma de reprodução capitalista, no momento em que o mutirão era predominante, não podemos simplesmente igualá-lo não salientando suas diferenças para com os tempos atuais. Isto é, não podemos apagar que, naquele momento histórico, certas particularidade incidiam sobre a comunidade: seja de um processo de formação do mercado de terras; como de uma dinâmica regional em que, o que hoje é compreendido como custo, antes possivelmente não o era dadas as relações de trabalho e reprodução vigentes (temos em mente o processo de formação do mercado de trabalho). É o que nomeamos anteriormente por “hierarquias formadas dentro da comunidade” e as relações com o armazém, que também poderiam ser chamadas de *dinâmicas regionais* nos termos de F. de Oliveira (como formulado em seu trabalho *Elegia para uma re(li)gião*, 2008), para o qual as *regiões* seriam formadas por relações de obrigação pessoais “ligadas ao comércio internacional de mercadorias” (p.146), não conformando “um outro modo de produção nem uma formação social singular”:

“O que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e, dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços socioeconômicos em que uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinadas pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua contradição” (OLIVERA, F., 2008, p.149).

Em outras palavras, segundo Erick Kluck – que em sua dissertação (de 2011) e tese (de 2016) estudou a formação e transformações das relações sociais do capital nas comunidades rurais do Brejos da Barra na Bahia:

“No momento regional, a acumulação de relações sociais não autonomizadas se territorializavam e dinamizavam a reprodução do capital, conformando (dada a particular forma da reprodução assumida como região no processo mais geral da acumulação capitalista mundial) uma *não simultaneidade* (KURZ, 2004) – na qual, da difusão total de categorias autonomizadas, surgiam regiões de não autonomização (TOLEDO, 2008), ou seja, onde o capital se posicionava de forma particular, refletido no poder local não autonomizado do Estado, articulando em torno de si o poder sobre a terra, trabalho e a produção de mercadorias” (KLUCK, 2016, p.346-347, *grifos do autor*).

Isto é, se no momento do mutirão entendemos que a mobilização de 150 braços era feita para a comercialização além da subsistência, a passagem para a predominância do uso de camaradas e/ou diaristas não diz respeito a uma diminuição dos custos em relação ao momento anterior (sendo mais vantajoso a contratação de força de trabalho do que dar comida e festa para o mutirão), mas a relações que agora tem como mediação muito mais a impessoalidade da concorrência, do que as relações de dominação pessoais e a possibilidade de reprodução postas no momento de Bernardo Furquim.

Assim, acreditamos que a centralidade dos mutirões era dada como possibilidade de atingir níveis de produção que permitiriam, a partir da venda para o armazém, a compra dos itens não produzidos e/ou passíveis de serem adquiridos no acesso à mata (coleta de plantas e caça), que simultaneamente, eram embasado em relações hierárquicas dentro da comunidade (como representado por Bernardo) e com o dono do armazém.

É, portanto, importante ressaltarmos que discordamos em partes de Andrada (2003, p.59), a quem citamos anteriormente, para a qual a centralidade do mutirão nos tempos de Bernardo Furquim diria respeito a “uma forma de superar restrições de tempo impostas por fatores técnicos-ambientais dos sistemas de produção itinerante e rudimentar”, isto porque temos por pressuposto que neste momento, simultaneamente a relações de concorrência comercial, se davam relações de dominação pessoal que possibilitam a alguns a mobilização de grande número de braços e, acreditamos, a todos a reprodução através do acesso a itens não comercializados (temos em mente a caça e a coleta realizada na mata). Isto é, o mutirão servia como uma troca de trabalho realizada dentro dos bairros/comunidades para possibilitar

a reprodução da roça voltada para a comercialização, assim como também dizia respeito as relações hierárquicas dentro da própria comunidade.

Por fim, temos como hipótese, que o mutirão não era responsável simplesmente pela produção de um excedente *acidental* que se levava ao comércio, mas sim de uma roça com sentido para venda, porém que não por isso sob as mesmas mediações que hoje se produz e reprodução as relações sociais: a escolha do que se produz não se dava primordialmente pela contabilidade entre “ganhos” e “custos”, mas sim pelo o que se podia mobilizar os sujeitos. Em outras palavras, ao sujeito ainda não estava posta, como o é hoje, a possibilidade de escolher por um ou outro trabalho, mas sim de vender uma determinada qualidade de trabalho, de produtor de arroz e/ou de farinha de mandioca, por exemplo.

Uma “roça comercial”, no caso do arroz (como veremos na citação abaixo), produto provavelmente “escolhido” dado o momento de sua grande produção e comercialização no Vale do Ribeira, em que às relações particulares da comunidade se davam simultaneamente a dinâmica de produção geral do produto: a concorrência entre os produtores de arroz. Como podemos observar no trabalho de Petrone (1966), somado ao Relatório Técnico Científico da comunidade de São Pedro:

“A mineração roubou um contingente relativamente grande de braços da lavoura [...]. Entretanto, a partir do segundo quartel do século XVIII, e particularmente em seguida ao meado do século, a lavoura sofreu incremento relativamente grande, dado que encontrará condições inclusive para exportar o possível excedente da produção. [...]. Mandioca e arroz eram as culturas mais importantes, que possuíam caráter comercial, cultivadas, frequentemente, sob incentivo do governo da Capitania. O fato é que rústicos raladores, e prensas de tipiti, forneciam abundante quantidade de farinha de mandioca, enquanto os vargeados do baixo Ribeira, na área de Iguape, assim como em Cananéia e um pouco na área de Xiririca, possibilitavam importante lavoura de arroz que, em seguida, iria justificar a montagem de várias máquinas de beneficiamento, especialmente em Iguape.” (PETRONE, 1966, p.77-78)

“[...] decadência da atividade mineradora na região, viabilizando o assentamento de escravos libertos, abandonados à própria sorte, ou mesmo fugidos da escravidão em terra esvaziada da ocupação branca [...]. Comunidades negras tendo-se constituído como produtores de excedentes – principalmente de arroz – comercializados via rio Ribeira de Iguape, a partir de entrepostos comerciais instalados em suas margens, que captavam esta oferta pulverizada e revendiam aos vapores²³” (RTC São Pedro, p.17)

²³ O RTC-São Pedro faz aqui referência aos navios à vapor, apresentados a nós por Petrone (1966, p.316): “iniciou-se, em meados do século [XIX], serviço regular de navegação a vapor no Ribeira, inicialmente entre Iguape e Xiririca. Interrompido em 1865, voltou a funcionar em 1870, interessando uma considerável porção da bacia ribeirense. No fim do século, estando a cargo da Companhia Sul Paulista de Navegação e Mineração, que recebia, por contrato, uma subvenção de 25:000\$000 do governo do Estado, o serviço de navegação a vapor compreendia um total de 356km”.

Assim, apesar de estarmos de acordo com R. Queiroz (2006) quando este coloca a necessidade de olharmos para as “especificidades” com que os sujeitos das comunidades se relacionam entre si e a intensidade com que se relacionam com os de fora (os comerciantes), este mesmo autor classifica, em outros momentos de seu trabalho, tais relações como “tipicamente não capitalistas”, como se lê a seguir:

A “organização econômica do povoado apresentava feições de molde **tipicamente não capitalistas**, resistindo ao cerco das relações sociais próprias do modo capitalista de produção [...]. Assim, a organização econômica do bairro caracteriza-se pela produção de **valores de uso**, pelo domínio do produtor sobre as condições objetivas de realização de seu trabalho, trabalho cuja finalidade não era a criação de valor, mas sim a manutenção do próprio produto [...] embora pudesse realizar trabalho excedente de modo a trocá-lo por trabalho excedente estrangeiro ao grupo, isto é, por produtos excedentes alheios (Marx, 1971:433-434)” (QUEIROZ, R., 2006, p.50-51, **grifos nossos**).

Concordamos que não se tratava de uma economia como as das glebas de exploração de ouro ou das grandes fazendas de plantação de arroz, nas quais parte dos antigos habitantes das comunidades ribeirinhas provavelmente viveram, porém cabe problematizar a classificação feita por R. Queiroz (2006) como relações “não capitalistas”, uma vez que, como destaca Jovita de França, realizavam enormes mutirões e, ao menos Bernardo Furquim, realizavam idas, se não rotineiras, com certa regularidade sazonal, à cidade de Xiririca. Cabe, portanto, a questão (para além de se almejar uma definição mais ou menos verdadeira) do porquê Renato Queiroz (2006) define as relações anteriores ao século XX como relações “de molde tipicamente não capitalista”, salvaguardando-as como “resistência” “ao cerco das relações sociais próprias do modo capitalista de produção”.

Acreditamos que tal interpretação se funda em um entendimento sobre o *modus operandi* do capitalismo, que se daria para R. Queiroz (2006) não por uma contradição interna à própria lógica do sistema, mas a uma relação entre duas totalidades: uma internamente não capitalista, resistindo às *forças*²⁴ de uma segunda, externa, capitalista. Totalidades em si que

²⁴ Utilizamos o termo “força” não por acaso, uma vez que o próprio autor o utiliza (tendo por base o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, “O Campesinato Brasileiro: Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil”, 1973). Renato Queiroz (2006) toma assim emprestado de Maria Isaura o termo “forças centrífugas” para tratar dos motivos que levariam os moradores da comunidade de Ivaporunduva a saírem do bairro – motivos estes de religião, comercialização ou justiça.

Acreditamos, porém, que ao se utilizar de tal termo, Renato Queiroz (2006) apagaria o processo pelo qual aos sujeitos é posta a socialização no capital: coloca como externo, uma “força”, algo que em realidade constitui e fetichiza a própria consciência de sujeito. Em outras palavras, equipara a uma lógica matemática/física, na qual os processos são entendidos como uma somatória de forças que tem como resultado determinado movimento, e não a um processo que em realidade é contraditório, posto pela tensão entre o sujeito e o objeto (ou, que dá no mesmo, entre o capital e o trabalho): em que um determina o outro, e este determina aquele, e ambos, fetichistamente, se colocam como totalidades.

se relacionariam através do que o autor chamou de trocas de excedentes: “trabalho excedente” interno à comunidade, por “trabalho excedente estrangeiro” (R. QUEIROZ, 2006, p.51).

Formulação que consideramos problemática. Primeiro, por defender a existência de duas totalidades cindidas. Por um lado, o *trabalho do humano* realizado pelos viventes da comunidade; do outro, a *reprodução do capital*, autonomizando partes, trabalho e capital, que em realidade se autodeterminam. Ambos compõem uma oposição recíproca, em que cada uma subjuga a si a outra como momento seu, e a exclui enquanto totalidade. A contradição, portanto, é considerada por nós interna à relação e não externa, como constrói R. Queiroz (2006).

Mas R. Queiroz (2006) poderia nos questionar: “como discutir a contradição nos termos que você defende, quando o momento da cisão entre capital e trabalho está ausente: o sujeito obtém/é posseiro/proprietário dos meios de produção?”. Sobre esta relação com a terra (os meios de produção) vale a explicação do bisneto de Bernardo Furquim, seu Edu Nolasco de França (*apud* RTC, São Pedro, p.16):

“de lá de Ivaporunduva até nas Vargens, ele [Bernardo Furquim] morou em um bocado de lugar aí, ele abria posse num lugar, formava aquela criadagem, passava adiante e assim ia. [...] Cada filho formava uma posse, ficava trabalhando”;

E de Dona Jovita (*apud* CARVALHO, 2006, p.38):

“Já nesse conhecimento das comunidades, o Bernardo foi caçando mulheres para outros lugares, trazendo, fazendo cantina. Como aqui na Barra do São Pedro, aqui foi a maior vila dele. Aqui ele conseguiu uma máquina de farinha, roda d’água, aqui ele conseguiu um monjolo de pilar arroz, de pilar milho para transportar farinha de milho, uma fábrica de pinga. Cá no centro, nesse córrego que atravessa ali na pontinha, lá em cima [no sítio Carvão] era a fábrica de pinga dele. E com essa filharada que ele teve, a cada filho foi dando um pedacinho de terra.”

Somada a esta vasta área, sobre a qual Bernardo tinha influência (consolidada pelo parentesco e pelas relações comerciais – como já discutido), também este possui o registro de parte de suas posses junto à paróquia de Xiririca, assentado no dia 10 de junho de 1856, no Livro de Terra sob o nº 469:

“Digo eu abaixo assignado que sou senhor e possuidor de um sítio na paragem denominada Boqueirão do São Pedro, distrito desta Villa de Xiririca, de frente do rio a cima faço diviza com meu cunhado João Dias em huma pedra grande, de frente do rio abaixo com Ignacio dos Santos em um pao de canela que tem. Por ser verdade mandei passar e pedi ao senhor João Pedro de Pontes que este fizesse e assignasse por eu não saber ler nem escrever’ (Livro de Terras da Paróquia de Xiririca *apud* Stucchi, 2000: 78).” (*apud* CARVALHO, 2006, p.38)

O que conferia, indiretamente, à comunidade, certa tranquilidade:

“o fato de alguns de seus moradores, negros libertos, terem acesso ao registro da terra poderia indicar o outro lado de uma aliança unindo múltiplos interesses. Terras oficialmente registradas estariam menos susceptíveis à fiscalização, protegendo uma ocupação caracterizada também por negros em situação de fuga.” (RTC, São Pedro, p.17).

O fato de Bernardo obter o registro que lhe garante a “apropriação dos meios de produção” revela, simultaneamente, o que não podemos deixar de considerar: que se a este é dado o registro de uma gleba, a outros fica a relação de subordinação, do não registro²⁵. Isto é, tranquilidade para a comunidade e “domínio” sobre os braços e terras para Bernardo. Tal relação de subordinação, com suas particularidades, teria no parentesco *talvez* uma chave de diferenciação com relação ao modo como hoje se funda a propriedade privada – particularidades e processo de formação da mercadoria-terra na região, os quais serão melhor discutidos ao final deste capítulo. Relações familiares que estariam fundadas na igualdade, como defende R. Queiroz (2006) abaixo, mas que, diferentemente do autor, a compreendemos não positivamente:

“povoamento [...] de lavradores grosso modo autossuficientes, vivendo em regime de ‘economia de subsistência’, **estruturando-se de maneira marcadamente igualitária**. [...] O trabalho agrícola é realizado na maior parte pelos membros das famílias elementares – unidades constituídas de um homem, sua esposa e seu filho ou filhos.” (QUEIROZ, R., 2006, p.43).

Para além do todo já dito sobre as hierarquias e relações de dominação político-econômica, vale notar: R. Queiroz apesar de chamar a atenção às “especificidades”, utiliza uma concepção de igualdade que é em si moderna. Vejamos.

Quando Marx (1983, vol. I, t.1) discute o que seria *igualdade* e salienta que só no capitalismo a igualdade é possível de ser concebida, não está a positivar esta *qualidade*, mas a salientar que é apenas neste sistema que os diferentes aparecem como iguais, são *equiparados*. Como no primeiro capítulo de “O Capital” (1983, vol. I, t.1): 20 varas de linho são igualadas a um casaco, pois se iguala – o diferente trabalho de quem faz o linho ao trabalho de quem faz o casaco – a uma medida que cabe a ambos, o tempo de trabalho abstrato. É este momento em que a abstração se realiza, quando “o segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular” (MARX, 1983, vol. I, t.1, p.62). Isto é, a subjetivação da igualdade só se dá quando esta já é uma objetividade social.

²⁵ Não podemos deixar de notar o ano em que o registro é realizado, isto é, após a constituição da Lei de Terras de 1850, lei que relaciona o acesso à terra à possibilidade da compra desta, assim como tinha por objetivo o reconhecimento pelo Estado das ocupações já existentes. Lei que deve ser compreendida dentro do processo de formação, tanto de um mercado de força de trabalho livre, como de terras (para mais, ver BOECHAT, 2009).

Assim, não podemos simplesmente negar que, no momento histórico ao qual R. Queiroz (2006) faz referência, seja provável que tenham existido diferenças qualitativas na forma de se reproduzir em comparação às formas como hoje se reproduzem estes agricultores, diferenças que expressam, inclusive, o próprio processo de formação e autonomização das categorias do capital (terra, trabalho e capital)²⁶. Mas também não podemos deixar de salientar os “óculos” com os quais o pesquisador olha para o passado: defendendo uma sociedade igualitária, para compreender uma realidade que, segundo ele próprio, se distingue da capitalista. O autor, desta forma, positiva a apropriação dos sujeitos dos meios de produção apagando as próprias relações de dominação pessoais presentes nessa realidade.

Também entendemos que a formulação do autor apresentaria um idealismo característico do moderno: é no mundo moderno que é possível a concepção de que sujeito e objeto sejam passíveis de se fundirem em um uno, uma identidade não contraditória, culminando em um sujeito não sujeitoado pela lógica da produção do capital. E para tanto, ao sublevar o sujeito, R. Queiroz (2006) – juntamente com tantos outros autores que fazem a defesa da tomada dos meios de produção pelos sujeitos/trabalhadores como saída do modo de produção capitalista –, tem como pressuposto o trabalho como sendo imanentemente do homem. Compreendem a categoria trabalho trans-historicamente, cindindo-a de seu par contraditório, o capital, a fim de positivar uma saída do capitalismo, no mínimo, conservadora: imputando ao homem um em si (o trabalho), que só se dá, em realidade, na relação contraditória para com seu outro (o capital).

Isto é, ao invés de se fazer uma crítica ao fundamento que produz e reproduz a lógica da mercadoria (a relação socialmente posta de que ao trabalho cabe a produção de valor e a igualação de todos sob o trabalho abstrato), positiva-se seu fundamento, e acaba-se por fazer uma defesa do trabalho para *ad infinitum*.

E, ainda sobre a citação de R. Queiroz (2006) feita anteriormente, vale em muito, para o aprofundamento da compreensão acerca da lógica do capital e consequentemente da própria reprodução das comunidades que aqui tratamos, a discussão sobre a família: como a família, tão naturalizada por praticamente todas as ciências humanas, não é problematizada como parte constituinte da valorização do valor. Referimo-nos aqui às formulações de Roswitha

²⁶ Fazemos referência à discussão de Marx apresentada principalmente no capítulo “Fórmula Trinitária” (1985, vol. III, t.2), no qual o autor discorre sobre a aparência de provir os juros do capital, a renda fundiária da terra e o salário do trabalho, e não ambos os três da relação de produção que tem por fundamento a exploração do trabalho. Comportando-se como se não possuíssem relação entre si: “umas em relação às outras mais ou menos como taxas de cartório, beterrabas e música” (p.269). Discussão que será aprofundada ao longo de todo o terceiro capítulo da dissertação.

Scholz (2004 e 2016) como uma das chaves para entender as relações de parentesco e as divisões de trabalho dentro da comunidade²⁷.

Além do já dito acerca das concepções de R. Queiroz (2006), acreditamos que alguns pontos ainda devam ser discutidos. O primeiro deles diz respeito à concepção de “autossuficiência”, que deve ser problematizada a partir da noção do que são *necessidades* e o que significa *supri-las*. Nos dizeres da moradora Zélia: “na verdade, na cidade o pessoal só comprava fósforo e sal e o querosene, que pro óleo usava a carne de porco, a banha. Hoje o pessoal já compra mais coisa na cidade né.” Obviamente que a partir desta pequena afirmação não há meramente a constatação do aumento das necessidades pura e simplesmente, mas também um processo de constituição da propriedade privada que caminhou junto a um processo de grilagem de terras (com início nos anos 1950 e intensificação em 1970 – que trataremos no segundo capítulo) e constituição dos Parques no entorno das comunidades aqui discutidas (ao Norte o Parque Estadual Intervales, formalizado em 1995; à Leste e Oeste pela Área de Proteção Ambiental dos Quilombos do Médio Ribeira, instituída em 1984; e ao Sul o Parque Estadual Caverna do Diabo, do ano de 1969)²⁸ e a consequente burocratização para a formação das roças (sejam para comercialização ou para subsistência). Porém, como já salientamos, nosso objetivo ao discutir o trabalho de R. Queiroz (2006) é problematizá-lo considerando-o expressão de uma certa narrativa acadêmica.

Assim, para mais do que salientar o já dito da extensão da produção de Bernardo Furquim e sua relação com o comércio regional, interessa-nos agora discutir a concepção de *necessidades*. Isto é, quando se diz que uma família consegue produzir o suficiente para sua reprodução, supõe-se que esta consegue produzir *valores de uso* para si (como o próprio autor salienta no trecho transcrito anteriormente – R. Queiroz, 2006, p. 50-51), que, portanto, não estariam sendo produzidos dentro da lógica capitalista, não se transformariam em valores de uso para um outrem (valores de troca para o primeiro). Com isso, na defesa de um sistema supostamente fechado, R. Queiroz (2006) estaria positivando um dos termos da contradição da *forma mercadoria*, o valor de uso, em detrimento do valor de troca²⁹. Desta forma, R.

²⁷ Discussão que apresentaremos no terceiro capítulo nessa dissertação, no item “A questão ambiental e a formação da identidade ‘quilombola’”.

²⁸ Discussão que apresentaremos no mesmo item e capítulo citados na nota anterior.

²⁹ O autor realiza uma **antinomia**, em referência às formas kantianas: considerando um dos termos da contradição em autonomia em relação ao outro. Assim como o fez Immanuel Kant (em seu livro “Crítica da Razão Pura”, 1980) para o caso do *espaço*: um conhecimento *a priori* que independe da experiência: “Não apenas nos juízos, mas também nos conceitos revela-se uma origem *a priori* de alguns deles. Em vosso conceito de experiência de um corpo, renunciái aos poucos a tudo o que nele é empírico: à cor, à dureza ou à maleabilidade, ao peso e mesmo à impenetrabilidade, mesmo assim resta o espaço que ele (agora completamente desaparecido) ocupou e o qual não podeis suprimir. [...] Convencidos pela necessidade com que esse conceito se

Queiroz (2006) ao autonomizar o valor de uso do valor de troca acaba por naturalizar a produção de valores de uso como se fosse característico do homem.

Tendo em mente tanto como R. Queiroz (2006) parece entender a reprodução capitalista, quanto nossa crítica a este entendimento questionamos: como se constituiria o que o autor chama de “trabalho excedente”, que será trocado por “trabalho excedente estrangeiro”, visto que as relações dentro da comunidade seriam tipicamente não-capitalistas? Ou ainda, como relações não-capitalistas formariam trabalho excedente, trabalho para *além* do necessário para a reprodução?³⁰

Tomemos, para aprofundarmos a discussão, o exemplo elaborado por Marx (2011, p. 610-611) acerca das relações de troca entre Inglaterra e China, a primeira um “povo industrial, produzindo sobre a base do capital”, e a segunda caracterizada como um modo de produção “que não precisa produzir como capitalista” para trocar com a Inglaterra.

Em um primeiro momento poderíamos nos apoiar nesse exemplo para afirmar: sim, Marx (2011) defende que o capitalismo se desenvolve sobre formas não-capitalistas, absorvendo o valor por essas produzido, coexistindo ambos como totalidades. Mas, como é característico da construção de parte dos escritos de Marx³¹ (2011), a afirmação se desdobra: primeiro salientando a “tendência necessária [do capital de] submeter a si [...] todo trabalho” por meio da “propagação do seu modo de produção por meio da concorrência”, para então problematizar esta relação apresentando o duplo movimento da troca (M-D e D-M) – como adiante iremos expor.

Porém, deixemos em suspenso por ora as relações aqui iniciadas - entre o exemplo de Marx (2011) (da relação entre Inglaterra e China), sua problematização das relações de troca e a problematização que pretendemos estabelecer com o caso em particular da comunidade de Ivaporunduva analisada por R. Queiroz (2006) como relações de troca de excedentes – para

vos impõe, terei, portanto, que confessar que ele tem a sua sede em vossa faculdade de conhecimento *a priori*” (KANT, 1980, p.25). Kant “neutraliza” o espaço como um *a priori* do humano, e não como constituído socialmente numa relação indissociável entre sujeito e objeto (como argumenta sobre Kant, por exemplo, Fábio Pitta, 2011).

³⁰ E, para além do objetivo que temos neste momento do texto, perguntaríamos ainda para R. Queiroz (2006) o como este entenderia o conceito de território, como se formaria e como asseguraria suas “fronteiras”, para que algo seja considerado como “de fora”/“estrangeiro”.

³¹ Falamos “em partes” fazendo referência a algumas discussões dentro das ciências sociais, que entendem que a obra de Marx poderia ser dividida entre o *jovem Marx* e o *Marx maduro*, ou, como outros defendem (e nos aproximamos), que dentro de uma mesma obra seria possível encontrar formulações conflitantes, defendendo a teoria de um *duplo Marx*, como o faz Robert Kurz (2004): em que em um momento Marx positivaria o trabalho e defenderia a re-apropriação dos meios de produção e da mais-valia por aqueles que a produzem; mas que em momento posterior formularia a crítica ao fetiche da mercadoria e do trabalho, compreendendo-os como próprios do moderno.

A partir desta consideração, podemos questionar se o Marx utilizado por R. Queiroz (2006) (“Formas que preceden a la producción capitalista”, presente no *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*), não refletiria esta diferenciação dentro da obra de Marx.

acrescentarmos mais uma citação de R. Queiroz (2006), na qual ele apresenta um desses momentos de “troca de excedente”:

“Um pequeno excedente agrícola era às vezes comercializado, muito embora o objetivo fundamental da produção doméstica fosse o autoconsumo, a manutenção das famílias independentes [cita então dois trechos de entrevistas]:

‘Quando a gente queria vender a gente ia vender, e, quando queria, os negociantes daqui de perto compravam. Tinha um tio meu que negociava ali na Barra do Simão [bairro vizinho], e tinha um tal de Vicente Cardoso que negociava também na Barra do Simão, do ribeirão pra lá. Vendia os mantimentos, tirava o dinheiro para comprar fazenda [tecido], querosene, sal. Então, com o dinheiro da lavoura a gente comprava algum mantimento para casa. Mas era custoso aquele tempo!’

Ou então:

‘cada um tinha seu servicinho como aguentava fazer né? Fazenda não tinha, não tinha estrada, era tudo consumido aqui. O que sobrava vendia para fazer negócio, dinheiro também era difícil. Esse tempo, uma pessoa para pegar aí uma nota de 100 mil réis, carecia o caboclo ser um caboclo de bastante lavoura. Não era qualquer um que fazia ‘reunida’ [sinônimo de mutirão]’” (QUEIROZ, R., 2006, p.45)

Podemos então diferenciar os dois exemplos trabalhados por R. Queiroz (2006): um primeiro em que há a comercialização com o armazém do excedente produzido e, vale observar, tanto a venda quanto a compra eram realizadas pelo armazém (ele centralizava a produção da comunidade e determinava o consumo ao condicioná-lo à compra); e um segundo em que, ao que parece, o autor trata da troca entre produtos excedentes (trabalho excedente por trabalho excedente), no qual era possível o acesso ao dinheiro apenas ao sujeito “trabalhador” ou que tinha condições de realizar a “reunida”.

Começaremos então a discutir pelo que ambos os exemplos têm em comum: **a troca**. E para discuti-la utilizaremos o Marx de *O Capital* (e não o das “Formas que preceden a la producción capitalista”, 1971, como fez R. Queiroz, 2006, em trecho do autor citado anteriormente – quando discutimos o que ele considerava serem relações “tipicamente não capitalistas”), que inicia o cap. II, *O Processo de Troca* (1983, vol. I, t.1, p.79-80), salientando: “As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias”, que devem, para que ocorra a troca de mercadorias, “reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados” e que a mercadoria que um produziu não tenha para este valor de uso direto (“do contrário não a levaria ao mercado”), mas:

“apenas valor de uso de ser portadora de valor de troca e, portanto, meio de troca. Por isso, ele quer aliená-la por mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. [...] Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual. Por outro

lado, ele quer realizar sua mercadoria enquanto valor, em qualquer outra mercadoria que o agrade do mesmo valor”

Em outras palavras, o agricultor de Ivaporunduva não irá trocar um boi (sinônimo de poupança), bem valioso, por uma única saca de milho – o que não garante que hoje, olhando para trocas do passado não a consideremos um tanto estranhas, ou mesmo, que hajam relações de dominação/hierárquicas que definam a troca.

“Nessa medida, a troca é para ele um processo genericamente social. Mas o mesmo não pode ser simultaneamente para todos os possuidores de mercadoria apenas individual e, ao mesmo tempo, apenas genericamente social.” (MARX, 1983, vol. I, t.1, p.80)

Porém, poderiam aqui dizer, no caso tratado por R. Queiroz (2006) das trocas de excedentes, que a troca não só não se generalizou – a produção direta para o consumo ainda seria o cerne da relação – como tampouco envolveria um equivalente geral, o dinheiro (como no primeiro caso), nesta particularidade ocorreria apenas a troca mercadoria (M) por mercadoria (M).

Mas não deixemos de lado que a equiparação, seja em trocas de excedente supostamente esporádicas, seja como hoje a vivemos, já tem como fundamento a *abstração* das qualidades sensíveis dos diferentes trabalhos e das mercadorias por eles produzidas; caso contrário, a troca, em nenhum nível, ocorreria: milho só é trocado por boi ou arroz se, e somente se, suas qualidades individuais forem abstraídas e substituídas por quantidades específicas consideradas equivalentes entre os dois produtos/mercadorias que estão sendo permutados.

E assim, o que era uma lógica que parecia estar fora da comunidade, só entre trocas com excedentes “estrangeiros”, se mostra como uma *abstração real* (abstração que se realiza) sem recorte espaço-temporal: abstração que define simultaneamente as relações tanto “fora” quanto “dentro” da comunidade. Segundo Marx (1983, vol. I, t.1, p.81-82):

“A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal.”

A particularidade da troca tratada por R. Queiroz (2006), diz respeito, desta forma, não a um “de fora” como defende o autor, mas sim, temos por hipótese, a uma troca que não abrange ainda todas as coisas. Isto é, o dinheiro ainda não constituía um equivalente geral,

mas sim, um equivalente particular que indica o processo de generalização da equiparação³². Logo, a questão para nós não é se são ou não relações tipicamente capitalistas, mas sim o que se trocava ou não por dinheiro. As relações sociais são, desta forma, colocadas em processo de transformação. Vale, portanto, a repetição: o sentido já está posto desde que a colônia se tornou colônia fazendo da metrópole, metrópole; o que não significa que não estejam, ambas, colônia e metrópole em transformação. Como explicita o artigo de Heidemann, Toledo e Boechat (2014, p.61, **grifos nossos**):

“O que parece ser uma territorialidade não especificamente capitalista pode ser interpretado como momento da imposição forçada da territorialidade capitalista, imposição do trabalho, é importante reforçar. Dessa perspectiva, o que determina se há ou não capitalismo é a dinâmica da **totalidade em processo** e não uma forma particular de imposição das territorialidades regionais, **momentos da territorialização do capital.**”

Arriscaríamos dizer que o dinheiro, como citado pelo entrevistado por R. Queiroz (2006) (ao falar da sua relação com o armazém), é um aprofundamento desta lógica, que já está pressuposto nesta no momento da equivalência entre as mercadorias (M-M), revelando por sua vez, porém, o aumento no número das trocas (o aprofundamento das contradições da forma mercadoria) e a necessidade por uma mercadoria que funcione como equivalente geral. Em outras palavras, o uso do dinheiro, dado pelo aprofundamento das relações de troca, diz respeito, por um lado, à repetição em que estas são realizadas, porém que, por outro lado, ainda não se generaliza para toda e qualquer mercadoria: as comunidades cultivam e vendem para o armazém determinados produtos e este lhes vende/troca o que adquire nas relações que estabelece na região.

O movimento duplo, ao qual Marx (1983, vol. I, t.1 e 2011) faz referência, realiza-se assim na mercadoria que se troca para a venda (M-D), momento da venda; e dinheiro que se troca por mercadoria (D-M), momento da compra – vende-se milho e obtém-se dinheiro, com dinheiro compra-se tecido. Mudanças de formas que ocorrem simultaneamente – toda compra é ao mesmo tempo venda –, aparecendo ao final como M-M (milho por tecido), dado que “a mercadoria desaparece ao converter-se em dinheiro, não se reconhece no dinheiro como chegou às mãos de seu possuidor ou o que transformou-se nele” (1983, vol. I, t.1, p.98). E assim, “se na primeira fase [D-M], o capital pressupõe o consumo, na segunda [M-D], pressupõe a produção, a produção para a produção” (2011, p.611). E desta forma, a simples produção para consumo direto se mostra, por fim, *prenhe* de uma produção voltada para a troca: a constituição do *excedente* em relação à produção para o *necessário*.

³² “A troca direta de produtos possui já, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não a tem” (MARX, 1983, vol. I, t.1, p. 81).

Voltemos, então, para o exemplo que Marx desenvolve nos *Grundrisse* (2011), para as relações comerciais entre China e Inglaterra. Obviamente não podemos mais considerar que Marx, ao dizer que o capital tem a “tendência necessária de submeter a si [...] todo trabalho”, refere-se a uma mera apropriação por parte da Inglaterra do valor produzido pela China sem, no entanto, transformar as relações no interior dessa: duas totalidades que se relacionam como totalidades cindidas – uma “dentro” do capitalismo em relação com uma que se mantém “fora” – não trocam, não equiparam valores.

Porém, se há poucos parágrafos atrás dissemos que nos “arriscávamos”, ao comparar a passagem M-M à M-D - D-M, é porque acreditamos que há um processo que ainda nos falta ser discutido. Precisamos ainda analisar alguns outros casos de troca de mercadorias ou de venda por dinheiro – tanto entre moradores, como entre moradores e o dono do armazém/pessoas de “fora” –, a fim de caminhar na história da comunidade de São Pedro e, simultaneamente, da região do Vale do Ribeira.

Para tanto, se até aqui não nos focamos em específico em nenhum produto do trabalho, pretendemos agora nos centrar na formação da terra como mercadoria, este meio de produção não produzido. Não por acaso a escolhemos, visto que através da sua posse e comercialização é possível compreender o processo de transformação de seu, podemos dizer, *sentido*: de uma terra inserida em um contexto regional (como ficará mais claro ao final deste capítulo), para a formação de um mercado de terra e, simultaneamente, de um mercado de força de trabalho assalariada (“livre como os pássaros”, nos dizeres de Marx, 1984a, vol. I, t.2, p.263). Assim, sobre a ocupação das terras no Vale, Petrone (1966, p.92, **grifos nossos**) conclui:

“Em síntese, os aspectos principais de povoamento foram os seguintes: os rios continuaram a constituir os principais meios de penetração, em suas margens vivendo o maior contingente de moradores. [...] Entretanto, em seu conjunto, continuava a ser [a Baixada] **o domínio das terras devolutas**, raramente devassadas e mais raramente objeto da presença estável de algum morador. [...] A região estava, ainda em sua maior parte, **em condições de conquistar**.”

Mas como era feita esta “conquista” das “terras devolutas”? Da sua tomada pelo trabalho na lavoura e/ou cedida sob o olhar do “patriarca” (seu Bernardo Furquim, por exemplo); para uma mercadoria que passa a ter um preço, a ser pago tanto por parentes, como por habitantes de fora da comunidade. Obviamente, quando separamos nestes dois blocos de possibilidades de “acesso à terra” (posse/parentesco de um lado, e alienação pela compra de outro), não estamos resguardando a esses dois blocos momentos históricos diferentes. Pelo contrário, acreditamos que, assim como os escravos não se tornaram livres simplesmente

graças às legislações gestadas ao longo do século XIX (histórias de fuga ou de renomeação, como a realizada pela sesmeira Joanna Maria, se repetem e somam-se a outras hipóteses encontradas nos RTCs); a posse da terra não se tornou proibitiva, de uma hora para outra (da Lei de Terras de 1850 em diante), e a propriedade privada uma norma formal absoluta para todo o território nacional.

Paralelamente à discussão do como negros libertos/fugidos acessavam a terra, acreditamos que vale a questão (que nos inquieta): como ex-escravos mantêm posse ou realizam compra de terra (como ainda mostraremos em relatos) em um período em que a força de trabalho predominante ainda era a escrava negra? Localizadas inclusive, fazendas de escravos e “comunidades” de negros livres, muitas vezes lado a lado – como podemos ver na Figura 3 organizada pela antropóloga Deborah Stucchi (*apud* PAES, 2007, p.80), a seguir³³:

³³ Figura 3 na qual também podemos observar a possível localização das comunidades de São Pedro/Galvão e Ivaporunduva (entre as cidades de Xiririca e Iporanga) na metade do século XIX, a primeira às margens do Rio São Pedro e a segunda às margens do Rio do Bocó. Vale salientar, porém, que neste mapa a comunidade de São Pedro não aparece com este nome, mas talvez tenha sido representada pelo nome de “Vargens”; e a de Ivaporunduva, que hoje é cortada pelo Rio do Bocó, no mapa aparece com certa distância deste.

Figura 3 – Distribuição parcial das fazendas de escravos e negros livres moradores na região de Xiririca e Iporanga na metade do século XIX

Fonte: PAES, 2007, p.80

No RTC de Ivaporunduva (p.18, **grifos nossos**) há uma hipótese:

“O reconhecimento formal desses negros baseia-se em sua posição na estrutura social, que os definia como pequenos produtores, fornecedores de produtos de consumo para as fazendas, participantes da economia local enriquecendo comerciantes, reserva de mão-de-obra em períodos de safra e detentores de um saber sobre as técnicas de navegação dos perigosos rios, principal via de comunicação regional.”

Hipótese que encontramos também no trabalho de Pasquale Petrone (1966), que apesar de não especificar que seriam ex-escravos ou descendente desses, atenta para o fato de que junto à exploração aurífera caminhava uma produção alimentícia fora das propriedades dos sesmeiros/mineradores:

“A penetração do povoamento para o interior, justificada apenas pelo ouro de lavagem, se fez somente ao longo do Ribeira, e sempre de forma muito rala e descontínua. Caracterizou-se, como sempre nesses casos, pela instabilidade de fixação, com a mobilidade do povoador. A atividade de bateação foi ancilarmente acompanhada pela presença de roças fugazes para subsistência, sempre marginalmente ao rio.” (PETRONE, 1966, p.75, grifos nossos)

Acreditamos que Petrone (1966) estaria provavelmente se referindo às populações negras, pois, apesar de não o explicitar, refere-se a estes povoados como de “tendência ou propensão dos moradores a se isolarem” (p.80) ou mesmo, em outro trecho salienta que:

“de um modo geral o elemento negro encontra-se, em maior número, nas zonas marginais ao Ribeira, de Iguape até Eldorado. Nesta última área, o contingente negro é tradicionalmente elevado, dada a concentração, elevada para o caso da Baixada, que aí se verificou no século XVIII com a mineração” (idem, p.57, grifo nosso)

Defendemos que este autor não explicita tal relação, uma vez que o norte de seu trabalho é a defesa por políticas capazes de “inserir” a região do Vale do Ribeira na “dinâmica economia do Estado de São Paulo”. Assim, Petrone (1966) não trata as questões das posses realizadas especificamente por escravos, ex-escravos e seus descendentes. Isto é, em sua empreitada argumentativa por encontrar produtos e técnicas mais “apropriadas” para as características da região, obscurece as relações de dominação e exploração que se explicitam nas relações postas pela escravidão, restringindo-se a estatísticas populacionais: contabilizando a relação entre a população livre (branca) e escrava como forma de apresentar a “dinamicidade” da região, como discute abaixo (após apresentar uma tabela com tais dados para as cidade de Iguape, Cananéia e Xiririca, no ano de 1874):

“No conjunto percebe-se um incremento populacional relativamente grande, mas que ficava muito aquém do ritmo a que obedecia toda a Província. De então para cá o atraso da região da Ribeira, em relação ao Estado, tornou-se sempre maior. Por outro lado, não é difícil, também, perceber a relativa decadência do

contingente de escravos, o que foi decorrente da não implantação, na região, de uma lavoura comercial absorvedora de mão de obra numerosa e, em parte, da própria decadência econômica regional [...]. O fato é que, enquanto em 1836 os escravos representavam cerca de 31% da população total, cinquenta anos depois mal superavam 10% do total.” (*idem*, p.90-91)

Ou então contabilizando o quanto de “elementos” negros, brancos, pardos e amarelos existem na região no momento pós-escravidão, como meio de enfatizar seu argumento crítico ao não desenvolvimento da economia urbana da região do Vale do Ribeira (considerações dadas, novamente, após a apresentação de uma tabela, na qual consta a “população segundo a cor” nos anos de 1940 e 1950):

“O contingente de brancos, o mais numeroso, segundo os dados dos Censos, tende a se tornar sempre mais preponderante. Assim é que, enquanto em 1940 representava 69,7% de toda a população, em 1950 já havia atingido o valor relativo de 80%. [...]. Mesmo assim, o contingente da Região considerado branco é relativamente inferior ao do conjunto do Estado, que, em 1950, era de 85,65%. [...] Completam o quadro que nos está interessando, os dados relativos aos contingentes de negros [...] cremos, isto sim, e apenas como hipótese, que o **caráter eminentemente rural dos quadros populacionais da Região do Ribeira**, tenha influído na **maior permanência do negro** como grupo homogêneo.” (PETRONE, 1966, p.53-55, **grifos nossos**)

Ou mesmo se restringindo ao óbvio, como no trecho que citamos anteriormente: “De um modo geral o elemento negro encontra-se, em maior número, nas zonas marginais ao Ribeira, de Iguape até Eldorado. [...] dada a concentração, elevada para o caso da Baixada, que aí se verificou no século XVIII com a mineração” (*idem*, p.57).

Acreditamos, por fim, que Petrone (1966) refere-se a esta população de forma indireta não apenas por causa do objetivo de seu trabalho³⁴, mas, e talvez principalmente, como decorrência do método regional que, como apresentamos na introdução desse capítulo, defende a aproximação ao campo de estudo a partir de diversos recortes, nos quais a violência (seja a gestada pela metrópole dando origem à expropriação e escravidão, seja a que perpetua esse processo na colônia) não cabe aos pontos propostos.

Com tal argumentação, buscamos recuperar nossa defesa de que, ao Petrone não tratar dessa população, está respondendo ao seu tempo, cabendo aqui uma crítica ao processo que este autor representa – de uma defesa da modernização do Vale do Ribeira/SP– e não ao *sujeito* Petrone, sujeitado ao momento da *territorialização do capital* de seu tempo (como hoje somos, por nossa vez, ao momento atual de reprodução desse processo).

³⁴ Pois, se este autor não dá a atenção que gostaríamos que fosse dada para o grupo em estudo, não podemos deixar de salientar o objetivo de seu trabalho, isto é, de descrever e compreender a região do Vale do Ribeira a fim avaliar os projetos de iniciativa oficial e as possíveis “potencialidades” da região se gestado um adequado plano de desenvolvimento econômico, como se pode observar pelo título de seu último capítulo: “A ‘redescoberta’ da região do Ribeira e sua valorização recente”. Tal objetivo consideramos também problemático, mas trataremos dele mais adiante.

Dadas as devidas ressalvas, antes de voltarmos a tratar do caso particular da comunidade de São Pedro/Galvão, gostaríamos de passar rapidamente por três casos relatados por moradores e registrados nos RTCs: dois de compra de terra – na comunidade de **Nhunguara**, em que aparece a equivalência do pagamento feita em dinheiro, e de **Pedro Cubas**, no qual o pagamento é feito em produto; e um terceiro caso, de **André Lopes**, no qual o proprietário troca sua terra. Começamos pelo caso de *Pedro Cubas*:

“o caso do **sítio Pai Romão**, localizado na comunidade de Pedro Cubas (Eldorado), que foi **comprado por Silvério José Maria em troca de uma carga de milho**. Contudo, a canoa que transportava o milho virou e molhou parte da carga, a qual, ao ser armazenada com o restante dos grãos, estragou toda a mercadoria que serviria de pagamento para as terras negociadas. Porém, o vendedor não desfez o negócio. Ao contrário, **doou as terras** para a filha de Silvério José, que era sua **afilhada**” (CARVALHO, 2006, p.56, **grifo nosso**)

Neste caso, a relação de compadrio é essencial e, acreditamos, responde à pergunta do porquê a venda é efetivada mesmo sem o pagamento. Esta relação já foi minimamente discutida por nós, a importância deste caso para nossa pesquisa, porém, é a questão: por que seu Silvério José Maria comprou a terra ao invés de apossar-se? Visto não termos achado mais informações acerca de quem era este comprador e, muito menos, quem era o vendedor, ou sobre a data da compra, temos como hipótese que, somado ao parentesco, há uma configuração territorial que impede a posse e impõe uma forma de compra não monetarizada.

Em outras palavras, perguntamos se, com base neste caso, seria um momento de prevalência de uma *dinâmica regional* (nos termos de F. Oliveira, 2008, ou como também chama o autor, de *fechamento* da região – como apontaremos adiante): em que estando o Estado Nacional ainda em formação/legitimação (“momento da territorialização do capital”, nos termos de Heidemann *et al*, 2014)³⁵, encontram-se diferentes relações de produção controladas por poderes locais responsáveis por “fechar” econômica e politicamente a região, e assim, para se ter acesso à terra é preciso se submeter ao “poder” regional.

Deixemos tal hipótese em aberto e vamos ao próximo relato, da comunidade de *André Lopes* (RTC, André Lopes, p.40-41 – elaborado por Maria Celina P. de Carvalho):

“alguns moradores de André Lopes vêm tendo problemas com um certo **Anésio de Lara Campos**, advogado residente na cidade de **São Paulo** a quem acusam de grilar terras. Em processo judicial, ele alega possuir áreas dos sítios Rolado e Tapagem, as quais teria **comprado** de moradores descendentes dos Vieira e dos Pedroso. A área na Tapagem foi **negociada com Amantino Vieira em troca de um cobertor**, conforme relata uma de suas sobrinhas:

³⁵ Vale ressaltar que, apesar de se utilizar do mesmo termo que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005 e 2007), *territorialização* é entendido por Heidemann, Toledo e Boechat (2014) de forma diferente, como ficará mais claro a partir do segundo capítulo e do item “Formalizado a ‘vocação’” do terceiro capítulo dessa dissertação.

Moradora – Esse Anésio é gente grilador, ladrão. Ele trocou uma coberta com um parente nosso.

Celina – Uma coberta? A senhora que dizer um cobertor?

Moradora – Sim, trocou um cobertor com a terra. O coitado era bobo. Nesse tempo, o povo era muito caipira demais, qualquer coisa para ele era grande coisa. Ele [o Anésio] trocou o cobertor com um tio meu que morava lá [na área da caverna do Diabo] antes de nós irmos morar para lá.

Celina – Quem era esse tio seu?

Moradora – Era Mantino, antes de nós irmos trabalhar para lá. Nós sempre tivemos a nossa parte lá porque é a parte do meu esposo e a parte da minha sogra. Aí nós sempre íamos trabalhar para lá, mas depois que ele fez o negócio com o Mantino, ele quis tomar conta lá do sítio todo.

Celina – O seu tio Mantino saiu de lá?

Moradora – Ele saiu, foi embora para a Barra do Braço.

Celina – Ele mudou de lá, ele trocou porque estava querendo sair?

Moradora – Não estava querendo sair, ele que mandou ele sair, o Anésio que mandou ele sair.

Celina – O seu tio não queria sair?

Moradora – Ele não queria sair porque ele é nascido e criado aqui.”

Deste trecho, para além da polêmica acerca da troca da terra por um cobertor (o que pode ser entendido como expressão de um mercado de terras ainda em formação³⁶), acreditamos que outras questões devem ser destacadas. Questões a respeito do comprador da terra, “Anésio de Lara Campos, advogado residente na cidade de São Paulo”: por que um morador de São Paulo queria terras no Vale do Ribeira? Por que grilaria tais terras?

Acreditamos que há nesse caso um indício de promessa de valorização da terra que, se comprovada a data da aquisição (por volta da década de 1980 – segundo RTC de Galvão), diz respeito a um conjunto de ações governamentais que se intensificam a partir da década de 1950, que tinham como objetivo “atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região” através de “intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros”³⁷. Deixamos aqui um indício para a análise desse contexto, que será discutido no segundo capítulo, mas que já nos dá uma dimensão dos conflitos e questões territoriais na região e os desdobramentos da ação estatal no século XXI.

³⁶ Hipótese que pode ser problematizada uma vez que se lê no RTC de Galvão (p.21, **grifo nosso**): “No quilombo de André Lopes, situado na área da Caverna do Diabo, no município de Eldorado, os moradores relatam o caso de um morador que **há pouco mais de vinte anos** trocou uma posse, nas proximidades da caverna, por um cobertor.” Isto é, se o relatório é de 2000, o caso da troca ocorreu por volta da década de 1980, período em que o mercado de terra já estava formado.

³⁷ Objetivos da Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa), autarquia que substitui em 1968 o Serviço Regional do Vale do Ribeira (SVR), vinculado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) (SUDELPA, 1969).

Por hora, voltemos ao século XIX, no qual temos o relato da comunidade de Nhunguara, o mais completo (em termos de fornecer datas e nomes), pelo qual podemos refletir também acerca das relações gestadas na região:

“João Faustino Vieira comprou terras para abrir o sítio na localidade do Salto, no baixo Nhunguara, em 1830. Sabe-se que seus filhos, identificados como “irmãos Vieira”, refugiaram-se na Caverna do Diabo para não serem forçados a combater na Guerra do Paraguai [1864-1870] e que ficaram trabalhando naquela localidade durante alguns anos. Finda a guerra do Paraguai, Domingos Vieira permaneceu na região da Caverna, hoje André Lopes, e João, Máximo, Vicente e Sebastião retornaram para o Nhunguara, todos na localidade do Salto, onde tanto compraram terras quanto abriram novas posses [...]. Daniel ainda relata que os irmãos Vieira, quando acharam que as terras adquiridas eram suficientes, **resolveram registrá-las.** Como apenas um deles, Sebastião Vieira, era alfabetizado, a totalidade das terras foi registrada em nome dele. Após a morte de Sebastião, que morreu solteiro e sem filhos, foi aberto inventário e realizada a partilha entre os irmãos e seus descendentes.” (RTC, Nhunguara, p.31-32, **grifos nossos**)

Se, anteriormente, quando apresentamos os relatos dos ocorridos na comunidade de André Lopes e Pedro Cubas, apontamos para uma possibilidade de mercado de terras em gestação, aqui a questão toma força e nos obriga a pensar sobre o contexto histórico regional de meados do século XIX. Repetimos assim a pergunta, agora datada: por que João Faustino Vieira teria comprado terras em 1830 e não simplesmente se apossado; e como teria João, escravo fugido ou liberto, acumulado dinheiro ainda em tempos de escravidão, e com um mercado de força de trabalho ainda não formado (fazemos referência não ao mercado da mercadoria escravo, mas da compra e venda da mercadoria força de trabalho)?

Quanto à necessidade de compra da terra, e não simples apossamento, não podemos esquecer que nas cidades de Xiririca, Cananéia e Iguape a produção de arroz tomava grande ritmo (QUEIROZ, R., 2006; BRAGA, 1999), plantado nas áreas de várzeas (áreas em que também estão localizados os quilombos), comprovado pela existência de 82 engenhos de beneficiamento do grão em Iguape e 12 em Cananéia (dados de 1836 – PETRONE, 1966, p.86)³⁸, sendo o Vale do Ribeira o primeiro produtor de arroz do Brasil, com o qual ganhou prêmio por sua qualidade em Turim, Itália (ITESP, 2000e). Produção que teve centralidade na região até fins do século XIX.

Juntamente a estas plantações, realizadas com trabalho escravo (ANDRADA, 2003)³⁹ e incentivada pelo governo da capitania (PETRONE, 1966) – e ainda tendo por objetivo a

³⁸ Mesmo ano, 1836, em que Petrone fornece os dados de “negros” (31%) e “brancos” no Vale, como já citado.

³⁹ “Durante quase todo o século XIX, a economia do município centrara-se na lavoura comercial do arroz, produzido por mão-de-obra escrava, em terras que se concentravam sob o domínio dos ‘senhores do arroz’ cujo enriquecimento e poder se processavam através da comercialização deste cereal, sobretudo voltada para o

discussão acerca da compra da terra por João Vieira –, não podemos deixar de apresentar, a fim de melhor compreendermos este momento histórico, ao menos rapidamente, os projetos de colonização ocorridos no Vale do Ribeira nos meados do século XIX. São dois no período (ocorreram outros no século XX que serão apresentados no segundo capítulo), com base no estudo de Pasquale Petrone (1966): um ocorrido entre os anos de 1865 e 1867, organizado por confederados norte-americanos, porém em terras dispersas umas das outras, em sua maioria devolutas, adquiridas do governo; e um anterior aos dos confederados, a Colônia de Pariquera-Açu de 1861 (localizada às margens do Rio Jacupiranga, como se pode observar no mapa produzido pelo autor – **Figura 4**, presente ao final deste capítulo), de iniciativa do governo imperial que possuía por objetivo o “povoamento”, do qual Petrone (1966, p.123-124) nos fornece maiores explicações:

“Os lotes rurais foram vendidos à razão de aproximadamente 10\$000 o hectare, ou seja, de 126\$000 a 722\$000, conforme sua extensão. O colono pagava 100\$000 no ato de receber o título provisório das terras, completando o pagamento após um ano. [...] os preços estavam bem abaixo dos válidos para colônias do planalto. [...] razão que fez com que alguns colonos fossem atraídos para Pariquera-Açu, preferindo-a a colônias do planalto. [...] Nos primeiros quinze dias após sua chegada o colono recebia alimentos, instrumentos agrícolas e sementes por parte da administração da Colônia. Além disso podiam ser empregados pela mesma administração, durante três dias da semana, como diaristas, com o que o recém-chegado poderia amearhar o suficiente para os primeiros tempos.”

Em tal projeto, porém, “o índice de fixação dos colonos não foi correspondente ao seu afluxo, tendo se verificado período com deserções numericamente significativas” (PETRONE, 1966, p.128) e muitas vezes, inclusive, com “verdadeiras revoltas”. Relativamente próxima de centros povoados (e aqui se apresenta o argumento mais reproduzido pelo autor para o “insucesso”, não apenas da colônia de Pariquera-Açu, mas da baixada do Ribeira como um todo):

“tal posição deixa de ter qualquer significado se não foi caracterizada por vias de comunicação que permitam sua expressão dinâmica. E as estradas [...] não surgiram com a presteza que se fazia necessária. Até 1890 a Colônia praticamente não contava com nenhum meio satisfatório que pudesse favorecer a circulação, a não ser poucas e precárias picadas e a navegação no pequeno rio Pariquera-Açu, só possível por canoas. [...] Compreende-se que as possibilidades de desenvolvimento econômico da Colônia ficaram em grande parte cortadas pelas dificuldades de transporte.” (*idem*, p.129 e 131)

A partir desses trechos fica claro – apesar da colônia de Pariquera-Açu ser da década de 1860, e a compra realizada por João Faustino Vieira da década de 1830 – não só que já em

mercado externo (estadual e europeu)” (ANDRADA, 2003, p.5, nota de rodapé 6), como também encontramos sobre, e já citamos, nos trabalhos de Braga (1999) e Carril (1995).

meados do século XIX havia um processo de formação do mercado de terras, como também tinha este por sujeito formador a ação governamental. Ação responsável não exatamente pelo povoamento (e talvez nem fosse o real intuito do governo), mas sim por colocar um preço à terra (10\$000 o hectare), antes mesmo que os “eixos” de *promessas* fossem consolidados, isto é: as “vias de comunicação”.

Vale salientar que o argumento aqui explicitado sobre a precificação da terra foi formulado por nós e não por Petrone (1966). Este, por sua vez, apresenta sua avaliação sobre a falta de estradas, mas não as entende criticamente, isto é, responsáveis por ao “desenvolver” a região (como o autor se refere) formar um mercado de terra que tem como uma das suas consequências a formação da terra como mercadoria e, na relação com esta, o processo de expropriação. Petrone (1966), por fim, não tem em seu argumento uma problematização sobre a ação do “planejar” do Estado, seu argumento se reduz a uma diferenciação entre um mal e um bom planejamento.

O bom planejamento, no caso de uma colônia, seria aquele que transforma o sujeito em um pequeno proprietário e não em um simples trabalhador. Pequeno proprietário que deve se focar numa produção comercial, e não para a subsistência que reduz a “disponibilidade de mão de obra” (PETRONE, 1966, p.217). Para tanto, o autor defende a necessidade de investimentos em vias de circulação, porém não associa a construção de tais promessas à formação do preço da terra e, muito menos, posteriormente a processos de especulação e grilagem das terras.

Aqui, inclusive, acreditamos que valha uma volta aos “pais” do planejamento⁴⁰, mais especificamente aos reclames que se ouviam da metrópole (no caso a Inglaterra), que através de Wakefield teorizavam a chamada *colonização sistemática*: para que na colônia norte-americana fosse formado um mercado de força de trabalho a ser explorado (como apresenta e discute Marx, 1984a, vol. I, t.2, cap. XXV), em contraposição à massa de imigrantes que se constituía como proprietários de terra que trabalhavam para si (nas palavras de Wakefield: “um ‘bárbaro sistema de dispersão’ dos produtores e da riqueza nacional” – *apud* Marx, 1984a, vol. I, t.2, p.229)⁴¹.

⁴⁰ E nos referimos como “pais”, tendo em mente o processo de expropriação ocorrido na Europa entre os séculos XV e XVI, que deu os primeiros passos para a constituição do capital e da formação do trabalho como o conhecemos hoje, discutidas por Marx como processo de “acumulação primitiva” (1984a, vol. I, t.2, cap. XXIV).

⁴¹ Ou ainda, pela boca de Wakefield (*apud* Marx, 1984a, vol. I, t.2, p.297-298): “Onde a terra é muito barata e todos os homens são livres, onde cada um pode à vontade obter uma parcela de terra, o trabalho não somente é muito caro, no que diz respeito à participação do trabalhador em seu produto, mas a dificuldade está em conseguir trabalho combinado a qualquer preço.”

No caso do Vale do Ribeira, as preocupações do planejador parecem, em um primeiro momento, estar de ponta cabeça em relação àquelas da metrópole, pois o pedido é para que se tornem proprietários. Porém, logo as coisas apresentam seus devidos fins, pois, não por acaso, a colônia de Pariquera foi uma tentativa gestada em 1861, após a Lei de Terras de 1850 (que buscava restringir a posse da terra à compra) e assim chegamos onde tudo toma o seu lugar: em áreas como as do Vale do Ribeira, de grande quantidade de terras devolutas (que inclusive se perpetuaram até aproximadamente 1990⁴²), e “à margem do café” (do mercado de terras que se formava com a expansão dos cafezais no planalto paulista), o “sonho” dos imigrantes de se tornarem proprietários de terra não se concretizava, uma vez que havia falta de “vias de comunicação” – não havia ainda no Ribeira, como no oeste paulista, a instalação das linhas férreas –, em seu lugar, entretanto, dava início pouco a pouco à formação de um mercado de terras ao modo de uma ex-colônia (e aqui não nos referimos a de Pariquera, mas ao Brasil, que formalmente já se põe independente de Portugal).

Assim, se para Wakefield o objetivo central era a criação de uma superpopulação relativa na colônia para ser mobilizada pelo capital da metrópole; no Vale do Ribeira, configuravam-se as primeiras tentativas de se privatizar a terra, formalizando-as como propriedade, a princípio com um preço, mas sem um proprietário.

Modo de “colonizar”, que não foi exclusividade do Vale do Ribeira. Ana Carolina Leite (2014), em seu estudo sobre o Vale do Jequitinhonha, e já apresentando os momentos finais do processo, discute a ação da CODEVALE (criada em 1964, que tinha por discurso os até hoje tão repetidos jargões – “levar o desenvolvimento”, “acabar com o atraso” e assim por diante) e conclui: que, se por um lado, a política no Jequitinhonha foi vista como “ineficaz” pelos planejadores (“capturada pela elite local”), por outro, segundo Leite (2014, p.68-69), “cumpru o papel de territorializar regionalmente a expansão da renda da terra então em curso no país. Assim, as políticas da agência tiveram sua significância explicitada pela inclusão das terras regionais no mercado fundiário nacional”, ao mesmo modo como também acreditamos que se realiza no caso por nós estudado. Entretanto, o processo que observamos, a partir da colônia de Pariquera, está apenas começando e ainda o acompanharemos pelo próximo capítulo.

Por fim, e voltando à análise de Petrone (1966) quanto à instalação das colônias no Vale do Ribeira, o bom planejamento para o autor seria aquele que resolveria o problema das produções agrícolas que se utilizam de técnicas “arcaicas” e “primitivas”, como a itinerante

⁴² Vide discussão que apresentaremos no terceiro capítulo, item “A questão ambiental e a formação da identidade ‘quilombola’”.

(como discute, principalmente, entre as páginas 241 a 251, no item “As Técnicas”), concluindo:

“No conjunto, a Baixada do Ribeira se nos apresenta com atividades agrícolas entre as técnicas mais atrasadas em todo o Estado de São Paulo. Por isso mesmo, adquirem um especial significado as iniciativas no sentido de implantar na região uma agricultura científica. Caso vinguem, e tudo faz crer que sim, com seu caráter revolucionário acarretarão, sem dúvida nenhuma, enormes transformações nas estruturas arcaicas e, em especial modo, nos seus horizontes técnicos.” (PETRONE, 1966, p.250-251)⁴³

Quanto à segunda questão acerca do caso da compra em Salto – sobre o como João Vieira, da comunidade de Nhunguara, teria acumulado o dinheiro para a efetivação da compra –, levantamos duas hipóteses. A primeira faz referência a uma dinâmica dada na relação escravo de ganho-senhor: teria João Vieira acumulado dinheiro através dos ganhos, divididos com seu senhor, obtidos com trabalhos na cidade de Xiririca ou Iguape?

Já nossa segunda hipótese considera que a riqueza acumulada por João poderia ter ocorrido com a comercialização de sua produção (seja de arroz produzido em mutirões, talvez do garimpo, seja outra mercadoria.). O caso a seguir, também ocorrido com um morador de Nhunguara, desdobra esta hipótese:

“Essas terras aqui **meu avô comprou** de um homem chamado **Miguel Antônio Jorge**, no tempo da monarquia ainda. Meu avô, **Américo Morato de Almeida**, comprou duas curitibadas para fazer roça, **em 1882**. As terras de meu avô fizeram divisa onde encontrava os olhos. Prá lá de Pedro, descia um lugar onde tiravam ouro chamado Cata de Ouro, no Jerivá. Do Jerivá atravessa direto lá no Tenente, do Tenente pega essa serra de cá, bem lá em cima e cai aqui. Tudo isso era do meu avô, são 351 alqueires. **Meu avô comprou esses 351 alqueires por 200 mil réis**. Ele **pagou com milhos** essas terras, ele vendia milho daqui em Iguape a 60 centavos o saco; daqui a Iguape eram 15 dias de viagem de canoa, ele passava direto na Caiacanga para ir no porto” (RTC, Nhunguara, p.28-29, **grifos nossos**)

Voltamos, assim, novamente à discussão acerca do não-isolamento dos ex-escravos, da presença deles como produtores para comercialização: seu Américo compra 351 alqueires a 200 mil réis com a venda de sua produção de milho. Sabemos assim como Américo Morato

⁴³ Reflexões de Pasquale Petrone (1966) (e aqui, mais uma vez, queremos destacar o momento de escrita do autor), que são possíveis de serem encontradas, com certas similaridades, por exemplo, no trabalho de Caio Prado Jr., “Formação do Brasil Contemporâneo” (1961 – primeira edição de 1942). Isto é, acreditamos que em ambos autores é possível encontrar argumentos, por exemplo, que têm de fundo uma defesa do desenvolvimento regional (no caso de Petrone) e do nacional e da formação de uma nação (na caso de Prado Jr.), como se lê a seguir: “Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não ‘tomou forma’. [...] Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional.” (PRADO JR., 1961, p.7). Assim como a própria organização do livro se faz semelhante (“povoamento”, “vida material” e “vida social”). Por último, gostaríamos de dizer que, se por um lado, problematizamos as formulações desses autores, por outro, estas mesmas nos dizem de um processo real. Nossa questão é, portanto, sobre o que possuem de pressuposto para suas formulações e, acreditamos, que seja a defesa da formação do nacional, da *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al.*, 2014).

conseguiu comprar as terras que, ao que a descrição apresenta, eram de perder de vista; mas quem era o vendedor, seu Miguel Antônio Jorge?

Encontramos sobre Miguel Antônio Jorge no RTC de Ivaporunduva (p.15, **grifos nossos**, *grifos do autor*):

“Uma das **maiores fazendas**, presente no imaginário da população negra, é a **Caiacanga**, propriedade de um cruel senhor de escravo, **Miguel Antonio Jorge**, que era assim descrito: ‘*ele era do tempo da monarquia do padre ainda, do tempo dos escravos, ele tinha uma fazenda. Esse **grilou bastante terra**, até que não tinha mais para entrar para dentro depois que o outro entrou.... Ele era **meio parente de Joanna de Ivaporunduva**.*’ Nos documentos localizados, Miguel Antonio Jorge aparece como o único estrangeiro da região, ora definido como português, ora como espanhol. **Estabelecido desde, pelo menos, a década de 30, morto em 1.880, foi vereador e Delegado de Polícia, reconhecido como o maior comerciante da região**, dono de extensas plantações de arroz e de uma fábrica de aguardente”

Isto é, Américo Morato, ex-escravo ou fugido, compra terras do maior fazendeiro da região: grande proprietário de terras, em poder da violência explícita (delegado da polícia), da política (vereador) e do comércio (maior comerciante da região), “reinando” de 1830 a 1880. A fazenda Caiacanga pode ser localizada tanto no mapa copilado anteriormente (referente à metade do sec. XIX – **Figura 3**) como o elaborado por Petrone de 1930 (**Figura 4**, presente ao final deste capítulo). Sobre a centralidade de Miguel Antonio Jorge na região, encontramos ainda na tese de Agnaldo Valentin (2006):

“Se alguém merece o título de ‘rei do arroz’, não se trata de nenhum iguapense, mas sim do português Miguel Antonio Jorge, residente em Xiririca. [...] A julgar pelos registros anotados nos livros de sisa de Xiririca, este negociante destinou parte considerável de seus ganhos à compra de terra: entre 1849 e 1879, Miguel Antonio realizou 100 compras registradas (ou 12% de todas as negociações do período), envolvendo a quantia de quase 38 contos de réis (ou 14% do valor total constantes nos livros).” (p.64)

“As intenções de Miguel Antonio Jorge não são claras. Proprietário da terra e fornecedor de crédito, boa parte do arroz por ele remetido provavelmente provinha da fazenda ‘Caiacanga’, onde em 1852 possuía os engenhos de arroz e contava com 61 escravos, a maior posse dentre as poucas registradas na lista de proprietários de engenho redigida pela Câmara Municipal de Xiririca. Ao ampliar a extensão de seus domínios, Miguel Antonio Jorge poderia se apropriar da produção agrícola dos antigos proprietários, reafirmando sua posição de maior exportador de arroz do Vale [...]. Seu caso representa uma excepcionalidade na região: nenhum dos demais comerciantes ou grandes proprietários de engenho apresentou um fluxo ou estoque de bens rurais tão expressivo.” (p.118-119)

Neste momento, para nós, porém, o que era uma hipótese quando discutíamos o caso de Pedro Cubas, aqui explicita-se mais assertivamente: configura-se um processo, como discutido por Francisco de Oliveira (2008, p.151-152, **grifos nossos**), de *fechamento da região*, tendo como poder centralizador, provavelmente, Miguel Antonio Jorge.

“O ‘**fechamento**’ de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E, nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção” (p.151)

Nota-se que não se trata de uma forma de reprodução localizada “fora” do capitalismo – como já discutimos no início deste capítulo –, e muito menos que divide em “arcaico” e “desenvolvido” como o faz Petrone (1966)⁴⁴, mas sim de uma produção e reprodução do valor dada sob o domínio regional realizado por uma família ou grupo que garante a si, via violência explícita e implícita, o poder sobre a economia e a política, a terra e o trabalho: “não tinha mais para entrar para dentro depois que o outro entrou”. Restaria, porém, responder a questão: por que Miguel Antônio Jorge venderia suas terras para um ex-escravo? Seria causa da morte ou declínio de seu poderio?

Assim, defendemos aqui que, apesar de nos faltar dados acerca das “compras” e “trocas” relatadas, há a possibilidade de compreendê-las como momentos do regional, em que tanto a terra como o trabalho são mobilizados através da dominação pessoal/direta do poder local, posta e momento do processo de *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al.*, 2014)⁴⁵.

E, enfim, damos “volta no nosso rabo”, e retornamos ao armazém que Zélia nos relatou ao iniciarmos este capítulo:

Zélia – Então, o pessoal que tinha venda, eles vendiam o produto que a gente plantava. Então a gente levava o milho, levava a farinha, levava o feijão, levava o arroz, em casca, que naquela época entregava o arroz em casca pra eles, hoje quem quer comprar quer comprar já pilado né. Daí chegava lá e trocava.

Cecilia – Lá em Eldorado?

Zélia – Não! Não, na verdade antes não era em Eldorado.

Cecilia – Era onde?

Zélia – Era aqui no porto da balsa. Na época do meu pai era **Ismael Junior** que trabalhava ali.

Sabemos que Zélia é filha de Amélia e de seu Inácio (bisneto de Bernardo Furquim), antigos moradores da comunidade de São Pedro, mas não só ainda não apresentamos sua história de vida, como tampouco quem era Ismael Junior. Exerceria este dono de armazém

⁴⁴ Concepção, inclusive, criticada por F. Oliveira (2008, p.151) como dualista: “A contradição dualista não reside na simples justaposição de duas ou mais economias que se regem por princípios e pressupostos diferentes; sua inconsistência teórica reside mais em não saber distinguir precisamente as várias formas que a produção do valor toma, subordinadas a uma dinâmica mais geral.”

⁴⁵ Dados que nos faltam que, talvez, nos ajudariam a articular os momentos de “dominação” realizada por Bernardo Furquim, a relação com o comércio regional e de exportação e a presença de, podemos dizer, coronéis como o fazendeiro Miguel Antonio Jorge.

poder político-econômico na região, no século XX, semelhante ao realizado por Miguel Antonio Jorge no século XIX?

Poderíamos, ainda, pesquisar a influência dos herdeiros desse “coronel”, falecido em 1880: teriam continuado influentes como o pai, permanecendo a fazenda Caiacanga sobre o domínio da família (existente ainda, pelo menos até 1930 – de acordo com o mapa elaborado por Petrone, 1966 – **Figura 4**)? Se não, como teria sido esta passagem? Em outras palavras, como teria ocorrido a *abertura da região* (nos termos de Oliveira, F., 2008), isto é, a sobreposição do poder nacional sobre o regional de Miguel Jorge?⁴⁶ Porém, deixaremos estas questões em aberto para partirmos para nosso próximo capítulo.

⁴⁶ A *abertura da região*, segundo F. de Oliveira (2008, p.151-152), seria a “consequente ‘integração’ nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida e, por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional.”

Figura 4 – Baixada do Ribeira 1930

Fonte: PETRONE, 1966, s/p.

Segundo Capítulo
Do regional para o território nacional

Introdução

Terminamos nosso primeiro capítulo com a promessa de apresentarmos melhor uma de nossas interlocutoras na comunidade de São Pedro (Eldorado/SP), Zélia, e de discutirmos a presença de Ismael Junior, dono do armazém a beira do Rio Ribeira. Mas, se naquele capítulo não chegamos com um só fôlego à trajetória de Bernardo Furquim, aqui alguns passos também devam ser dados para entendermos as relações que se estabeleciam entre as comunidades ribeirinhas e os armazéns localizados às margens do rio, para então refletirmos sobre a história de vida de Zélia.

Tal caminho se faz necessário porque se tínhamos (e ainda mantemos em partes) dúvidas acerca das relações de trabalho e da formação do mercado de terra durante o século XIX no Vale do Ribeira, agora que caminhamos definitivamente para o século XX estas questões se aprofundam. Em outras palavras: se concluímos que as relações se davam sob o que F. Oliveira (2008) denomina por *fechamento da região*, na qual se impõe o poder local sobre as relações de trabalho e a terra (como explicitado pela relação com o dono da Fazenda Caicanga), neste segundo capítulo nos perguntamos sobre a centralidade do armazém na reprodução das gerações que sucederam Bernardo Furquim (principalmente na geração de seus netos – como seu Inácio e dona Amélia, pais de Zélia), sem, no entanto, ignorar que a circulação de mercadorias já era presente desde o século XVIII assim como o era o armazém (como já apresentado no primeiro capítulo). Isto é, mais do que apresentar como sendo “novas relações”, o que temos por premissa é o entendimento de que se tratam de relações – entre terra, trabalho e capital –, em constante processo de transformação.

Para tanto, nossos diálogos se centrarão: nas entrevistas realizadas com Zélia, Neuza e seu esposo Arnaldo, moradores da comunidade de São Pedro; no apêndice do mestrado de Lucia **Munari**, intitulado “Memória Social e Ecologia Histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local” (defendido em **2009** no Instituto de Biociências da USP), no qual a autora transcreve trechos de algumas de suas entrevistas na comunidade de São Pedro; nos trabalhos já discutidos no primeiro capítulo (tais como o de Maria Celina **Carvalho**, **2006**, Pasquale **Petrone**, **1966**, e Renato **Queiroz**, **2006**); e no livro de Odair da Cruz **Paiva**, “Colonização e (des)povoamento”, publicado em **2002** – fruto de sua dissertação de mestrado (defendida em 1993 no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Unicamp) – no qual o autor discute os objetivos e consequências do planejamento estatal no Vale do Ribeira/SP nas décadas de 1930 e 1940.

O armazém e a comunidade de São Pedro.

“(LCM) – Então o seu pai vendia um pouco do que sobrava do gasto, o que ele vendia?

– Vendia um pouquinho de arroz, vendia um pouquinho de feijão, de milho. Tudo ele vendia, às vezes sobrava porque era bastante, ali ele vendia também. Porco também vendiam, galinha, tudo eles vendiam. Criavam com o milho que dava e quando aqueles tanto de coisa de galinha, de porco. E quando chegava na época de vender eles vendiam também.

(LCM) – E como é que ele fazia pra vender?

– Traziam o porco eles, vinham andando, vinha andando tocado numa corda uma teia que dizia, punha a matéria do porco e aí eles iam tocando até onde é a ribeira ali perto do rio grande, tinha dois comerciantes. Que um era **Ismael**, e **outro era Antônio Júlio** que dizia. Eles eram dois, duas pessoas assim que tinham comércio de vender as coisas, comprar e vender. Eram só esses dois. Depois dali eles transportavam, pra beirada, de motor de canoa desse tipo de coisa porque não tinha estrada. Então **eles que compravam, comprava e vendiam essas coisas.**” (apud MUNARI, 2009, p.167, grifos nossos)

Cecilia – O dono do armazém era **Ismael Júlio**?

Zélia – É, Ismael Júlio. Tem a casa grande até hoje ali. Que levava as coisas, e ele também pegava essas coisas que óleo, café, açúcar, essas coisas o pessoal trazia de fora pra ele, e carregava de fora pra gente. Sal essas coisas eles traziam pra ele, e levava pra ele. Era trocado. Mesmo ele fazia essa troca com o pessoal de fora, pra poder ter o que o pessoal precisava.

Acima lemos a entrevista realizada por Lucia Munari com a moradora Vera (55/65 anos de idade)⁴⁷, seguida de nossa entrevista com Zélia (nascida em 1966 – 52 anos de idade), ambas de São Pedro. Estas entrevistas relatam a presença de Ismael Júlio como um dos comerciante da região e suas atuações: centralizando a produção dos ribeirinhos, o que lhe possibilitava um melhor preço no comércio regional, ao mesmo tempo em que representava o único meio para que estes moradores obtivessem as mercadorias de que necessitavam. Vale notar que quando nos referimos a “estes moradores”, não nos restringimos apenas à venda às famílias da comunidade de São Pedro/Galvão, mas também às comunidades vizinhas:

“(LCM): – Como que seu pai fazia pra levar essas coisas?

⁴⁷ As entrevistas realizadas por Munari (2009) com moradores da comunidade de São Pedro (Vale do Ribeira/SP) foram realizadas entre julho de 2007 e setembro de 2008. Assim, as idades dos entrevistados serão apresentadas como citadas pela autora, seguidas de uma barra com a estimativa da idade atual (2018), para facilitar a compreensão.

– Nas costas! Eu mesmo ajudei muito, levei até 30 kg de arroz, nós saía de madrugada. Era dois **vendedores: o Antônio Júlio e o Ismael, era só eles que supria aqui, os Pilões, Nhunguara, André Lopes**” (morador Wilson, 72/82 anos, *apud* MUNARI, 2009, p.76)

Para além de comprar a produção das comunidades, o armazém também era responsável por duas outras funções: a de beneficiar o arroz, visto que este produto, muitas vezes, era vendido ao armazém ainda com casca, o que, em outras palavras, diminuía os ganhos do agricultor, centralizando em si o papel de comprador da produção e vendedor do serviço de beneficiar⁴⁸; e o de fornecer crédito ao produtor, como já havia nos relatado seu Armando (no primeiro capítulo) e aqui nos relata seu Inácio, pai de Zélia⁴⁹.

Inácio – A gente **comprava lá dele, porque a gente ia receber lá também**, comprava. Tinha negócio. Sempre comprava dele aí. **Fazia crediário com ele lá sempre, pagava também por mês**. Mas agora é mais pior, porque a gente recebe lá, já compra lá.

Cecilia – E o **crediário** que você fazia com o **Gaspar** era para quê?

Inácio – Ah, era pra compra, que antes de ter a estrada a gente comprava dele aí, que ele tinha o armazém dele lá, que tinha de tudo, e a gente já era cliente dele.

Isto é, pegava-se crédito com o comerciante, para consumir os produtos vendidos por este. O pai de Zélia chega a compará-lo a um “crediário”, uma dívida com pagamentos mensais. Atentamos, porém, que seu Inácio não se refere à Ismael ou Antônio Júlio (comerciantes citados até então), mas sim a Gaspar Maciel. Mais à frente esclareceremos melhor esta teia de negociantes, por hora queremos apenas explicitar algumas de suas “funções” na reprodução regional. Assim, sobre a obtenção de crédito também Roberto (70/80 anos) relata a Munari (2009, p.167, **grifos nossos**):

“(LCM) – O que era vendido?

– É, vendia o arroz, o feijão quando sobrava assim. Às vezes o milho mesmo eles criavam porco, engordavam, dali eles tiravam um pro gasto, um pro custeio de casa, e aquele resto ali eles vendiam. [...] **Eles compravam assim no comerciante, pra pagar no final da lavoura também assim**. Lá eles pegavam e levavam lá, **vendiam pro comerciante lá, acertavam aquela conta que eles deviam até naquela época**. E daí o resto que sobrava eles compravam, aquela coisa, e se preparavam pra próxima roça outra vez. Aí eles pagavam aquela dívida e se preparavam pra fazer roça outra vez. [...] **Era quase toda semana**, antes do dia de sábado eles iam no comércio comprar algumas coisas pra varar o domingo e começar a semana novamente. [...] Que o sistema no tempo deles era direto. E hoje já é mais diferente que o povo compra mais de por mês.”

⁴⁸ Segundo Aroldo (nascido em 1937), em conversa tida conosco em setembro de 2017, o comerciante Ismael Júlio: “comprava ensacada, punhava na canoa a motor e levava em Eldorado que tinha a máquina de pilar.”. Não sabemos porém se seria do próprio comerciante a “máquina de pilar” ou alugada de um terceiro.

⁴⁹ Infelizmente não temos a data de nascimento de seu Inácio, porém Aroldo, nascido em 1937, diz que aquele nasceu em ano próximo ao seu.

Roberto relata um pagamento feito na promessa da próxima venda, como também apresenta Petrone (1966) rapidamente: os moradores dos bairros rurais “revelam interesses comuns de natureza econômica, dependem do mesmo dono de venda para escoamento da produção ou para receber mantimentos ou mercadorias de toda espécie **como garantia da safra futura**” (p.285, **grifos nossos**). Isto é, o dono do armazém adiantava o consumo da família de seu Roberto quase que semanalmente, uma dívida que perdurava, se estendia, como nos contou Zélia:

Cecilia – E nessa vendinha não pegava dinheiro emprestado?

Zélia – Pegava. O pessoal **pegava dinheiro emprestado** pras vezes ir fazer uma comprinha lá na cidade, pra distrair o filho...

Cecília – Era pra ir pra cidade?

Zélia – Depois **pagava com mantimento**.

[...]

Cecilia – E eles compravam com juros é?

Zélia – Cobrava.

Cecilia – E nessa troca tinha gente que não conseguiu e ficava devendo?

Zélia – Ah, eu acho que não, porque, acho que tinha uma relação entre eles e os filhos dos outros até hoje... Sabe, acho que todo mundo que comprava com ele, sempre voltou pra cá sabe. Tipo assim, quando o cara estava com uma dívida maior ele.... ele cortava, se a pessoa não pagava ele não vendia mais, e a pessoa ia... acabava pagando pra poder comprar de novo. Então eu creio que a relação do pessoal do passado e dos que ficaram, eu creio que pagou tudo com ele, porque **a pessoa tem uma relação muito ótima com o pessoal dele**, porque os filhos dele se formaram, ele tinha uma espécie de gratidão com as pessoas da comunidade porque ele falava que se não fossem as pessoas da comunidade que compravam na venda dele, os filhos dele todos se formaram.

Zélia fala de uma relação comercial que nos coloca dois pontos para a reflexão. Um primeiro diz respeito à cidade – “pegava dinheiro emprestado pras vezes ir fazer uma comprinha lá na cidade, pra distrair o filho”: qual sua relação com as comunidades ribeirinhas em meados do século XX (tendo em consideração que Zélia nasceu em 1966, e fala de um momento vivido por ela e por seu pai, senhor de uns 80 anos); qual a intensidade dessas idas à cidade e como estas influem na centralidade do armazém na reprodução da comunidade? Estas questões se desdobram em um olhar mais atento a esta cidade, o que tinha nesta para “distrair” o filho? Isto é, perguntamos sobre a cidade de Xiririca/Eldorado no início do século XX, sua relação com o campo e seu processo de aparente autonomização.

O segundo ponto de reflexão que a fala de Zélia nos coloca, e que muito se assemelha ao que relata Roberto, diz respeito à não mediação das relações pelo dinheiro: a dívida era paga “com mantimentos”. Entendemos que tal mediação se dava (para além do já discutido no

primeiro capítulo, no qual defendemos que o processo de abstração real, mesmo quando ainda não mediada pelo dinheiro – equivalente geral – já estava pressuposta), provavelmente porque não havia, na maioria das vezes, a necessidade de tal por nenhuma das partes envolvidas, e não porque as relações eram de *trocas simples* (M-M). Isto porque, sendo o armazém comprador e vendedor único, este não necessitava dispendir dinheiro nas relações com os ribeirinhos, mas apenas descontar da caderneta de consumo (do adiantado) aquilo que lhe era vendido. Consequentemente, cabia ao comerciante a determinação das condições de compra e venda, motivo pelo qual seu Inácio nos responde, ao ser indagado sobre o crediário com seu Ismael Jr:

Cecilia – Mas dinheiro emprestado com ele o senhor já precisou?

Inácio – Graças a deus eu nunca precisei.

Isto é, dinheiro ele nunca pegou, mas “fazia crediário com ele lá sempre”, provavelmente recebido e pago em mantimentos.

Mas, como entender esta relação de “monopólio”⁵⁰ do armazém? Em um primeiro olhar a relação entre o agricultor e o armazém aparece como sendo a de uma **circulação** (personificado pelo dono do armazém) que **subsume a produção** do agricultor ribeirinho, nos termos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p.21):

“a formação econômica-social capitalista é fruto desse processo único. É fruto dos seguintes momentos diferentes, contraditórios, mas articulados: em uma ou mais frações do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. [...] [Como no momento do capitalismo concorrencial, em que] a etapa da produção imediata e a da distribuição não eram especificamente capitalistas, porém a circulação e o consumo sim.”

Assim, se R. Queiroz (2006) classifica como não capitalistas as relações presentes dentro da comunidade, e desta forma, acaba por defender um certo isolamento (expresso pelo autor como “resistência”), A. Oliveira (2007) ao interpretar o processo como *desigual e combinado*, defende que a mercadoria não se produz enquanto tal no seio das comunidades, mas passa a existir ao ser posta na circulação: “a etapa da produção imediata e da distribuição não eram especificamente capitalistas, porém a circulação e o consumo sim” (A. Oliveira, 2007, p.21). E, desta forma, se R. Queiroz defende a existência de duas totalidades cindidas

⁵⁰ Utilizamos entre aspas o conceito de monopólio, pois sabemos que este diz respeito a um processo de centralização do poder econômico, discutido por Lenin (2005) ao problematizar o momento do imperialismo no século XIX. No Vale do Ribeira/SP, porém, apesar do armazém ser por nós compreendido como uma centralidade, dentro da particularidade do Vale suspendemos uma aplicação pura e simples do termo utilizado por Lenin.

(como argumentamos em nosso primeiro capítulo), A. Oliveira organiza seu argumento salvaguardando o momento da “produção imediata” como aquele em que os “produtos” são “distribuídos” para a reprodução da própria comunidade (dos “camponeses”, nas palavras do autor), apartando este do momento da “circulação” e do “consumo”, no qual o produto se transformaria em mercadoria. Nestes termos, entendemos que para A. Oliveira o valor da mercadoria se formaria somente na circulação, o que nos coloca a questão: qual a compreensão do autor sobre o trabalho, uma vez que entendemos que este é o único capaz de produzir valor?

Isto é, se compreendemos que apenas com o consumo da mercadoria força de trabalho se produz o valor e o mais-valor (única capaz de reproduzir seu valor e além disso produzir um mais valor), como pode o produto tornar-se mercadoria somente quando trocado/vendido na circulação e não simultaneamente no processo de produção? E, conseqüentemente, como podem as mercadorias serem trocadas se é esta substância, o consumo da força de trabalho, que possibilita tal ação, abstraindo as diferentes *qualidades* para serem equiparadas pelas diversas *quantidades* de força de trabalho despendida (MARX, 1983, vol. I, t.1)?

Destas questões deriva a relação inexorável da *forma mercadoria* entre valor de uso e valor e, conseqüentemente, do valor de uma mercadoria se expressar somente quando refletida sobre outra (contra aqueles que a defendem como possuindo um valor inerente, próprio de cada uma – a merceologia da qual nos atenta Marx, 1983). Isto é, não existe nas coisas um valor intrínseco, mas é somente a partir da relação entre elas (entre os homens a partir das coisas) que a constituição desta abstração *valor* aparece (MARX, 1983, vol. I, t.1).

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...] Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a **forma fantasmagórica** de uma relação entre coisas. (MARX, 1983, vol. I, t.1, p.71, **grifos nossos**)

E, assim, considerar que a mercadoria seria acrescida de mais-valor na circulação, ignorando o momento da produção, seria o mesmo que defender que os vendedores ganhariam ao venderem suas mercadorias acima de seu valor – o que individualmente *parece* ocorrer, pois as mercadorias não são vendidas pelo o quanto representam de tempo de trabalho privado gasto para produzi-las, mas sim pelo quanto socialmente se utiliza de tempo de trabalho para produzir tal mercadoria (a imposição de todos os trabalhos à média de produtividade entre eles) e por isso, o quanto de trabalho que cada produtor realiza está posto

na produção, mas aparece na circulação. O que seria o mesmo que partir do pressuposto que à produção de mercadoria não seria necessária a exploração do trabalho, e que a circulação, em realidade, representaria apenas uma redistribuição do valor global, como expressa Marx (1983, vol. I, t.1, p.136) no seguinte exemplo:

“[...] tínhamos vinho em mãos de A por 40 libras esterlinas e cereal em mãos de B por 50 libras esterlinas; valor global de 90 libras esterlinas. Depois da troca, temos o mesmo valor global de 90 libras esterlinas. O valor circulante não aumentou um único átomo, a sua repartição entre A e B é que se modificou. De um lado aparece como mais-valia o que do outro é menos-valia, de um lado como *plus*, do outro como *minus*. A mesma mudança teria ocorrido se A, sem a forma dissimuladora da troca, tivesse roubado 10 libras esterlinas diretamente de B.”

Porém, tampouco é isoladamente na produção que tal mais-valor é produzido: transformar couro em bota não valoriza o preço do couro:

“[...] não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor” (MARX, 1983, vol. I, t.1, p.138).

Portanto, não se trata para nós, como o é para A. Oliveira (2007), de entender a constituição do mais-valor como sendo possível apenas a partir do momento da circulação das mercadorias, mas sim, de compreendê-la como dependente desses dois momentos para se realizar: produção e circulação; simultaneamente, de uma relação de troca entre diferentes trabalhos.

Porém, se questionamos a compreensão de A. Oliveira (2007), aqui problematizamos nossa própria argumentação, pois se consideramos que tanto o momento da produção como o da circulação são necessários para que o trabalho valorize o valor, como compreender este processo em um momento histórico em que o trabalho ainda está em formação? Em outras palavras, como considerar a categoria trabalho no momento do *fechamento da região* a caminho da *abertura* (nos termos de F. Oliveira, 2008), visto que, por um lado, ela está posta pela relação com a metrópole (como discutimos no primeiro capítulo), mas por outro, o mercado de terra e, conseqüentemente, o de força de trabalho ainda estão em formação, sendo ambos mobilizados muito mais por relações pessoais, postas pelos “poderes locais”, do que exatamente por relações impessoais postas pela mediação da mercadoria.

Fazemos aqui uma crítica parcial: “crítica”, por um lado, pois compreendemos (com base em Marx, 1974) que produção e circulação se auto determinam, não podendo ser consideradas como autônomas, mas sim autonomizadas (MARX, 1985); “parcial”, por outro lado, pois nos questionamos quanto ao como compreender o trabalho, ao longo do processo

de *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al.*, 2014). Desta forma, pretendemos caminhar para uma formulação que evite entrincheirar os interpretes de Marx, mas problematizá-los a partir da realidade concreta, neste caso, a relação da comunidade com o armazém.

Entretanto, e antes de voltarmos às relações na comunidade de São Pedro/Galvão, se levantamos a bandeira que A. Oliveira (2007) nos atenta para uma compreensão importante quanto ao contexto *regional* (apesar do autor não definir o defini-lo nestes termos), discordamos da concepção de *força de trabalho* do autor que, diferentemente do como buscamos ressaltar, não a coloca como em processo de formação e transformação: para ele tal mercadoria seria um “conjunto das faculdades físicas e mentais que existem na corporeidade e na personalidade viva de um ser humano e que ele põe em movimento quando produz valores de qualquer índole” (A. OLIVEIRA, 2007, p.179); para nós, porém (e aqui deliberadamente nos entrincheiramos), tal seria resultado de um processo duplamente violento, constituído tanto pela *acumulação primitiva* (e suas “atualizações” discutidas por Marx nos capítulos da “Teoria Moderna da Colonização” e “A lei geral da acumulação capitalista” – ambos em 1984a, vol. I, t.2), em que é *alienado* ao sujeito a possibilidade de produzir para si, como pela possibilidade de entender tal “faculdade” negativamente. Isto é, revogamos uma compreensão da *força de trabalho* como uma qualidade ontológica do homem, e a formulamos como uma abstração socialmente posta e constituída no capitalismo, que se torna tão socialmente real que aparece como positiva em si e o domina⁵¹.

Mas voltemos à relação entre agricultor e armazém, o que esta nos revela sobre a formação da mercadoria força de trabalho no Vale do Ribeira? Tal questão será agora nosso pano de fundo e, com esta, nos aproximamos da tese de Carlos de Almeida Toledo (2008)

⁵¹ Temos por base para tal argumentação o trabalho de Moishe Postone (1993), no qual faz uma distinção entre os autores que elaboram uma *crítica do ponto de vista do trabalho*, daqueles que fazem *crítica ao trabalho*. Os primeiros (chamados pelo autor de *marxistas tradicionais*) partiriam de um entendimento do trabalho como sendo transhistórico – “uma atividade social direcionada para um objetivo que estabelece a intermediação entre o homem e a natureza, criando produtos específicos a fim de satisfazer determinadas necessidades humanas” (1993, p.4-5, tradução livre) –, e a sociedade caracterizada essencialmente a partir de relações de classe, isto é, com base no domínio ou não da propriedade dos meios de produção (e, conseqüentemente, da dominação e exploração), e numa economia regulada pelo mercado. O problema, para estes, seria o trabalho (o universal) não se realizar devido às relações sociais particulares do capitalismo e de uma falta de regulação da economia por parte do Estado. A contraposição/solução, de acordo com esta argumentação, seria a propriedade coletivizada e uma economia planejada. Assim, o foco estaria não no processo de produção, mas sim na distribuição, exteriorizando a contradição.

Já uma *crítica ao trabalho*, partiria do pressuposto de que o trabalho é essencialmente capitalista: não uma *dádiva* que ao homem cabe, mas um modo específico a este sistema de produção. E, conseqüentemente, desnaturaliza não somente o trabalho, mas, junto com ele, o valor que a este cabe produzir. Aqui, o que é revogado, não é mais a apropriação do produto do mais trabalho pelo proprietário dos meios de produção, da mais-valia que é extraviada do trabalhador; mas sim o próprio trabalho como não sendo naturalmente do homem, porém socialmente posto a todos. Esta abstração que se torna tão realidade, que aparece como positiva em si.

que, ao analisar as relações entre o armazém e os garimpeiros no séc. XIX na Chapada Diamantina/BA, compreende que ao armazém não cabe a transformação do produto em mercadoria ao pô-la em circulação (mesmo porque, no caso tratado, é obvio que o diamante extraído pelo garimpeiro não se transformaria em mercadoria *acidentalmente*, mas é extraído como uma), mas sim, de uma violência econômica que se impõe e reproduz as relações sociais particulares do aqui chamado momento regional.

Quanto ao Vale do Ribeira/SP, temos por hipótese que as seguintes questões devam ser problematizadas: sob o viés do agricultor, do como este se reproduz e, por intermédio da relação com o armazém, consegue ou não acumular; e pelo viés do armazém, como este consegue acumular e se constituir como poder regional através de seu papel de possibilitar ou não a acumulação do agricultor. Isto é, quais outras relações sustentam o binômio armazém-agricultor?

Temos por hipótese que o primeiro ponto que sustentaria o que chamamos de binômio armazém-agricultor, diz respeito às **relações de favor**, que parecem ao agricultor apagar a dominação pessoal, como presente na fala de Zélia – “o pessoal tem uma relação muito ótima com o pessoal dele, porque os filhos dele se formaram, ele tinha uma espécie de gratidão com as pessoas da comunidade”: o dono do armazém é agradecido pois, graças à comunidade, seus filhos estudaram; estudos, porém, que os filhos dos ribeirinhos não obtiveram.

O segundo ponto que nos chama atenção são as **relações de parentesco** que fortalecem a presença do armazém: seu Antônio e seu Ismael citados pelo morador Wilson, eram irmãos, e a continuidade do negócio era dada em família:

Cecilia – E se tava funcionando o negócio do armazém, em que momento que parou?

Zélia – Na verdade quando seu **Ismael Junior** faleceu e veio o **genro** dele que era o **Gaspar Maciel**, ele abriu do outro lado do rio, ele começou a tocar pro pessoal ainda, quando eu ainda era criança eu fui, com idade de 10 a 12 anos eu ainda levei saca de milho pra vender.

Aqui se expande a família dos irmãos Ismael, somando-se à de Gaspar Maciel/**Família Maciel** (que já citamos no primeiro capítulo), centralizando a comercialização que haviam em ambas as margens dos rios:

Cecilia – Ai, desculpa, não entendi. O Gaspar era de um lado do rio, e se mudou pro outro lado?

Zélia – Não, era assim, a casa dele era pro lado de cá, e esse outro rapaz que tinha o armazém pro lado de lá, já era do pai dele, só que vendia pro pessoal que era do outro lado do rio. Só que daí o senhor de cá morreu, que era sogro dele, daí o outro de lá que era genro dele o pai dele morreu, daí ele assumiu a venda.

Cecilia – Só que daí já era do lado de lá?

Zélia – Já era do lado de lá.

Cecilia – E quando ele assumiu, o que aconteceu com a venda?

Zélia – Então, ele continuou fazendo a mesma coisa que o sogro dele fazia, que os pais dele faziam, só que daí ele já começou a atender o pessoal que morava daqui desse lado do rio e o outro pessoal que morava pro outro lado do rio.

Cecilia – Daí cresceu?

Zélia – É, daí o pessoal lá na época dele já levava as coisas, mas trocava também e já vendia, e ele já foi se especializando e **já foi rolando dinheiro**, na época desse Gaspar Maciel já ia rolando dinheiro.

A centralização dos negócios era dada pela união das duas famílias, que mantinham uma relação conflituosa com a comunidade: ao mesmo tempo em que Zélia nos fala da gratidão dos donos do armazém para com a comunidade, relata certa desconfiança:

Cecilia – Então se eu quiser achar eles [os descendentes de Gaspar Maciel]...

Zélia – Tem que ir na outra comunidade. Na verdade, essa comunidade faz resistência, não querem que sejam quilombola até hoje.

Cecilia – Não querem?

Zélia – É... **Castelhano**. Eles ficam lá, mas eles estão resistindo pra não ser reconhecido como comunidade quilombola.

Cecilia – Não querem ser comunidade quilombola mas conseguem o título da terra...

Zélia – Não, também não.

Cecilia – E por que...qual é a questão lá em Castelhanos?

Zélia – Por quê?! Porque **eles sempre foram umas famílias tipo assim, eles sempre nasceram e se criaram mandando** e não sendo mandando, então eles acham que pra ser quilombola eles vão ser mandado pelos outros. É isso que tá na cabeça deles. O que é deles, os terrenos deles é tudo aqui no parque, né, e **hoje tem muitos quilombolas que casou com a família deles**, então eles não querem dividir, com esses outros quilombolas que foram pra lá.

Cecilia – Porque a terra é deles mesmo. Eles têm o título então?

Zélia – Têm⁵².

Mas o que era “mandar”? Para além do já tido, seu Roberto (70/80 anos) relata sobre o tempo de seus pais (nascidos, provavelmente, na passagem do século XIX para o XX), em que eram contratados como diaristas nas terras do comerciante:

“– Eles trabalhavam no deles aqui, mas ajudavam eles lá. Ganhavam essas **diárias** dele lá.

(LCM) – Ajudavam a quem?

– Então, os comerciantes lá, porque eles tocavam o sítio deles também, assim. **Mexiam com criação, boi** essas criação assim. Então eles precisavam de gente

⁵² Com relação à titulação da terra, a qual Zélia parece se contradizer, esclarecemos: a comunidade de Castelhana não possui o título como território remanescente quilombola, mas, ao segundo a interlocutora, a família Maciel possui a propriedade particular sobre parcelas do pode vir a ser o território quilombola se reconhecido.

pra ajudar eles também, não precisavam só da lavoura, então quando eles precisavam assim, eles sabiam que o povo trabalhava em qualquer tipo de trabalho. Então eles falavam: ‘não quer vir trabalhar pra mim essa semana?’.

(LCM) – Mas como que pagavam o trabalho deles?

– Eles pagavam assim, se eles quisessem em dinheiro, eles pagavam em dinheiro, se eles quisessem comprar em mercadoria também eles vendiam.”
(*apud* MUNARI, 2009, p.77)

Roberto fala de um trabalho que se diferenciava daquele que realizava em sua própria terra: se ele vendia ao comerciante arroz, feijão, milho e alguns poucos animais (como porcos e galinhas), já na terra do comerciante criava-se gado através do consumo de sua força de trabalho. Em conversa com seu Aroldo (senhor de 81 anos), este tem bem claro esta “divisão” do tempo: “pra ganhar alguma coisa, trabalhava pro Ismael; pra trabalhar pra gente, fazia roça”. Além disso, se no primeiro capítulo discutíamos os mutirões como forma de reprodução das comunidades e de produção para a venda no armazém, aqui apresenta-se a venda da própria força de trabalho para “qualquer tipo de trabalho” (ressaltamos, porém, um “qualquer tipo” ainda determinado pela produção no meio rural e determinado pelas condições de modernização da propriedade). Uma diferenciação se explicita: os que “mandam” contratam força de trabalho.

Porém, se sabemos que a produção de seu Roberto e dos pais de Zélia tinha sentido para o armazém, falta-nos a informação do destino da produção de Ismael Júlio e Gaspar Maciel. Isto é, já vimos que o comerciante se diferenciava socialmente a partir da revenda dos produtos dos quilombolas (ganhava na centralização, no volume das mercadorias), mas até então não havíamos tratado se a tal posição social soma-se a de outras **duas riquezas**: a da posse da terra, pois o pressuposto da criação de gado é, logicamente, a terra (cercada, para que o gado não coma as plantações dos outros produtores, ou com o bicho solto, e as possíveis implicações por uma ou outra “escolha”⁵³), mercadoria que, nas mãos do dono do armazém possivelmente tomava outros sentidos se comparada à apossada pelos ribeirinhos⁵⁴; e da capacidade de valorizar o valor através da compra do trabalho alheio, dos ribeirinhos.

⁵³ Colocamos a palavra escolha entre aspas porque fazemos referência à dinâmica recorrente em que a pessoa influente/poder local na região expande sua área/propriedade através do bicho solto (LEITE, 2014).

⁵⁴ Quanto a esta hipótese, porém, fazemos uma autocrítica: será que ter por pressuposto que há concepções de riqueza diferentes, isto é, que a terra possui significados diferentes para a reprodução dos ribeirinhos e para o dono do armazém não seria cair na “armadilha” a que criticamos R. Queiroz (2006)? Nos explicamos: será que ao considerar que a terra para Ismael teria sentido de acumulação enquanto que para um morador teria sentido de meio de vida, não estaríamos cindindo a contradição da mercadoria, valor para o primeiro, valor de uso para o segundo? Com esta pulga atrás da orelha nos perguntamos: será que o dono do armazém está a acumular em terra ou em trabalho que produz valor? Ou nos dois?

Dado o apresentado, nos questionamos sobre a dinâmica regional: se no primeiro capítulo havia a relação determinante com o comércio (meio pelo qual Bernardo Furquim chega à região e, posteriormente, se estabelece como hierarquia na comunidade – grandes mutirões para a produção e sua venda como mercadoria), somada à presença do fazendeiro de Caiacanga e seu “monopólio” sobre a violência econômica e extra-econômica; agora discutimos a presença de um monopólio das relações econômicas – é preciso vender para o armazém, seja sua produção ou força de trabalho, para se reproduzir – e que não necessariamente havia a necessidade de uma submissão via violência extra-econômica (a gratidão, por hora, não parece envolver tal violência)⁵⁵.

Aqui, vale esclarecer o que anteriormente chamamos de “teia de negociantes” e, para tanto, seguiremos um tanto a história de vida de seu Aroldo e sua esposa Marta, moradores de São Pedro (dona Marta, nascida e criada nos Pilões, conheceu seu Aroldo, de família de São Pedro, nas festas que tinham em ambas comunidades). História esta permeada por nove mudanças “em busca de melhora”, nas palavras de Aroldo, mas que nos focaremos em apenas algumas delas (visto nosso atual objetivo).

Aroldo – Sempre fomo capeando a melhora. Porque na época aqui não tinha essa estrada. Só tinha estrada até o Batatal. De lá para Iporanga, não tinha estrada. No meu tempo só tinha três casas. E de Eldorado vinha a pé.

Cecília – E ia fazer o que em Eldorado?

Aroldo – Naquela época, eu resolvi **trabalhar lá em Juquiá. Trabalhei em Itariri, trabalhei em Miracatu**. Naquela época, nem aquela ponte de Registro tinha. A gente ia de trem pra chegar no patrão. **Tinha muito mato e banana**, que era a onde a gente ia ganhar um dinheirinho. **De carpir mato e banana lá em Juquiá**.

Cecília – Isso quando você era solteiro?

Aroldo – Eu estava na base de uns 20 anos, 18. Lá em Juquiá era por empreita. Eles pagavam por pé. Daí a gente carpia mil pés, três mil, as vezes era talhão. Daí a gente ganhava aquele dinheiro e vinha embora.

Segundo Aroldo, assim, o trabalho quando solteiro (quando tinha por volta de 20 anos - aproximadamente na década de 1950) era para lá de Eldorado, ao Norte, seguindo o percurso da linha de trem construída no início do século XX (em 1915 - segundo Petrone, 1966, p.322), ligando Juquiá, ponta de trilhos, ao porto de Santos. Trabalho por empreita, carpindo mato e no cultivo de banana, que já vinha margeando a linha do trem desde 1930 (Petrone, 1966, p.181). Década de 1930 em que, temos por hipótese, o mercado de terra ia se constituído junto a estes e à outras “vias de comunicação”, que, por sua vez, não existiam

⁵⁵ Não sabemos, porém, até que ponto a influência do dono do armazém se articulava ao poder do fazendeiro de Caiacanga e de como, já no séc. XX, este tipo de “poder” na região se rearticulava, ou não, às novas condições.

perto da morada de Aroldo (“aqui não tinha estrada”) e no qual seu trabalho era responsável por “formar” estas propriedades que se justificavam pela banana: “carpir mato”⁵⁶.

Às “nove mudanças” que nos relatou, porém, ocorreram quando já estava casado:

Cecília – E você me conta estas mudanças?

Aroldo – Onde eu me criei e casei foi lá onde eu morei [refere-se à casa na vila de São Pedro]. Daí eu fui morar lá naquela fazenda, naquele bananal que tem antes de Eldorado, da CBR, mas era do Paiva antigamente. Como nesse tempo era muito difícil as coisas, nós morava aqui e não tinha estrada. Hoje podemos dizer que estamos na cidade. Mas no meu tempo nem relógio a gente conhecia. Mas tô mudando de assunto. Das mudanças, eu trabalhei sete anos lá, dois anos pro Paiva e cinco pra CBR.

Cecília – O que é essa CBR?

Aroldo – É aquela fazenda enorme antes de Eldorado. Hoje ainda chama CBR.

Cecília – O senhor já era casado?

Aroldo – Era. E morava dentro da fazenda. Lá na época do **Paiva, a casa tinha luz, tinha banheiro. E a gente trabalhava por mês, recebia. Porque por aqui não tinha serviço.**

Marta – Aqui era tudo mato

Aroldo – E a gente tava vendo um jeito de criar os filhos da gente.

Cecília – E por que vocês saíram da CBR?

Aroldo – A gente queria vir embora pro sítio né. A gente se aborreceu.

Cecília – Era só o senhor que trabalhava lá, ou você também Marta, trabalhou nos Paiva?

Marta – Trabalhei um pouco, mas era ruim de trabalhar. Tinha que olhar as crianças.

Infelizmente não perguntamos o porquê do aborrecimento com a CBR⁵⁷, sabemos, porém, que esta propriedade, antes da família de Rubens Paiva, tinha grande influência na cidade de Eldorado, como encontramos na entrevista de Antônio Avelino de Melo Cunha (nascido em 1951 em Eldorado) concedida ao Museu da Pessoa (2011):

⁵⁶ Em relatos obtidos por Murilo Carvalho em bananais localizados em Itanhaém, litoral Sul do estado de São Paulo (ao Norte de Eldorado), presente no livro “Estórias de Trabalhador” (1976, p.29-32), pode-se compreender um tanto a respeito das condições de trabalho nestas produções:

“- Eu tou nessa vida pra mais de 38 anos, a gente começa cedo no bananal e já começa no pesado, carpindo, carregando cacho de banana, os meninos ficam velhos logo, pra ajudar. [...]

- No bananal o ar é denso, pesado, opressivo. Quem trabalha ali tem a impressão de estar sempre com as roupas molhadas. E o solo, excessivamente úmido, exige a abertura de profundos valos para a drenagem das águas, para impedir o apodrecimento das raízes das bananeiras. Nesses valos vão se acumulando detritos das folhas, restos de troncos, frutas que apodrecem e formam uma lama escura e fétida. Um fedor terrível que se sente de longe. Essa lama é chamada bosta de bananeira. [...]

– Velho de mais de 45 anos não tem mais emprego no bananal. Eles mandam embora logo, velho não aguenta [...] Aí os velhos ficam vagando pelas roças, eles não sabem fazer outra coisa, mexeram com banana a vida inteira, têm que ficar vivendo dos biscates, das ajudas” (p. 29-32).

⁵⁷ Sabemos apenas que era um trabalho muito pesado, como relata Aroldo: “nos carreguemos cinco mil cachos de banana, daí hoje eu sofro da coluna”, e que a empresa foi responsável por um violento processo de grilagens de terra da comunidade de Poças (RTC de Poças).

Museu da Pessoa– Eles [família de Rubens Paiva] tinham casa aqui?

Antônio – Eles tinham uma casa? Tinha uma mansão. Ainda existe essa mansão deles aí. Do velho pai, do avô deles. Hoje chama-se CBR, mas antes era Fazenda Caraitá. Era uma fazenda onde tinha, assim, criação de gado, muita mexerica e depois que o velho morreu, aí foi vendida pra uma companhia de reflorestamento – CBR – Companhia Brasileira de Reflorestamento. Ele tinha uma serraria enorme que fabricava móveis. Inventou um sistema financeiro da própria fazenda, onde o dinheiro lá chamava-se boró, então ele pagava os funcionários com boró, e esse boró valia como se fosse dinheiro na cidade, todo mundo aceitava, porque o homem era forte e tinha dinheiro. Não corria dinheiro na cidade, corria esse boró, que era esse dinheiro aqui. Foi criado pela família Paiva. O avô da Eliana, da Vera, do Marcelo Rubens Paiva...

Mas, apesar de muito nos instigar a história da família Paiva e de seu dinheiro boró, não nos empenharemos por aí, nos interessa que esta foi a primeira migração de Aroldo quando casado. Voltemos assim às mudanças de Aroldo e Marta.

Aroldo – De lá [da CBR] nos mudemos, com muito dificuldade, pra... ela tinha uma irmã que morava lá no **Castelhano**, daí viemos de lá, arrumemo lugar na casa deles e **moramos por lá um pouco. Depois nos arrumemo canoa, subimos pelo rio dos pilões, aqui uns quatro km e moremo na casa do irmão dela, Capitão Mor, pra cima do Galvão** um pouco, pra cima do rio.

Afim de localizar o leitor, destacamos rapidamente que Castelhano e Capitão Mor ficam em margens opostas do Rio Ribeira, estando aquele na margem direita do Rio Ribeira e este na esquerda, “pra cima de Galvão”, vizinha da atual São Pedro.

Cecília – E o que que é o Capitão Mor?

Aroldo – É pra cima do rio, nos fomos de canoa, fica pra cima do Galvão.

Cecília – E por que tem esse nome?

Marta – Os mais velhos que deram.

Aroldo – Tudo os antigos.

Cecília – No Capitão Mor vocês trabalhavam com quê?

Aroldo – No **Capitão Mor eu trabalhava para o finado Ismael**. Que morava ali no porto da balsa, que tem um casarão assim. Até venda ele tinha e eu saía de lá...

Marta – A gente também fazia roça de arroz, feijão, lá no Capitão Mor.

Cecília – Então lá no Capitão Mor vocês tinham uma terrinha?

Aroldo – Trabalhava na terra do pai dela.

Cecília – Daí trabalhava um pouco na terra do pai e um pouco pra Ismael?

Marta – **Isso, pra ganhar alguma coisa trabalhava pro Ismael, pra trabalhar pra gente fazia roça.**

Cecília – E nessa época já tinha a estrada?

Marta – Não, só tinha o caminho, mas depois fizeram a estrada.

Cecília – E Aroldo, desde antes de você casar você já trabalhava pro Ismael?

Aroldo – Trabalhei depois, porque **antes de casar eu trabalhava fora**. Quando eu era solteiro, eu **saí para trabalhar na Barra do Turvo, Itaoca, trabalhei em Apiaí, quando eu era solteiro**. Mas, depois que eu casei, eu trabalhei aqui pro Ismael.

[...]

Cecília – E vocês vendiam coisas para o Ismael?

Aroldo – Nessa época, todo mundo dos mais velhos plantava era arroz, milho e levava tudo pro seu Ismael e Antônio Júlio, irmão dele. A senhora não acredita, o Ismael teve uma época que ele contou 12 mil sacas de arroz, que ele pegava arroz. Pegava dos Pilões, Nhunguara, São Pedro, então aquela lavoura a gente vendia tudo pra ele, pra poder pegar aquele dinheirinho pra comprar as coisas dele mesmo.

Cecília – Chegava a pegar no dinheiro?

Aroldo – Quando sobrava um pouquinho, mas era pra comprar no armazém dele. E esse arroz eles colocavam na canoa a motor e levava pra cidade. **Porque o finado Ismael tinha uma canoa a motor, que ele enchia de arroz, e lá em Eldorado ele enchia de coisas pra por na loja dele**. A gente comprava dele. Tinha muito arroz na época, rapadura, e ele pegava esse material, com a tropa dele, pegava no Nhunguara, Pilões, Bracinha então vinha aquela burrada toda de arroz.

Cecília – Já pilado?

Aroldo – Não, com casca.

Isto é, o “finado Ismael” foi de uma época antes da estrada que liga Eldorado a Iporanga (construída em 1969 - o que também nos dá alguma indicação quanto à saída de Aroldo e Marta da CBR, antes de 1969), e levava à Eldorado, com canoa a motor (como também já havia indicado a moradora Vera, entrevistada por Munari, 2009, p.167), o trocado/comprado dos agricultores como Aroldo e os “mais antigos”. Momento este em que pegar no dinheiro, através dessa relação com o armazém, era difícil. Neste momento da conversa se aproxima um dos filhos do casal, Carlos, que também trabalhou para Ismael por volta da década de 1980:

Cecília – E você trabalhou com ele de quê?

Carlos – Colocar cana na moenda e roçar, uns 35 anos atrás.

Aroldo e Carlos, porém, não foram os únicos a trabalhar para Ismael, ao que parece, este era responsável por mobilizar “uma turma” para trabalhar na sua propriedade:

Aroldo – O seu Ismael tinha uma turma lá no Ivaporunduva, que tinha que chegar as 6h. Antes ele tinha um cafezalão.

Carlos – Ele tinha um terreirão de cimento pra secar o café.

Aroldo – Vinha uns dos mais antigos e eu mesmo. Quando dava 6h subia aquela turma de homem pro alto.

Marta – Por que você não conta que cêis dormiram lá no quarto deles em tempo de frio, ensacado em saco de lona que nem coberta ele dava? Quando era 6h, antes, ele batia pra acordar eles.

Aroldo – Eu passei por isso, mas os mais velhos, que ele tinha um armazenzão, **a pessoa mais velha pousava na casa dele.**

Marta – **Pousava lá, pra cedo já tá acordado pra catar laranja. Acordava cedo pra descascar milho, e ele não pagava essa hora.**

Cecília – Ele tinha cafezal, e o que mais?

Aroldo – Tinha gado, antes de chegar na casa dele era uma pastagem bonita, que ia até aquela ponte do Ivaporunduva.

Cecília – Era gado pra engorda?

Aroldo – Ele vendia, mas nesse tempo até carne de boi a gente não tinha possibilidade de comprar.

Marta – Daí no sábado de páscoa ele dizia que ia cortar um boi, daí a gente colhia o arroz, punhava num saco pra trocar. Vender o arroz pra comprar a carne.

Aroldo – Naquele tempo não falava carne de boi, falava carne de rei.

O trabalho, assim, foi antes para a produção de café, para então tratar da laranja e do gado, produzidos com sentido para fora da comunidade. Desta, obtinha principalmente o arroz pelo qual trocava por querosene, sal e fósforo. Ia então para Eldorado de canoa, a onde vendia o arroz mais a laranja e o gado obtidos com o trabalho dos ribeirinhos.

Cecília – E de onde vieram esses irmão, o Ismael e o Antônio Júlio?

Aroldo – **O pai deles era José Júlio.**

Cecília – E ele também tinha armazém?

Aroldo – **Esse armazém ele não tinha não, mas ele tinha muito serviço que trabalhavam pra ele. Os mais velhos do que eu. Pois eu não conheci ele.**

Carlos – **O pai do papai trabalhou pra ele né?**

Aroldo – **Meu pai trabalhou. Esse José Júlio veio fugido da guerra, daí ele ficou aí escondido.**

Cecília – Daí ele foi ocupando terra?

Aroldo – Daí ele entrou trabalhando, a mulher dele...

Marta – **A mulher de José Júlio era a Madalena.**

Aroldo – Cheguei a conhecer eles pela fotografia deles. Mas **ele era do tempo da escravidão.**

Porém, por que José Júlio, de família que “nasceu mandando”, de acordo com Zélia, teria fugido da Guerra do Paraguai (ocorrida entre 1864-1870), guerra na qual quem fugia eram os “negros, mulatos e pardos”, para os quais o alistamento era praticamente obrigatório, como encontramos no relatório desenvolvido pelo ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2000d), sobre o Vale do Ribeira/SP:

“Enquanto a Guarda Nacional, braço armado dos escravagistas, era formada por setores egressos das classes mais abastadas [...] o perfil do recrutado para compor as forças do exército ou da marinha [...] [era de] homens solteiros, sem família e desprovidos de terras, os negros, mulatos e pardos, ainda que livres e

libertos, estariam entre a massa de recrutáveis para o exército. Esse contingente compunha as fileiras do exército, representando este um espaço social subalterno, formado em sua imensa maioria por não proprietários, recrutados mais por castigo ou desemprego do que por vocação. [...] em Xiririca as perseguições foram sistemáticas e duras.” (ITESP, 2000d, p.90)

Em outras palavras, por que “quem mandava” teria que ir para guerra? Entretanto, outras versões aparecem quanto às origens de José Júlio:

Ismael Júlio da Silva, 87 anos em 1997, herdou do pai **José Júlio da Silva** e da mãe Nha Lena o **estabelecimento comercial** de que cuidou durante 50 anos. Além dessa atividade, relata que **possuía uma olaria, plantava café e ‘tocava muito serviço, tinha muitas terra’**. Em 1939, Edmundo Krug descrevia a viagem entre a barra e a nascente do ribeirão Pilões realizada em embarcações da viúva de José Júlio, que oferecia também **hospedagem aos viajantes** (pp. 584, 588). A família destacava-se na região pela superioridade econômica, o que ainda perdura atualmente. Segundo João Maciel, **José Júlio, nascido no Vale e morto em 1914 aos 80 anos, teria recebido terras como prêmio pela participação da Guerra do Paraguai onde ‘foi expedicionário, sorteado, como foram outros rapazes que tinham mais de 21 anos’**. Após término da Guerra, onde ‘outros morreram em combate, ele **retornou para a terra dele** porque era forte, e montou a loja’. Pelas estimativas do informante, **José Júlio, filho de uma negra chamada Maria Severina da Silva**, nasceu por volta de 1830 tendo à época da Guerra do Paraguai quase trinta anos. A participação como combatente nesse conflito foi uma das formas de acesso à terra possibilitada à população negra no Brasil.” (ITESP, 2000d, p.106, nota de rodapé, **grifos nossos**).

Destacamos em negritos as posses de José Julio e alguns dados que consideramos relevantes. Assim, se por um lado, a propriedade da terra é justificada por ter sobrevivido à guerra (terra a qual “retornou”) por ser “forte”, por outro, a expansão para “muitas terras” põe em questão o método empregado para tal. Somamos ainda algo que acreditamos merecer destaque: o comerciante, nascido “por volta de 1830”, “filho de uma negra”, tornou-se, por volta de 1870 (fim da guerra), comerciante influente, senão na região, ao menos para as comunidades, das quais mobilizava trabalho e “trocava” suas mercadorias.

Entretanto, se nos faltam elementos para analisar o processo de sua ascensão econômica em momento em que a pele negra indicava posição social inferior, Aroldo e Marta deixam claro os métodos empregados por ele: “ele era do tempo da escravidão” e a esta afirmação acrescentam: “ruim tudo eles eram”.

José Júlio, dono de terras das quais, inclusive, vende uma parcela para um dos descendentes de Bernardo Furquim (ex-escravo a quem seguimos a história no início do primeiro capítulo), pais de Braz Furquim (nascido em 1918):

“Meu pai e minha mãe entraram lá para comprar, depois veio toda a família, mas eles não puderam pagar o terreno. Depois que José Júlio morreu ficou para a viúva Madalena, a viúva tirou eles de lá” (ITESP, 2000d, p.81).

Dadas as “origens” do “finado Ismael”, nos perguntamos, por que apenas após casado é que Aroldo passa a trabalhar para o comerciante? Se seu pai, Juca, teria trabalhado para José Júlio, por que Aroldo migrou para as margens da linha do trem para trabalhar na banana? Talvez a resposta esteja na promessa – “a gente estava sempre procurando a melhora. Mas daí chegava naquele lugar e não tinha melhora. Daí tinha que se mudar de novo. Mas meu lugar mesmo era aqui. E daí nós saímos pro Galvão e depois voltemos pro Galvão” – mas são apenas especulações, que mereciam ser desdobradas em outras conversas com a família. Por hora, caminhamos para o próximo herdeiro do comerciante José Júlio, Garpar Marciel:

Carlos – **O Gaspar era casado com a filha Edir, do Ismael. Mas o Gaspar ficava do lado de lá do Ribeira.**

Marta – Mudou pro lado de lá, pois o Gaspar já morava do lado de lá.

Cecília – E com o Gaspar trabalhavam com quê?

Marta – Carpir, banana...

Cecília – E o Gaspar também pegava e vendia em Eldorado?

Marta – Eldorado, Iporanga.

Carlos – **Mas quando ele vendia já tinha estrada.**

Cecília – E você trabalhou pro Gaspar desde quando?

Carlos – Desde 16 anos, de 1980 pra cá.

Cecília – **E o Gaspar ainda tá vivo?**

Carlos – **Morreu em 2013...2012, 2013. Eles eram ali daquela igreja batista, do Castelhana.**

Cecília – E não tinha outro fazendeiro pra trabalhar aqui perto?

Marta – Tinha o Amadeus.

Trataremos de Amadeus mais à frente, por ora, nos interessa a mudança para a outra margem do Rio Ribeira, dada porque “Gaspar já morava lá”, que soma-se, não por acaso, a construção da estrada, que também ficava do “lado de lá”, seguida pela mudança do meio de transporte, de canoa a motor para carro ou caminhão, à qual soma-se ao já dito pela Zélia anteriormente:

Zélia – É, daí o pessoal lá na época dele já levava as coisas, mas trocava também e já vendia, e ele já foi se especializando e **já foi rolando dinheiro**, na época desse Gaspar Maciel já ia rolando dinheiro.

Mas os trabalhos realizados para Gaspar já vinham sendo substituídos por alguns agricultores pela extração do palmito (com início, principalmente, na década de 1940 – R. QUEIROZ, 2006):

Aroldo – Com o finado Gaspar já foi menos tempo, lá no Castelhana. Até a mulher trabalhava lá também. **Mas daí teve o palmito**, e a gente tinha liberdade de tirar o palmito pra vender. O patrão dava o burro e a gente fazia aquela

viagem de palmito e daí tinha que levar lá no Galvão, na beira da ribeira, levava pro comprador [...] Uns 50 anos atrás. Mas no palmito a gente dava lá dois dias, cortava e já passava pro patrão. Daí a gente ia trabalhar pra gente.

Assim, é através do trabalho com o palmito somado à estrada, que pouco a pouco o armazém de Gaspar Maciel foi perdendo centralidade na reprodução da comunidade de São Pedro. Voltaremos ainda ao tema do palmito, caro à comunidade, que passou a ser perseguida pela Guarda Florestal com a constituição das áreas de preservação ambiental no Vale do Ribeira/SP. Nos interessa aqui o processo de generalização do dinheiro como mediação social: da troca de trabalho por mercadorias de José Júlio; à troca de “excedentes” planejados, como o arroz, para o acesso a algumas específicas mercadorias, além da venda da força de trabalho para Ismael Júlio e seu irmão Antônio Júlio; para uma relação em que o dinheiro começa a aparecer com mais frequência, junto com o esperado “desenvolvido” das “vias de comunicação” (reclamado por Petrone, 1966), que possibilita à comunidade uma gama mais diversificada de mercadorias, como nos conta Neuza, também filha de Aroldo, e seu marido Arnaldo:

Arnaldo - Mas o forte pra gente mesmo era seu Gaspar, pois ele era mais, um pouquinho mais novo que o Ismael. E ele também não tinha muita variedade na loja dele, o Gaspar já tinha.

Assim, se por um lado, a estrada trouxe a Gaspar a possibilidade de diversificar as mercadorias vendidas em seu armazém, por outro, junto a esta veio também o fim de seu monopólio: tanto como comerciante da região, uma vez que ficava cada vez mais fácil aos moradores das comunidades a beira do Ribeira irem à cidade; como de único empregador, que já vinha minguando com a extração do palmito juçara⁵⁸ que era vendido a moradores de Eldorado:

Cecília – Mas então a farinha também vendia para o **Gaspar**?

Arnaldo – Então, **como a gente precisa também do café, a gente quase que trocava. Porque a gente levava a farinha, mas a gente não pegava o dinheiro, já deixava tudo lá.**

Cecília – E isso em 1980?

Arnaldo – Isso. Era uma espécie de troca.

Cecília – E não envolvia dinheiro?

Arnaldo – **Tinha dinheiro, mas para você não chegar lá sem dinheiro, você levava farinha. Era uma forma de você dar uma entrada.**

Cecília –E tinha vezes que conseguia ter dinheiro?

⁵⁸ A extração de palmito, por sua vez, também sofrerá, contraditoriamente, com o acesso facilitado pela estrada, que permitia tanto a chegada do comprador, como da fiscalização ambiental.

Arnaldo – Dinheiro foi só com o palmito do mato, que todo mundo tirava assim um pouquinho. Aí com a farinha dava muito pouco dinheiro, mas com o palmito já fazia. Só que o Gaspar não comprava palmito, quem comprava era um tal de Lauro Martim, lá de Eldorado.

Por fim, o processo exposto acima nos traz à seguinte questão: o que seu Aroldo compreendia como melhora a ser buscada em suas migrações, que o punha a trabalhar para terceiros? Temos em mente a indagação de Gaudemar (1977, p.14), presente no prefácio da sua obra: “por que razão se presta o trabalho, ou antes a força de trabalho dos homens, a todas as variações de duração, intensidade, produtividade, que levam ao nascimento da mais-valia”?

E, conseqüentemente, o que significa ser *expropriado* nestes diferentes momentos que nos relata Aroldo e Marta, permeados pela dinâmica dos comerciantes: se para trabalhar para outrem o sujeito não precisa ser antes de mais expropriado da terra, é por que há outras formas de expropriação que o impelem a se vender mesmo ainda de posse da terra. Para tanto, entendemos que é preciso reconsiderar a compreensão do “ser expropriado”, não como um marco divisor de águas, no qual para “mudar de lado” seria necessário apenas ter ou não acesso à terra, mas sim um processo inserido na lógica de reprodução do capital, da totalidade e sua expressão na particularidade.

Problematizamos, desta forma, os entendimentos que colocam como possibilidade de superação do capitalismo a reapropriação da terra e das ferramentas (meios) de produção, que acabam por deixar de lado que não só a identidade trabalhador-meios de produção, como também a própria noção de sujeito, são fetichistas (como já discutimos no primeiro capítulo). Entendemos que estas compreensões apagam o princípio fundante do capitalismo, da necessária igualação para a realização da produção, troca e consumo de mercadorias, a fim de “curar a lógica da mercadoria dentro dela própria, não se podendo, ou não se querendo, compreender que as leis da produção de mercadorias, também no nível do mercado mundial, somente podem ser suprimidas pela abolição da própria forma-mercadoria.” (KURZ, 1992, p.123)

Para desenrolarmos o dito acima, damos continuidade à problematização da defesa de Petrone (1966), do como este entende o “fracasso” dos projetos de colonização do fim do século XIX, especificamente quando, em nosso primeiro capítulo, apresentamos a defesa do autor quanto à necessidade em investir em vias de circulação como meio de sanar os problemas de escoamento da produção dos colonos. Naquele momento, explicitávamos o fato de Petrone não só não associar a tais investimentos os processos de especulação e de grilagem das terras daqueles decorrentes, como também por não considerar que mesmo se inseridos em condições consideradas por ele como ideais, tais colonos não estariam livres do “fracasso”

posto pelo processo de concorrência, que daria cabo de selecionar e “atrair” os cada vez mais produtivos. Em poucas palavras, mesmo para os que “dessem certo”, o processo de expropriação lhes estaria *às costas* (MARX, 1983, v. I, t.1).

Assim, e aqui deixamos o colono e voltamos para a reprodução do ribeirão, quando nos perguntamos do porquê este trabalha como diarista na terra do dono do armazém, temos em mente processos de expropriação que não se resumem a uma perda física da terra (como veremos acontecer na comunidade principalmente a partir das décadas de 1960/1970) ou, em outros termos, em ter que vender sua força de trabalho por não possuir seus meios de produção, mas, principalmente, que tal processo apresenta mudanças qualitativas: seja em ter que trabalhar mais em sua própria terra para se reproduzir, o que diz sobre sua produção e o quanto consegue por ela no ato da venda; seja em ter que vender sua força de trabalho, visto que só com o trabalho na sua terra ele não conseguiria mais se reproduzir. Isto porque, com a mesma quantidade de mercadoria produzida, o agricultor pode agora não conseguir mais comprar os mesmos itens que antes comprava no armazém, assim como pode necessitar de cada vez mais itens – e não compreendemos o termo “necessidade” como meramente dependente de uma decisão ou não dos sujeitos, mas sim que a estes é imposta dadas as transformações na produção e reprodução postas socialmente.

Porém, se identificamos algumas das mudanças nas relações de trabalho e como os agricultores as compreendem, falta-nos apresentar o contexto regional, da passagem do séc. XIX para o XX, que influi em tais mudanças: quais as particularidades regionais que colocam ao agricultor a necessidade de mais-trabalho? Por que teria agora sua mercadoria uma menor quantidade de *valor*⁵⁹?

Segundo Paiva (2002), um contexto regional que, ao não aparecer nas conversas com os agricultores, diz sobre o seu sentido. Faz assim referência aos projetos de colonização oficial do início do século XX (entre as décadas de 1930 e 1940, especificamente os núcleos de Itanhaém/Peruíbe, Pedro de Toledo/Miracatu e Juquiá), regidos pelo Decreto 5.824 de 1933, que declara a “iniciativa do Estado em vender terras de domínio público” (PAIVA, 2002, p.60), levados a cabo pela Secretaria da Agricultura Estadual que, com a crise da cafeicultura no Oeste paulista, transfere sua atenção para a região Sul do estado⁶⁰. Por sua vez,

⁵⁹ Entendemos *valor* não como sinônimo de preço, mas sim, nos termos em que trata Marx (1983, vol. I, t.1), em tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma determinada mercadoria.

⁶⁰ Vale a rápida menção a outros dois projetos de colonização ocorridos também no século XX: o da Colônia de Santa Maria (fundado em 1925-1926) empenhado pela iniciativa privada da Empresa de Terras e Colonização Santa Maria (que em seguida é comprada pela São Paulo Development Company – de capital inglês) (PETRONE, 1966); e o da Colônia Japonesa, parceria realizada em 1912 entre o governo paulista e a Companhia

tal mudança de foco por parte da secretaria diz muito sobre o trabalho de Pasquale Petrone e sua busca pela vocação de uma Baixada do Ribeira até então, considerada por ele, “à margem do império do café” (PETRONE, 1966, p.88).

Assim, se por um lado, o trabalho de Petrone explicita e defende as diversas tentativas de pesquisas e projetos de incentivo a produções a fim de tirar o Vale do Ribeira/SP de seu “primitivismo”; por parte do discurso oficial, os projetos de colonização do século XX se legitimavam como tentativa de dar “encaminhamento” aos “sem-trabalho” presentes nas cidades, como expressa o Secretário da Agricultura Navarro de Andrade em entrevista ao Diário Popular, em dezembro de 1930 (transcrita por Paiva, 2002, p.52):

“Toda a solução ao problema dos ‘sem trabalho’ que redunde na partida dos desempregados para o campo, afim de cultivá-lo deve ser amparado por todos os nativos. Um dos nossos maiores males é o conseqüente do protecionismo de certas indústrias, o qual traz como resultado a permanência na cidade de homens que no campo produziram mais. (...) acho que a solução ao problema dos ‘sem trabalho’ só pode ser esta: rumo ao campo.”

E aqui nos lembramos, mais uma vez, dos discursos de Wakefield citados por Marx (em “A teoria da moderna da colonização”, 1984a, vol. I, t.2), discutidos por nós no primeiro capítulo. Porém, se lá, ao tratarmos da colônia de Pariquera (instituída na década de 1860), o reclame vinha de Petrone (1966) e seu pedido pelo incentivo de pequenas propriedades produtivas, aqui, setenta anos depois, soma-se ao pedido o “problema dos sem trabalho” presentes no urbano, resultado, segundo Navarro (*apud* PAIVA, 2002), do “conseqüente protecionismo de certas indústrias”.

Mas, o que seria este “protecionismo”? Para responder esta questão, precisaríamos nos aproximar da realidade a qual Navarro faz referência. Por ora, sabemos que, se por um lado, a formação de uma população excedente pode contribuir para o rebaixamento dos salários, benéfico para o empregador, e talvez aí resida o “protecionismo de certas indústrias”; por outro, esta traz problemas de ordem de “gestão populacional” para o Estado. Não por acaso,

Imperial de Imigração do Japão, no qual ficou a cargo daquele a disponibilidade de grande parcela de terras devolutas no Vale do Ribeira/SP (50.000 hectares), isenção de impostos e fornecimento de dinheiro à Companhia por cada família instalada. Ficava aos encargos dessa Companhia a construção de estradas que possibilitassem o escoamento da produção. Estes imigrantes japoneses, a partir da década de 1940, se inseriram na produção de banana e chá (BRAGA, 1999). No caso dos chazais a “colheita é efetuada por mulheres e crianças, mão de obra mais barata e com maior habilidade para a apanha das folhas terminais. Geralmente são caboclos, raramente percebendo-se a presença do elemento japonês, que normalmente é o proprietário do chazal. Os homens encarregam-se somente dos serviços mais pesados, tais como a derrubada, quando necessária, preparo da terra e transporte da produção” (PETRONE, 1966, p.185).

são estes sujeitos “sem trabalho” de interesse de “certas indústrias” e, ao mesmo tempo, problema para o Secretário da Agricultura Navarro de Andrade⁶¹.

Vale ainda uma rápida ressalva sobre a “questão populacional” enfrentada por Navarro, pois, se por um lado, este encara como um problema a ser solucionado com a migração desses “sem trabalho” para o meio rural, por outro, a própria formação desses é resultado de tantas outras políticas populacionais e processos de expropriação e suas defesas por “preceitos técnicos superiores” (Navarro *apud* Boechat, 2013).

Temos aqui em mente, para além das formulações de Marx (1984a, vol. I, t.2), principalmente as de Carlos Vainer em texto intitulado “Trabalho, Espaço e Estado: questionando a questão migratória” (1984), no qual o autor parte da questão de “por que migrações constituem um objeto/campo possível de políticas?”. Resumidamente, a resposta para o autor reside em que tais políticas não surgem “para enfrentar e resolver a migração [...]”, mas sim para produzir e conduzir a questão migratória. Que isto seja obscurecido não é senão o resultado de um processo em que a questão migratória é naturalizada, isto é, aparece como atributo do próprio real” (VAINER, 1984, p.5).

Assim, se problematizamos a compreensão de Navarro, esta nos leva a desdobrar mais um pouco do dito por seu Aroldo. Isto porque, se este nos diz que migrava sempre em busca da “melhora”, como se o sucesso de uma ou outra escolha coubesse somente a si e aos seus empregadores que lhe pagariam bem ou mal, defendemos, com base em Vainer (1984) que em realidade, a própria necessidade por migração é posta por processos violentos empenhados pelas políticas migratórias, ou ainda, nas palavras de Heidemann (*et al*, 2014): desdobramentos da própria *territorialização do capital*, que gera e gesta a questão populacional de acordo com as necessidades do processo de formação e acumulação do capital.

Desta forma, apesar dos técnicos de plantão se justificarem tanto através de explicações de cunho “social” (dar destino aos “vadios”, como se lê nos documentos oficiais citados por Paiva, 2002, p.51-52) como de cunho “econômico” (como defende Petrone, 1966), o que se vê em processo (e que defendemos que já apontava seus fins quando da colônia de Pariquera de 1861) é uma política que parece se concretizar à revelia dos pedidos de Petrone (1966) e Navarro (*apud* PAIVA, 2002), não realizando as pequenas propriedades

⁶¹ A título de curiosidade, vale dizer que este Secretário, entre 1928 e 1929, foi grande entusiasta da citricultura, a qual propagandeava ser (*apud* Boechat, 2013, p.333) “assentada em preceitos técnicos” superiores ao do café. O mesmo café que, para Petrone (1966), era referência de modernidade frente ao atraso encontrado no Vale do Ribeira/SP.

produtivas e muito menos dando lugar de trabalho aos “vadio”, mas sim fornecendo novos passos ao processo de discriminação das terras devolutas (“identificar as terras *livres*” – PAIVA, 2002, p. 24, *grifos do autor*): uma retomada dos objetivos da Lei de Terras de 1850 (PAIVA, 2002), que não exatamente se afasta das justificativas citadas, mas as **reedita**, como veremos.

O processo de discriminação das terras acima mencionado que encontrou questões com posseiros, como, por exemplo, a ilegalidade do uso-capião como forma de obtenção das terras devolutas – presente na legislação já na Lei de Terras:

“A proibição da prática do usucapião em terras devolutas inviabilizava a cessão gratuita da posse por parte do Estado; neste sentido, houve situações no início da colonização dessas áreas, em que os posseiros alegam ao Estado a desistência de suas posses” (PAIVA, 2002, p.63)

Como também grilagens de terras realizadas por privados e pelos próprios agentes públicos, como o efetivado pelas Coletorias Estaduais, ligadas à Secretaria Estadual da Fazenda:

“O funcionamento desse processo era simples: os posseiros recebiam das coletorias estaduais (os casos pesquisados foram das coletorias de Iguape e Itanhaém) uma intimação de pagamento de imposto territorial em prazo extremamente curto (48 horas); o não pagamento do imposto implicava na perda da terra e o consequente leilão das mesmas em hasta pública. [...] Ao comprá-las em leilão, o particular não só as resgatava da esfera do poder público, mas também as regularizava oficialmente com a anuência da própria Secretaria da Fazenda. A irregularidade deste processo se dava já em seu início, pois os posseiros só poderiam ser taxados com este tipo de imposto após o recebimento do título definitivo.” (PAIVA, 2002, p.65)

Paiva (2002), então, apresenta e analisa os discursos dos técnicos que, acompanhando os três projetos de colonização desempenhados pela Secretaria da Agricultura (Itanhaém/Peruíbe, Pedro de Toledo/Miracatu e Juquiá), chegam a conclusões semelhantes das de Petrone (1966): não se efetivaram os esforços necessários por parte do Estado para a montagem de um aparato burocrático-administrativo e de assistência aos colonos, e muito menos de uma infraestrutura viária.

“A questão a responder é por que a Secretaria da Agricultura direcionava sua ação colonizadora para o estabelecimento de pequenos produtores e, na prática, pouco facilitava o estabelecimento efetivo dos mesmos. Isto nos repõe, por fim, a necessidade do entendimento do interesse da Secretaria da Agricultura em promover um projeto colonizador que não tinha como fundamento o estabelecimento do pequeno produtor.” (PAIVA, 2002, p.92)

Assim, quando dizíamos que as políticas de colonização “reeditaram” as defesas explicitadas pelo Poder Público e por Pasquale Petrone (o que chamamos de cunho “social” e “econômico” respectivamente), é porque através do “fracasso” desses projetos (e o

consequente esquecimento deles por parte dos moradores da região, como observado por Paiva) se dá, exatamente, a resposta a tais demandas: prepara-se o Vale do Ribeira/SP para que neste seja possível, principalmente a partir da década de 1950, a realização da “promessa”: a *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al.*, 2014); a formação de um mercado de terra e de trabalho *livres* do “arcaísmo” (PETRONE, 1966) da *região* e dos poderes locais (F. OLIVEIRA, 2008).

Paiva (2002), por sua vez, explica este processo a partir da expansão do cultivo de banana, já presente no litoral paulista desde o fim do século XIX, que se expande a partir da segunda metade da década de 1920 sobre “*terras novas*” (PAIVA, 2002, p.94, *grifos do autor*). E, por isso, argumenta Paiva (2002) que o que fica por fim na memória dos moradores é a intensificação do processo de grilagem de terras vindo com a bananicultura em meados do séc. XX, e não seu início com a compra das posses dos colonos “fracassados” e/ou endividados com as parcelas de seus lotes.

O autor chama então a atenção para o descompasso no que toca ao serviço do Estado na gleba de Juquiá: “por um lado, o serviço de loteamento e assentamento dos lotistas foi eficiente; no entanto, a montagem de uma estrutura que viabilizasse o escoamento da produção [...] não recebeu a mesma atenção” (PAIVA, 2002, p.72)⁶².

Assim, é neste processo de *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al.*, 2014) que as particularidades regionais se redefinem e, a partir dessas, que defendemos que devemos repensar as mudanças que se dão nas relações entre os agricultores (principalmente de São Pedro/Galvão), os trabalhos para os quais são mobilizados e o armazém.

Deste modo, e tendo o acima discutido, voltamos ao trabalho de Aroldo quando solteiro (realizados aproximadamente na década de 1950), nas cidades de Juquiá e Miracatu. Se Paiva (2002) se refere a um esquecimento dos moradores do Vale do Ribeira/SP quanto aos projetos de colonização, o que Aroldo parece nos relatar também não é exatamente um trabalho em pequenas propriedades, mas sim em terras em que eram mobilizados turmas de trabalhadores responsáveis por abrir mato e cultivar banana. A tese de Paiva (2002) quanto à formação de um mercado de terra acompanhado pela expansão da bananicultura parece assim se confirmar.

⁶² Sobre a Gleba de Juquiá é preciso salientar que a partir de 1915 “um novo elemento [...] veio se inserir no quadro em questão, começando a modificá-lo, pelo menos parcialmente: a ferrovia que, do porto de Santos, passando por Itanhaém e Peruíbe, foi atingir Juquiá, que ainda hoje é ponta de trilhos” (PETRONE, 1966, p.322). Porém, teríamos que pesquisar acerca da possibilidade do uso desse transporte pelos colonos.

Entretanto, se o processo se apresenta mais palpável quanto a migração de Aroldo para Juquiá, quanto ao trabalho nas terras das três gerações de donos de armazém (José Júlio, Ismael Júlio e Gaspar Maciel), este será encarado como um processo de imprecisa delimitação temporal, mas que se explicita como de claro processo mobilização de trabalho nos termos de Gaudemar (1977). Autor este que, com base em Marx e em seu capítulo a “Assim Chamada Acumulação Primitiva” (MARX, 1984a, vol. I, t.2), discute o processo de produção da mercadoria força de trabalho e justifica sua escolha pelo uso da palavra *mobilitade* (em lugar de *uso*, *elasticidade* ou *plasticidade*), pois somente esta designaria a *qualidade* da força de trabalho de ser móvel: “móvel quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório.” (GAUDEMAR, 1977, p.190). Processo de *mobilização*, portanto, que não se realiza de um só fôlego (a “indiferença” à qualidade do trabalho é paulatinamente posta aos sujeitos), mas que a estes vai sendo vivenciada e exigida.

Tendo tal por pressuposto, acreditamos que nossa conversa com o balseiro Erick (da comunidade de São Pedro, de aproximadamente 50 anos) mostra, por sua vez, o ponto final deste processo, acompanhado pela generalização da mediação pelo dinheiro.

Erick, quando questionado sobre por que as relações passaram a ser predominantemente mediadas por dinheiro, e não mais pela troca de mercadorias com o armazém, nos respondeu: “esta é fácil, o tempo para fazer 50kg de arroz e o trabalho para deixar ele no mesmo ponto (plantado, colhido, pilado e carregá-lo até o armazém) é muito maior do que o de comprar ele ali, já pronto, não vale o trabalho”. Erick nos relata um processo em que o trabalho fora da própria terra aparece já estar posto, e é visto por ele como um momento em que se passou a trabalhar menos. Em outras palavras, ele nos conta que trabalhar para outrem e comprar os itens da sua reprodução diminuía a quantidade de tempo de trabalho dispendido, mas por que isto se daria? Será que a diminuição na quantidade de tempo dispendido na própria terra era possível devido à intensificação no trabalho na terra de outrem? Hipótese que dialogaria, por exemplo, com formulações como as de Petrone (1966) e sua compreensão do trabalho dos agricultores em suas roças como “rudimentar”, clamando, por fim, por “mãos de obra disponíveis”:

“No conjunto depreende-se o **caráter acanhado das atividades agrícolas**, com as consequentes limitações de caráter econômico. Parece-nos não ser difícil anotar algumas das **razões** do fato. Naturalmente, uma das causas da pequena extensão das lavouras é, em várias áreas, a presença de propriedades com pequenas superfícies [...]. Um outro fator que frequentemente influi conjuntamente com o citado, é a **presença de elevada percentagem de lavouras de subsistência** [...]. cremos, por outro lado que a **disponibilidade de**

mão de obra na região não é suficiente para permitir a presença, em maior proporção que agora, de lavouras em grande escala. (PETRONE, 1966, p.215-217, **grifos nossos**)

Porém, se em nosso primeiro capítulo chamamos a atenção à compreensão de R. Queiroz (2006) ao considerar como “resistência” a produção “acanhada” dos ribeirinhos (nos termos de Petrone, 1966), aqui, diferentemente de Petrone, entendemos como crítico a defesa por um “desenvolvimento” nas relações de trabalho: o fato de produzir o próprio arroz representar uma quantidade maior de trabalho para o agricultor, em comparação à possibilidade de acesso à mercadoria arroz se trocada por trabalho na terra do comerciante (ou mesmo por trabalho a qualquer outro patrão que lhe rendesse dinheiro para comprar o arroz), não diz sobre melhores condições de vida do agricultor (por mais que possa representar um maior acesso a mercadorias), mas, temos por hipótese, que nos diga sobre o processo de *expropriação* – que entendemos não apenas como perda da terra, mas sim, e principalmente, com o aumento da quantidade de tempo que passa a ser despendido no trabalho realizado para o comerciante/outrem em relação ao trabalho na própria roça.

Por fim, não estamos nem a defender a “modernização” das relações de trabalho, como o faz Petrone (1966), e que de certa forma parece ser o caso na fala Erick, que entendemos andar de mãos dadas com tantos outros processos (como argumentamos ao problematizar a defesa do autor por “vias de comunicação” no primeiro capítulo), e tampouco a positivar uma solução de retorno à terra (como discutimos ao início deste capítulo, quanto à reapropriação dos meios de produção como superação do capitalismo), mas sim, a apresentar como o processo vai se diferenciando e aprofundando em termos de *autonomização da categorias do capital* (MARX, 1985, vol. III, t.2).

Isto é, ter acesso às mercadorias através do dinheiro não aparece, somente, como um trabalhar menos (comparativamente ao trabalho na própria roça, como na fala de Erick), mas também fala da passagem para um momento de formação de um mercado de força de trabalho: a expropriação não vem da perda da terra neste momento, mas da *necessidade* da venda da força de trabalho antecipada ao armazém, o que defendemos ser o início do processo de consolidação de uma *superpopulação relativa* (MARX, 1984a, vol. I, t.2) (como se dará mais claramente a partir da década de 1970/80).

Assim, se discutíamos o comerciante como um comprador de *tempo de trabalho*, antes de deixarmos de vez a relação com ele (que passará a representar só mais um dos mercados em que os moradores podem consumir), e para adentrarmos no binômio mercado de terra-mercado de trabalho, gostaríamos de explorar a posição de Gaspar Maciel como proprietário

de terras, qualidade que não se restringiu apenas a ele – José Júlio, seu sogro, já tinha terras sobre sua posse –, mas que começa a aparecer à comunidade não mais como um lugar de trabalho:

“Uma **parte do sítio Tiatan**, que pertenceu a Rosa Machado e a Perpétua, **foi vendida** a um **morador da Piririca (ou Castelhana)**, pertencente à **família Maciel**, na margem oposta do Ribeira, que para lá mudou-se com a família. Com o tempo, seus descendentes foram **incorporados ao grupo de descendência de Bernardo através de alianças por casamento.**” (CARVALHO, 2006, p.67, **grifos nossos**)

O sítio Tiatan é apontado como tendo sido atribuído por Bernardo Furquim a duas de suas mulheres, Rosa Machado e Perpétua. Contudo, **Perpétua**, provavelmente ainda **no início do século XX**, teria **vendido** uma parte deste sítio **a Juvenal Maciel**, que morava no **bairro Castelhana**” (CARVALHO, 2006, p.93, **grifos nossos**)

Estes trechos revelam que a família Maciel, do bairro de Castelhana, isto é, os donos de armazém que se uniram por casamento à família de Ismael e Antônio Júlio e também a outros moradores do bairro de São Pedro/Galvão, obtiveram terras compradas das viúvas de Bernardo Furquim.

Sítio Tiatan localizado entre as comunidades, hoje separadas, de São Pedro e Galvão, que irá se somar a outras terras da família Maciel:

“Uma área do **sítio Capitão-Mór**, igualmente localizado na margem direita do Pilões, **pertencia a um homem de fora, chamado Jairo**, e foi **arrendada para Jamar**, um dos netos de Bernardo. Após o vencimento do contrato, Jamar não conseguiu renová-lo, mas na época da **concessão das permissões de uso**, como sua capova estava lá e ainda existia algumas roças plantadas por ele, os técnicos do governo demarcaram aí a sua área. Anos mais tarde, quando já estava bastante idoso, **Jamar vendeu** sua parte para um **comerciante do bairro Castelhana**, nas proximidades da barra do Pilões.” (CARVALHO, 2006, p.57, **grifos nossos**)

Diferente do Tiatan, as terras do sítio Capitão-Mór pertenciam a “homem de fora” que as arrendava aos descendentes de Bernardo Furquim, Jamar⁶³. Este, por sua vez, o vende a comerciante do Castelhana. Para entender esta passagem é preciso apresentarmos as “concessões de permissão de uso”, citadas por Carvalho (2006), realizadas pelos técnicos do governo. Nos termos de Hamilton (54/64 anos):

“O loteamento da gente era registrado lá na procuradoria de Pariqueira, pra lá. Antes do **loteamento** sempre já tinha o respeito de divisa, só que num tinha picada mas tinha o respeito de cada posseiro, tinha uma restinga de mato que já passava por respeito daquela divisa de terra que... e depois veio... pra abrir as picada, veio gente com nós tudo acompanhando pro mato com aparelho, pra

⁶³ Não é, porém, a primeira vez que falamos do sítio Capitão Mór, este também foi citado por Aroldo como de posse dos pais de sua esposa Marta. Não sabemos, entretanto, se estes o arrendavam ou qual a possível relação deles com Jamar e/ou Jairo.

cada qual tirar seus quarto de picada.” (apud MUNARI, 2009, p.189, **grifos nossos**)

O “loteamento”, a que Hamilton faz referência, diz respeito ao processo realizado pelo governo do Estado de São Paulo na década de 1960, no qual eram dadas aos ribeirinhos concessões de uso das terras utilizadas por eles naquele momento. Por isso, apesar de não ser proprietário da terra, Jamar conseguiu vendê-la a comerciante que, dado o período das concessões, acreditamos que seja Gaspar Maciel.

Por fim, Petrone (1966, p.336, **grifos nossos**) assim resume as atividades do dono da venda/armazém:

“Em face do **conjunto das condições** e situações lembradas [quanto à circulação e à baixa qualidade da produção], é que se **torna possível compreender a presença e importância** dos negociantes, **donos de vendas** que foram instaladas um pouco por todas as partes da Baixada, à medida que a produção agrícola e o adensamento da população justificavam suas atividades. O negociante, **frequentemente também um agricultor**, geralmente instalou-se em secções mais povoadas ao longo dos rios ou então junto à barra de um afluente, de modo a estender suas atividades para todo o vale afluente. Sua presença constituiu-se em um enriquecimento da infraestrutura econômica regional, já que, **com seus recursos superiores** à da média da população, **tornou-se um financiador do lavrador** e um elemento para garanti-lo nas entre-safras. Nestes períodos o lavrador conseguia adiantamento em gêneros de primeira necessidade, especialmente os que não podiam ou não eram obtidos no local, adiantamentos esses pagos com o produto da safra. O negociante, portanto, na prática era um financiador das atividades agrícolas, possibilitava o abastecimento da população em produtos que ela não podia obter e garantia a colocação da safra, mesmo porque geralmente era **proprietário de instalações para beneficiamento e transformação de produtos**. Todos que se tem preocupado com a atuação desses elementos normalmente chamaram a atenção para o fato de que ela se revestia de uma **forma desapiedada de exploração do agricultor**.”

Aqui, se Petrone pela primeira vez parece não depreciar os agricultores (como de técnica “arcaica”, “primitiva” ou “rudimentar”), não deixa, porém, de repor sua crítica ao não desenvolvimento da região, o que permite que tal relação “desapiedada de exploração” se prolifere.

Entretanto, se até este momento os relatos nos revelaram a centralidade realizada pelo dono do armazém, por outro, ao que se refere à família Maciel, a partir de fins do século XX, esta vai perdendo sua posição (o que não significa que tenha desaparecido – Carlos nos relata que trabalhou para Gaspar até próximo de sua morte, aproximadamente em 2013). Retomamos, assim, alguns pontos quanto a este processo, que já resumidamente apresentamos no início deste capítulo. Primeiramente, a partir da construção de vias de circulação (principalmente a partir da década de 1960), a família Maciel passa a perder seu monopólio como comerciante e proprietária de terras, como Petrone (1966, p.337) destaca:

“No segundo quartel deste século [XX] a estrutura comercial da região sofreu uma transformação radical. [...] com repercussões fundamentais, a estrada de rodagem [...] começou a substituir a embarcação [...] como consequência, antes de mais nada, a decadência, com a limitação de suas atividades, dos negociantes locais, em favor daqueles estabelecidos nos centros regionais e que foram se adequando às novas condições.”

Em segundo lugar, porque outras relações comerciais, e conseqüentemente, de trabalho, se constituem também através da extração do palmito juçara, que tem início na década de 1940 e se intensifica em 1950. Como conta um morador de Ivaporunduva a R. Queiroz (2006, p.57):

“**No tempo do palmito não tinha estrada ainda**, era tudo pelo rio, tudo de canoa. Quando a **pessoa cortava o palmito**, ele **tinha dinheiro**. O comprador chegava ali, pagava um pouco e depois trazia o resto do pagamento. No corte do palmito eu sofri muito, mas felizmente eu larguei mão.”

Assim, em lugar da dependência exclusiva dos agricultores para com o armazém, há agora relatos de um trabalho que não dependia da roça nem da venda da força de trabalho para a família Maciel, mas sim da extração de um produto vendido para um comprador que vem até a ribeira, como nos contou Arnaldo de Neuza. Contraditoriamente ao que pareceria ser, até aqui, um processo de fim das amarras com o armazém, a relação se transforma e se repõe com novos sujeitos. O professor da comunidade de Ivaporunduva (*apud*, R. QUEIROZ, 2006, p.58, **grifos nossos**) dá sua apreciação do processo:

“O palmito estraga qualquer região. Estraga os moradores e talvez facilite para os donos das fábricas. O que aconteceu aqui quando eu cheguei [1969] é que eles cortavam dez dúzias e recebiam por duas ou três. Eles pegavam um pacote de palmito e era um. **Este intermediário que compra palmito põe também a chiboquinha**, e o que vai lá no mato cortar palmito, quando vai acertar as contas já está devendo outra vez. Então o que ele faz? Compra pinga e leva pro mato.”

Para além da figura de um “professor” na comunidade de Ivaporunduva (que discutiremos mais adiante), este depoimento nos fala de um possível substituto do armazém: a “chiboquinha” (espécie de vendinha). Isto é, se antes a família Maciel possuía o comércio sob seu monopólio, agora há na região o intermediário, que busca o palmito nas comunidades e vende para os agricultores/palmiteiros os itens para a sua reprodução. Para estes, assim, a relação se põe com duas faces, pois, se por um lado, como nos relatou Arnaldo de Neuza, com o palmito se “fazia dinheiro” (como citamos anteriormente), no apresentado pelo professor, por outro lado, a relação se aproxima à que era estabelecida com o antigo armazém. Esta, por sua vez, ao longo dos anos, também foi se transformando, como discute o Relatório Técnico Científico (RTC) de Galvão (p.54) e Andrada (2003):

“Edi Dias da Silva, **filha de Ismael Julio** da Silva, que foi um dos maiores comerciantes da região, **e casada com Gaspar Maciel**, um antigo comerciante das margens do rio Ribeira, estabelecido no bairro Castelhana, relata que os moradores dos bairros negros dos arredores foram **diminuindo a quantidade de produtos agrícolas que eram levados** para a troca com outros produtos à medida em que o trabalho de **extração de palmito** foi ampliando-se. Segundo ela, há cerca de dez anos [déc. de 1980], as trocas *in natura* cessaram totalmente.” (RTC, Galvão, p.54)

“O palmitero passava dias na mata, distante da família e sem qualquer conforto no trabalho. Estava exposto às intempéries, tinha alimentação deficiente, e sofria com a solidão. Contudo, a situação mais hostil era sentida em seu sítio. Ausente boa parte do mês, o sitiante viu sua roça minguar. Com o gradual abandono da lavoura, passou a ter necessidade de adquirir a subsistência por meio da compra.” (ANDRADA, 2003, p.91)

O relato de Edi D. da Silva, de família influente, somado às observações de Andrada (2003) dizem de um contexto que parece reforçar a nossa hipótese sobre as transformações do armazém, que se iniciam com a extração do palmito (década de 1940/1950) e intensifica-se com a construção da estrada (fins da década 1960): de roças que deixam de ser centrais para reprodução dos ribeirinhos e, conseqüentemente, de uma produção que não mais é trocada ou vendida para o armazém; assim como de relações comerciais e de trabalho que passam a ser mediadas pelo atravessador, comprador do palmito, e que dizem respeito às transformações na própria reprodução do agricultor.

O caminho que estamos tentando estabelecer em nossas idas e vindas é, portanto, de uma afinidade entre as transformações nas relações de trabalho estabelecidas entre os moradores das comunidades ribeirinhas e o processo de formação de um mercado de terras. Isto é, seja nas margens da linha de trem em Juquiá, na centralidade mantida pelo armazém ou nas relações de extração de palmito na mata, temos por questões norteadoras o como se constituem estas “possibilidades” de trabalho, como se dão, por que se mobilizam os sujeitos para tal e como transformam tanto a produção realizada pelos agricultores como também suas “necessidades” de consumo.

Muito além de uma questão de escolha e da “introdução de hábitos, necessidades e estilo de trabalho até então pouco conhecidos” pelos moradores, como encontramos em R. Queiroz (2006, p.54), sugerimos que a extração do palmito e as condições de vida das famílias que o extraem se inserem no contexto até aqui apresentado (e, por isso, utilizamos as palavras “possibilidade” e “necessidades” entre aspas), somadas às mudanças, entre os anos de 1950 e 1960 no município de Eldorado (onde se encontra a comunidade de São Pedro), discutido no trabalho do próprio autor. R. Queiroz (2006). Este apresenta que durante estes anos se observou um aumento de quase três vezes nas áreas ocupadas tanto com “lavouras

permanentes” (passando de 643 para 1.852 ha), que se articula à expansão da bananicultura, como com “pastagens naturais” (de 2.862 para 8.576 ha), associada à pecuária bovina (R. QUEIROZ, 2006, p.53-54)⁶⁴. Isto é, se delineia mais claramente (em destaque para as comunidades presentes na cidade de Eldorado), um possível processo de expropriação direta da terra (não mais apenas como sinônimo de *mobilização* – GAUDEMAR, 1977), hipótese que se comprova ao Carlos (filho de Aroldo) nos relatar sobre as outras possibilidades de trabalho presentes na comunidade a partir da década de 1970:

Cecília – Mas **Amadeus** e Tibúrcio são da mesma época?

Carlos – **Amadeus é bem antes, era de 1975, 76 que ele comprou o terreno.** Mas o Tibúrcio entrou em 92, 93.

Aroldo – Mas o Amadeus era um homem bom.

Marta – Dava serviço pra homens e mulheres. Eu mesmo trabalhei lá.

Aroldo – Não ficava grilando as terras dos outros.

Em andança com Armando (nascido em 1950), conhecemos a terra de Amadeus, relativamente próxima à vila de São Pedro, na qual, antes de ter que abandoná-la dado o reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola nos anos 1990, criava gado. “Homem bom”, que dava serviço em terras em que antes poderiam ser usadas para roça, que apesar de ser mediada por uma relação jurídica de compra de terra (e aqui pouco nos interessa se o foi ou não), defendemos que deve ser compreendida como mais uma faceta do processo de expropriação. Isto é, se até aqui, defendemos que a própria venda da força de trabalho é em si expropriação, neste ponto temos por objetivo desnaturalizar o contrato jurídico de compra e venda, que apaga consigo a violência pelo qual é permeado.

Em outras palavras, apesar de não se utilizar de violência explícita (extra-econômica), o fato de a Amadeus existir a possibilidade de tornar-se proprietário, diz sobre sua posição na relação com os agricultores (a semelhança, por exemplo, ao como já argumentávamos ao tratar da propriedade da terra sob poder do comerciante José Júlio), sendo esta diferenciação de classe, resultante de um processo de naturalização da própria propriedade. Como destaca

⁶⁴ Além desses dados, retirados do quadro elaborado pelo autor (“Quadro 1. Utilização das terras e terras produtivas não utilizadas no município de Eldorado”, R. QUEIROZ, 2006, p.56) observa-se também um aumento de 31 vezes na área ocupada por “matas plantadas” (de 125 para 3.953ha), crescimento, que o autor não comenta, mas que associamos ao cultivo de eucalipto com base em Petrone (1966). Este, por sua vez, apresenta o mesmo dado de 125ha para a cidade de Eldorado no ano de 1950 e comenta: “O reflorestamento na região é muito limitado. Em 1950 correspondia a apenas 0,9% da superfície, enquanto o valor correspondente, para o Estado todo, era de 1,5%. Trata-se, prevalentemente, de plantações de eucalipto com o objetivo de obter lenha” (PETRONE, 1966, p.210). Mas, por que teria aumentando em 31 vezes, entre 1950 e 1960, o plantio de eucalipto?

Toledo (2007, p.220 – também autor do texto, tantas vezes aqui citado, junto à Boechat e Heidemann, 2014):

“A acumulação do capital não é aqui apresentada como sendo somente um processo de diferenciação de classes. Esta diferenciação é um desdobramento das relações mediadas por mercadorias, que formam uma totalidade mais ampla. Esta forma de relação social, de tão costumeira, é tomada como natural, e por isso nem é tematizada. Por essa razão, é necessário mostrar este processo como sendo historicamente determinado e socialmente condicionado.”

O autor faz assim referência ao processo debatido por Marx (1984a, vol. I, t.2) de “acumulação primitiva”, em que o que hoje é posto como natural, a propriedade, foi, em realidade, formado e garantido na base da violência legitimada pelo Estado. No caso de Amadeus, já passados alguns séculos do processo discutido por Marx, a relação já está em si tão naturalizada, que este torna-se um “homem bom”.

Porém, se por um lado, a crítica à propriedade é, para nós, de fácil apresentação, por outro, o porquê pelos moradores é visto como “bom” um processo que diz respeito à crescente limitação das áreas em que poderiam realizar suas roças, deve ser, temos por hipótese, compreendido sob dois pontos. O primeiro diz respeito aos desdobramentos que este processo tomará, já indicado na fala de Aroldo ao contrapor Amadeus ao “grileiro” Tibúrcio, que nos parecem que não são relacionados pelos interlocutores: há, de um lado, o “bom” proprietário Amadeus e, do outro, o mau, o grileiro Tibúrcio; O primeiro se utilizou da naturalização (da compra e venda de mercadorias), o segundo, além de se basear na abstração da troca (compra e venda de coisas de qualidades diferentes, como se fossem equivalentes), também fez uso da violência extra-econômica, grilou terras (como apresentaremos adiante). Esta diferenciação, por si só, já justificaria a predileção à Amadeus, porém, voltamos à pergunta: por que os sujeitos se dispõem a trabalhar para outrem?

Assim, se há a criação dessa dicotomia pelos sujeitos, esta se funda na possibilidade que Amadeus apresenta para aqueles: o acesso ao dinheiro através da venda da força de trabalho. E aqui vamos ao nosso segundo ponto, pois, se parece aos agricultores uma possibilidade de escolha, trabalhar para outrem ou para si, o que veremos adiante é que, pouco a pouco, seja pela via jurídica, seja através de outros meios, as “cercas” vão cada vez mais restringindo as possibilidades de reprodução desses sujeitos, assim como também, simultaneamente, se transformam suas necessidades.

Não por acaso é em 1960 que o Estado de São Paulo dá continuidade ao processo, já iniciado em 1930/40 (como discutido por PAIVA, 2002), de discriminação das terras no Vale do Ribeira/SP: se anteriormente apresentamos que os projetos de colonização se inseriam em

um processo de constituição do mercado de terra, de “preparo” para a expansão do cultivo comercial da banana (segundo Paiva, 2002); neste momento, apresentado por R. Queiroz (no qual o autor, porém, não estabelece qualquer relação direta com as transformações na reprodução dos agricultores), precedido pela extração do palmito, soma-se a tal “fio condutor” da ação estatal, a distribuição dos documentos de “concessão de uso” aos agricultores (como já apresentado anteriormente pelas das falas do morador Hamilton – *apud* Munari, 2009 – e da pesquisadora Carvalho, 2006), seguida pela constituição das “vias de circulação”, tão requeridas por Petrone (1966) – são elas: a BR 116, Regis Bittencourt (concluída em 1962); a SP165, concluída em 1969 (que liga Eldorado a Iporanga, margeando o Rio Ribeira, na mesma margem de Castelhana, oposta à comunidade de São Pedro); e, por fim, a estrada de terra batida que liga a balsa que corta o Rio Ribeira à comunidade de São Pedro/Galvão (por volta da década de 1970).

Quanto a estas, seu Roberto conta (70/80 anos):

“(LCM) – O senhor acha que **mudou** alguma coisa depois de ter aberto essas **estradas**?

– Olha, **aconteceu duas partes, dessas duas partes uma favoreceu, e a outra estragou**. Uma parte **favoreceu porque a gente vai pra Eldorado amanhece o dia** a gente pega o ônibus aqui de estudante aqui vai no Eldorado, e quando é a tarde a gente tá aqui outra vez. A gente compra o que a gente compra e vem. E por outra parte estragou, estragou porque hoje o povo não pode parar com dinheiro nenhum na mão. Olha tem muitos que não pode parar com dinheiro na mão porque o povo anda bastante. É eles pegaram a possibilidade da estrada e eles começaram a andar muito, então eles podem fazer uma roça eles levam pra cidade e gasta. Então aquele foi um tipo que estragou, agora na facilidade pra ir e vir, socorro de doença essas coisas, nessa parte melhorou. E também outra parte que estragou também, é que apesar de tudo tá vindo muito as coisas boas, tá vindo coisas pior pra nós também. Que tem caso que vem a benefício da comunidade, mas tem muito lado que tem disso também, já tá vindo que não é, que não vem trazer benefício, vem trazer problema pra comunidade. E também estragou por outra parte também pra nós, porque naquele tempo nós sobrevivia, dormia bem tranquilo, não tinha preocupação com nada, e depois daquilo **já começou os grileiros já começaram a comprar os direitos das posses, e já começaram a fazer pastagem, já começaram a trazer criação. E muitos já foram ficando achando bonito aqui eles já foram vendendo, e cada vez mais foram vendendo.**” (*apud* MUNARI, 2009, p.189, grifos nossos)

As estradas, implantadas na área entre as décadas de 1960-1970, estavam inseridas em um contexto nacional em que o Estado, visando o “desenvolvimento regional” do Vale do Ribeira/SP, cria a *Operação Caiçara*, integrada um ano depois à *Comissão do Litoral do Estado* (em 1959), responsável por identificar os “problemas” do Vale do Ribeira/SP e sugerir soluções. Observa-se aqui a clara intervenção estatal como agente *mobilizador* de trabalho, nos termos de Francisco de Oliveira (2008, p. 140): que se propõe a “repor os pressupostos da produção capitalista”, na *promessa* de possibilitar a valorização do valor.

Dos estudos desenvolvidos pela *Comissão do Litoral do Estado* surgiu o Serviço Regional do Vale do Ribeira (SVR), vinculado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE). Isto é, os primeiros olhares desse processo planejador organizado pelo Estado passaram pela compreensão do potencial hídrico da região para a geração de energia elétrica. Em 1968, a SVR foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), autarquia que tinha por objetivo:

Artigo 7º [...] promover o desenvolvimento econômico e social da região e o incremento da indústria da pesca, de forma harmônica e integrada na economia estadual. [...] **§3.º** - O Plano deverá prever intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros com o objetivo de: **1.** assegurar a elevação da taxa de re-inversão dos recursos gerados na região; e **2.** atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região. (SUDELPA, 1969)

Atuações estatais, segundo Andrada (2003, p.76), que “visavam a superação do considerado subdesenvolvimento da área e o controle político e militar de suas ermas regiões” em um momento de Ditadura Militar (1964-1985), em que se buscava garantir o retorno lucrativo dos recursos aplicados pelos capitais privados na produção a partir de investimentos públicos em infraestrutura.

Aqui reiteramos nossa hipótese (em parte já presente em Munari, 2009): apesar dos discursos da tecnocracia – que legitimaram os projetos de colonização de 1930/1940 de que trata Paiva (2002) –, defenderem o povoamento da região e tentarem dar um encaminhamento à questão dos “sem trabalho”, o processo de valorização do capital ocorreu por trás de suas costas, regularizando a terra para a expansão da bananicultura (PAIVA, 2002). Sugerimos, assim, que o processo que disponibilizou as permissões de uso da terra em 1960, possibilitou a venda dessas e consolidou o processo de formação de um mercado de terra na área em que se configuraria a comunidade de São Pedro.

Porém, se parecemos colocar em lados opostos as defesas proferidas pelos técnicos e os desdobramentos que tomaram seus projetos, é porque queremos reiterar que, apesar da intencionalidade daqueles, não compactuamos com o ideário que a ação de planejar, seja de um Estado, seja de um sujeito, possa se realizar positivamente. Defendemos, pelo contrário, que o processo se dá de forma contraditória, assim como o é a relação entre sujeito e objeto. Desta forma, uma decisão, por mais que bem-intencionada por parte do quadro técnico do Estado/ITESP (ao conceder os títulos de concessão), ao se objetivar não se realiza positivamente, mas toma *forma fantasmagórica* (MARX, 1983, vol. I, t.1) e contraditória.

Dada a ressalva acima, voltamos aos bairros dos agricultores, nos quais, em fins da década de 1960 e em consonância com o processo que já vinha caminhando em termos de

regularização fundiária, são construídas duas escolas, uma no bairro de São Pedro e outra em Ivaporunduva, na qual chega o professor com o objetivo de “modificar a mentalidade desse povo”:

“Eles são acostumados igual índio. Trabalham a hora que acham que têm necessidade. Precisa comprar arroz, roupa e outras coisas, eles saem para trabalhar. Tem arroz, feijão, não tem necessidade de trabalhar, todo mundo para. Eles não pensam no futuro. [...] Nós aqui já falamos pra eles: ‘quem quer melhorar de vida tem que ser assim, a gente não pode mais ficar de braços cruzados’” (*apud* R. QUEIROZ, 2006, p.46).

Isto é, para além das funções de alfabetização, o próprio professor se punha a cargo de instituir uma “política” de trabalho que levasse a uma “melhora na vida” dos moradores, atitude que tinha respaldo no decreto n. 52.944, de 1972, no qual a escola passa a ser “comunitária”. Esta mudança impõe ao professor o que, em partes, este já se propunha a estabelecer aos agricultores: além de atividades “educativas comuns” – alfabetização – deveria visar pelo “bem-estar” e “desenvolvimento” da comunidade. Para tanto, suas obrigações iam da religião (meio pelo qual também consegue aceitação da comunidade), a “títulos de eleitores, carteira de identificação, aposentadoria, sindicato dos trabalhadores rurais, a parte de legalização dos terrenos, encaminhamento de doentes ao Centro de Saúde” etc. (R. QUEIROZ, 2006, p.84), além de questionar e coibir costumes locais:

“Os obstáculos enfrentados pelo professor, quando se dirige aos mais velhos, parecem ser o espectro do passado do bairro. Eis alguns exemplos: um morador, bastante embriagado, queixou-se a mim da insistência do professor em convencê-lo das vantagens e dos benefícios decorrentes do uso de fossa sanitária, assim se expressando: ‘Eu sempre caguei no mato, não vou cagar em buraco nenhum!’. Um outro levou-me para apreciar sua horta, repleta de verduras cultivadas por determinação do professor. Quando observei que deveria haver muita verdura em sua mesa, ouvi a seguinte resposta: ‘Eu não como mato; quem come mato é bicho!’.” (R. QUEIROZ, 2006, p.85)

O professor personificava, por fim, o projeto que já sentiam na pele os ribeirinhos que buscavam nos donos de armazém, no atravessador do palmito ou nas terras de Amadeus, meios para se reproduzirem. Isto é, a *territorialização do capital é personificada* (MARX, 1983, vol. I, t.1) em um sujeito (junto ao atravessador e sua “chiboquinha”, e outros fazendeiros e patrões) que garante que aos moradores será ensinada a *ideologia do trabalho*. “Aprendizado”, com suas devidas particularidades, mas que muito nos lembra o ocorrido na Inglaterra (e outros países da Europa, cada um a seu tempo), entre os séculos XV e XVI, conforme relatado por Marx (1984a, vol. I, t.2):

“Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução

da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p.277)

Isto é, juntamente ao cercamento das terras comunais (“a assim chamada acumulação primitiva”), caminhou, lado a lado, a Legislação Sanguinária, responsável por garantir que o sujeito então expropriado, se submetesse ao trabalho. Processo este que se repetiu nas colônias e ex-colônias com seus particulares tempos e meios (como estamos a observar no Vale do Ribeira), mas que, de modo geral, com maior rapidez se comparada ao como aconteceu no centro do capitalismo: se o *sentido* (PRADO, JR., 1961) já estava posto, a referência a ser alcançada também o estava, e o processo de “docilização dos corpos” deveria responder prontamente às necessidades da reprodução do capital.

É, por fim, com vistas ao “progresso” (*apud* R. QUEIROZ, 2006, p.84), que o professor é encarado:

“De um lado, ele é visto como um agente incômodo, causador de transtornos, justamente porque interfere nos hábitos, crenças e práticas mais tradicionais do bairro. Assim, costuma ser avaliado negativamente. De outro, é merecedor de respeito e confiança, líder e autoridade no povoado, o centro para o qual convergem todos os que necessitam de ajuda [...]. Contudo, jamais suas determinações são abertamente contestadas ou desrespeitadas.” (R. QUEIROZ, 2006, p.86)

Assim, se aqui apresentamos alguns “marcos” da ação estatal na área estudada, estes darão continuidade ao relato do sítio de Tiatan, vendido por Perpétua e Rosa Machado (mulheres do ex-escravo Bernardo Furquim) à família Maciel e desta à “gente de fora”, como conta dona Adélia (61/71 anos):

“(LCM) – E a história da **grilagem**?

– Daí o cara que comprou num foi daqui. Se chama Elvira **Maciel** da Silva que **era a dona**, herdeira dessa área (...) o par de terra deles era 14 alqueires. Daí naqueles tempos ela num podia num vê, nunca morou aqui, nem conhecia onde que era a área, aí quando apareceu, puseram em venda, né, a terra dela pra cá. Daí venderam, né, daí apareceu esse **comprador** que foi esse **Tibúrcio**. Francisco Tibúrcio Nascimento. Daí ele comprou essa área dela.” (*apud* MUNARI, 2009, p.192)

Na fala de Carvalho (2006, p.67 e 93)

“após a concessão das permissões de uso [1960], um dos **descendentes de Maciel vendeu uma área que seria maior do que aquela que fora vendida ao seu antepassado** por Rosa e Perpétua, desrespeitando direitos de outros moradores, descendentes de Bernardo ou deste e de Maciel.”

“Então, esses **descendentes de Juvenal Maciel decidiram vender as terras**, colocando anúncios em jornais de São Paulo. Sobre a relação entre a construção da rodovia Régis Bitencourt e a venda de terras anunciadas na imprensa da capital paulista”.

Mas a chegada de Francisco Tibúrcio não se deu primeiramente em conflito, antes tratou de criar gado e, para tanto, a empregar a população da comunidade:

Zélia – Daí o cara começou a colocar gente aí, né? E daí beleza né, **a gente ia trabalhar, precisava de trabalhar, todo mundo começou**. Eles começaram a pegar a gente pra trabalhar, a gente começou a trabalhar. Só que a gente não sabia que eles tavam vindo pra arrumar dor de cabeça, né?

Cecilia – E era trabalhar no quê?

Zélia – O cara começou a roçar, derrubar mata, começar a plantar capim, trazer gado.

E, voltamos à nossa recorrente pergunta: por que precisavam os moradores trabalhar para Tibúrcio? Sabemos que próximo à década de 1990, este fazendeiro-grileiro passa a expandir sua fazenda, criando seu gado sem cerca, como conta Adélia (61/71 anos)

(LCM) – Por que eles **foram obrigados a sair da área**?

– Logo que ele comprou um ano, dois ou mais eles foram saindo, porque ele **trouxe boi** e as pessoa tinha plantação, e ele num ligava que o boi dele, o gado dele entrava na área dos outros e comia (...).” (*apud* MUNARI, 2009, p.192)

Mas, se Adélia fala de uma expropriação direta da terra, Zélia nos conta sobre uma *mobilização* (GAUDEMAR, 1977) anterior ao trabalho para Tibúrcio:

Zélia – Na verdade **minha família nem morava aqui, minha família morava lá no terreno do.... “Daniperk”** lá no Taquari [?], quando eu vim, eu fui morar pra lá. Aí meu esposo foi trabalhar fichado e eu ficava em casa, junto da minha irmã, com a minha mãe, e eles ajudavam a cuidar de mim, e ele ia trabalhar junto do meu pai, meus irmãos, aí eu recebia por tá afastada do serviço, e ele recebia por tá trabalhando [...] quando nois voltamos [do trabalho em Itimirim], que fumo lá pra aquela fazenda, era pra trabalhar na terra do banco, porque meio divisa com a comunidade, na verdade.

[...]

Cecilia – Quando você voltou pra morar com a sua família?

Zélia – Isso.

Cecilia – Taquari? É a cidade ou o nome da fazenda?

Zélia – É o nome de uma fazenda, quer dizer, nome de um terreno que é banco.

Cecilia – Que é do banco?

Zélia – **Na verdade, é Liperk**, o nome do terreno.

Cecilia – Então a fazenda chama Liperk...

Zélia – Terreno do Banco.

Cecilia – Como assim?

Zélia – Eles só falavam do banco, porque tipo assim, é um terreno do parque, que uma firma do banco punha fiscal, paga fiscal pra fiscalizar. Hoje a gente venho descobrir que **esse terreno, ele faz divisa com nós**. Agora imagine, a gente tava fiscalizando quem?

Cecilia – Da própria comunidade não ir pra lá.

Zélia – Pra não ir pra lá. Pra não cortar palmito, pra não caçar, pra não pescar.

[...]

Cecilia – E vocês na verdade ficavam vistoriando para ver se ninguém entrava?

Zélia – Então, **os homens** ficam lá pra semana inteira, lá nos picadão, **sondando pra ninguém entrar. Se entrasse podia matar.**

Cecilia – E como sua família começou a trabalhar lá?

Zélia – Na verdade o cara chamou o pai desse rapaz que tomava conta lá, **meu pai trabalhava na fazenda dele, e quando meu pai saiu de lá, aí o homem falou: eu tenho um serviço** lá, e lá dá pra trabalhar toda a sua família, todo mundo recebe, e **lá a gente podia plantar**, a gente plantava arroz, a gente plantava milho, a gente plantava feijão, a gente roçava antes de plantar, criava porco, criava galinha, lá a gente **tinha vaca de leite**, que eles mesmos colocaram, foram comprar leite, meu pai mesmo tirava leite lá, fazia queijo.

Cecilia – Mas essa vaca não era dele?

Zélia – Não, **toda família que chegava lá, o banco comprava e dava pra tratar**, depois quando a gente veio embora a gente trouxe.

Cecilia – Depois não tinha que dar pra eles venderem pro corte?

Zélia – Não, eles davam como se fosse pra aquela família pra subsistência. Porque eles tinham que dar cesta, então a gente escolhia uma coisa ou outra de valor.

Cecilia – Então esse era o pagamento pelo serviço de vigilância?

Zélia – Não, **todo mundo recebia o salário**, daí tinha um valor em cesta por ano, mas nós, a família, a gente preferia uma vaca de leite, não a cesta.

[...]

Cecilia – Daí, nessa fazenda vocês ficaram seis anos?

Zélia – Não, lá na verdade a gente ficou só dois anos, quando eu fui pra lá, meus pais já moravam lá, mas depois deu dois que eu tava lá a gente saiu, veio embora, daí a gente veio pra qui, direto pra qui [para comunidade de São Pedro].

Sobre o trabalho de Zélia e sua família nesta fazenda temos diversas perguntas, desde sobre os donos da terra – de que banco são? Por que um banco tinha terras em Eldorado? – mas, principalmente, sobre o histórico de mobilidade da família – que antes trabalhava em outra fazenda, seria como agregados? E as relações de trabalho na “Liperk” (ou Daniperk, como também chamou Zélia): recebiam salário e uma vaca leiteira para proteger uma terra vizinha à comunidade, na qual, aparentemente nada produziam para o dono da terra, será que o dono da fazenda a mantinha na promessa da precificação das terras na região?

Se não descobrimos muito sobre a fazenda em que trabalhavam os pais de Zélia antes de chegarem à fazenda “Liperk”, sabemos que aos 16 anos, após se casar, ela morou seis anos em Itimirim, bairro de Iguape/SP, trabalhando no cultivo de chuchu:

Zélia – [...] eu aqui tinha curiosidade de trabalhar fora, ter uma vida melhor, uma coisa assim, sei lá.

[...]

Cecilia – Você trabalhava com o quê lá em Itimirim?

Zélia – Lá, na verdade, a gente fazia quadra de chuchu, batia marreta de sete quilos todo dia.

Aqui, novamente muitas questões surgem, mas duas consideramos ser as principais: quais eram as relações de trabalho em Itimirim?; e, por que Zélia procurava uma vida melhor fora da comunidade (ou da fazenda que antes morava com seus pais)? Quanto à primeira questão, encontramos uma pequena pista no RTC de Galvão (p.50, *apud* Renata Paoliello, s/ano, s/p.): “no bairro de São Pedro (...) os homens e os casais mais jovens vêm saindo do local para serem meeiros em cultivo de maracujá e chuchu no bairro de Itimirim, na baixada de Iguape”. Mas, como meeiros, dividiam a produção *in natura* ou após a venda?; era descontada da meia um valor por morarem na propriedade? É novamente a família de Aroldo, mais precisamente sua filha Neuza e seu esposo Arnaldo, que nos irão esclarecer sobre as relações de trabalho em Itimirim:

Arnaldo – **Na década de 80... saia muita família pra ir para Itimirim.** Ia com tudo. Era normal. Ia no caminhão, um caminhão de gente. Quem ficava aqui ouvia que lá tava dando dinheiro, que a produção de chuchu que tava dando dinheiro. Daí a gente **tinha um padrinho nosso que tava trabalhando lá, daí eu pedi e ele conseguiu um lugar pra gente lá. Eu fui uma das últimas pessoas a sair daqui pra ir pra lá. Depois que eu saí, não teve mais família que saiu daqui pra ir pra lá.**

Neuza – É que lá começou a ficar ruim (risos).

Cecília – E lá tinha casa?

Neuza – Tinha **casinha.**

Cecília – **Vocês pagavam aluguel? Ou descontava?**

Neuza – **Não, não cobrava nada, mas a casinha também era assim, bem simples. Água de poço... ele não investia muito no conforto da casa assim dos meeiros.**

Cecília – **E conseguiu guardar dinheiro dessa época?**

Arnaldo – **Não. Oh, essa casa aqui, eu tinha a ideia de fazer uma casa. Daí eu consegui comprar a telha, com o dinheiro de lá.** Eu pensava que pelo menos eu tinha que conseguir levar a telha, porque eu queria fazer dessa madeira aqui. Trazer a telha já dava um começo. Daí eu tenho uma irmã que tava aí, eu disse que tinha comprado a telha, e ela dá muito apoio, e a situação dela é melhor que a minha, e daí convidou todas as minhas irmãs pra fazer uma poupancinha pra fazer uma coisa lá. Pra fazer essa casa aqui.

Neuza – Ela que praticamente fez essa casa pra nós. Mas bem que depois o piso a gente foi fazendo.

Cecília – Então conseguiu juntar dinheiro pra comprar a telha, por que lá o dinheiro da meia como é que era?

Arnaldo – **O que eu ganhava, até dezembro, porque tinha produção, acabava o chuchu, aquele dinheiro que eu tinha eu tinha que economizar de dezembro até abril. Maio começava a sair chuchu. Então todo o dinheiro que eu ganhei nesse ano eu não posso gastar porque eu preciso comer.**

Então era um ciclo que ficava rolando, todo ano a mesma coisa. O dinheiro....

Neuza – 1995 deu a crise.... não. Foi começo de 95 que a gente foi para Itimirim. Em 95 mesmo já não deu nada de chuchu.

Arnaldo – **Eu fiquei devendo pro patrão. Porque era meia, mas no começo ele dava um dinheiro para fazer a compra, pois no começo nós não tinha. Eu fazia a compra daí eu tinha que trabalhar no chuchu, e o dele era livre, e eu tinha que pagar esse dinheiro que comia.**

Neuza – Daí não deu para pagar ele, o dinheiro que a gente tinha comido.

Cecília – Isso é escravidão...

Neuza – É....

Arnaldo – Ficamos 11 anos nessa situação, não saía.

Neuza – E também dessa época que ele ficou doente, que meu menino de quinze anos nasceu, daí ele precisou ir com a irmã dele, daí eu tinha que ir pra roça com um menino de um mês, dois meses, tinha os outros pequenos. Pra daí colher o chuchu e levar pro caminhão, e ele não me deu apoio de nada. Ele podia ter pagado uma pessoa para me ajudar. Mas não ajudou em nada, só chegava lá com o caminhão e a carga de chuchu tinha que estar pronta. Ainda bem que os vizinhos me ajudavam. E daí ele embarcava e na outra semana a mesma coisa. Daí eu me desanimei...

Cecília – E pra ir embora vocês tiveram que pagar alguma coisa?

Arnaldo – Ele pediu mais um ano. E depois que eu fui embora ele me ligou pediu para eu voltar. Ele gostava muito de mim.

Neuza – **Porque ele foi só progredindo com o serviço que nos fazíamos, pois ele recebia a maior parte, comprou carro, já tinha caminhão...**

Cecília – **E lá vocês podiam plantar pra vocês?**

Arnaldo – **Tinha um espaço de dois metros, na beira do chuchu. Só nesse pedacinho. Que não atrapalhasse o chuchu.**

Neuza – Fazia horta, mandioca... outra coisa não dava para plantar. O terreno era dele, era tudo dele. **Ficamos quase 11 anos lá**

Cecília – E pra comprar comida, quando vocês estavam lá em Itimirim, iam pra cidade?

Arnaldo – **É, a gente fazia uma compra boa, naquele tempo dava pra fazer uma compra boa.**

Neuza – **Depois fazia um mercado lá perto.**

Cecília – **Mas que não era dele?**

Neuza – **Não, era de um conhecido nosso.**

Assim, Arnaldo e Neuza se mudaram para Itimirim em 1995 (ano em que Carlos se refere à chegada de Tibúrcio), terra da promessa do chuchu, na qual trabalhavam na meia, em uma produção em que apenas durante cinco meses havia colheita e que de princípio já saíam devendo para o patrão, que lhes emprestava o dinheiro para “fazer a compra”. Trabalharam nestas condições por onze anos, nos quais conseguiram apenas guardar o dinheiro para comprar as telhas da casa onde vivem hoje em São Pedro. De mais, faziam a compra do

alimento e podiam cultivar em uma pequena área, conjunta ao plantio de chuchu. Por fim, o “patrão” “foi só progredindo com o serviço que nós fazíamos, pois ele recebia a maior parte, comprou carro, já tinha caminhão...”

Últimos a deixarem a comunidade de São Pedro em sentido à Itimirim, Arnaldo e Neuza se referem a um “caminhão de gente”, fato que Adélia (61/71 anos) também relata: “a maior parte do nosso povo foi pro Itimirim, ali pro Iguape... As famílias tudo lá, eu tenho uma irmã, tenho cunhado, primo, sobrinho. Foram embora de medo.” (*apud* MUNARI, 2009, p.195). Mas, se para aqueles, era a promessa de que “lá tava dando dinheiro” (o próprio pai de Zélia sai da comunidade antes da chegada do grileiro, trabalhava e morava em fazenda na região/vizinha à comunidade); Adélia soma a esta, a pressão feita por Tibúrcio sobre os moradores.

A fala de um morador de 74 anos (que hoje teria por volta de 100 anos) a R. Queiroz (2006), por sua vez, complexifica este processo de saída dos moradores de Ivaporunduva (comunidade vizinha à São Pedro/Galvão):

“Os mais novos não querem mais ficar aqui. Eu tenho os meus netos trabalhando lá pra Jundiá, trabalhando nas fazendas de lá. Vêm aqui de passeio, correndo, correndo. [...] Os pais dizem: ‘Você pode ficar aqui que nós temos terra pra trabalhar, pra render mais a lavoura’. Não, ele vai mesmo. Acha que lá dá mais.... Mas no fim não dá nada, porque hoje em dia, se a pessoa não ganhar uma coisa que compensa, não adianta nem sair de casa. Essas coisas tá cara, muito caro, o ordenado é pouco. Sai, tá perdendo tempo. Não pode tratar de um mandiocal, não pode tratar de um cafezal porque demora mais. Então eles dizem: ‘trabalhando assim no fim do mês já pega o dinheiro’. Às vezes pega, às vezes não pega. Tem um rapaz aí que trabalha por terras por aí e faz mais de um ano. Nunca pode ajustar conta. Nunca têm dinheiro pra pagar o rapaz. O rapaz tem que ficar outra vez. E assim vai indo e não faz nada, nem pra ele e nem pro pai, e fica lá iludido. **A lavoura aqui está cara em vista desta época que eu estou contando pra Sr.**, que tudo mundo tinha e era barato. Não corria dinheiro, mas o pessoal vivia mais tranquilo porque tinha as coisas pra comer ou pra vender. Hoje tá mais difícil, bem mais difícil. A pessoa não quer ficar mais no serviço da roça. Então vão pras fazendas. Lá, como eles são fazendeiros mesmo, quanto mais chegar, mais eles pegam. Antigamente, é certo que não corria dinheiro. Mas a pessoa plantava e comia do seu, do bom.” (R. QUEIROZ, 2006, p.64)

Assim, se por um lado o morador fala de uma remuneração que não garante a reprodução dos que migram para trabalhar nas fazendas próximas, ou mesmo de alguns que trabalham na promessa de receber o que lhes deve o fazendeiro⁶⁵; por outro lado, fala de uma

⁶⁵ Como também podemos ver neste outro exemplo em R. Queiroz (2006, p.65): “Os homens casados, em sua maior parte, deixam mulheres e filhos menores e partem à procura de trabalho em fazendas mais ou menos próximas, nelas permanecendo às vezes por mais de uma semana. Quando retornam, trazem consigo inexpressivas quantias, as sobras do que receberam, pois tiveram despesas com alimentação, transporte etc. São ‘diaristas’, e o dia de trabalho era pago, em 1978, com cerca de Cr\$45,00 o ‘dia a seco’ (se o trabalhador se encarrega de sua própria alimentação), e mais ou menos Cr\$30,00 o ‘dia com bóia’, se as refeições são

lavoura que tampouco permitia a permanência dos moradores na terra. Mas, por que a lavoura estaria “cara”? O professor da comunidade expressa uma resposta:

“O custo de vida é muito elevado e eles não podem manter um trabalho maior, a não ser aquelas rocinhas que eles mesmo podem colher. Se eles fazem uma roça grande, quando chega a colheita eles vão precisar de mais mão-de-obra. No fim, dá prejuízo. Tem que comer, beber, sustentar os camaradas, pagar o dia... Depois vai vender o arroz, o feijão, quando chega a época da colheita aqui é dado também, o pessoal da cidade que vem não paga nada e eles ficam devendo. Então eles fazem só aquelas rocinhas que eles mesmo podem colher, sem fazer muito despesa. [...] Quando ele colheu três sacos de feijão, precisa ver quanta despesa ele já deixou. Às vezes ele vendendo os três não paga, porque é preciso preparar o terreno sem adubo, à moda deles. Depois de plantado, tem que capinar, senão o mato leva tudo. Essa produçãozinha é o pessoal de Eldorado que vem comprar aqui pelo preço que querem. E o cara tem que vender porque só colheu feijão e precisa comprar outras coisas.” (R. QUEIROZ, 2006, p.69)

Aqui observamos duas questões por parte do professor: uma diz respeito à produção, os custos para produzir são altos, dado, por exemplo, os gastos com a contratação de “mão de obra” ou mesmo para dar de comer a um camarada⁶⁶; outra diz sobre a comercialização, o agricultor não consegue dar preço ao seu produto, fica à mercê do “pessoal da cidade”. Para nós, porém, ambos dizem de um mesmo processo em que a média socialmente necessária para produzir chegou a um ponto que: ou se estende o tempo de trabalho e se recebe menos por mercadoria produzida (o que porém se mostra inviável, visto que até mesmo o agricultor teria que pagar camaradas ou mesmo arcar com os custos do mutirão); ou se intensifica a produtividade do trabalho, o que exigiria capital para investir (seja em maquinário seja em insumos).

Isto é, o que parece se explicitar é um processo em que simultaneamente há mudanças na estrutura familiar, como relatou um morador à R. Queiroz (2006, p.64), com busca de trabalho fora da comunidade pelos membros mais novos; somado a uma produção que para se vender, ser “grande” (cobrindo a reprodução da família do agricultor e a produção para a venda), precisa contratar trabalho, camarada.

Porém, questionaríamos este mesmo morador, quando este relaciona a volta dos mais jovens à possibilidade de fazer a “lavoura render”, uma vez que, para que a produção se venda

oferecidas pelo empregador [...] As roças são hoje de responsabilidade quase que exclusiva das mulheres casadas”. As mulheres também migravam e ainda migram para trabalharem como empregadas domésticas na cidade de Santos, como se lê em R. Queiroz (2006) e nos relata dona Elza (nascida em 1947), moradora de São Pedro, sobre sua própria experiência quando jovem, e sobre sua filha hoje.

⁶⁶ Se no primeiro capítulo usamos as palavras custos e gastos entre aspas, aqui não o fizemos pois defendemos já se tratar de um outro momento, em que, com a contratação de força de trabalho pelos agricultores, a reprodução do contratado é contabilizada como custos ao agricultor que contrata. Por outro lado, poderíamos ainda o fazer, pois o próprio trabalho da família ainda não é contabilizado, são trabalhadores de si mesmos, não por acaso o problema aparece quando realizam uma “roça grande” em que “vão precisar de mais mão-de-obra”.

e pague os gastos obtidos na produção e garanta a reprodução da família do agricultor, é preciso que esta atinja os níveis de produtividade postos socialmente. Em outras palavras, é necessário estender o tempo de trabalho e, quando tal medida chegar ao limite, intensificá-lo, caso contrário, o obtido com a produção não permitirá que um novo ciclo de produção seja financiado.

Por isso, ao dar cabo aos processos almejados por técnicos e planejadores, ao se construir estradas e “educar a gente”, o que se tem em realidade é a causa e consequência de um processo de concorrência em que o que está em jogo não é o proporcionar o tempo livre (o ocioso), mas sim fazer com que o tempo consumido seja cada vez mais produtivo, que consuma cada vez menos trabalho relativamente⁶⁷.

Assim, não por acaso Petrone (1966, p. 217) defende que “a disponibilidade de mão de obra na região não é suficiente para permitir a presença, em maior proporção que agora, de lavouras em grande escala”. Como sujeito/pesquisador de seu tempo, defende que falta ao desenvolvimento do Vale do Ribeira/SP investimentos em infraestrutura e trabalho vivo para serem transferidos para as mercadorias e mobilizados para a produção de mais-valor (nos termos de Marx, 2011). Não explicita, assim, que o próprio processo transforma o trabalho dos agricultores em trabalho excedente: não remunerado quando vendido para as fazendas e abaixo da produtividade quando utilizado na própria terra.

“O capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua **riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente**; uma vez que sua **finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso**. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento.” (MARX, 2011, p.590, **grifos nossos**)

Quanto ao trabalho em terra de outrem, vale destacar que, também nas “lavouras em grande escala” de banana, que passam a predominar na paisagem do Vale do Ribeira/SP, não é o trabalho dos moradores das comunidades que é majoritariamente requerido pelos proprietários. Segundo Andrada (2003), estes preferiam contratar migrantes em sua maioria provenientes do Nordeste ou Minas Gerais. Isto porque, ainda segundo a autora, os proprietários consideravam que os migrantes eram mais dispostos a trabalhar, em outras palavras: não tinham os migrantes a possibilidade de plantio em terra própria ou de saírem do

⁶⁷ “A própria maquinaria pressupõe historicamente, para sua aplicação, mãos abundantes. [...] É só na imaginação dos economistas que a máquina vem em auxílio ao trabalhador. [...] Ela não intervém para substituir força de trabalho não disponível, mas para reduzir à sua medida necessária as disponíveis em grande quantidade.” (MARX, 2011, p.585).

trabalho e facilmente voltarem para suas famílias. O próprio Aroldo, já pra época em que era solteiro, nos relata:

Aroldo – Em Miracatu, quando eu fui trabalhar lá, tinha o armazém. E trabalhei lá no mesmo serviço, com bananal. Era só serviço de banana. Vinha a turma da Bahia pra trabalhar no bananal. Eles faziam uma barulheira, mas eram gente boa. A maior comida deles era a carne seca. E ganhavam um dinheiro pra ir embora. Mas eles pegavam empreita grande. Depois que terminam aquele talhão voltavam pra Bahia.

Desta forma, se no primeiro capítulo discutíamos sobre a hipótese da presença do mutirão como meio para atingir níveis de produção dos quilombolas para comercialização simultaneamente postos também por relações de dominação pessoal, aqui se expressa a crise dessa reprodução: mobilizados à trabalhar para outros e expropriados da terra; inseridos em um contexto não mais ditado pelas relações de dominação regional (OLIVERIA, F., 2008), mas sim pela mão do Estado e a consequente *territorialização do capital* (HEIDEMANN, *et al*, 2014). E, não por acaso, o professor vem para dar o tom de como será a reprodução neste momento: a estes sujeitos cabe o trabalho.

Assim, a partir das décadas de 1970/1980, intensificando-se em 1990, o que se observa no Vale do Ribeira/SP é um processo de concentração de terras e conflitos fundiários (resultado das políticas governamentais que apostavam e incentivavam a ocupação de grandes áreas de terras devolutas que outrora já eram utilizadas pelos ribeirinhos), e, principalmente em decorrência destes, o êxodo rural dado pela perda da terra como consequência direta e indireta da produção extensiva de banana. Consolidando-se, por fim, o binômio mercado de terras-mercado de trabalho, apresenta-se a expropriação na sua forma entendida mais “claramente”: sujeitos-mobilizados-expropriados da terra.

O que não significa dizer que não tenham sido também expropriados aqueles que ficaram na terra, ou mesmo aqueles que retornaram quando do processo de reconhecimento como “território remanescente quilombola”. Defendemos, assim, que a expropriação da terra não se fez de modo linear e uniforme.

Isto porque, o que observamos é um processo muito mais complexo do que uma simples perda do acesso à terra seguida pela transformação plena desses agricultores em empregados/assalariados e sua consequente migração – como porém também nos foi relatado quando da migração para Itimirim ou fazendas próximas, ou mesmo da migração das mulheres para a cidade de Santos para o trabalho como domésticas –, mas tampouco uma reprodução na e pela posse da terra nos mesmos termos que antes.

Por hora, porém, nos interessa problematizar a primeira posição – de que iriam todos, com o tempo, tornarem-se assalariados⁶⁸ –, que ao que nos parece, aproxima-se de uma concepção que nivela por baixo o processo descrito por Marx no capítulo da “Assim Chamada Acumulação Primitiva” (1984a, vol. I, t.2), colocando como única forma pela qual se reproduziria o capital, inclusive no contexto da colônia. Como numa dialética posta na relação entre o que estaria “fora” do capital, que seria expropriado e mobilizado para “dentro” do capital, como possibilidade de acumulação.

Em outro momento já apontamos as diferenças, trazidas pelo próprio Marx, quanto ao processo de territorialização do capital ocorrido na metrópole e na colônia, através de seu capítulo “A Teoria da Moderna Colonização” (MARX, 1984a, vol. I, t.2). Naquele, argumentávamos que na Colônia e, mais especificamente, a partir dos projetos de colonização no Vale do Ribeira/SP na década de 1940 (como discutido por Paiva, 2002), diferente do processo de expropriação ocorrido no centro do capitalismo, a reprodução teria que criar as condições para que a terra fosse transformada em propriedade privada e os “sem trabalho” movidos para a valorização do valor. Tratava-se naquele momento de problematizar a concepção acima apresentada, a partir do questionamento quanto ao processo de formação da força de trabalho: se no caso inglês os servos foram expropriados da terra e impelidos a trabalhar (através de violentos processos, tais como a constituição das Leis Sanguinárias); aqui foi preciso criar, por meios não menos violentos, as condições para que a terra fosse apropriada privadamente, sobre pressupostos outros que não os da metrópole.

Assim, a partir de um olhar para a particularidade do Vale do Ribeira/SP, o que se observa é que aqueles que defendem uma certa “predestinação” do capital, no qual a acumulação deste se daria sempre sobre os mesmos moldes – expropriação da terra seguida de êxodo rural e trabalho urbano industrial – é colocada em parte em xeque. A acumulação se dá aqui utilizando-se de violência, não somente para expropriar, mas também, e principalmente, a formar a propriedade e o trabalho pelas avessas: o agricultor permanece na terra, mas não por isso, “menos” mobilizado. Mas este é assunto para o próximo capítulo.

⁶⁸ Discutiremos a segunda posição no próximo capítulo, no item “Formalizando a ‘vocaçãõ’”.

Terceiro Capítulo
De força de trabalho a gestor da produção

Introdução

Ao longo do capítulo anterior nos questionamos acerca das mudanças qualitativas na reprodução da comunidade de São Pedro, mais especificamente, do porquê esta passava a se reproduzir não apenas mediada pela venda de sua produção ao dono do armazém, mas agora também pela venda de sua própria força de trabalho. No momento retomávamos a questão norte do trabalho de Gaudemar (1977, p.14): “por que razão se presta o trabalho, ou antes a força de trabalho dos homens a todas as variações de duração, intensidade, produtividade, que levam ao nascimento da mais-valia?”.

Apresentávamos com isso, de forma mais explícita em alguns momentos da escrita que em outros, a problematização do como entendemos *o processo de expropriação* e do *ser expropriado*. Para tanto, no primeiro capítulo deste trabalho discutimos as concepções que expunham como forma explicativa para o processo de expropriação, a separação da força de trabalho/sujeito dos meios de produção/objeto (no caso em questão a terra), para então no segundo capítulo nos posicionarmos mais próximo ao que acreditamos consistir o processo no Vale do Ribeira/SP: o fato dos agricultores terem que vender/mobilizar sua força de trabalho para outra pessoa, mesmo quando ainda de posse de seus “meios de produção”, a terra⁶⁹.

Neste terceiro e último capítulo, pretendemos discutir o que significa hoje, tanto do ponto de vista da valorização do valor (acumulação), como em termos da reprodução do cotidiano desses agricultores, o processo de expropriação para aqueles ainda de posse da terra.

Assim, se observamos que da passagem do primeiro para o segundo capítulo foi apresentada uma transformação no modo como os sujeitos se reproduziam, que se deu simultaneamente à mudança de como se mobilizavam ao trabalho (da venda do produto de seu trabalho, para a mobilidade de sua própria força de trabalho), isso se deu, pois, através de um processo de formação das mercadorias trabalho e terra, e consequentemente de mercados para suas comercializações.

Agora, partindo deste universo em que as categorias já estão formadas, nos questionamos: a forma como estes agricultores (e, consequentemente, o capital) se reproduzem estaria ainda em transformação? Acreditamos que sim, pois se terra e trabalho se formaram simultaneamente ao processo de *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al*,

⁶⁹ O que, porém, por sua vez, não significa dizer que neste não se dê simultaneamente também a perda do acesso à terra, mas que esse não é o único determinante para qualificar aquele e que a reprodução do capital não se faz de forma linear nem tão pouco igual nos diferentes períodos e lugares, como ficará mais claro neste capítulo.

2014), e se este se deu antes em relação a um capital que se reproduzia a partir da relação metrópole-colônia e posteriormente na transformação das relações e formação das categorias terra, trabalho e capital, para compreender o movimento atual não poderíamos deixar de lado o pressuposto de que a reprodução não se faz sempre igual.

Porém, se marcamos posição de que o processo se dá em constante transformação (tendo por pressuposto, para o caso da colônia, que esta já “nasce” a partir do *sentido* da produção de mercadorias tropicais para o metrópole), isso não significa que defendamos que hajam momentos, no processo de formação do território do Estado brasileiro, possíveis fora do modo de produção capitalista (ou como alguns autores denominam “não especificamente capitalistas”), mas que sejam, em realidade, formas de manifestação da *territorialização do capital*, entendida esta como totalidade⁷⁰.

Nosso pressuposto, portanto, é de que a *territorialização do capital* é totalizante e determinante, tendo suas particularidades (como buscamos apresentar o Vale do Ribeira/SP e, mais detidamente, a comunidade de São Pedro), porém nunca localizadas à margem do capital. A mediação dos sujeitos pela mercadoria, seja no momento regional, seja no fim da região e constituição do território nacional (com a consequente formação do mercado interno) é para nós a totalidade, que é constituída por relações capitalistas e, principalmente, pela abstração real posta pela mercadoria (no qual trabalhos concretos de diferentes qualidades são equiparados possibilitando a troca), porém que se realizam de formas particulares.

O processo em questão pressupõe relações de produções e reprodução dos sujeitos mediadas pela totalidade posta pela valorização do valor, mas que qualitativamente ocorrem hoje de forma diferente que outrora. Cabe assim, para entender a atual reprodução dos agricultores do Vale do Ribeira/SP, não apenas levantar suas diferenças, mas também algumas das discussões teóricas hoje em voga acerca da reprodução do capital.

Para tanto, pretendemos desdobrar neste capítulo a discussão já iniciada no final do segundo capítulo, quando tratávamos do processo de grilagem de terras e consequente êxodo rural, e das duas principais vertentes teóricas sobre a questão agrária (uma inclinada à generalização da proletarianização e outra, que apenas anunciamos, mais à camponêsia como processo que se reproduz pelo capital). Acreditamos que hoje, o que veremos ao descrever o

⁷⁰ Salientamos que tratamos da questão da formação do território brasileiro, pois quanto ao processo de formação do valor em termos de sua gênese como forma social, a discussão teria que ser complexificada, uma vez que teríamos que discutir as concepções de transformações, aí sim, de relações pré-modernas em modernas, e não, como é o caso do Brasil, de uma colônia que já “nasce” no moderno. Sugerimos, para a discussão em nível de gênese, a leitura do livro de Robert Kurz “Dinheiro sem valor” (2014).

movimento do empírico, é um processo em partes diferente de ambas concepções: muitos continuam na terra, o que em si não pode ser identificado ao como antes se reproduziam pelo trabalho agrícola; e também trabalham fora dela, o que não significa que estejam simplesmente se proletarizando. Tanto o trabalho na própria terra como fora dela tomam novos contornos.

Pretendemos aprofundar tal discussão com base nas entrevistas e conversas que tivemos com os moradores da comunidade de São Pedro, em debate com alguns autores e como estes entendem o processo pelo qual passa a questão agrária brasileira. Nos deteremos, especificamente, nos trabalhos de José **Graziano da Silva** (1981, 1997) e Ricardo **Abramovay** (1999 e 2004), e a concepção desses autores sobre o conceito de “novas ruralidades”, em contraposição à formulação de “campeinato”, presente em Ariovaldo Umbelino de **Oliveira** (2007 e 2013), e por fim de “agricultores familiares” como é problematizado em alguns trabalhos de integrantes do CPDA (Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da UFRRJ) como o de Regina **Bruno** (2016).

Esta última posição de *personificação* (MARX, 1985, vol. III, t.2), como “agricultores familiares”, será discutida a partir da derradeira política de planejamento que pretendemos analisar/criticar nesse trabalho, e que muito nos interessa, por nos levar à discussão acerca da financeirização e seus desdobramentos para o processo produtivo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo governo federal em 1995, e implantado no Vale do Ribeira/SP, segundo os técnicos agrícolas do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), principalmente a partir do ano de 2006.

Para tanto, partiremos das conversas que realizamos junto aos **agricultores** (que obtiveram o crédito para a produção através do Pronaf) e com os **técnicos agrícolas** da CATI (de Registro e Eldorado), da Casa da Agricultura da Prefeitura de Eldorado e do ITESP (de Eldorado) (responsáveis pela desenvolvimento desta política na cidade de Eldorado/SP), com apoio da análise crítica presente na tese de doutorado de Cássio Arruda **Boechat** (2013) – principalmente quanto a discussão que este desenvolve ao tratar dos custos de produção na passagem do plantio do café para o de laranja no oeste paulista, e como estes são contabilizados pelos técnicos – e na discussão elaborada por **Marx** acerca da formação de um lucro médio (1984b, vol. III, t.1).

E, finalmente, pelas sinuosas entrevistas com os **agentes do Banco do Brasil (BB)** (banco através do qual ocorre a liberação do crédito Pronaf no caso em questão). Discussão que articularemos com o processo de implantação das “novas promessas/culturas” no Vale e a reprodução do capital no “processo de financeirização da economia”, nos termos de Leda **Paulani (2009a, 2009b e 2010)**, David **Harvey (2013 e 2014)** e Robert **Kurz (1995)**.

Acreditamos que a discussão quanto às qualificações realizadas pelos acadêmicos (como de camponês a agricultor pluriativo e agricultor familiar) tem sua importância uma vez que revela não apenas o como estes agricultores estão sendo compreendidos pela academia e políticas públicas, mas, e principalmente, o como estas influem contraditoriamente no cotidiano desses sujeitos. E, não menos importante, o que estas diferentes qualificações nos dizem sobre a reprodução do trabalho, da terra e do capital. Temos assim em mente, que não se tratam de meras mudanças de denominação, mas de discursos ideológicos que dizem respeito e nos elucidam acerca de como o valor se valoriza contemporaneamente.

Por fim, e este será nosso gancho para enfim iniciar este último capítulo, acreditamos que não poderíamos deixar de fora da discussão o processo histórico de formação da identidade como “remanescente quilombola” e, conseqüentemente, das determinações que hoje influem na reprodução e produção desses sujeitos: a formação das Unidades de Conservação no Vale do Ribeira e a discussão acerca da preservação dos “remanescentes de mata atlântica” (como se justificam as políticas ambientais).

É bem verdade que este ponto é o mais encontrado na literatura, seja numa defesa pela conservação das áreas ainda preservadas do bioma mata atlântica, ou de sua problematização frente às políticas que desconsideraram, ou melhor, obscureceram a presença de comunidades negras nestas áreas. A lista de trabalhos, seja na área da geografia humana ou da biologia e agronomia, é extensa, porém defendemos que seja importante passar por esta discussão neste trabalho tanto pela centralidade que há no cotidiano dessas populações (o reclame do cerceamento realizado pelas políticas ambientais foi unânime em todas as nossas conversas com os moradores da comunidade de São Pedro), como pelo desdobramento que acreditamos que traz à problematização do conceito de expropriação hoje, quando articulada à teoria do valor-dissociação de Roswitha **Scholz (2004 e 2016)**.

Assim, partindo de que já conhecemos em parte o conflito entre as comunidades de São Pedro e Galvão, e grileiros pela posse da terra (no segundo capítulo discutimos o caso do sítio Tiatan), e que entendemos que tal foi o desdobramento de projetos empenhados pelo Estado para a *modernização* do Vale do Ribeira/SP, acreditamos que para a compreensão das

atuais transformações seja essencial problematizar a constituição das Unidades de Conservação dos “remanescentes de mata atlântica” e os conflitos com o processo de regularização e reconhecimento dos “territórios dos remanescentes quilombolas”. Como, estas duas políticas voltadas aos “remanescentes” dos antigos planejamentos, com discursos que se pleiteiam como forma de “resolver” passados problemas, resultariam em “novas” questões?

*A questão ambiental
e a formação da identidade tradicional*

Cecília – E hoje a roça dá conta de pagar as contas, de ir lá na cidade pra comprar o que precisa, ou também tem que trabalhar pra fora?

Zélia – Hoje, por causa do pessoal do meio ambiente, e por causa dessas brigas com os grileiros, nós ficamos praticamente doze anos sem fazer roça. Eles proibiram, nunca deram licença pra roça....

Cecília – Voltou a fazer roça em que ano?

Zélia – Na verdade alguns roçavam sem pedido, sem licença, mas em 2006, 2007 voltaram a fazer algumas roças. Mas assim, as vezes não é uma licença que saía com tempo da pessoa fazer a roça. Sai a licença, mas é depois de ter dado o prazo de roçar. Então alguns vão lá, sonham com a licença e roçam do mesmo jeito. Mas quando a licença chegou a roça dele já tá pronta. E aqui não saiu a licença, mas eles roçam do mesmo jeito, né.

A conversa com Zélia (realizada em dezembro de 2015), uma de nossas interlocutoras desde o primeiro capítulo, traz à discussão alguns dados que nos são relevantes. Neste pequeno trecho ela faz referência às dificuldades na reprodução da comunidade que dizem respeito não mais aos planejamentos que buscavam explicitamente “levar o moderno para o Vale” (como discutíamos no segundo capítulo, quando das políticas de regularização fundiária à forma da “moderna colonização” – MARX, 1984a, vol. I, t.2 – e da construção das estradas), mas que sob o véu da questão ambiental realizam mais uma faceta da ação estatal: a proibição da abertura de roças. Trata-se do processo de constituição das áreas de conservação ambiental empenhadas pelo governo estadual.

Para além do atual atraso para a liberação das autorizações, que coloca muitos agricultores em situação de ilegalidade ou obriga-os a buscar outras fontes de renda, as transformações pelas quais passou o bairro de São Pedro com a legislação ambiental devem ser compreendidas junto às que já vinham ocorrendo, como discutimos em nosso segundo capítulo: a busca por trabalho fora da comunidade e a extração do palmito juçara na mata para

venda a atravessadores. Este conjunto de fatores, somado à abertura e pavimentação das estradas que dão acesso a São Pedro, impuseram uma série de mudanças no **como e para que** se fazia a roça, como se lê nos depoimentos de moradores de São Pedro, presentes na tese de doutorado de Nelson Novaes Pedroso Jr. (2008):

“Antigamente o povo plantava longe. Em lugar que nascia capim que nem essas que nós planta hoje, eles não roçavam de jeito nenhum, nem olhava. Pra eles não compensava porque dava muito trabalho pra cuidar, carpir várias vezes. Já em mato grosso o cara planta e às vezes nem carpir precisa, não cresce capim. Trabalhavam só em mato grosso.” (depoimento de Pedro, em PEDROSO JR., 2008, p.82)

Pedro, nome fictício (assim como os outros dados por Pedroso Jr., a fim de guardar a identidade de seus interlocutores), relata dois momentos: um de “antigamente”, em que o mais interessante era abrir área nova, distante da casa, em que a terra era boa e menos trabalhosa, onde “nem carpir precisa” (em outro trecho da tese, a moradora Eva relata que próximo à casa ficava reservado às criações de porco e galinha); e outro, de hoje, em que se planta onde se nasce capim, que requer mais trabalho. Nos RTCs (Relatórios Técnicos Científicos) das comunidades de Pedro Cubas, Ivaporunduva e São Pedro (localizadas em Eldorado/SP) também se lê, com poucas variações na escrita entre eles, a constatação:

“A proibição da derrubada de novos trechos de mata secundária, conjugada à proibição da derrubada de capoeiras maiores de 1,5 metros é incompatível com as técnicas de manejo tradicional, inviabilizando a produção agrícola de subsistência. Os moradores não dispõem de capital para investimentos em técnicas e insumos para o melhoramento do solo, cuja produtividade decresce rapidamente, exigindo esforços crescentes necessários à sua limpeza, realizada de maneira constante por cada grupo familiar e impedindo a execução de outros trabalhos. Quanto mais nova a capuova, o esforço necessário à manutenção do roçado será exponencialmente maior.” (RTC de São Pedro, p.26).

Por sua vez, o depoimento de Almir, também registrado por Pedroso Jr. (2008, p.89-90), complementa os anteriores quanto as mudanças no planejamento da roça:

“Pra escolher a área a gente pensa na distância também porque tem áreas longe que dá muito trabalho pra gente trabalhar. Só a ida da gente, ir da casa da gente lá já é uma dificuldade, aí se pudesse ter uma área mais perto melhor. Hoje é assim, mas de primeiro a gente não olhava isso porque a gente trabalhava na capuova, que fala que a área é mais boa [...]. Agora não faço mais na capuova, só faço por perto. E pra escolher o lugar da roça e o tamanho a gente tem que trabalhar baseado no total da mão de obra que vai gastar.”

Almir, além de reforçar os problemas com o acesso a terras distantes (trabalho antes compensado dada a possibilidade de trabalhar em terras de melhor qualidade – de “mata

grossa”), nos diz sobre sua contabilidade: agora o longe, dado a qualidade da terra que podem acessar devido à legislação ambiental⁷¹, não vale mais a pena; e quanto à definição do tamanho desta terra, cada vez mais próxima à vila, esta passa a ser baseada “no total da mão de obra que vai gastar.” A estas transformações, de acesso/qualidade da terra e tamanho da roça, Pedroso Jr. (2008, p.102) conclui:

“Com a diminuição no número e tamanho de roças de corte e queima destinadas à subsistência familiar, os agricultores quilombolas têm concentrado seus esforços no cultivo de espécies e variedades agrícolas voltadas ao comércio, como a banana. Mais recentemente, principalmente nos últimos cinco anos, a obtenção de crédito agrícola tornou-se mais acessível para os chefes de família através de projetos do governo federal, e muitos ampliaram seus bananais e/ou passaram a cultivar outros produtos, como maracujá e a pupunha”.

Pedroso Jr. (2008) relaciona assim as transformações relatadas por Pedro e Almir (principalmente quanto ao dispêndio de trabalho), à diminuição no tamanho das roças e sua destinação, agora “voltadas ao comércio”, com acesso ao crédito (“principalmente nos últimos cinco anos”, isto é, a partir de 2002/2003). Citaremos, por fim, um último depoimento, também de Almir (PEDROSO JR., 2008, p.105):

“Antes eu fazia roça de uma quarta, uma quarta e meia, agora quando eu faço é no máximo uma quarta, mas é difícil fazer isso tudo. Esse ano mesmo são cento e cinquenta pés de maracujá que eu to plantando aqui, já tão subindo no arame aí. Eles vão me dar muito serviço. E tenho mais uns cinquenta pés lá pra baixo. Acho que não vai dar nem pra roçar capoeira esse ano.”

Acreditamos assim que as entrevistas transcritas de Pedroso Jr. nos dizem de uma realidade em que os agricultores devem ter em mente, cada vez mais, a compreensão quanto ao dispêndio de trabalho, e consequentemente sua economia, uma vez que o processo de escasseamento das terras, parece ter como consequência intensificar o trabalho do agricultor para nela produzir e realizar a manutenção do plantio (que a mata grossa, que antes era derrubada e queimada, não exigia). E desta relação entre cerceamento da terra e intensificação do trabalho, toma centralidade a produção voltada para a comercialização, acompanhada, segundo o autor, de um maior acesso ao crédito pelas famílias.

A partir dessas falas, podemos observar até aqui duas consequências do processo de *territorialização do capital*: por um lado, a restrição ao plantio (fruto da legislação ambiental) e a pressão de grileiros que impõem aos moradores de São Pedro buscarem outros meios que não a roça de subsistência (a capuova) para a reprodução da família; por outro, há, em

⁷¹ Trata-se de uma terra que deve ser roçada no máximo em seis anos, para não formar “mata grossa”, o que torna o cultivo proibitivo pela legislação ambiental.

consonância com o processo de reprodução do capital que forma o Vale do Ribeira/SP (sentido pelos moradores seja pelo disciplinamento com a chegada da escola ou das construções das estradas, seja pelas novas necessidades que impõem o trabalho fora da comunidade – como apresentamos no segundo capítulo) um pedido por acesso a novas políticas públicas, sendo entre elas, o crédito, que auxilia na intensificação da produção. Como relata Almir: a roça voltada para subsistência ficou em segundo plano (o que não significa que tenha deixado de existir), em relação ao plantio de maracujá.

Entretanto, se separamos em “duas consequências”, o fazemos por recurso expositivo, pois em realidade, acreditamos que tanto a pressão dos grileiros e da legislação ambiental, como o pedido por políticas públicas e a priorização da roça comercial, em relação à voltada para a subsistência, devem ser compreendidas em simultâneo às transformações da reprodução do próprio capital e, conseqüentemente, com as ações e planejamentos estatais.

Assim, nos perguntamos sobre a passagem de um Estado que buscava na década de 1940, via Secretaria da Agricultura, a mobilização de “sem trabalho” para o projeto de colonização no Vale do Ribeira/SP⁷²; e que agora instituía, como política explícita, a restrição das roças abertas pelas comunidades de pequenos agricultores negros, acompanhado por um discurso que entre 1970 e 2000 pregava a formação de reservas ambientais que não admitiam a presença destes e/ou restringindo o uso do solo pelos agricultores. O que nos instiga, neste momento (para então voltarmos a para reprodução em particular dos moradores da comunidade de São Pedro), é tentar compreender por que desta *aparente* mudança no discurso: de um planejamento que colocava como problema de Estado a transferência dos “sem trabalho” as áreas “desocupadas”, para um que preza agora pela preservação ambiental, opondo-se aos que ocupavam estas “remanescentes” áreas de mata atlântica.

Isto é, se acreditamos que o processo na década de 1940 se realiza não com a consolidação daqueles “colonos” como agricultores no Vale do Ribeira, mas sim em consonância com o processo de formação da propriedade privada em região de vastas terras devolutas; ou como ocorreu entre as décadas de 1950/1960 e a concessão de títulos de uso da terra a alguns moradores das comunidades ribeirinhas, que permitiria a venda e grilagem das mesmas⁷³; a defesa, por fim, pela formação de áreas de conservação acompanhadas pela

⁷² Como discutimos no segundo capítulo dessa dissertação com base em Paiva, 2002.

⁷³ A maioria se coadunou, inclusive, com outros mecanismos de grilagem, como se lê no RTC-Galvão (p.52): “nas décadas de 1960/70, época em que foram planejados diversos projetos desenvolvimentistas para a região, dos quais fez parte a construção de estradas como parte da infraestrutura necessária para atrair indústrias

expulsão ou cerceamento dos que ali viviam, não nos parece poder ser justificada com a mera prerrogativa da preservação ambiental.

Em outras palavras, se partimos do pressuposto que a formação do Estado e sua territorialização se dão, intrinsicamente, à formação e transformações das categorias terra, trabalho e capital e a reprodução dessas, a mudança no modo como o Estado se realiza através do planejamento, deve ser entendida em consonância com o processo de reprodução dessas categorias. Desta forma, se nos dois capítulos anteriores, o que nos movia era o processo de formação da força de trabalho e da terra como mercadorias no Vale do Ribeira/SP, aqui nos perguntamos sobre este novo momento, em que a expulsão das comunidades se reedita através de um discurso que se legitima socialmente como de “preservação ambiental”, ao mesmo tempo em que aquelas pouco a pouco obtêm o reconhecimento como “remanescentes quilombolas”, o que lhes dá a possibilidade de continuar na terra, porém subjugadas ao “ambiental” que lhes cerceia a possibilidade de plantio.

Assim, acreditamos que seja necessário focarmos nesta mudança no discurso e ação do Estado, uma vez que esta diz respeito às transformações na reprodução do próprio capital: falar de um, acreditamos com base em Heidemann (*et al*, 2014, p.60), é tratar do outro: “A territorialização do Estado nacional é a forma particular necessária à territorialidade do capital como totalidade, ou seja, como espaço de poder em processo de reprodução contraditória que forma o Estado nacional.”

Para compreender este processo, e caminhar em sentido de nosso incômodo (quanto à presença, no discurso estatal, da defesa da preservação ambiental) e suas repercussões no cotidiano das comunidades, recorreremos aos trabalhos de Mara Gazzoli **Duarte** (mestre formada em **2012** pelo Departamento de Geografia/USP, sob orientação do Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira) sobre os conflitos fundiários no Vale do Ribeira/SP e a passagem do momento em que eram proibidas as aberturas das roças, para o da necessidade de obter a licença ambiental; e de Carina Inerra **Bernini** (doutora formada em **2015** pelo mesmo departamento, orientada pela Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marquez) que também tem sua análise focada nas questões trazidas pela implantação das unidades de conservação da

agropecuárias para a região. Eram concedidas autorizações para o desmatamento de cem, duzentos hectares de mata para a implantação de planos de cultivo de chá, banana, cacau, seringueira, criação de búfalos, etc. Contudo, a maioria dessas empresas nunca foi implantada, tendo apenas servido de pretexto para a exploração desenfreada dos recursos naturais da mata, além de abrirem as portas para os especuladores imobiliários”.

região do Vale do Ribeira/SP, porém relacionando-as, com mais ênfase que a primeira, ao “mercado financeiro”.

Duarte (2012) discute em seu trabalho o processo de implantação do Parque Estadual de Jacupiranga em 1969, que sobrepunha-se às áreas já ocupadas por comunidades de agricultores negros (mais especificamente as comunidade de Nhunguara, Sapatu e André Lopes) e, com menor ênfase na sua pesquisa, a constituição do Parque Estadual Intervales em 1995, que juntamente à Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar instituída em 1984 (a APA da Serra do Mar), impactaram sobremaneira a comunidade de São Pedro e Galvão (como também Pilões, Maria Rosa, Ivaporunduva, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima). Comunidades estas que, a partir da década de 1990, passariam por seus respectivos processos de reconhecimento e titulação como “remanescentes quilombolas”⁷⁴.

A autora apresenta os conflitos entre os planos do Estado de São Paulo e as comunidades, e a consequente diminuição das áreas de proteção integral (acima citadas, nas quais não era permitida a presença de moradores), para a então formação do Mosaico do Jacupiranga (MOJAC) em 2008. Com este, diminuiu-se a área de alguns parques e da APA da Serra do Mar, substituindo-os por unidades de conservação de Uso Sustentável (de acordo com o novo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – publicado em 2000). No caso das comunidades afetadas pelo Parque Estadual Intervales (da qual São Pedro é de nosso interesse), parte da área deste foi substituída e ampliada pela APA dos Quilombos do Médio Ribeira. A atual configuração pode ser observada no “**Mapa 1** – Atual configuração das Unidades de Conservação e as Comunidades ‘remanescentes quilombolas’ no Vale do Ribeira/SP” (ISA, 2008, s/p.) na página que segue.

⁷⁴ A Comunidade de São Pedro, por exemplo, foi reconhecida pelo ITESP como “comunidade remanescente quilombola” em 1998, titulada em nome da Associação em 2004 e ganhou o direito sobre as terras particulares em 2006, estas ainda não tituladas (ISA, 2008).

Mapa 1 – Atual configuração das Unidades de Conservação e as Comunidades remanescentes quilombolas no Vale do Ribeira/SP

Fonte: ISA, 2008, s/p.

Quanto ao licenciamento das roças, há certa divergência na literatura quanto ao ano em que estes foram realmente realizados: Giacomini (2010) refere-se aos fins de 1990, em que um acordo não oficializado entre ITESP e Instituto Florestal, teria possibilitado, sob muita pressão e demora, a licença para áreas já reconhecidas como territórios quilombolas; já Bernini (2015, p.131, nota de rodapé) refere-se ao ano de 2013, em que “após muito debate e articulação” teria sido expedida “a primeira licença para um conjunto de 150 roças dos quilombos de Eldorado”⁷⁵.

Porém o que aqui, dado nosso rápido tratamento, parece ocorrer sem percalços, Duarte (2012) explicita que do momento de criação dos primeiros parques no Vale do Ribeira/SP na década de 1960, até a formação do Mosaico em 2008 (que flexibiliza a possibilidade de realizações de roças), a ação estatal em termos “ambientais” se fez sentir sobremaneira sobre as comunidades. A autora faz referência não apenas à proibição da abertura de roças, mas também às consequências “indiretas” do planejamento: das indefinições e conflitos na formação dos parques, que deixaram as populações já residentes na área sem acesso ou possibilidade de requerer serviços públicos ou alternativas para o auto consumo (já que a roça estava proibida), levando à migração de muitas dessas áreas; e no que a autora chamou de “abandono”, em termos de fiscalização sobre a terra demarcada como parque, que abriu a possibilidade de novas ocupações e grilagens de terra.

Mas se há semelhanças nos resultados dos planejamentos (de colonização na década de 1940 e concessão de títulos de uso da terra em 1950/1960), quanto à transformação de terras devolutas em privadas, voltamos a perguntar: por que a mudança no discurso que pretende legitimar a ação estatal? Como hipóteses sobre esta questão, iremos levantar dois pontos de argumentação. Um primeiro, que tratamos aqui brevemente, diz respeito ao contexto de Ditadura Militar e à compreensão de que haveria uma necessidade pelo controle do território, no caso do Vale do Ribeira/SP, tanto para inibir os treinamentos de organizações

⁷⁵ Quanto ao procedimento atual para sua obtenção, segundo o Instituto Socioambiental (ISA) (2008, p.25): “no Estado de São Paulo, todo agricultor, assim como as comunidades tradicionais, devem, obrigatoriamente, solicitar ao Departamento Estadual de Recursos Naturais (DEPRN), órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a autorização para supressão de vegetação nativa da Mata Atlântica, ainda que seja para estabelecer roça de subsistência. No caso das comunidades quilombolas, a autorização para abertura de área de roça de subsistência é concedida em nome da associação da comunidade. Para tanto é necessário que um técnico do Itesp faça a vistoria na área solicitada pelo quilombola e elabore o laudo técnico. Este é encaminhado em nome da associação para o DEPRN. A autorização emitida se refere ao corte de vegetação de estágio inicial e médio de regeneração e ao não-uso de fogo na etapa do pré-plantio. A prática do uso do fogo faz parte da técnica agrícola dos quilombolas e de outras comunidades tradicionais e sua legalização tem sido reivindicada pelas diversas lideranças quilombolas do Vale do Ribeira, sem sucesso.”

contrárias à ditadura (como argumenta Giacomini, 2010, quanto à presença no Vale do grupo de Carlos Lamarca, o Vanguarda Popular Revolucionária), como para a política de integração nacional, controle de recursos naturais para o projeto desenvolvimentista do período (como destaca Bernini, 2015)⁷⁶ e garantia sobre as áreas devolutas. Criando-se, a partir do Decreto Lei n.145 de 1969, o Parque Jacupiranga (localizado em cidade de mesmo nome):

“Artigo 1º - Fica criado [...] o Parque Estadual de Jacupiranga, para fins de **defesa** da flora, da fauna e das belezas naturais da região, bem como para atender a objetivos educacionais, recreativos e científicos.

[...]

Artigo 2º § 1º - Da área assim descrita e individualizada, incorporam-se, desde logo ao Parque, as porções de terras devolutas estaduais, objeto de discriminação regular.

No qual ressalva-se ao final:

A gleba [...] **escassamente ocupada e, na sua maior parte, absolutamente imprópria para a agricultura**, delimitada de modo a abranger, com seguro critério florestal, o conjunto da região e os numerosos mananciais que delas derivam, tece a sua área corrigida para aproximadamente 150.000 hectares, dos quais 22.152,13 já foram apurados com terras devolutas estaduais, estima-se, com base em dados seguros, que, nas ações discriminatórias ajuizadas, serão apurados mais 53.037,10 hectares.”⁷⁷

Isto é, o que antes era área destinada pelo Estado à agricultura (segundo os planos de colonização de 1940 – Paiva, 2002), agora é imprópria para o cultivo e “escassamente ocupada”, voltada à “defesa” (e não preservação) das “belezas naturais” e acompanhada de um extenso trabalho de discriminação das terras que, “seguramente”, dos 150.000 hectares aproximadamente metade são devolutas. Vale destacar, por fim, que o Grupo de Trabalho, responsável por sugerir a “preservação permanente das florestas e demais formas de vegetação natural” (como se lê no final do decreto acima citado), foi constituído pela Secretaria da Agricultura, mesmo órgão que defendia a mobilização dos “sem trabalho” na década de 1940.

Nosso segundo ponto, sobre o qual daremos mais ênfase, percorre fins da década de 1970 até meados de 1990 (recorte dado pelo período em que são legislados os parques em questão e no qual observaremos mudanças na reprodução do capital a níveis mundiais). Para este, a citação de Antônio Carlos Diegues (pesquisador sênior do Núcleo de Apoio à Pesquisa

⁷⁶ Segundo a autora: “a política ambiental brasileira caminhava a reboque das ações desenvolvimentistas no governo militar, buscando garantir áreas como reservas de recursos naturais” (BERNINI, 2015, p.133).

⁷⁷ ESTADO DE SÃO PAULO (1969, **grifos nossos**).

sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, ligado à USP) presente no trabalho de Duarte (2012, p.78) nos traz uma primeira entrada:

“[...] Esse modelo de área natural desabitada e sob controle estatal interessa aos governos por duas razões: a primeira é que reservas naturais de grande beleza cênica podem gerar renda por meio de ecoturismo; a segunda é que fica mais fácil negociar contratos de venda da biodiversidade com empresas multinacionais num espaço desabitado, controlado pelo governo, do que num espaço onde existem comunidades tradicionais [...]”

O argumento de Diegues é reforçado quando lembramos que atualmente (principalmente em 2016 e 2017) o governo do Estado de São Paulo discute a concessão para empresas privadas dos parques sob sua alçada⁷⁸. Até aqui, a possibilidade de tanto poder comercializar o que foi “preservado” como também a própria “gestão” do parque, poderia ser entendida a partir do argumento de que a antiga formação dessas unidades de conservação, teria ocorrido sob a prerrogativa de consolidar bolsões de “reserva de valor”, que atualmente estariam em processo de serem postos a venda. O que, por sua vez, responderia o porquê da mudança do discurso estatal. Porém, esta argumentação não nos satisfaz, uma vez que discordamos sobre o como o conceito de “valor” é mobilizado, isto é, como sinônimo de “recurso natural” e não como produzido na relação de exploração do trabalho, de uma determinada relação social. Divergimos, com base em Marx (1983, vo. I, t.1, p. 53-54), que a coisa em si, no caso a “natureza”, possa ser compreendida como coisa de valor.

“Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressão da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria.”

Desenvolveremos melhor esta discussão a frente (ao apresentarmos o argumento de Bernini, 2015), para continuarmos aqui com nossa inquietação acerca da transformação no discurso estatal. Transformação que pode ser lida nas próprias legislações que instituem os parques estaduais em questão (Jacupiranga em 1969 e Intervales em 1995) e a formação do MOJAC (em 2008), e impõem a formação de cada um deles. No primeiro, de 1969, como já transcrito, lê-se a defesa por terras em grande parte devolutas, que teriam como destino a “defesa” para fins educacionais e científicos, e não para produção agrícola.

⁷⁸ Como se lê em FOLHA DE SÃO PAULO (2016).

Já no decreto 40.135 de 1995, que cria o Parque Estadual Intervales, se lê a necessidade do governo de “promover o desenvolvimento sustentável”:

“Considerando a necessidade de atender aos compromissos assumidos pelo Governo do Estado de São Paulo, relativos aos princípios da Agenda 21 [...] bem como a prioridade governamental no sentido de promover o desenvolvimento sustentável regional e a conservação da natureza no Vale do Ribeira”⁷⁹.

Caberia aqui uma rápida digressão sobre o que seria um “desenvolvimento sustentável”, tendo em mente as seguintes perguntas: desenvolver o quê, a acumulação do capital?; sob que prerrogativas “sustentáveis”, a da exploração do próprio trabalho, ou de outrem? Não desenvolveremos esta discussão pois tomaria a frente em nosso trabalho (e por temos claro que parte destas “questões” já foram problematizadas), mas gostaríamos de salientar nosso incômodo, não ao encontrá-la numa determinação estatal (uma vez que não esperaríamos menos de uma legislação), mas ao ser positivada em trabalhos como de Giacomini (2010 – que discute a atuação do Estado no Vale do Ribeira/SP), por exemplo, e sua “defesa” por um desenvolvimento “certo”, o “desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, ecologicamente sustentável”⁸⁰, que a autora não articula à dinâmica crítica do capital. Bernini (2015), por sua vez, aproxima-se de nosso incômodo ao salientar que os princípios da Agenda 21⁸¹ e o conceito de “desenvolvimento sustentável”, “que pregava a conciliação da conservação ambiental com o desenvolvimento econômico” (p.62) defendiam, em realidade, a “crença de que as soluções para os efeitos indesejados do sistema capitalista passam pela sua integração no próprio mercado.” (p.63).

É apenas na lei de criação do MOJAC, Lei Estadual 12.810 de 2008, que é considerada a presença de “comunidades tradicionais” e “quilombolas” (termos citados diversas vezes, porém sem caracterização). Entretanto, se por um lado, a transformação no discurso estatal é em muito justificada pela academia e movimentos sociais, pela reivindicação de direitos dessas comunidades “tradicionais” (como se lê em Giacomini, 2010, Duarte, 2012, e Bernini, 2015), que sim, não eram “escassas”, acreditamos que outros pontos

⁷⁹ ESTADO DE SÃO PAULO (1995).

⁸⁰ “É nessa perspectiva que se propõe analisar as comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, sob uma ótica do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, ecologicamente sustentável, tendo em vista estratégias conciliadoras para impulsionar ações locais e fomentar padrões socioculturais e ambientais já existentes nas comunidade, isto é, valorização da dinâmica social e história de cada *lôcus*.” (GIACOMINI, 2010, p.149).

⁸¹ Segundo ISA (2008, p.7): “Agenda 21 nasceu na Conferência Rio-92 ou ECO-92, realizada no Rio de Janeiro com a participação de mais de 179 países e 112 chefes de Estados, números recordes nos encontros promovidos pela ONU. Foi a maior conferência internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável já realizada no mundo”.

devem ser levantados, e por isso nossa tentativa será de articulá-los ao contexto mundial de reprodução do capital.

Bernini (2015), por sua vez, irá desdobrar a nossa inquietação apoiada em David Harvey (especificamente no seu livro “*Novo Imperialismo*” de 2014) e seu entendimento, nas palavras da autora, do capitalismo como um sistema que busca no exterior de si as soluções para as crises que são inerentes à sua dinâmica, numa “dialética interior-exterior”; e em François Chesnais (“*Ecologia e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas*”, de 2003), que insere a “crise ambiental” como “resultado da necessidade do capital em colocar ‘para fora e para frente’ ‘as consequências das contradições que são, exclusivamente, suas’” (CHESNAIS, 2003, p.42 *apud* BERNINI, 2015, p.67).

Com base nestes, a autora argumenta que, no caso brasileiro, foi a abertura ao capital internacional, na década de 1970, que teria colocado o território nacional como destino dos capitais excedentes dos países centrais, tendo a questão ambiental surgido, assim, tanto como possibilidade de acumulação por parte dos capitais centrais sob capitais nacionais (numa “dialética interior-exterior” – HARVEY, 2014), como consequência do próprio processo de produção capitalista, que buscaria na preservação ambiental, a solução para o aumento dos custos de produção dado pelo uso intensivo dos “recursos naturais” no centro do capitalismo (CHESNAIS, 2003 *apud* BERNINI, 2015). Assim, apesar de nos agradar a articulação que Bernini realiza entre a criação dos parques no Vale do Ribeira/SP e o contexto de reprodução do capital em nível mundial, aqui parece se assemelhar a uma defesa de natureza como “reserva de valor”, como já problematizamos. Numa discussão que é precedida pelo que a autora chamou de “produção da natureza no capitalismo”, a questão ambiental seria então uma das possibilidades as quais o capital recorre ao longo de suas “crises” de acumulação.

Questionamos, desta forma, o argumento de Harvey (do como a autora o apresenta), por não destacar nenhuma mudança qualitativa na reprodução do capital (a não ser a consolidação de um mercado financeiro que hoje possibilitaria uma maior fluidez dos capitais⁸²), e de Chesnais que, apesar de trazer à discussão uma compreensão de que as

⁸² Apesar de Bernini (2015) apresentar o argumento de Harvey quanto a sua defesa de que a diferença da reprodução hoje do capital é o “potencial devastador do sistema financeiro [que] reside no afastamento do valor dos títulos e papéis em circulação da massa de mais-valia gerada nos setores produtivos [...] A partir desse descolamento é que se cria a possibilidade de jogar para frente a resolução do desequilíbrio crônico, resultante da contradição estruturante do sistema (a sobreacumulação).” (p.67), aqui o sistema produtivo continua a se reproduzir como antes, sendo crítico, para o autor (segundo Bernini), o suposto “descolamento” gestado pelo financeiro. Singularidade que ainda não responde o porquê da “questão ambiental” a partir da década de 1970, mas que apenas a coloca como mais uma possibilidade para o capital.

questões “enfrentadas” no capitalismo são, de alguma forma, criadas por este mesmo, nos parece praticamente colar com os dos ambientalistas que justificam a preservação, dada a devastação gerada pela produção, não destacando que a própria concepção de escassez no capitalismo é sempre relativa às necessidades do capital (o que, porém, não invalida sua ressalva quanto à devastação ambiental). Por fim, tal entendimento – de que a formação dos parques estaria atrelada ao processo de financeirização, como constituição de reservas de valor⁸³ –, não explica a outra face da moeda: o oferecimento, como relatado a Pedroso Jr. (2008), de crédito aos pequenos agricultores que utilizam esta terra “reservada”. Voltaremos a este ponto ao longo de todo o capítulo, por ora, seguiremos em nossa análise quanto à mudança de qualidade do discurso estatal para região.

É, porém, na rápida referência de Bernini (2015) ao trabalho de Cindi Katz (2005), que acreditamos que nosso incômodo parece se explicitar. Com base nesta, Bernini (2015) relaciona as políticas ambientais ao racismo, “uma vez que são as áreas pobres, historicamente exploradas, que são sistematicamente ‘bloqueadas’ pela presença de biodiversidade para que, em outra parte do globo, as multinacionais continuem explorando os recursos naturais.” (BERNINI, 2015, p.69)⁸⁴.

Acreditamos, ao ressaltar o argumento de Cindi Katz (2005 *apud* Bernini, 2015), que a violência para com este outro, negro e pobre, e sua “formação”, como nos interessa discutir, deve ser melhor explorada no processo que viemos apresentando como de *territorialização do capital* no Vale do Ribeira. Para tanto nos apoiaremos no trabalho de Roswitha Scholz, “*A nova crítica social e o problema das diferenças – Disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna*” (2004).

A autora formula a teoria crítica do *valor-dissociação*, pela qual compreende o processo de formação tanto do valor (trabalho abstrato), quanto da constituição em simultâneo do que denomina por *dissociado*. Discute, assim, as relações entre homens e mulheres, sendo

⁸³ Ou ainda, como se lê ao final do capítulo da autora (intitulado *A produção da natureza no capitalismo e a conservação ambiental*), no qual defende que a apropriação da propriedade privada continuaria a ser o propósito central na reprodução do capital: “no Brasil, os negócios que essa produção capitalista da natureza gera reforçam o papel da terra como um ativo financeiro muito importante [...]. O estatuto da propriedade privada é reafirmado até mesmo em situações as mais improváveis e aparece em vários negócios envolvendo a própria conservação ambiental.” (BERNINI, 2015, p.71).

⁸⁴ Apesar de Katz (2005) estruturar seu discurso numa concepção de classe (em que há os explorados e os que exploram, e não numa crítica ao trabalho como forma de reprodução e sujeição de todos à lógica da mercadoria) e imperialista (a qual acreditamos que deve ser problematizada a partir da transformação na produção do capital pós década de 1970), nos interessa a especificidade que a autora compreende que há no discurso que defende a preservação: esta acontece sob áreas pobres e negras.

aquele associado ao valor, responsável pela produção, e esta dissociada, responsável pela reprodução⁸⁵. O que não significa dizer que esta teoria trate apenas as relações entre os sexos, ou mesmo que ao dissociado esteja reservada a esfera privada-doméstica e ao valor o público. Pelo contrário, a relação de dissociação irradia para o público (é por exemplo a mulher ou o negro que quando na produção recebem menos do que o homem branco) e se reproduz na formação de outros dissociados (como negros, ciganos, judeus, imigrantes etc.).

Além disso, são, valor e dissociação, co-constituintes, formados em “relação dialética” (como define a própria autora): não estando o dissociado em relação hierárquica inferior ao valor (é a reprodução “do lar” que possibilita e é possibilitada pela produção na “fábrica”) e, deste modo, não podendo ser deduzido deste; nem colocado como questão de segunda ordem, uma vez que a discriminação do negro, da mulher etc., são fundantes e necessárias à lógica do capital.

Nestes termos, a autora vai além de uma reivindicação positiva ao dissociado (como o é o limite da defesa por iguais salários a homens e mulheres), pois esta não atacaria o par valor-dissociação, mas apenas colocaria fetichistamente o valor como positivo, o que em si não levaria ao fim da relação: a mulher que passa a trabalhar fora, não por isso deixa de também realizar o “trabalho” doméstico ou mesmo de contratar outra mulher para o trabalho da casa. E tampouco é uma questão de “tomada de consciência”, necessária, mas não determinante, pois não destitui as bases com que a relação se reproduz: a crítica, por sua vez, deve recair sobre a lógica do trabalho, da criação do valor, e ao como é posto e repostado o processo de dissociação.

Assim, se ao introduzir este capítulo, argumentamos que a totalidade é para nós posta pela abstração da troca dada pela mercadoria (no qual trabalhos concretos de diferentes qualidades são equiparados possibilitando a troca), neste ponto acreditamos que nosso argumento deve ser complexificado com base em Scholz (2004) e sua discussão quanto à relação entre o valor e o dissociado:

“Pois o que é decisivo não é simplesmente o fato de o terceiro comum ser - abstraindo das qualidades - a força de trabalho socialmente média ou o trabalho abstrato, que por assim dizer se oculta por trás da forma de equivalência do

⁸⁵ A autora, em outro texto (2007 – *Homo Sacer e os ciganos: O anticiganismo – reflexões sobre uma variante essencial e por isso esquecida do racismo moderno*), apresenta assim a relação valor-dissociado: “o trabalho abstrato e o valor só podem existir no contexto de uma dissociação do feminino. Na Modernidade as atividades de reprodução consideradas menores foram atribuídas às mulheres: a lida da casa, a educação dos filhos, o ‘amor’, a proteção e cuidados vários etc. Contrariamente ao homem, idealizado como ser racional, senhor de si próprio, provido de força de vontade etc.”.

dinheiro, mas, ao mesmo tempo, que esta forma necessita por seu lado de excluir e considerar como menos valioso o que está conotado com o feminino [...].”

Para tanto, Roswitha Scholz (2004) defende que o próprio princípio de totalidade, como apresentado pela teoria tradicional, deve ser rediscutido. Para Scholz, a totalidade deve ser compreendida como **contraditória em si** – e não em termos hegelianos (congruente consigo própria) ou numa dialética interna-externa (que externaliza o par da contradição) – e **fragmentada**. Isto é, para ela não seria um fora que é subsumido, mas um fragmentado que é constituído e constituinte e que possui particularidade. E por isso, meras equiparações (entre negros e imigrantes, por exemplos) fogem aos propósitos da teoria crítica do valor-dissociação, uma vez que apagam as particularidades pelo qual cada grupo é constituído como dissociado. A autora exemplifica: são por exemplo os negros e os judeus, ambos considerados “avessos ao trabalho”, dissociados, porém discriminados de formas opostas, o primeiro como subdesenvolvidos e o segundo como “negativamente supercivilizados”. O que não significa, por sua vez, que ao dissociado esteja posto somente o lugar oposto ao *ethos* do trabalho que produz valor – o caso dos japoneses, exemplifica a autora, explicita o contrário: morriam e morrem de tanto trabalhar.

Desta forma, obviamente, a crítica da autora não tem por base à apropriação e distribuição da mais-valia (como se lê no marxismo tradicional), mas sim, como já viemos discutindo, uma crítica ao fetichismo da mercadoria:

“A teoria do valor-dissociação [...] parte do princípio de que não é apenas a mais-valia no sentido do poder de dispor privado mas, de um modo muito mais fundamental, o valor, o trabalho abstrato, isto é, o fetichismo da mercadoria, o que configura o verdadeiro escândalo da socialização capitalista; [...] a mais-valia tem de ser definida como movimento de fim-em-si do próprio valor, e não como mera apropriação subjetiva de riqueza, já que nesse caso o caráter abstrato de fim-em-si do valor é ofuscado e este apresenta-se como um meio socialmente neutro.” (SCHOLZ, 2004)

Neste ponto realizamos um desdobramento e também uma crítica à nossa própria formulação ao decorrer de nossa escrita: até o momento, havíamos discutido o processo de formação do trabalho produtor de valor, tendo como eixo as transformações na reprodução da comunidade de São Pedro. Tratávamos os agricultores da comunidade como parte do processo de territorialização do capital, apresentando, para tanto, apenas o valor – a formação do trabalho, a mobilização (GAUDEMAR, 1977) dos “agricultores” – não salientando que o próprio processo de territorialização é em si, processo de formação e reprodução do sistema mundial do patriarcado produtor de mercadorias.

Porém, se escolhemos nos referir aos moradores das comunidades no Vale do Ribeira/SP como “agricultores”, tal ocorreu pois não queríamos sermos nós a enquadrá-los em uma “identidade” – evitando assim termos como “agricultura familiar”, “comunidade tradicional”, “camponeses” ou mesmo “remanescente quilombolas” (preocupando-nos em sempre colocarmos na boca de quem, ao ver estes sujeitos como uma *população*, os homogeneizavam). Por outro lado, acabamos por homogeneizá-los ao nosso modo, tratando-os sempre como “pequenos agricultores” ou simplesmente “agricultores”. Isto é, se criticamos os que tratam como população, ao nosso modo o fazemos referindo-se a eles como “pequenos agricultores”, parte da divisão social do trabalho⁸⁶. A saída, temos por hipótese, seria adentrar mais a fundo na reprodução das famílias, o que, entretanto, nos esquivamos. Seguimos, por fim, com a apresentação de Scholz (2004) e, mais para evitar grandes tombos, uma pequena articulação à particularidade por nós estudada.

Seguiremos, portanto, apontando (de forma insuficiente) o processo de formação do dissociado, a fim de entender sua particularidade, mas também sua transformação junto ao valor e os discursos que o impõe/explicitam na relação como dissociado e em suas diferentes escalas.

Neuza – Então, esse Ismael, eu tinha uns 13, 14 anos eu fui trabalhar na casa dele pra ajudar [...].

Cecília – E pra Gaspar, trabalhou? Como era a venda dele?

Neuza – Eu fiquei na casa deles um tempo, pouco tempo, mas eu não lembro, eu ficava mais do lado da cozinha pra cá. [...]. Mas eu era muito novinha. [...] e antes de ir para Itimirim, eu já tinha ido pra Santos.

Apesar de seu rápido relato e pouco questionado por nós, Neuza (esposa de Arnaldo) nos diz sobre seu “trabalho” pro dono do armazém, empregada no âmbito doméstico (limpando sua casa e responsável pela reprodução da família deste), assim como também o foi quando migrou para Santos como “doméstica”, caminho tomado também por dona Elza (nascida em 1954) e que hoje se repete com suas filhas. Caminhos estes todos, que podem ser entendidos como dissociados em relação aos de seus maridos, que vendiam seus tempos de trabalho para produzir na terra do dono do armazém ou no cultivo de banana, como nos relatou Aroldo (pai de Neuza) e Armando (esposo de Elza).

Vale aqui um pequeno parêntese, para explicarmos por que utilizamos o termo trabalho entre aspas quando referido a estas mulheres. O fazemos tendo em mente a discussão

⁸⁶ Ou simplesmente utilizávamos o termo “comunidade”, não menos problemático, visto que, por sua vez, também apagam as tensões existentes dentro desta.

realizada por Scholz quanto à relação entre a “atividade doméstica” e o “trabalho abstrato”: aquela relegada à mulher, responsável pela reprodução familiar, não contabilizada/remunerada como trabalho; e este ao homem, que vende seu trabalho recebendo por este um salário. Entretanto, no caso de Neuza e Elza, observamos uma “atividade doméstica” na casa do dono do armazém ou em Santos, porém que se faz em troca de remuneração, sem porém deixar de dizer sobre o dissociado, uma vez que não é a seu marido, seu Arnaldo, o trabalho doméstico relegado, mas sim à sua mulher. Relembramos aqui a defesa por iguais salários entre os gêneros, que em si não critica a relação do valor-dissociação, mas a reafirma positivando o valor, e a partir dessa discussão argumentamos: que não é o fato de Neuza trabalhar para a reprodução da família de outro, que sua própria condição como dissociada esteja superada, e por isso não nos utilizamos da palavra “atividade”, mas sim “trabalho” entre aspas.

Porém, se logo resolvemos nossa argumentação, reafirmando a relação entre dissociado e valor pelo “trabalho” realizado por Neuza em âmbito doméstico, sua mãe, Marta, se refere a um trabalho na roça de um padrinho seu:

Marta – Trabalhei, lá na capoa dos Rochas, lá pros Pilões. E tinha um homem lá, que até era padrinho meu, que tinha bastante camarada, ele falava pra papai me mandar para ir carpir mato de arroz. Daí eu ficava lá a semana, pra carpir mato de arroz.

Ou mesmo quando faz referência positiva ao fazendeiro Amadeus, que diferentemente de Tibúrcio (o “grileiro” da comunidade de São Pedro) “dava serviço pra homens e mulheres”. Mas, se dona Marta nos relata sobre seus “trabalhos” ao final de nossa conversa (realizada junto a seu marido Aroldo e seu filho Carlos), e Neuza, por sua vez, deixa a fala em grande parte a seu marido, o que temos dessa relação é que para discutir a relação valor-dissociado talvez fossem necessárias conversas individuais com estas mulheres.

Por fim, não podemos deixar de nos questionarmos quanto a esta passagem, em que Neuza trabalha para Gaspar, e Marta, antes mesmo de casada, trabalhava para um “padrinho” seu: o que diz sobre o processo de reprodução do capital, em cada um dos casos? Mas apenas levantamos a bola, como já dissemos, não temos elementos para adentrar nesse debate no presente momento de nossa pesquisa.

Acompanhemos, porém, a relação valor-dissociado em uma outra escala: da comunidade como um todo, esta em si entendida como dissociada em relação com as outras produções e propriedades (seja quando das fazendas escravocratas ou com o dono do armazém). O racismo, ao constituir o “outro” negro, descendente de escravo e o patriarcado a

denominar a separação entre os gêneros. Como hipótese, apoiada em Scholz (2004), ambos, racismo e patriarcado, reproduzem a relação valor-dissociação em “vários níveis” e de diferentes formas, e são, no processo de formação do Vale do Ribeira/SP, co-constituintes com o valor, fundamento para as transformações na forma social e resultantes destas.

Por isso, se em um primeiro momento é o racismo na colônia, que põe o negro como inferior e o seu trabalho como pejorativo (inclusive vale a questão do que significa, em um período em que o trabalho assalariado ainda não está formado na colônia, a produção pelos escravos de mercadorias/valor para a metrópole); um outro, é o momento da constituição dos parques, que ou simplesmente apaga a presença desses grupos (como lemos no decreto de 1969 que cria o Parque de Jacupiranga) ou os coloca como este “outro” agora sobre os termos de “comunidade tradicional” e “quilombola” (como se lê no decreto de 2008 que institui o MOJAC).

Quanto ao que atualmente apreendemos, foram inúmeras as vezes que ouvimos, em nossas entrevistas com entidades do governo, funcionários do Banco do Brasil ou de pessoas que possuíam alguma ligação com as comunidades (como comerciantes), discursos preconceituosos, tais como: “ah, você sabe, eles não gostam muito de trabalhar”, “são muito preguiçosos, gostam daquela vidinha”. Ou ainda os mais velados, “mas tem uns que pagam certinho”, entre outros que os colocavam como dependentes da tutela do Estado.

Em outras palavras (e aqui o seguimos de maneira rápida, pois caso contrário mais um capítulo teria que ser elaborado), se na colônia a questão que toma corpo não é a de formação do trabalhador do qual o capital “necessita”⁸⁷, mas o uso do trabalho escravo junto a um discurso de inferioridade de raça legitimada pela ciência; na passagem da década de 1990 para 2000 (e antes – e entre outros –, poderíamos falar ainda dos projetos de colonização na década de 1940, em que o Vale do Ribeira/SP é posto como “atrasado”/“à margem” e as comunidades nem ao menos são citadas) o discurso/ciência não coloca a frente uma crítica à reprodução do valor, mas sim da preservação de uma natureza acompanhada pela defesa e construção da identidade “remanescentes quilombolas”.

Nesta transformação, ou “nova qualidade” do dissociado, poderíamos ser indagados que a luta dessas comunidades, que culminou no reconhecimento e demarcação de suas terras

⁸⁷ Em outros termos, a colônia revela o segredo da metrópole (MARX, 1984a, vol. I, t.2). Isto porque, se na colônia, onde a restrição ao uso da terra era de difícil controle, foi preciso criar condições para que o capital se valorizasse, mobilizando para tanto trabalho cativo; esta relação, por sua vez, revela o segredo da metrópole, em que para que o capital acumule, foi necessário a expropriação do trabalhador e não a propriedade privada baseada no próprio trabalho (TOLEDO, 2008).

como tradicionais, deveriam ser compreendidas positivamente (e não problematizadas como ainda parte da lógica do valor-dissociação), resposta às pressões que já vinham acontecendo (como no caso de São Pedro e a grilagem do sítio Tiatan) e as restrições impostas pela legislação ambiental. Quanto a este processo, Giacomini (2010, p.72), em sua tese de doutorado, relata que em seu trabalho como agente do ITESP, no período da realização dos relatórios para reconhecimento dessas populações como tradicionais: “Certo dia, ao chegar a uma determinada comunidade de quilombo, no Vale do Ribeira, nós nos deparamos com um grupo de crianças correndo em nossa direção e gritando: ‘os quilombos chegaram!’.” Isto é, a identidade vinha de uma luta contra os processos de expropriação, porém quem a “redigia” era o mesmo Estado que determinou a necessidade da proteção de “remanescentes da mata atlântica”. A confusão dos moradores explicita este papel do Estado: “éramos nós [técnicos do ITESP] os representantes da nova categoria (quilombo).” (GIACOMINI, 2010, p.73).

Ressaltamos que nosso objetivo não é, de forma alguma, deslegitimar a luta desses, mas sim questionar o que significa a defesa de qualquer identidade que seja: pois se por um lado, é a história da repressão e escravidão que marca estas comunidades, a mesma história é, por outro lado, apagada e outros pontos são destacados para formar tantas outras identidades, como por exemplo, a da “tradição” das oligarquias brasileiras, co-constituintes da escravidão.

Como no conto *O Espelho*, de Machado de Assis (2016), no qual o personagem principal, após ser nomeado alferes e prestigiado pelos seus familiares, passa a se reconhecer apenas quando vestido com seu uniforme, sem este via-se apenas uma forma disforme. Entendemos, a partir desse conto, uma crítica à noção de identidade como natural, em si daquele sujeito, que deve, pelo contrário, ser discutida como constituída na e pela relação social.

E aqui reformulamos nossa questão, se antes nos perguntávamos do porquê da ascensão do discurso ambiental, agora ficamos com uma certa “pulga atrás da orelha”: por que da ascensão dessas novas identidades, positivadas pela academia e pelas comunidades? E por que agora (e nos parece até com mais força do que antes quando o foco era o “ambiental”⁸⁸), a territorialização do patriarcado produtor de mercadorias aparece através da defesa de uma identidade que classifica as comunidades como “tradicional” (muitas vezes, inclusive, confundido com qualificações como “arcaico”)? Isto é, nos questionamos quanto à

⁸⁸ No Comunicado de Pesquisa **O Cerco do Verde** publicado em *Ambiente & Sociedade* (BRANDÃO *et al*, 1999) seus autores destacam: todos os entrevistados são a favor de que se preserve o meio ambiente, mas que sua preservação não recaia sobre suas terras.

transformação dos discursos, que antes apagavam estas comunidades e hoje as re-identificam, não aceitando como resposta um “tomar a consciência” (e aqui relembramos nossa formulação quanto à relação entre sujeito e objeto), uma vez que partimos do pressuposto que nossas ações se realizam contraditoriamente e somos sujeitos sujeitados pela relação social capitalista posta pela mercadoria.

Com base no que apresentamos de Scholz (2004) desdobramos nosso incômodo: não seria, assim como a defesa por iguais salários entre homens e mulheres, também a defesa do “tradicional” uma posição reificada, ainda assentada no valor como positivo? Nossa comparação merece uma ressalva: se na defesa por iguais salários o fim é claramente o homem (a referência é o valor), a denominação como tradicional defende aparentemente a marcação da diferença.

Pretendemos desta forma nos aproximar daqueles que defendem que há, desde o momento de colonização até hoje, um racismo em processo que dá suporte e enaltece como positiva a formação do valor (*ethos* do trabalho) e obnubila o dissociado, porém, simultaneamente, mostrando que este sofreu e sofre transformações. Isto é, para o caso do negro (que aqui nos interessa), este foi e é associado a diferentes desqualificações, reificado a depender do momento histórico e dos mecanismos pelos quais o valor se valorizava – que, como mostramos até aqui, se transformaram. Portanto, a reação dada pela política de reconhecimento como comunidade quilombolas, vem como resposta à escravidão colonial, mas não resolve um presente em que o genocídio de jovens negros se faz claro, como por exemplo nas metrópoles brasileiras como desdobramento da relação do valor-dissociação (como discute, por exemplo, Daniel Manzione Giavarotti, 2018). Ressaltamos, assim, que não pretendemos, com esta argumentação, suavizar o racismo, mas o revelar como estrutural à territorialização do patriarcado produtor de mercadorias e, com isso, destacar as novas qualidades que tomam o processo de dissociação: se por um lado concordamos que a escravidão colonial foi central para a constituição do dissociado, por outro, a esta somou-se outras facetas que, acreditamos, devem ser problematizadas.

Por isso nos apoiamos em Scholz, que simultaneamente reconhece e ataca o racismo, ao discutir a formação do dissociado, porém não por isso naturaliza seu par, o valor. A autora, por sua vez, aponta a passagem dos que antes não eram considerados, para sua então ascensão em novas identidades (“tradicionais”), relacionando-a ao processo de formação e transformação na ação do Estado: de um momento em que as diferenças eram postas como “resíduos” a serem “sanados” frente à formação das identidades nacionais; à positivação de

novas identidades, subordinadas à nacional (denominadas pela autora como “sub-identidades”).

“Na modernidade, as culturas nacionais que se formaram na fase de ascensão do desenvolvimento histórico da relação de valor-dissociação fazem parte da fonte principal das identidades culturais; e com as correspondentes inclusões e exclusões. Nas condições da globalização, da revolução microeletrônica e das racionalizações correspondentes, com a transição do fordismo para o pós-fordismo, as relações de trabalho são flexibilizadas [...] **chega a hora da decomposição das identidades nacionais ou da respectiva ‘dispersão’ em sub-identidades ‘étnicas’.**” [...] neste âmbito **costuma descurar-se o fato de que essa existência híbrida não representa um fenômeno isolado, vindo, pelo contrário, ao encontro das exigências de flexibilidade do capitalismo.**” (SCHOLZ, 2004, grifos nossos)

É quanto este “descurar-se” (negligenciar-se), de que não por acaso emergem estas novas identidades, que pretendemos agora nos debruçar, porém antes, minimamente problematizar o processo tratado pela autora (para que o que será dito adiante, seja desde já, apropriado com atenção): a “decomposição⁸⁹ das identidades nacionais” e sua “‘dispersão’ em sub-identidades ‘étnicas’”. Isto porque, se por um lado, o processo ao qual Scholz faz referência converge com o que até aqui observamos em nossos trabalhos de campo e no estudo da literatura sobre o Vale do Ribeira/SP, de ascensão das identidades tradicionais, e o que aprofundaremos à frente; por outro, também observamos, a nível nacional e global (e cada vez com mais clareza nos dias de hoje do que em relação ao momento de formulação da escritora, 2004), que se há ascensão de “sub-identidades”, a estas se soma também sua contraposição: a xenofobia e seus discursos de legitimação através de partidos e grupos ultra nacionalistas por diversos países⁹⁰. Isto é, o que acreditamos que esteja no horizonte quando da discussão sobre a formação das identidades, é que independente de qual seja, se constituem e se legitimam sempre em relação.

O que assim, portanto, aparece como oposto ao nacional, se constitui em relação a esse. Lembremos aqui o método regional, apresentado em nosso primeiro capítulo através do trabalho de Pasquale Petrone (1966): se por um lado, para os defensores deste método, caberia ao pesquisador identificar e classificar as “regiões”, para então encontrar sua “vocaçãõ”, como defendeu Petrone (1966); por outro lado, a definição em regiões não tinha por pressuposto um enfraquecimento da ação do Estado nacional, mas pelo contrário, era a forma

⁸⁹ No original, em alemão, *Zerfall*, que pode ser traduzido como “decadência”, como está presente na tradução oficial em português, ou como “decomposição” que consideramos que seja mais apropriado ao sentido que a autora toma.

⁹⁰ Como foi o caso dos grupos ultranacionalistas norte-americanos, em parte responsáveis pela eleição de Donald Trump (em 2017), em favor de seu discurso de criminalização dos imigrantes.

pela qual este se territorializava e se estabelecia como defesa da identidade nacional (como se exacerba no período militar nas décadas de 1960 e 1970).

Compondo as devidas conexões: o fato da ação estatal ter, a partir da década de 1990 no Brasil, se apoiado cada vez mais em políticas de cunho a incentivar a formação de identidades tradicionais (“sub-identidades” nos termos de Scholz, 2004), não nos diz sobre sua “decomposição” enquanto Estado, mas de uma mudança no fazer de suas políticas em consonância com as transformações na reprodução do próprio capital. E é sobre este pano de fundo, que nos apropriamos da afirmação de Scholz (2004) quanto a ascensão das “sub-identidades” e a desviamos: o Estado brasileiro continua presente no cotidiano dos moradores do Vale do Ribeira/SP, como também de todo o Brasil (e, poderíamos dizer, de forma tão ou mais violenta que em momentos anteriores⁹¹), porém agora o faz de uma nova forma. E é sobre esta mudança qualitativa que iremos agora nos debruçar.

E com isso voltamos ao trabalho de Bernini (2015) e sua atenção ao mercado financeiro. Esta destaca a abertura do mercado nacional brasileiro ao capital internacional na década de 1970, possibilitando a “fluidez” do capital, que Scholz (2004), por sua vez, explica pela passagem do fordismo (a partir de 1930)⁹² para o pós-fordismo (pós 1970). Aqui as aproximamos (para no item “Formalizando a ‘vocação’” apresentarmos as devidas divergências entre ambas teorias), o que nos possibilita levantar a questão: podemos dizer que há uma relação entre o processo de “financeirização”, que teve início pós 1970, e a ascensão das identidades “tradicionais”/“quilombolas” no caso do Brasil, principalmente a partir da década de 1990 (momento em que se iniciam os trabalhos de reconhecimentos das comunidades como “remanescentes quilombolas” no Vale do Ribeira/SP)?

Assim, até este ponto, temos em aberto as seguintes hipóteses: da ascensão das identidades “tradicionais” junto ao processo de financeirização (BERNINI, 2015) ocorrido pós-fordismo (SCHOLZ, 2004); e, relembramos os depoimentos apresentados por Pedroso Jr (2008), da maior atenção, por parte dos agricultores, aos cultivos comerciais, intensivos, que caminham junto à necessidade de obtenção de crédito. Isto é, se por um lado Scholz (2004)

⁹¹ A intervenção militar no estado do Rio de Janeiro, que se iniciou neste ano de 2018, precedida/dando continuidade a um crescente número de jovens negros e pobres encarcerados, acreditamos que diz sobre esta mudança qualitativa na ação do Estado, que não vem de hoje.

⁹² Momento histórico em que um aumento no nível de produtividade foi acompanhado de uma criação real de valor e sua realização, ambos possíveis graças a uma política econômica de cunho keynesiana, em que era garantido por parte do Estado a criação de uma estrutura física e financeira, que possibilitava a realização de um processo de mais trabalho e mais consumo. Um crescimento absoluto da substância real de valor, constituída por um trabalho produtivo, compensado e acompanhado por um aumento absoluto e relativo dos setores improdutivos (logística social e infraestrutura) (KURZ, 1995).

nos chama a atenção que é na flexibilização do trabalho (gestada por sua intensificação – “nas condições da globalização, da resolução microeletrônica e das racionalizações correspondentes”) que as identidades nacionais se “decompõem” em “sub-identidades”, é na atenção voltada agora para as roças comerciais que os agricultores de São Pedro se reproduzem.

Regressemos então a Roswitha Scholz (2004), para apresentarmos melhor seu argumento da “ascensão das sub-identidades” no pós-fordismo, assim como para abordarmos as mudanças qualitativas na reprodução do capital. Para a autora, diferentemente do capitalismo fordista, que “tinha uma grande necessidade de ‘sujeitos uniformes’”, no pós-fordismo “o que é exigido são identidades (econômicas) flexíveis, cuja biografia e estilo de vida já não conhece qualquer tipo de continuidade e rigor”. Entretanto, as identidades “tradicionais” (quilombolas, caiçaras etc.), apesar de terem tomado aparentemente destaque no debate acadêmico e nas políticas públicas no Brasil em relação à identidade nacional (o que andaria em consonância à formulação de Scholz, 2004, segundo a citação anterior), poderiam, porém, ser entendidas como constituintes do processo de “flexibilização”, como a autora argumenta?

No caso brasileiro, em sua particularidade, além da persistência de uma defesa do nacionalismo – que se justifica alegando ser anti-imperialista, anticolonialista e antipatriarcado (como ouvimos, por exemplo, na abertura do VIII SINGA - Simpósio Internacional de Geografia Agrária), ocorrido em novembro de 2017 em Curitiba/PR) –, no caso da defesa das comunidades “tradicionais”, na busca pelo o que configura cada uma dessas identidades, esta beira perigosamente ao essencialismo. Não por acaso, apesar de se denominarem antipatriarcado, nos grupos de debates ao longo do simpósio, a defesa pela família vinha como diretriz entoada pelos movimentos e repetida pelos acadêmicos, estes, por sua vez, em confronto pela melhor formulação de políticas públicas para aqueles.

Em resposta a alegações essencialistas, José Mauricio Arruti (responsável pela RTC de Cangume, comunidade “quilombola” reconhecida em 2004, localizada em Itaóca/SP) argumenta que, no caso da identidade “quilombola”, esta é entendida não como uma definição base, que se remeteria a uma condição passada, mas responderia a uma “mobilização para negar e reivindicar cidadania” (RTC Cangume, p.26), e cita, para tanto, o depoimento de um pesquisador: “Então, é difícil encontrarmos uma comunidade que diga eu sou quilombola. Só quando há autoconhecimento, auto discussão com o movimento negro, quando há um trabalho

de base – aí sim você vai encontrar.” (Revista Palmares, 2000, pp.77-8 *apud* RTC Cangume, p.28).

Assim, se este argumento, de alguma forma, ameniza nossa crítica à tendência essencialista quando da identidade quilombola, por outro lado, não deixa de ser o reflexo de uma necessidade de definição que, como já foi aqui destacada, possibilita a continuidade do acesso à terra: o enquadramento, vem, portanto, novamente de uma política estatal. Porém, o acesso à terra, se faz em um contexto diferente que outrora (PEDROSO, JR., 2008) e da necessidade de outras tantas políticas públicas que possibilitem que estes sujeitos continuem a produzir nesta terra cada vez mais cerceada.

E, mais uma vez, voltamos a Scholz (2004): as identidades “tradicionais” só são possíveis, neste contexto em que o Estado lhes fornece incentivos (novas políticas), tais como o crédito para produção (citado por Almir a Pedroso Jr, 2008), e não por uma “decomposição” desse. Assim, na particularidade em que nos debruçamos, a “ascensão” das identidades vem a constituir um agricultor que emprega seu trabalho na produção para a comercialização (e não mais para a subsistência), ficando o processo de “flexibilização” (como argumentado pela autora), como exigência em paralelo, ou mesmo simultânea, caso a produção não se realize: é o caso, por exemplo, de tantas famílias com que conversamos, que produzem hoje na terra maracujá ou palmito pupunha graças a obtenção de crédito agrícola (através da política federal do Pronaf), mas trabalham também na prefeitura como balseiros, mantenedores da estrada de terra que chega à comunidade, possuem filhos e filhas que trabalham na cidade de Eldorado ou que contam com a aposentadoria dos membros mais velhos.

Em outras palavras, não podemos deixar de notar que estas “novas” qualificações, surgem em muito como uma promessa, para aqueles que até então foram dissociados, de se tornarem valor, porém o processo de “flexibilidade” deve ser complexificado, uma vez que, ao invés de expropriá-los da terra como outrora, a atual forma como capital e Estado se reproduzem, em realidade, realoca os sujeitos na terra.

Assim, se antes criticamos argumentos que aproximavam a formação dos parques à formação de “reservas de valor”, agora temos por base que o que está em jogo é a possibilidade e promessa de mobilizar (nos termos de Gaudemar, 1977) mais-trabalho, e não de uma materialidade-natureza que em si não tem valor algum⁹³.

⁹³ Acreditamos que para os leitores de David Harvey, é bem possível que nossa argumentação pareça se aproximar às do autor e sua proposição sobre a *acumulação por espoliação*, porém, ao final do texto (no item

Vale salientar, mais uma vez, que não estamos aqui em si contra à formulação dessas identidades, mas sim que estas devem ser entendidas contraditoriamente: ao mesmo tempo que possibilitam a permanência na terra, possuem como promessa a mobilização do trabalho (seja para a roça que agora é prioritariamente para a comercialização, em terras cada vez mais diminutas e de decrescente qualidade; seja futuramente, quando da diminuição ou fim do acesso a políticas públicas que permitam tal permanência), ambas apoiadas por políticas estatais e numa ampliação das dependências reificadas.

Tratemos então desse novo momento da reprodução do capital, da financeirização (como define Bernini, 2015), que aparece para as comunidades quilombolas como possibilidade de permanecer na terra, mesmo com restrições das áreas para o plantio, a partir do acesso ao crédito.

O trabalho de campo

Nos remeteremos, pela última vez, à conversa com Zélia, que já havia nos relatado o histórico da comunidade e as violências sofridas entre planos estatais, grileiros e, mais recentemente, a constituição dos parques, e que ao final da conversa nos informou que, caso quiséssemos dar continuidade à pesquisa, era necessário obtermos uma autorização da comunidade. Foi através dessa autorização, que fomos apresentados a outros moradores e também a novos conflitos (que, inclusive, também agora éramos agentes – sim leitor, pasme, o pesquisador “consciente” também traz consigo a violência).

Fomos assim para a casa da então presidente da Associação, Dona Elza (mulher de seu Armando). Explicamos a ela que pretendíamos discutir o como hoje a comunidade se reproduzia, tendo em mente a forte presença de programas federais de crédito (já tendo realizado um pré-campo sobre os recentes projetos atuantes na região, resultando principalmente no Pronaf, voltado para a produção).

Vale salientar que, naquele momento (em dezembro de 2015), nossa questão era mais abrangente, o estudo do como estes agricultores se reproduziam passava pelo nosso incômodo quanto às promessas que o capital financeiro trazia a eles, a nova roupagem do discurso de

“Capital fictício e reprodução social”), nos diferenciaremos (assim como já prometemos fazer ao aproximar Bernini, 2015, de Scholz, 2004).

modernização, e não exatamente a relação entre a formação das identidades “tradicionais”/“quilombolas” e a financeirização.

Dona Elza logo marcou uma data para a reunião de apresentação da pesquisa e nos disse que deveríamos lhe enviar uma “carta de pedido de autorização” direcionada à Associação, com os objetivos de nossa pesquisa e o que imaginávamos dar “em troca” para a comunidade. A carta seria lida previamente à reunião.

O processo de autorização se faz importante para que a comunidade se proteja, principalmente após a passagem de tantos pesquisadores (como já salientamos quanto aos estudos relacionados à implementação dos parques), e garanta que o que será publicado não os prejudique, uma vez que estão continuamente sob pressão para que tanto suas terras, como a forma com que realizam o plantio (a queimada da mata para a formação das capuovas) não sejam deslegitimadas. Tais pressões são expressas tanto por grandes fazendeiros, que ainda disputam as terras quilombolas, como pelo atraso da licença para abertura de roça realizada pelas autoridades estatais.

De modo geral, podemos dizer que toda vez que tratávamos sobre a questão quilombola e o acesso aos programas públicos (tais como o crédito Pronaf), o acesso à informação não era simples. No caso das conversas com a comunidade, foram duas reuniões de autorização (a primeira ainda em 2015 e a segunda já em 2016), e mais duas para socializar e discutir o que, como pesquisadores, daríamos “em troca” para a comunidade (ocorridas ambas em 2017), além de conversas particulares com algumas lideranças. Todas tinham de fundo a desconfiança, que defendemos ser extremamente necessária, visto o contexto até aqui apresentado.

Por sua vez, os encontros com os “representantes do Estado” e do Banco do Brasil (responsável pelo financiamento oferecido à comunidade), foram igualmente conflituosos, porém tinham por fundo, obviamente, outras questões em relação às que afligiam a comunidade.

Conflitos que apareciam sob diversas roupagens. Quando nos encontramos com os “representantes do Estado”, seja na conversa com os técnicos do ITESP de Eldorado, **Sidney e Emerson**, feita a portas fechadas (em 2015), na qual eles passaram grande parte do tempo com a mão à boca com o intuito de “barrar” o gravador⁹⁴, porém que por outro lado, foi uma

⁹⁴ No ITESP-Eldorado foi realizada uma primeira conversa, com a presença apenas do técnico Sidney, na qual este nos pediu para que não o gravássemos, sendo apenas em nossa segunda conversa, junto a seu supervisor, o técnico Emerson, que a gravação foi permitida. Acreditamos que neste caso o uso do gravador não atrapalhou a

conversa muito importante para a pesquisa; seja na entrevista com **Marcelo** (também em 2015), da Coordenadoria Assistência Técnica Integral (CATI) localizada em Eldorado, que se mostrou seguro e sem ressalvas ao gravador, mas a conversa, por outro lado, foi entrecortada inúmeras vezes por seus colegas de trabalho; com **Luzair** (técnico da CATI de Registro, “emprestado” para Eldorado, com o qual conversamos em 2017), solícito, porém sempre com pressa; e com **Tercides**, técnico da Secretaria da Agricultura de Eldorado, que surpreendentemente ocorreu sem ressalvas (nos concedeu mais de duas entrevistas, entre 2016 e 2017) e nos deu alguns contatos bem importantes para o trabalho campo (como o do ex-prefeito de Eldorado **Elói Fouquet**, atual dono de uma fábrica de beneficiamento de palmito pupunha, a Neth Conservas Ltda/Palmito Fouquet, e de **Mário**, responsável técnico do principal viveiro de mudas de palmito da região, a MMMudas, ambos nos receberam no ano de 2017 graças a indicação de Tercides).

No caso do Banco do Brasil (BB), apesar de termos sido muito bem atendidos na nossa primeira conversa pelo funcionário **Paulo** (ocorrida ainda em 2015), da agência de Jacupiranga/SP – agência mais próxima às comunidades localizadas na cidade de Eldorado –, com a sua transferência em 2016, sua substituta, **Gisele**, não se dispôs a conversar. Esta porém foi transferida no mesmo ano, ficando ainda na agência o funcionário **César**, que apesar de sempre se dizer à disposição (inclusive nas inúmeras vezes que tentamos agendar a entrevista, entre 2016 e 2017), na única vez que nos recebeu alegou que estava muito atarefado (havia apenas uma pessoa na agência), e respondeu a todas as nossas perguntas de forma bastante evasiva. No caso do agente **Eduardo** do BB de Pariquera-Açu/SP (cidade vizinha a Jacupiranga), foi seu gerente que, após meia hora de conversa sem autorização para gravar, avisou-lhe que devia voltar a trabalhar, pois “a agência estava lotada” – em realidade, estava sem viva alma. Com ele ainda foi realizada mais uma rápida conversa (esta em 2017 e a primeira tentativa em 2016). Já na agência de Registro/SP, após termos marcado uma conversa por telefone (em 2017), o funcionário responsável respondeu a nossas perguntas sempre dizendo que precisava olhar melhor no sistema e que naquele momento não havia como, acabou nos transferindo para seu gerente, **Jaciell**. Este, por sua vez, respondeu às nossas perguntas, nos orientando em algumas delas, porém, que as deixássemos de lado, pois não eram importantes...

entrevista, uma vez que os principais pontos já haviam sido relatados na conversa anterior, tendo sido a segunda uma retomada. Atualmente, Sidney está afastado do ITESP pois foi eleito vereador de Eldorado nas eleições de 2016 e Emerson pediu transferência para o estado do Paraná.

As “particularidades” que ocorreram em cada entrevista serão melhor apresentadas oportunamente; por ora, queríamos apenas apresentar um pouco do “cenário” em que se desenrolam as questões no Vale do Ribeira/SP concernentes às comunidades quilombolas e explicitar que, para além da insegurança que todos tinham conosco, tínhamos, por nossa parte, também um mal-estar em ter como trabalho o “pesquisar” o outro (ao mesmo tempo que este outro nos fascinava e nos dava ganas por estudar mais).

Confesso (e aqui escrevo na primeira pessoa, pois não diz respeito a qualquer sensação e formulação que eu deva responsabilizar a mais ninguém) que, quando dona Elza me perguntou (assim como outros também me perguntariam) o que eu “daria em troca” à comunidade, tinha de fundo uma vontade de ser útil a eles – sob o conflito de saber que um “fazer” nunca se realiza objetivamente. Por outro lado, acreditávamos (e aqui voltamos à formalidade da terceira pessoa que considera o trabalho coletivo e faz crítica ao sujeito) que seja o que fosse decidido, independente do formulado no mestrado ou junto aos moradores, sabíamos que qualquer proposição não se realizaria positivamente, mas sim de forma contraditória: a crítica ao planejamento que já expusemos anteriormente se repunha, porém agora o pesquisador-planejador era diretamente nós. Diretamente, pois indiretamente já fazemos parte do planejamento de modo geral como tecnocratas em formação pela universidade.

Em resumo, não queríamos acabar como Pierre Gourou (apud LACOSTE, 2006), que ao descrever a paisagem do Vietnã forneceu aos americanos as informações que levaram ao bombardeamento desta população. Tínhamos assim em mente a posição de Yves Lacoste que, ao criticar o silêncio do primeiro frente à guerra, defende em seu artigo (publicado no Boletim Paulista de Geografia, n. 84 de julho de 2006) que o pesquisador ao final da pesquisa deve expor o pior cenário à população estudada e então deixá-la, para que não estabeleça relações de poder sobre esta. Ou mesmo a posição de Bernard Kaiser (2006, p.102, **grifos nossos** – em artigo presente na mesma revista e número que o de Yves Lacoste), para o qual conflito seria imanente à pesquisa:

“Haverá necessidade de demonstrar que o trabalho de campo é antes de tudo útil à classe dominante? Não é verdade que a tecnocracia se apoia, através de seus planos e de sua política cotidiana, no conhecimento do ‘terreno’ (quer dizer, de temas) que lhe é fornecido pela pesquisa social? [...] ela utiliza os pesquisadores como veículos de sua ideologia e de seus projetos, fazendo passar, sob o manto de sua neutralidade e de sua competência afixada, as mensagens que não poderiam ser liberadas diretamente sem riscos. [...] Mas se geralmente o trabalho de campo serve primeiramente e sobretudo à burguesia, não poderá também, sob certas condições, servir ao povo? Uma tal proposição é ambígua sob muitos pontos de vista: de um lado, ao nível da definição do povo como

uma entidade, de vez que se sabe que, entre os camponeses, em particular, os conflitos os dividem; por outro lado, por causa da **presunção de pretender servir a dois ‘mestres’**. Finalmente, e sobretudo, porque a transmissão ao povo dos levantamentos, dos resultados do trabalho efetuado na análise social, encontra obstáculos práticos e políticos muito difíceis de ultrapassar.”

Caminhando junto aos nossos incômodos, voltamos aos combinados para a primeira reunião de autorização com a comunidade e escrevemos a Carta como recomendada por Elza. Pedimos para que Zélia a entregasse, antes, porém, lemos a ela que logo disse: “você tem que anexar uma lista de presença”, para caso ocorra futuras objeções à pesquisa. Decidimos por deixar a carta do jeito que estava: sem lista de presença.

De volta para São Paulo, a forma de comunicação com Dona Elza, então presidente da associação, não funcionava: o orelhão da comunidade. Assim, não conseguíamos de São Paulo confirmar a reunião e muito menos saber se nossa presença era permitida. Voltamos para Eldorado e começamos uma procura por Dona Elza.

Como grande parte da comunidade vai semanalmente à cidade de Eldorado (para compras na feira e no supermercado) – o que para nós explicita, em grande parte, tanto o processo de “expropriação” desencadeado pela formação dos parques, como de reificação das necessidades às quais estamos todos submetidos – fomos até a sede da cooperativa (que fica localizada na cidade de Eldorado), que São Pedro faz parte, e perguntamos se Dona Elza havia passado por lá: ela estava pela cidade, mas como encontrá-la se ela não tinha celular? “Na praça”. E lá fomos nós à praça de Eldorado. Perguntamos para algumas pessoas, mas não encontramos dona Elza. A confirmação da reunião veio através de Zélia.

A reunião, que ocorreu em dezembro de 2015, teve início com o representante da **Terceira Via** (assistência técnica ganhadora da chamada pública responsável por 10 municípios da região, incluindo Eldorado). O técnico, que era morador da comunidade quilombola de Ivaporunduva, realizou uma rápida apresentação dos objetivos da empresa e passou uma lista para que aqueles que tivessem interesse em obter sua assistência técnica se manifestassem (os moradores já haviam assinado lista semelhante um ano antes, porém, segundo eles, a assistência técnica nunca apareceu)⁹⁵.

⁹⁵ O trabalho de cada Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ganhadora de chamada pública tem duração de 36 meses. Segundo Gabriel Fusco, coordenador da ATER Terceira Via, a assinatura do contrato foi realizada em outubro de 2014 com duração até junho de 2018, porém o início dos trabalhos se deu apenas em junho de 2015. Ao conversar com uma técnica agrícola que havia trabalhado para uma Ater na região de Registro/SP, esta nos relatou que seu salário era determinado pela quantidade de DAPs colhidas (Declaração de Aptidão ao Pronaf – documento obrigatório para que o agricultor tenha acesso a políticas públicas, como PAA – Programa de Aquisição de Alimentos – e Pronaf), que ela deveria utilizar carro próprio e que os gastos com gasolina e

Após recolher as assinaturas de que necessitava, o representante logo foi embora e Dona Elza pediu que apresentássemos nossa pesquisa. Falamos rapidamente, imaginando que fariam perguntas sobre a pesquisa para decidirem se ela seria ou não autorizada, mas logo Dona Elza nos disse: “tá, é isso, não vai mais perguntar nada?” Rimos e começamos a conversa: “Quando foi a primeira vez que vocês tiveram acesso ao Pronaf?”

O Pronaf e as “vocações” do Vale do Ribeira/SP

“A primeira vez que mexi com Pronaf foi para plantar maracujá. Peguei no nome do meu filho, mas quem cuidava da produção era eu. **Vendia para um atravessador** que vinha aqui na comunidade. Pagava cinquenta centavos por saco de 25 kg de **maracujá**.... [...] a produção até deu certo, mas só conseguimos 30 reais... paguei o crédito com o dinheiro que meu filho mandou de São Paulo. Já o **pupunha** deu mais certo, ele vai sozinho. [...] a gente vende pro atravessador que leva lá na fábrica, só que ele começa pagando o que levou no dia, mas depois, vai espaçando, até não voltar mais pra pagar a gente. [...] Mas mesmo assim, conseguimos pagar o crédito [...] **palmito é muito bom.**” (Armando, a época com 65 anos)

“A primeira vez que peguei o crédito foi o **Pronaf A**, 2.500 reais pro **maracujá em 2006, lá pelo ITESP**. Naquela época não tinha esse negócio de aval. Depois peguei o **Pronaf B**, em **2008, pra plantar pupunha, daí já foi com a CATI**, 18 mil reais, e teve que fazer **aval**. [...] **hoje estou presa**, pois tem gente lá do Pedro Cubas que não pagou, e daí eu é que fico devendo lá no banco!” (Paula, à época com 30 anos)

As falas de Paula e seu Armando, dos primeiros relatos que ouvimos em campo sobre a obtenção do crédito, manifestam o processo de financeirização que, como já vínhamos apontando, ocorreu na comunidade de São Pedro (e entre outras comunidades presentes no Vale do Ribeira/SP), mais especificamente, pelo acesso aos créditos subsidiados do programa federal Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Apesar de bastante conhecido por aqueles que estudam e trabalham com pequenos agricultores, faremos aqui uma rápida apresentação desse programa, o que nos permitirá discutir as falas acima e complexificar nossa pergunta inicial quanto ao processo de expropriação e seu desdobramento quando do processo de “massificação” do endividamento.

manutenção do veículo eram de sua responsabilidade. Assim, se por um lado temos agricultores sem assistência técnica, por outro, há a precarização do grupo técnico. Acreditamos, porém, que este tema deveria ser melhor explorado, a conversa com apenas uma técnica não deve ser generalizada.

Assim, por mais enfadonha que uma apresentação de uma política pública possa ser, ela se faz necessária.

O Pronaf foi criado em 1995 (regulamentado em 1996 com base no Decreto n. 1.946) e, segundo Mattei (2005), possui quatro linhas de ação: financiamento de infraestrutura e serviços municipais; capacitação dos agricultores; financiamento de pesquisa e extensão rural; e crédito, sendo este último de nosso interesse.

Para a obtenção do financiamento, o programa divide os “agricultores familiares”⁹⁶ em grupos de acordo com a renda anual, cada um possui um valor máximo de crédito que pode adquirir, assim como condições específicas de pagamento (como prazos para quitação, período de carência, além de bônus de adimplência em alguns casos) e em todos, apesar das variações, com juros abaixo do mercado. Quanto à destinação, no caso do Vale do Ribeira/SP, ouvimos dos agricultores apenas a aquisição do crédito para *investimento* (voltado à implantação de uma cultura nova), a variação *custeio* (crédito utilizado para renovar a produção) só foi obtida por agricultores “modelos”, como citados pelos agentes da instituição financeira e técnicos agrícolas, e, aparentemente, não encontramos nenhum deles.

A classificação nos grupos é realizada por um órgão público (como o ITESP, Casa da Agricultura e CATI) ou sindicato dos trabalhadores rurais, que fornece ao agricultor a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), de acordo com sua renda anual (classificados da menor renda para a maior, entre A, A/C, B, e V/AF – este último, antes de 2008, era ainda dividido em C, D e E). Tendo este documento em mãos, o agricultor pode solicitar a um técnico agrícola a elaboração de um projeto (no caso dos moradores entrevistados de São Pedro, hoje estes recorrem em Eldorado aos funcionários do ITESP – quando créditos concedidos a agricultores com DAP A, A/C e B – e da CATI – para a DAP V/AF), no qual será especificada a finalidade do crédito e sua “viabilidade” (vide anexos A, B e C).

O projeto é então enviado para uma instituição financeira (no caso das comunidades presentes na cidade de Eldorado, estas recorrem ao Banco do Brasil – única opção permitida pelo Pronaf presente até fim de 2017 na região –, localizado na cidade de Jacupiranga), que

⁹⁶ O termo “agricultor familiar” será problematizado no item “Formalizando a ‘vocação’”, o que dará continuidade à discussão já iniciada acerca das identidades “tradicionais”; por ora, apenas daremos o recorte utilizado pelo programa, reproduzindo a explicação de De Conti e Roitman (2011, p.133): “A expressão ‘agricultor familiar’, utilizada a partir da década de 1990, foi formalmente definida pela Lei 11.326/06 como sendo o produtor que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (i) não possui área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) utiliza preponderantemente mão de obra da própria família em seu estabelecimento; (iii) possui renda familiar originada primordialmente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; e (iv) dirige com sua família o estabelecimento”.

elabora o contrato do financiamento (vide anexo D), em que constam as condições do crédito, encargos financeiros e multas em casos de inadimplência. Tanto o **projeto técnico**, como o **contrato**, assim como os **recursos** financeiros mobilizados pelo BB para o PRONAF, serão paulatinamente discutidos; por ora, apresentamos os grupos pelos quais os agricultores são desde 2008 enquadrados: **A**, agricultores assentados por projetos de reforma agrária; **A/C** assentados que já tiveram acesso ao crédito como grupo A; **B**, agricultores familiares com renda anual de até R\$ 20mil; e **V**, com renda anual de até R\$ 360mil⁹⁷. Apesar de no site do extinto MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)⁹⁸ encontrarmos apenas estes quatro grupos, nas próprias publicações do governo federal e na literatura a respeito, nos deparamos com um universo maior. A Tabela 1 a seguir, organizada por Feijó (2014, p.480), nos fornece este amplo cenário e suas específicas taxas de juros (a variação em cada linha por ano diz respeito aos créditos para investimento e custeio).

⁹⁷ Informações obtidas diretamente da página <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/modelos> - acessada em 23/01/2018.

⁹⁸ A partir de 2016 com a extinção do MDA (como consta atualmente no site <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/historico>), o Pronaf passa às competências da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, subordinada à Casa Civil.

Tabela 1 – Taxas percentuais de juros cobradas nas diversas linhas de crédito PRONAF (2004-2012)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grupos e linhas	Taxa de juros								
A	1,15	1,15	1,15	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
A (novo financiamento)			1	1	1	1	1,5	1,5	1,5
A/C	2	2	2	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
B (microcrédito rural)	1	1	1	0,5	0,5	0,5	1 a 1,5	0,5	<u>0,5</u>
C	4	4	3 a 4	2 a 3					
D	4	3 a 4	3 a 4	2 a 3					
E	7,25	7,25	7,25	5,5					
PRONAF ECO				2 a 5,5	1 a 5	1 a 5	1 a 4	1 a 2	1 a 2
PRONAF Agroindústria	4	4	3	2 a 5,5	1 a 3	1 a 3	1 a 2	1 a 2	1 a 2
PRONAF Custeio Agroind.	8,75	8,75	4,5	4	4	4	4	3 a 4	3 a 4
PRONAF Jovem	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PRONAF Mulher	4 a 7,25	3 a 7,25	1	0,5 a 2	1 a 5	1 a 5	1 a 4	1 a 2	0,5 a 2
PRONAF Semiárido	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PRONAF Floresta	4	4	3	2	1	1	1	1	1
PRONAF Agroecologia	3	3	3	2 a 5,5	1 a 5	1 a 5	1 a 4	1 a 2	1 a 2
PRONAF Cotas-partes	8,75	8,75	3 a 7,25	4	4	4	4	4	4
PRONAF Mais Alimentos					2	2	2	1 a 2	1 a 2
PRONAF Comercialização					4	4	4	4	4
PRONAF AF									
R\$ 5.000 a R\$ 7.000					1 a 1,5	1 a 1,5			
R\$ 10.000 a R\$ 18.000					2 a 3	2 a 3	1 a 1,5	1 a 1,5	1 a 1,5
R\$ 18.000 a R\$ 28.000					4 a 4,5	4 a 4,5	2 a 3	2 a 3	2 a 3
R\$ 20.000 a R\$ 100.000					5 a 5,5	5 a 5,5	4 a 4,5	4,5	4

Fonte: Feijó (2014, p.480)

Quando questionamos os agentes financeiros do Banco do Brasil acerca da classificação dos agricultores como **V** (como inclusive são denominados pela instituição, técnicos agrícolas e agricultores que conversamos), alguns nos orientaram a igualá-los à denominação de “agricultores familiares” (AF) – que, como mostra a Tabela 1, são subdivididos em quatro grupos (a depender da garantia que apresentam e da renda familiar anual) – e outros à linha Pronaf Mais Alimentos, criada em 2008 (junto da extinção dos grupos C, D e E). Como as taxas de juros de ambas (AF e Mais-Alimentos) se aproximam e, nas entrevistas realizadas, os agricultores das comunidades remanescentes quilombolas eram classificados como **B**, pelo qual obtinham créditos de até R\$2.500, ou se referiam ao crédito máximo de R\$17.800, com taxas de juros de 2% a.a., iremos igualar o **V** à segunda linha do AF e ao Mais-Alimentos.

Assim, quando Paula nos relata (como transcrito anteriormente), na primeira reunião com a comunidade, que acessou o Pronaf pela primeira vez em 2006 como grupo **A**, acreditamos que em realidade tenha sido como **B** (visto que o **A** é voltado para assentados da reforma agrária) e inclusive foi como os funcionários do ITESP nos explicaram que os

agricultores quilombolas eram, em grande parte, classificados. Quanto ao segundo crédito, de até R\$18mil, dado os limites que cada grupo possui, e pelo fato da mediação do projeto ter sido realizada pela CATI e não pelo ITESP, Paula teve acesso em 2008 não a um crédito como grupo B, mas sim V. Vale destacar, assim, que tanto técnicos, como agricultores e agentes do BB, não tem claro as classificações nos grupos, principalmente quando diz respeito a categoria V/AF.

Feita a rápida apresentação do Pronaf, vamos à chegada do programa no Vale do Ribeira/SP. Para tanto, iremos primeiro apresentá-la a partir da percepção dos planejadores, para então nos voltarmos àqueles que viveram as “promessas” – pois, apesar de seu Armando ter declarado, nesse nosso primeiro encontro, que havia quitado sua dívida, e Paula ter reclamado sobre estar devendo no banco por causa de outros agricultores (esta relação de dependência entre eles será à frente explicada), o que levaria a entender que ela conseguiu pagar suas parcelas; após outras tantas conversas, ambos, até setembro de 2017, estavam ainda inadimplentes.

Cecilia – Os programas que vocês viram, voltados aqui para o Vale do Ribeira, tanto federal como estadual foram quais?

Tercides – Primeiro foi o DRS da mandioca, mas não emplacou.

Luzair – Este não é um programa estadual, este é do Banco do Brasil. Isto é, não é um programa a nível governamental.

Cecília – Foi iniciativa do Banco do Brasil? E foi via ele que chegou o Pronaf aqui?

Luzair – Não, Pronaf é federal. Aí é diferente. Foi a partir do Pronaf que o banco começou a criar este DRS.

Tercides – Por isso que eu falo, quando saiu o DRS começou com a mandioca, mas não emplacou, montaram algumas estruturas, o prefeito da época tinha uma forte vocação para a agricultura, mas não emplacou. Veio do maracujá, Pronaf B na época, que perdurou por três, quatro anos na época.

Luzair e Tercides, como já apresentados, são funcionários públicos, técnicos agrícolas que acompanharam as políticas agrícolas no Vale do Ribeira. Tercides, nascido na região, antes de trabalhar para a prefeitura de Eldorado em 2006, já prestava consultorias como autônomo, já Luzair trabalha desde 2008 na secretaria estadual e é funcionário “emprestado” à Secretaria da Agricultura de Eldorado da CATI de Registro. Ambos, porém, apesar de não terem participado da articulação inicial do projeto, acompanharam os desdobramentos do programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) da mandioca que “não emplacou”, para o “maracujá”.

Apresentam, ainda que de forma confusa, a articulação entre o DRS e o Pronaf. Segundo a cartilha do BB⁹⁹, o primeiro, um programa do Banco do Brasil instituído em 2003, é em realidade um espécie de “carta de princípios” que preconiza as ações do banco e reproduz o discurso do “sustentável” (muito semelhante ao encontrado no decreto que instituiu o Parque Estadual Intervales¹⁰⁰)¹⁰¹. Em realidade, ao menos no caso do Vale do Ribeira/SP, o DRS é apenas o nome dado à articulação entre prefeitura, BB e o Pronaf, para a liberação de créditos, instituído em 2003, não por acaso, em um momento político em que o governo federal estreitava as relações com o mercado financeiro¹⁰².

Fomos então ao encontro de Elói Fouquet, prefeito da época que tinha “uma forte vocação para a agricultura” (eleito em 2000, reeleito em 2004). Este não recorre ao termo DRS, colocando-se sempre como o agente único do planejamento, refere-se sempre a uma articulação entre prefeitura e Pronaf que teve que trilhar um caminho para “convencer” o BB a liberar o crédito para os agricultores. Nos descreve, assim, três momentos. Um primeiro, que ocorreu em 2001 voltado para o cultivo de maracujá, em que foram selecionados aproximadamente 100 agricultores, para os quais eram disponibilizados R\$1.000 reais, “depois de dois anos, ele devolvia só R\$760. Não tinha juros!”¹⁰³. Enquadrados como grupo B, a única garantia exigida dos agricultores pelo banco era a “garantia pessoal”¹⁰⁴. O valor, entretanto, não era liberado diretamente em conta, em seu lugar o agricultor recebia o “kit,

⁹⁹ Retirada de <http://bb.com.br/portalbb/page3,8305,8368,0,0,1,6.bb>.

¹⁰⁰ Como apresentado no item “A questão ambiental e a formação da identidade quilombola” deste capítulo.

¹⁰¹ Nos termos do banco: “A Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil objetiva apoiar atividades produtivas, a partir da identificação de vocações e potencialidades de comunidades de todo o país, com respeito à diversidade cultural e às suas tradições. Com esta estratégia, o Banco materializa seu grande diferencial, tornando-se uma organização que busca o desenvolvimento das regiões onde atua, gerando trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa.” (BANCO DO BRASIL, 2010, p.152).

¹⁰² Nos referimos aqui ao momento de grande entrada de dólares no país levado a cabo no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) como apresentado por Leda Paulani (2010, p.9): “Ocorre que, desde 2003, a apreciação da moeda brasileira passou a ser ela própria, num movimento completamente auto-referencial, elementos integrantes do jogo de elevada valorização financeira em moeda forte que se tornou possível no país. Formou-se um círculo vicioso em que o juro elevado trazia muitas divisas, elevava as apostas na continuidade da valorização de nossa moeda, produzia, assim, para os investidores externos, resultados em dólar ainda maiores, o que trazia mais dólares, e assim por diante.” Tal política, possibilitou o financiamento, por parte do governo, da produção de grandes produtores de *commodities* (PITTA *et al*, 2012), assim como de programas voltados a “agricultores familiares”, como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2, presentes no item “O banco tem que ganhar”.

¹⁰³ A referência aos anos que ocorreram os projetos e os valores dos créditos liberados variam entre os entrevistados. Segundo o técnico Tercides, por exemplo, o maracujá teria ocorrido entre 2002 e 2003, para Paula (agricultora da comunidade de São Pedro) em 2006 no valor de R\$2.500, e para Pedroso Jr. (2008, p.123) a partir de 2005 (em que doze das trinta famílias teriam iniciado o plantio de maracujá com financiamento do Pronaf).

¹⁰⁴ Isto porque as dívidas obtidas pelos grupos A, A/C e B foram “individualizadas” em 2006 (como consta na Resolução do BACEN n.3405 de 22 de setembro de 2006).

que eram as mudas de maracujá, os arames e o adubo. O palanque e a mão de obra era por conta do agricultor.”

O ex-prefeito indica, porém, que era necessário investir em “uma coisa mais sólida, e daí que entrou [o palmito] pupunha.” O que tornava o pupunha mais sólido, segundo Elói, era sua produtividade: enquanto o maracujá “possui safra e entressafra”, no caso do pupunha “se colhe o ano inteiro”.

De acordo com o técnico Tercides, o primeiro corte do pupunha é feito de “um ano e meio a dois anos” após o plantio, e se “corretamente” adubado e feito o controle de pragas, pode ser cortado de dois em dois meses, nascendo sempre novos brotos (diferente do palmito juçara – que com a formação dos parques teve seu corte proibido), durando a lavoura entre 20 a 25 anos. Segundo este técnico, junto à transição para o pupunha, teria ocorrido também uma virose no maracujá, dado o seu adensamento.

Cecilia – E por que foi escolhido o pupunha?

Tercides – Porque naquela época foi falado de búfalo.... é o que tinha vocação. [...] o clima é favorável para o pupunha, do Brasil o melhor clima é aqui. O melhor palmito é daqui.

Cecilia – Mas o DRS não veio direto com o pupunha... Por que, se o pupunha é uma vocação, veio antes o maracujá?

Tercides – O maracujá também era uma vocação, já tinha o maracujá antes, ele sempre teve, o produtor já falava que mexia com o maracujá há 15, 30 anos, e o maracujá dura seis anos. Só que daí hoje, por causa da virose, o maracujá fica um ano e olhe lá. [...] Mas já era tradição do pequeno produtor.

Entretanto, para esta nova “vocação” superasse a antiga “tradição” do maracujá, foi *necessário* a liberação de um crédito maior¹⁰⁵, o que exigia demonstrar ao “pessoal do banco” a “viabilidade” do projeto, uma vez que, diferentemente do crédito disponibilizado para o grupo B de até R\$2.500, o BB não aceitava como garantia apenas “a palavra” do agricultor¹⁰⁶. Isto porque, dado que a grande maioria dos agricultores quilombolas não possuem garantia para oferecer ao banco (nenhum bem – a terra, no caso, é registrada em nome da associação da comunidade, não podendo ser oferecida como garantia de crédito de nenhuma espécie).

¹⁰⁵ E aqui utilizamos o itálico para lembrá-los da discussão, já realizada nessa dissertação, de que a concepção de “necessidade”, no capitalismo, deve ser problematizada – necessário em relação a quê? – porém é assim que os técnicos se referem.

¹⁰⁶ Em realidade, o que ocorre é que no caso do crédito para os grupos A, A/C e B, o recurso disponibilizado provem do Tesouro Nacional, ficando o risco integralmente para a União. Já os créditos para os outros grupos, possuem diferentes riscos (e ganhos, é importante destacar) para o BB, como discutiremos no item “O banco tem que ganhar”, do presente capítulo.

Para tanto, foi realizado, segundo Elói, um convênio com a Fundesvar (Fundação de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira do Estado de São Paulo)¹⁰⁷, pelo qual se liberou para um grupo de aproximadamente 30 agricultores, R\$10.000 reais, para os quais não era exigida qualquer garantia ou fiador.

Cecilia – E por que o Fundesvar e não de novo o Pronaf (como já havia sido usado com o maracujá)?

Elói – Eu não tinha conseguido encaixar a ideia com o pessoal do Pronaf. Então, quando eu trouxe o pupunha para cá, eu consegui trazer o pessoal do Banco do Brasil para olhar o projeto. Daí eles foram acreditando. [...] Eu tive que mostrar para eles que dava certo.

Banco “convencido”, foi a vez de articular o novo crédito Pronaf para o pupunha, que segundo Elói teria ocorrido em 2004/2005 e para Tercides em 2008/2009 (assim como também para a agricultora Paula e em 2010 para o técnico Marcelo), re-enquadrados os agricultores quilombolas interessados como grupo V, para o qual era disponibilizado um crédito de até 18mil reais, com juros de 2%a.a., dois anos de carência em oito anos para pagar¹⁰⁸. Segundo Tercides, a maioria dos quilombolas que haviam obtido o crédito para o maracujá “migraram” para o pupunha, fato que também observamos em campo, como demonstram os relatos de seu Armando e Paula (transcritos no início do presente item).

Não temos, porém, por objetivo nos aprofundar na apresentação das “vocações” da agricultura no Vale do Ribeira/SP (deixemos isso aos técnicos), mas sim discutir o que significou, especificamente, a passagem dos créditos de aproximadamente R\$1.000 (ou R\$2.500 segundo Paula) para a produção de maracujá, para os valores de até R\$ 18.000 para o cultivo de pupunha. Isto é, quais os desdobramentos para pequenos agricultores e as negociações com o BB para que a mudança de enquadramento de grupo **B** para o **V** fosse possível. Questão que se articula aos dois problemas elencados pela maioria dos agricultores com que conversamos, e explicitados nas falas transcritas de Paula e seu Armando: a comercialização do produto e o “aval”.

¹⁰⁷ Fundação criada em 1991 pela Lei. 7.522 do Estado de São Paulo.

¹⁰⁸ Assim como anteriormente, quando associamos a criação do DRS pelo BB ao ano de crescimento da financeirização orquestrada pelo governo nacional (nota de rodapé 102), aqui também acreditamos que as ações do ex-prefeito Elói devem ser consideradas dentro de um contexto nacional. Isto porque, acreditamos que não por acaso tenha sido possível aos agricultores se enquadrarem como V no ano de 2008 (como a maioria dos entrevistados defendem, com exceção do ex-prefeito), uma vez que nesse período há uma “segunda onda” de intensificação da financeirização pelo governo federal, como política anticíclica frente à crise mundial iniciada com a queda da bolsa americana em 2008 (HARVEY, 2011).

A alavancagem

Cecilia – E agora, separando o grupo **B** do **V**, você vê uma diferença?

Marcelo – O **B** quem trabalha mais é o ITESP, pois se a gente não desse essa **alavancada no município com o V**, nós hoje teríamos um problema.

Cecilia – Por quê?

Marcelo – Mais pobreza no município.

Cecilia – E daí teve essa divisão de vocês da CATI ficarem...

Marcelo – É. Alimentar mais, falando pro cara para ele ter um rendimento a mais e vamos jogar o **V** para você. Que você consegue mais coisa, **nós incentivávamos ele a pegar o V**.

Cecilia – Isso também com o Quilombola?

Marcelo – Pro quilombola também.

Isto é, para que um agricultor enquadrado no grupo **B** passasse a ser enquadrado como **V** (podendo dessa forma obter maiores créditos para implantar o plantio do pupunha), o que a CATI realizou, e ainda o faz, foi “projetar a renda” (como nos explicou Sidney – técnico do ITESP), isto é, os técnicos projetam um cenário futuro em que o quilombola, caso sua produção se realize, conseguiria se enquadrar como DAP **V**, e então “antecipam” a possibilidade de ele entrar neste grupo.

Em outras palavras, os técnicos adiantam o que seria uma possível expansão da produção e, consequentemente, da renda dos agricultores caso a mercadoria se realizasse, permitindo a obtenção de créditos que segundo o entendimento do Pronaf, dentro da real situação dos agricultores, não seria disponibilizada. Considerando o Plano Safra de 2011/2012 (BRASIL, 2011) (período em que Sidney – ITESP – chamou de “febre” do palmito) seria como se agricultores com renda bruta anual de até R\$6 mil (grupo **B**), com acesso a créditos de até R\$2.000, com juros de 0,5% a.a., 25% de bônus sobre cada parcela paga em dia e prazos de até 2 anos para pagar (incluído até um ano de carência) passassem a fazer parte do grupo de agricultores com renda bruta anual entre R\$6.000 e 110.000, com acesso a crédito *investimento* (para implantação da cultura) de R\$18.000, juros de 2% a.a., sem direito ao rebate (desconto dado quando paga em dia a parcela do empréstimo) e prazo de até dez anos para pagar (incluído dois anos de carência)¹⁰⁹.

¹⁰⁹ É possível ao grupo DAP **V** obter crédito superior, mas, como nos relatou Marcelo, é de até R\$18 mil o valor que é atualmente calculado e liberado aos pequenos agricultores quilombolas que não possuem garantia real para o cultivo do palmito.

Assim se, anteriormente, ao acessarem o crédito de R\$2.500 quando classificados como DAP **B** os agricultores pagavam, em realidade (segundo Paulo, ex-agente do BB de Jacupiranga), um total de R\$1.890,00, dado o rebate e os juros (que o agente chamou de “negativos”)¹¹⁰; quando enquadrados no grupo **V** os agricultores passam a pagar, segundo o agente Eduardo (BB de Pariquera-Açu), um montante de R\$ 21.089,86 (isto é, R\$3.089,86 de juros), sob um crédito nas condições descritas acima¹¹¹. Por mais que ao banco seja paga a *taxa de equalização*, dado que os juros cobrados pelos empréstimos sejam menores que os oferecidos à fonte de recurso utilizada, do ponto de visto do agricultor, o que este paga pelo crédito é maior que o adquirido, dadas as condições dessa linha: juros de 2% a.a. (atualmente de 4,5% a.a.) e ausência de rebate. Nos termos de Marcelo (CATI), tal transferência do grupo **B** para o grupo **V** teria tirado o município da pobreza, possibilitando que a produção do quilombola fosse intensificada.

Mecanismo de alavancagem que muito nos lembra, por exemplo, o utilizado e legalizado na comercialização de *commodities*, como nas plantações de cana para produção de açúcar, no qual o produto, mesmo antes de ser plantado, já tem sua venda realizada no mercado de futuros. Antecipa-se, assim, o pagamento por algo que ainda não existe, que é apenas uma projeção, uma promessa de preço, e com base nesse procedimento é possibilitado à usina (que processa a cana), assim como ao responsável pelo plantio (que nem sempre é o proprietário da terra, mas um arrendatário), obter um crédito mais volumoso junto a bancos privados nacionais e, até mesmo, internacionais (PITTA, 2016).

Antecipamos, assim, que não estamos defendendo que o programa seja melhor gerido e com isso que apenas agricultores que tenham renda bruta correspondente se enquadrem no grupo **V** e obtenham crédito de até R\$18 mil; mas entendemos que o mecanismo de “migrar” de grupo explicita uma “necessidade” que não se restringe ao caso dos produtores quilombolas (e muito menos ao plantio da pupunha em si), mas que se faz presente na forma como tanto grandes produtores rurais se reproduzem (como discute Pitta, 2016), como também outros setores da sociedade.

¹¹⁰ Utilizamos aqui o valor do crédito **B** de R\$2.500, e não de R\$2.000, como o era no ano safra de 2011/2012, pois foi este o utilizado pelo agente Paulo (BB-Jacupiranga) para efetuar o cálculo do valor total que é pago pelo agricultor ao quitar sua dívida.

¹¹¹ Salientamos, porém, que o montante assinalado foi o resultado de uma conta realizada por nós de juros compostos sobre o pouco que entendemos na conversa com Eduardo (BB – Pariquera-Açu), que menos ainda tem a ver com as condições apresentadas no contrato (como o exemplo em Anexo “D”). O que acreditamos explicitar a obscuridade que constituem estes contratos, uma vez que, o que lemos nas cartilhas voltadas à propaganda do programa não se compara com os encargos que em realidade possuem os financiamentos. Esta discussão será apresentada no item “O contrato financeiro”.

Isto é, assim como nos dois primeiros capítulos problematizamos o trabalho de Pasquale Petrone (1966) e seus pedidos por trazer ao Vale do Ribeira/SP a “promessa” de modernização, aqui não nos interessa uma discussão de cunho moral a pedido de fiscalização ou mesmo por regulação – que se expressaria, por exemplo, em propor medidas que “melhorassem” o acesso e uso ao crédito Pronaf –, mas sim de questionar o que significa esta renovada exigência por modernização expressa através da “projeção” da renda e obtenção de maiores créditos.

Em outras palavras: se Petrone (1966), com o intuito de melhorar as condições de vida da população do Vale do Ribeira/SP, elaborou uma pesquisa com a finalidade de buscar as possíveis vocações da região e as deficiências que as impediam de atingi-las (como a falta de vias de circulação), mas por fim não problematizou as consequências de seu projeto (como a precificação das terras, a grilagem e a processo de expropriação); hoje, sob nova vestimenta, os técnicos agrícolas e o ex-prefeito Elói representam este desejo (por tirar o Vale da pobreza), renovado através de novas políticas públicas, seguidas por novos acadêmicos a legitimá-las, como é o caso de Ricardo Abramovay (1999 e 2004).

Citamos Abramovay, pois, acreditamos que sua pesquisa é um dos exemplos dentro da academia hoje a renovar a posição de Petrone (1966) como pesquisador que deseja a modernização: se no contexto em que Petrone estudou o Vale do Ribeira as questões que mobilizavam em parte a geografia caminhavam em direção, como compreendemos, da defesa pela formação do mercado de terras e de força de trabalho (do mercado interno); já para Ricardo Abramovay, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP), as questões que movem o seu texto dizem respeito a um momento em que os mercados de terra e de força de trabalho já estão formados e o processo de financeirização está posto, centrando-se por sua vez na inserção dos sujeitos no mercado formal de crédito. Desta forma, para Abramovay (em trabalho conjunto com José Eli da Veiga, intitulado “Novas instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF”, 1999, p.26):

“A existência de uma política de crédito voltada à agricultura familiar encontra sua justificativa naquilo que os economistas chamam de *falha de mercado*: a contribuição positiva desse setor à ocupação e geração de renda no campo é inibida [...] pelas dificuldades que o setor bancário opõe a que um segmento dotado de precária base patrimonial e incapaz de oferecer contrapartidas faça parte de sua clientela regular.”

O autor avalia a vida financeira de pessoas que vivem próximas à linha de pobreza (em outro trabalho seu intitulado “A densa vida financeira das famílias pobres”, presente no

livro por ele organizado, “Laços financeiros na luta contra a pobreza”, 2004), defendendo que, mesmo quando não possuem qualquer relação ou acesso ao sistema financeiro formal, reproduzem-se através de *finanças informais* (2004, p.21-22):

“Mais que um setor, as finanças informais são a própria rede de relações sociais de que dependem os indivíduos e as famílias. Comprar fiado, vender ‘na palha’, guardar um produto esperando melhor preço, desfazer-se de um animal para enfrentar a doença [...]. Os laços financeiros, neste sentido, são infinitamente mais ricos que os contidos na frieza impessoal da noção de ‘serviços bancários formais’.”

Assim, se por um lado Abramovay (2004) coloca como preconceituosa (como expôs ao longo do artigo em questão) a visão daqueles que acreditam que não haja uma demanda por serviços financeiros pelas famílias mais pobres, destacando a existência de *finanças informais*; por outro, problematiza tais relações ressaltando que constituem *mercados imperfeitos*, pois muitas vezes os sujeitos que realizam os “serviços”, por não possuírem competidores, estabelecem “obrigações morais” e “altos juros”.

Defendemos, porém, que apesar de o autor não positivar, em certa medida, as finanças informais (caracterizando-as como *imperfeitas*), a compreensão que este faz acerca do que significa a necessidade por mediar-se por créditos e mecanismos de “finanças” acaba por defender a constituição de mercados *perfeitos*. Estes, por sua vez, criariam:

“condições para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção, tendo em vista o aumento do ganho do trabalhador autônomo, individual ou associado. [...] Isso significa batalhar pelo aumento do potencial produtivo da economia popular e pelo aumento do seu poder de mercado” (ABRAMOVAY, 2004, p.13-14)

O mercado *perfeito* seria assim para o autor, aquele no qual os sujeitos continuariam a competir (melhorando seus produtos e expandindo sua produção), com “condições”/oportunidades iguais, seja em termos de propriedade/terra para produzir, seja de acesso a crédito para financiar a produção. Considerando o caso dos agricultores quilombolas do Vale do Ribeira/SP, acreditamos que valeria o questionamento do como Abramovay (2004) desdobraria sua análise, uma vez que eles possuem a terra, acesso a mecanismos de crédito subsidiado mas, mesmo assim, tal acesso não garante a reprodução desses sujeitos – como nos relatou Zildo (agricultor e também balseiro contratado pela prefeitura), que mesmo acessando o crédito de R\$2.500 como grupo B para o plantio de maracujá, e com o auxílio dado pela prefeitura para a comercialização do produto (projeto nomeado de *Linha Verde*, pelo qual um caminhão da prefeitura passava pela comunidade para recolher as caixas de maracujá e as vendia no Mercado Municipal de São Paulo, cobrando pelo serviço ao produtor

apenas um pequeno valor por caixa), só conseguiu pagar o financiamento graças a outro trabalho que tinha na época. Qual seria o problema desse *mercado*? Faltaria a ele ainda mais *perfeição*?

Voltando ao DRS-pupunha, o que este projeto explicita e que vai na contramão da defesa de Abramovay (2004), é de que, segundo o técnico Marcelo (CATI), foi ainda preciso alavancar os produtores através do crédito para que estes saíssem da “linha de pobreza”: seria para Abramovay, este mecanismo um mercado *perfeito* ou *imperfeito*? Para além desses questionamentos, o “potencial produtivo da economia popular” que Abramovay defende, por fim, parece descolado de sua proposição por um mercado perfeito: como conseguir, através do mercado, da concorrência, sempre ganhar/“aumentar seu poder de mercado”, sem que ocorra um processo de centralização de capitais¹¹²?

Não por acaso, os agricultores com quem conversamos, ao nos contarem sobre o processo de implantação das culturas de palmito salientaram (na segunda reunião realizada com a Associação – em agosto de 2016): “antes dos grandes plantarem, a gente ganhava entre três e quatro reais pela haste do palmito. Depois, quando os grandes passaram a plantar, o preço do palmito caiu”, hoje ganham por volta de um real por haste¹¹³. Como consequência, muitos agricultores não conseguem pagar as parcelas do financiamento. Será que hoje o agricultor estaria endividado com o crédito tomado para o plantio do pupunha pois o mercado ainda não estaria *perfeito*, nos termos de Abramovay (2004)? Ou, considerando Petrone (1966), estariam em um momento de pesquisar (criar) uma nova vocação para o Vale do Ribeira/SP?

Assim, acreditamos que a questão deva se centrar no crédito como forma de reprodução (presente tanto nas *finanças informais* de Abramovay, como no Pronaf), pois seja na disponibilidade de um crédito maior do que o suposto pelo programa (como o mecanismo de alçar agricultores do grupo **B** para o grupo **V**), seja no crédito fornecido a um grupo da faixa de renda correspondente, ambos revelam sobre a reprodução hoje dos agricultores. Partimos, portanto, **do questionamento do por quê precisam de crédito**, desde os

¹¹² “Centralização” como entendemos nos termos de Marx (1984a, vol. I, t.2, p.196-197, **grifos nossos**) que diria respeito à formação dos monopólios, do processo de “expropriação de capitalista por capitalista [...] o progresso da **centralização** não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza do capital social. E especialmente isso diferencia a centralização da **concentração**”. E, a fim de fazer jus ao trecho citado, concentração, para Marx, seria o mesmo que dizer acumulação.

¹¹³ Vale salientar, porém, que para além de uma possível concorrência com grandes produtores, acreditamos que a queda na remuneração da produção se deu, principalmente, devido à mudança na metodologia utilizada pelas fábricas para realizar o pagamento, uma vez que anteriormente pagavam por haste de palmito, e hoje pagam por produção (quantidade de potes de tolete, rodela e picado que o palmito entregue pelo produtor rende).

agricultores do grupo B com acesso ao Pronaf, aos grandes produtores agropecuários (como, por exemplo, a agroindústria canavieira e os empréstimos viabilizados pelo BNDES ao setor, problematizados por PITTA, 2016), e assim deixamos para trás concepções como as de Abramovay (1999 e 2004) que entendem a realidade como passível de ser regulada/reformada e positivam o processo de acumulação do capital.

Temos por objetivo principal, desta forma, para além da articulação entre o processo de financeirização mundial e o contexto brasileiro, nos perguntar sobre **a massificação da financeirização: por que ela se fez/faz necessária à reprodução do capital** (e, consequentemente, à força de trabalho)? Isto é, nos inclinamos para uma compreensão que coloca em questão o porquê a reprodução é hoje, mais do que nunca, realizada através de uma promessa futura da valorização do valor: seja sob a ótica do quilombola, que se endivida na promessa de que conseguirá, com a utilização do financiamento na terra e na exploração do trabalho de sua família e/ou de diaristas/camaradas, pagar suas dívidas e ainda garantir sua reprodução (em outras palavras, produzir hoje com empréstimos que pagam dívidas de ontem, prometendo a produção de amanhã e, quando muito, sonhar em obter um lucro que o possibilite reinvestir na produção e aumentar o consumo doméstico); seja por parte do Banco do Brasil, que empresta ao quilombola via o Pronaf, adianta um capital, na promessa que será acrescido/pago no futuro, tendo a promessa que o governo cobrirá o subsídio dado ao agricultor (chamado de *equalização da taxa de juros*) e que ainda lhe será dada uma taxa pelo serviço prestado e o pagamento de seu *spread* (“lucro” bancário) (como explica Gilson Bittencourt, 2003).

Assim, quando problematizamos (no segundo capítulo) a formulação de Ariovaldo U. de Oliveira (2007), de que teria tido um momento, no capitalismo concorrencial, em que a produção era subsumida à circulação e argumentamos que considerar que a mercadoria seria acrescida de mais-valor na circulação, seria desconsiderar a força de trabalho como a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que ela própria contém, estávamos a preparar o caminho para discutir o que significa valorizar o valor quando com acesso ao crédito.

Isto porque, se para produzir mais-valor é preciso mobilizar trabalho (GAUDEMAR, 1977), então é preciso desenvolver mecanismos para extraí-lo do trabalhador, para então unir, em um momento posterior, em um casamento já juridicamente posto (através do naturalizado contrato entre o empregador e o empregado) a expropriação do trabalho ao investimento em capital constante (maquinário e insumos), tornando a parte do trabalho já empregado (remunerada na forma de salário) em mais produtivo. Com isso, no mesmo tempo de trabalho

(mesmo valor empregue), passa a ser possível produzir uma maior quantidade de mercadorias, dando, como resultado do processo, a possibilidade do empregador dispensar trabalho agora relativamente excedente.

Uma “liberação” (como se refere a Economia Clássica criticada por Marx, 1984a, vol. I, t.2) do trabalhador do processo produtivo, transformando-o em população em “espera” por ser mobilizada: uma **superpopulação** por isso **relativa** à composição do capital.

É assim, por fim, que o próprio trabalho do trabalhador é, simultaneamente na sociedade capitalista, sua possibilidade de reprodução e sua desgraça: “Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa.” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p.200).

Em outras palavras, como exemplifica Marx ao tratar da produção de lã

“[o] trabalho objetivado sob a forma de maquinaria não produziu diretamente nenhum trabalhador, mas permitiu a um reduzido número de trabalhadores, mediante a agregação de relativamente pouco trabalho vivo, não apenas consumir de maneira produtiva a lã e adicionar-lhe valor novo, mas também sob a forma de fios etc. conservar seu valor antigo. Forneceu com isso, simultaneamente, os meios e o estímulo para a reprodução ampliada de lã. É dom natural do trabalho vivo conservar valores antigos enquanto cria valor novo. Com o crescimento da eficiência, do volume e do valor de seus meios de produção, portanto com a acumulação que acompanha o desenvolvimento de sua força produtiva, o trabalho mantém e perpetua, sob forma sempre nova, um valor-capital constantemente crescente.” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p. 183)

Poderíamos, com base em Marx (1984a), dividir assim em dois momentos o que estamos apresentando sobre o Vale do Ribeira/SP: um primeiro, em que o trabalho do quilombola é formado, mobilizado pelo capital (separando-se em trabalho pago, na forma de salário, e não-pago, mais-valia transformada em lucro para o capitalista) e multiplicado por esta mesma relação pela qual se reproduz como trabalhador:

“Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalista ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p.188)

E um segundo momento, no qual o trabalho, com o caminhar das forças produtivas, torna-se relativamente *supérfluo*: “a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional

relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p.199).

No caso dos pequenos agricultores, **nossa hipótese** é que o próprio financiamento é consequência de um processo que os tornou relativamente “dispensáveis” ao capital, que agora promete transformá-los em capitalistas (gestores de sua própria produção voltada agora à comercialização). Acreditamos, assim, que a *promessa* do crédito “nasce” tanto do processo de expropriação (a intensificação das roças para comercialização – como discutido por Pedroso Jr., 2008), como vem a desdobrar mais um momento desse processo, tornando os então “redundantes” enquanto trabalhadores em endividados gestores de confinadas plantações.

Sabemos, porém, que a afirmação que fizemos acima é de difícil digestão: seja por estar na contramão da defesa por políticas públicas como o Pronaf – e a fazemos pois as entendemos negativamente; seja por não ter de fundo, por outro lado, o clássico argumento neoliberal, que critica a disponibilidade de microcrédito a juros subsidiados, encarando-o como desperdício de verba pública.

Quanto a esta última “linha” de argumentação, respondemos com o que Marx chama de *faux frais* (falsos custos) (MARX, 1984a, vol. I, t.2). No caso em questão, para aqueles que consideram o Pronaf (e muitas das políticas públicas) um gasto que não deveria ser tomado pelo Estado, diríamos que é um falso custo, pois o próprio programa é ele mesmo uma medida mitigadora particular das contradições gestadas pelo próprio capital em nível de totalidade: que precisa do trabalho para se valorizar e para isso mobiliza e simultaneamente o retira da produção, aumentando os níveis de produtividade e a massa de trabalho dispensável; e, simultaneamente, também encontra nesses sujeitos uma **promessa** de valorizar o capital – seja, por exemplo, através da empresa responsável pela produção das mudas de pupunha (que se instala em Eldorado em consonância ao DRS-Pupunha), seja pelo próprio capital financeiro, que tem garantido seu *spread* pelo Estado, quando emprestado para o Pronaf.

A valorização do capital deve, portanto, ser problematizada na articulação com a própria reprodução do Estado. Isto porque, não podemos deixar de lado que estamos discutindo o capital financeiro que, seja emprestado para os grandes plantadores de cana, como para os pequenos agricultores quilombolas, tem como lastro a promessa contratual, juridicamente validada, de que o Estado será infalível, cobrindo as taxas de juros subsidiadas. E, se até aqui nosso questionamento recaiu principalmente sobre uma reprodução com acesso a crédito, valeria destacar: por que precisa o capital em geral se reproduzir ampliadamente?

Isto é, por que precisa o capitalista, a cada novo ciclo, garantir que seus custos sejam cobertos, assim como parte de seu lucro seja reinvestido ampliadamente na produção? E, conseqüentemente, por que “precisa” a produção de pupunha de um crédito de até R\$18.000?

Quanto à primeira questão (nossa hipótese que a própria política pública Pronaf leva a um desdobrar do processo de expropriação do trabalho) articularemos a estas formuladas no parágrafo anterior. Em termos de reprodução geral do capital, nos auxiliará o seguinte raciocínio (com base em Marx, 1984a, vol. I, t.2, seção VII – “O Processo de Acumulação do Capital”): imagine que, após um ciclo de produção, o capitalista queira produzir exatamente a mesma quantidade de valor. Para que isso ocorra, sem que tenha que investir capital externo, consideramos que no primeiro ciclo ele tenha conseguido o suficiente para pagar os custos de sua produção passada (salários, matérias-primas auxiliares e o desgaste do maquinário – em outros termos, o capital variável e o constante) e ainda valorizar seu capital (acrescido, portanto, de mais-valia). Quantidade de valor, por sua vez, que seja o suficiente para iniciar, nos mesmos termos, um novo ciclo. Há dois pontos que se desdobram desse cenário.

O primeiro diz respeito ao montante investido no primeiro ciclo, pressuposto para a produção: como teria este produtor acumulado esse montante? O segundo, que se desdobra do primeiro, diz respeito à possibilidade de acumular mais-valia que será reinvestida. Ambos, como já viemos traçando, tem como origem a exploração do trabalho: “Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p.196).

Agora, porém, imaginemos que o produtor não está isolado, mas mediado pela sociedade posta pelo sistema mundial do patriarcado produtor de mercadorias, que como ele, também acumularam:

“Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração [...] é [...] limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. [...] Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado, ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais.

[...] Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p.196)

Isto é, o próprio processo de produção, como se dá no capitalismo, realiza-se em si como acumulação ampliada: seja no que chamamos de primeiro ciclo, que *aparece* como reprodução simples, no qual o capital teve que ter antecipadamente certa “riqueza” acumulada para então investir, e que ao final do ciclo não apenas repôs o capital investido mas tem “somado” a este um montante de mais valor; como quando considerados os produtores/capitalistas em relação e o próprio processo de centralização resultante do processo de concorrência entre eles. Em poucas palavras, o capital é em si uma relação de reprodução ampliada, pois se baseia na exploração de trabalho que tem como “qualidade” a produção de mais-valor do que ele mesmo possui.

Do dito acima, caminhamos para a questão: por que “precisa” a produção de pupunha para se realizar de um crédito de R\$18.000, tendo de fundo as falas de Elói (de que “foi necessário para o DRS pupunha a liberação de um crédito maior”) e do técnico Marcelo (uma “alavancada no município” sem a qual teriam “mais pobreza”)?

Um primeiro ponto, que acreditamos que anda junto a estas nossas afirmações, diz respeito à “necessidade” para que o plantio do pupunha se realizasse de um pacote tecnológico, como nos ficou claro ao conversar com Mário, técnico responsável pelo viveiro MMMudas “de ponta, que mais produz no Brasil”, fornecedor das mudas aos quilombolas e que teve sua instalação na cidade de Eldorado associada ao DRS-Pupunha (em idos de 2007).

Mário – O que que aconteceu, vamos voltar atrás. Começamos a plantar, aí tinha um **mito** que vai plantar a pupunha numa terra que você não vai usar na propriedade, num canto abandonado. Deixa uns seis meses parada, ela vai levar uns três anos para produzir. Daí você joga adubo de vez em quando. Uma planta que não exige nada. Cresce um pé lá na floresta, ninguém vê nada, fica crescendo cacho [dando semente].

Aqui não: facão, facão, facão. O ciclo é mais rápido. Aí opa: o pupunha não é tão bom assim, não funciona. Daí no viveiro começava bem, daí se demorava para vender perdia a muda de tão rápido que ela crescia. Aí vimos que tinha alguma coisa errada entre o viveiro e o campo. Daí o que que eu pensei: levar tudo que sabemos do viveiro para o campo, continuar estas práticas, para ela se instalar bem no campo, pois a gente via que tinha um stress muito grande da planta no primeiro ano. Daí corremos atrás de tudo que acontece nesse primeiro momento de formação, que vai de seis meses a um ano.

Acima Mário levanta alguns pontos importantes para a problematização do cultivo do pupunha na região. Primeiro, é uma planta de rápido crescimento, que exige “facão”, o que pede do agricultor constância para que ela não chegue à fase de formação de “cacho”. Para tanto, foi preciso levar “tudo que sabemos do viveiro para o campo”, em outras palavras, “educar” o produtor para que necessite da MMMudas. Assim, por mais que o palmito pupunha perfile (o que significa que, de uma mesma planta, nascem as próximas mudas), a

“necessidade” por plantas cada vez “melhores” se faz necessária para acompanhar os níveis de produtividade:

Cecilia – E o produtor, ele acha melhor **comprar a muda ou fazer a muda** da planta que ele já tem?

Mário – Ele acha melhor comprar. Porque é assim, a pupunha, se você descuidou um pouquinho você perde qualidade. Aqui não, eu tenho tempo de olhar a muda e ver o que tem que fazer. O produtor não tem esse tempo, ele passa a semana trabalhando na terra de outro e só no final de semana ele trabalha na dele. Então não se encaixou o produtor ter que fazer a muda.

Desta forma, é o viveiro na busca constante por “inovações” e o agricultor a depender delas, pois não tem “tempo” para ele mesmo fazer suas mudas. “Necessidades”, que, ao que nos parece, não dependem da escolha de nenhum desses dois sujeitos, mas lhes é veladamente imposta pela forma como a acumulação se dá (como discutimos quando tratávamos do “capital em geral”), que se apresenta como um jogo de demandas e ofertas. É como se a tecnificação na produção de mudas (o aumento na composição orgânica do capital) e manutenção do palmito não fossem elas mesmas causa e consequência da relação da acumulação do capital (da mobilização do trabalho para que produza mais mais-valor), em outras palavras: que não fossem resultantes do próprio processo de concentração (reprodução ampliada) e centralização do capital (concorrência entre os produtores individuais) (MARX, 1984a, vol. I, t.2).

Ainda sobre a “falta de tempo”, a que Mário faz referência, vale discutir que não se restringe ao processo produtivo, mas se desdobra no momento da reprodução. Já tratamos da relação entre produção e reprodução ao apresentar parte do trabalho de Roswitha Scholz (2004 - nos termos da autora, relação entre valor e dissociação), o que aqui gostaríamos de salientar, entretanto, diz respeito ao como o aumento da produtividade na produção não apenas reflete no momento do consumo para produção, mas no próprio cotidiano dos sujeitos. É a modernização, que apesar de sua promessa de bem-estar, se realiza, em realidade, aos sujeitos como falta de tempo: é a possibilidade de obtenção do crédito (antes restringido apenas aos agricultores mais capitalizados) que vem do processo de intensificação da roça (pós formação dos parques e outros processos de expropriação tratados nos capítulos anteriores), que tem por consequência a exigência que a “vocaço” se realize, para que a dívida seja sanada e a promessa de modernização fetichista se aprofunde.

Assim, por parte da comunidade de São Pedro, na reunião que ocorreu em agosto de 2016, dos aproximadamente 25 agricultores presentes, 18 relataram que plantavam pupunha e que tinham obtido (demandado) crédito Pronaf de R\$18.000 e defendiam a pupunha como

promessa para a acumulação: “falta pupunha no mercado! Você mesma [se referindo a nós], não come palmito?”. E gostaríamos de ter rebatido na época: mas, o que é consumo? Foi o consumo que determinou que vocês deveriam plantar pupunha ao invés de, por exemplo, procurar diamantes?

Temos em mente, ao levantar estas questões, a seguinte formulação de Marx (1974):

“A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas **consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito**, para o qual são produtos.” (p.115, **grifos nossos**)

Isto é,

“o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado, que deve ser consumido de uma certa maneira [...]. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. [...] [Assim,] **a produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material. [...] a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto**” (p.116, **grifos nossos**).

Desta forma, compreendemos que assim como a produção se faz ampliadamente dadas as características pelas quais se dão as relações sob o capital (que não visa o bem-estar do explorado, mas sim que este crie mais-valor), o consumo do pupunha também. Responderíamos a Gabriel, agricultor que perguntou se comíamos pupunha, que para o capital não há diferença se ele planta pupunha ou busca por diamantes¹¹⁴. Assim como a produção se dá de forma ampliada, também o consumo, “que é diretamente produção”, se faz necessário e crescente, para possibilitar a realização das mercadorias (não por acaso, hoje crescem tanto grupos “ativistas” que defendem de forma fetichista um “consumo consciente” como crença de luta contra o capital, realizando, entretanto, as próprias necessidades deste).

Ressaltamos, desta forma, nosso incômodo com a lógica difundida de que o mercado se regularia por “oferta e demanda”, uma vez que acreditamos que, defender tal dinâmica como “lei natural”, é o mesmo que acreditar que a exploração/produção se faz pelo bem da sociedade, sendo a “necessidade social” a dar o “equilíbrio” à balança.

¹¹⁴ “A esse respeito nunca se deve esquecer que a procura para consumo produtivo, conforme nosso pressuposto, é a procura do capitalista, e que o verdadeiro objetivo deste é a produção de mais-valia, de modo que somente para esse fim é que ele produz certa espécie de mercadoria. Entretanto isso não impede que, à medida que ele aparece no mercado como comprador, por exemplo de algodão, ele represente a necessidade de algodão, do mesmo modo que ao vendedor é indiferente se o comprador do algodão o transforma em tecido de camisa ou em algodão-pólvora ou se pretende entupir com ele seus ouvidos, e os de todo mundo.” (MARX, 1984b, vol. III, t. 1, p.145).

“Parece haver, pois, do lado da procura, certa grandeza de determinada necessidade social, que exige, para sua satisfação, determinada quantidade de um artigo no mercado. Mas a determinação quantitativa dessa **necessidade é completamente elástica e oscilante**. Sua fixidez é mera aparência. Se os meios de subsistência fossem mais baratos ou os salários monetários mais altos, os trabalhadores comprariam mais e haveria maior ‘necessidade social’ dessas espécies de mercadoria. [...] Por outro lado, se o algodão, por exemplo, fosse mais barato, a procura de algodão pelos capitalistas aumentaria, lançar-se-ia mais capital adicional na indústria algodoeira etc. [...] As leis internas reais da produção capitalista não podem evidentemente ser explicadas pela ação recíproca de procura e oferta (sem considerar a análise mais profunda, que não cabe aqui, dessas duas forças motrizes sociais), uma vez que essas leis só aparecem realizadas em sua forma pura quando procura e oferta deixam de atuar, isto é, coincidem.” (MARX, 1984b, vol. III, t.1, p.145-146, **grifos nossos**).

Porém, se nos parece que a “vocaço” posta aos quilombolas foi de certa forma assimilada (como tambm vemos nos discursos do ex-prefeito Eli e do tcnico Marcelo), Mrio (da MMMudas), que apesar de no ter por objetivo problematizar a reproduo do capital, a pe em jogo: a oferta no se d pela demanda, no se produz para suprir necessidade, mas sim para cri-las:

Cecilia – E se eles utilizarem s a perfilao do pupunha, no vai trazer uma consequncia para o viveiro?

Mrio – No, pelo contrrio, se a gente tiver um material melhorado e a gente provar que melhor que o material passado, o pessoal substitui a lavoura por este material novo, que altamente produtivo.

Lembremos, agora, que para que todos estes desdobramentos apontados at aqui ocorressem, foi preciso “convencer” o banco (como nos disse Eli), que apesar dos ganhos que teria como intermediador do crdito Pronaf (principalmente via *spread*), exigia que os agricultores (agora enquadrados como V, porm que possuem as mesmas caractersticas do quando eram ainda B), apresentassem alguma garantia.

O aval solidrio

Cecilia – Para que o quilombola possa obter um crdito, conversando com eles, muitos me falaram sobre o aval solidrio.

Marcelo – **Aval solidrio** um grupo de 2, ou 4 ou 10 pessoas, e da cada um com uma DAP, um avalista do outro.

Cecilia – Tem alguma outra forma deles terem acesso ao crdito?

Marcelo – A seria ... tem que colocar um bem. Da a rea tem que ter matrcula ou escritura, ou voc coloca uma casa.

Cecilia – E no caso do quilombola, ele pode colocar a rea?

Marcelo – Não, porque ele não tem escritura, é da associação. Então por isso é colocado com o aval solidário. [...] Se um não pagar, o outro fica sujo, daí ele começa a apertar o companheiro que não pagou.

Esta metodologia é assim defendida pelos funcionários entrevistados (da CATI, como o é Marcelo, da Casa da Agricultura, do ITESP e do BB) como uma forma de possibilitar um maior acesso ao crédito àqueles que nunca o teriam não fosse o aval, uma alternativa em casos de ausência de garantia real (terra própria ou outros bens, como um carro).

Vale dizer, que o uso do aval solidário como acesso ao crédito por aqueles que não possuem garantia real indiretamente substitui as visitas que o banco costumava fazer aos seus devedores¹¹⁵, e coloca aos moradores a função de “monitorar” os integrantes de seu grupo de avalistas. Destacamos que a substituição do acompanhamento não ocorre de forma explícita, pois em nenhum momento nos foi feita esta relação entre o não acompanhamento dos beneficiários e o uso do aval solidário, mas, em tese, o que acontece é justamente a desobrigação por parte do corpo técnico do banco que, simultaneamente, coloca sob responsabilidade do agricultor a gestão do financiamento e a cobrança de seu grupo de avalistas.

Segundo Anieres Silva e Denes Vieira, ao discutirem a política de microcrédito do Pronaf em livro organizado por Aldenôr Gomes da Silva (2008, p.156)¹¹⁶, ambos chamaram a metodologia do aval de uma possibilidade de “exercício da cidadania”:

“a oportunidade de realizar um empréstimo e ter acesso ao dinheiro pode ser considerada como um fator que favorece a modificação efetiva de seus cotidianos, uma vez que dispor do dinheiro permite-lhes a inserção em uma sociedade capitalista, na qual a relação de consumo é determinante para o exercício da cidadania, principalmente se considerarmos que, como enfatiza Sen (2000), o acesso aos mercado é também um direito universal e condição para o desenvolvimento dos grupos humanos”

Para estes autores, portanto, o acesso ao endividamento seria uma possibilidade de inserção no mundo do consumo e no mercado, considerados por eles, de forma positiva, um “direito universal”. Afirmações que, se viradas de cabeça para baixo, concordamos: para nós

¹¹⁵ Visitas estas relatadas por Paulo (ex-funcionário de Jacupiranga/SP) que eram realizadas pelo antigo gerente de sua agência àqueles que obtinham o crédito; ou, como é previsto, por exemplo, em programas federais tais como o Agroamigo, criado na safra 2005/2006 (BIANCHINI, 2015), no qual o banco é obrigado a ter corpo técnico para acompanhar os beneficiários do Pronaf em campo e orientá-los em casos de dificuldades financeiras.

¹¹⁶ O livro, sob organização de Aldenor Gomes da Silva, tem relevância neste trabalho uma vez que este organizador é responsável por pesquisas em níveis de pós-graduação como orientador e também na participação de bancas, entre artigos próprios, que possuem como discussão a reprodução de pequenos agricultores através da obtenção de crédito, como é o caso da pesquisa aqui citada.

o consumo, além de determinante, é o que caracteriza a cidadania (sujeitos sujeitados consumidores de mercadorias), concepção fundada no fetiche de igualdade, da troca que apaga as diferenças (como já problematizamos no primeiro capítulo); quanto à sociedade capitalista, acreditamos que seja exatamente esta, do “direito universal” ao “acesso aos mercados”, em outras palavras, da mediação social pelas coisas (MARX, 1983, vol. I, t.1); por fim, do “direito universal” de se colocar à venda.

Quanto ao crédito como “fator que favorece a modificação efetiva de seus cotidianos”, também concordamos, no caso em questão, que este trouxe para dentro da comunidade o policiamento que antes era relegado ao Estado e ao sistema financeiro, e acrescentaríamos: além de “favorecer” é o crédito a própria expressão das mudanças no cotidiano, da intensificação do trabalho. Como explicita Marx (1984a, vol. I, t.2, p.277), só que negativamente: a “violência extra-econômica direta [a violência física] é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada.”

Apesar das “concordâncias”, nosso ponto de divergência é com o que estes autores têm por pressuposto: positivam um momento que, quando acompanhado concretamente, coloca em questão o processo de modernização. O acesso ao crédito, aliado do processo de acumulação, tem de fundo, no caso dos quilombolas, a exploração crescente do trabalho de sua família e a dívida como disparadora de novos conflitos.

Cecilia – E como você avalia a metodologia do aval solidário?

Marcelo – Oh, de tudo que a gente fez teve uns três problemas, de 300, 400 projetos. É muito pouco, 1% que teve problema... não chega a 1%.

Porém, se Marcelo (da CATI) avalia o aval solidário como bem-sucedido, a percepção da comunidade de São Pedro é de que os problemas com esta metodologia de acesso ao crédito ultrapassam em muito os três casos comentados pelo técnico da CATI. Inclusive, em nossa segunda reunião com a Associação, todos os aproximadamente 25 agricultores, relataram que ou estavam com problemas para pagar o crédito, ou já recebiam cartas de cobrança do banco por causa de outros do grupo que não haviam pago.

Isto é, considerando que cada família de agricultor possui como avalista outras duas, poderíamos nos contrapor a Marcelo dizendo que, em realidade, seria em torno de 75 famílias, no mínimo, que teriam problemas com esta metodologia. Cenário que não se restringe à comunidade de São Pedro, uma vez que a formação dos grupos foi realizada pelos

técnicos agrícolas, que agrupavam famílias de outras comunidades (muitas só se conheceram no momento da assinatura do contrato no Banco do Brasil).

Em suma, fica a cargo do grupo pressionar o inadimplente ou saldar sua dívida, com a possibilidade de abrir um processo na justiça por danos morais para que este pague e “libere” o grupo para a realização de novos empréstimos. Como orientou a agente Gisele (do BB-Jacupiranga) o agricultor Marcos (o qual acompanhamos ao banco a seu pedido, como resultado de uma das possibilidades de “dar em troca” à comunidade), quando este perguntava sobre sua própria inadimplência e as medidas que poderia tomar quanto ao outro agricultor de seu grupo, também inadimplente (e morador da mesma comunidade), porém com uma soma maior a pagar.

Agora, se anteriormente nos remetemos à violência da “Acumulação Primitiva” relatada por Marx (1984a, vol.1, t.2) para nos contrapor ao “direito universal” pelo endividamento de Anieres Silva e Denes Vieira (2008), aqui apresentamos a discussão elaborada por Michel Aglietta e André Orléan (no livro intitulado “A Violência da Moeda”, 1990), que, em um caminho bastante semelhante ao realizado nos primeiros capítulos de “O Capital” (principalmente aos quatro primeiros sobre a mercadoria e o dinheiro), apresentam a relação entre comprador e vendedor (entre credor e devedor, em nosso caso, que tem o empréstimo como a mercadoria/objeto mediador) como um processo em si de violência fundada no “desejo” de apagar o outro. Tal “desejo” constituiria, junto ao princípio de “soberania” (que para os autores não está em conexão a nenhum Estado ou banco central), a **moeda**, esta sim (diferentemente do contrato para a Economia Clássica) elemento de coesão social, de violência “natural”.

Para tanto, destacam os autores, o “caminho teórico” de entendimento da moeda teria que ser invertido em relação ao proposto por Adam Smith¹¹⁷. Aglietta e Orléan (1990) propõem, assim, que a moeda seja discutida como sendo “ambivalente”: centralizando as relações econômicas, ao mesmo tempo em que coexiste com os “desejos” ilimitados de cada indivíduo. Para os autores, desta forma, a relação de troca simples, entre mercadorias (M-M), nunca teria existido, pois o que estaria no fundamento da troca não seria uma relação “simétrica”, mas sim, de um desejo que põe o sujeito, do outro lado da troca, como rival.

¹¹⁷ Segundo os autores, Adam Smith entenderia a moeda como um salto qualitativo positivo nas relações, por possibilitar trocas que primeiramente não seriam feitas, que fossem realizadas.

Criticam, desta forma, a concepção de que as relações de troca tenham, em algum momento, sido horizontais (entre indivíduos em “acordo”), contrapondo-se à formulação de Adam Smith e sua defesa pelo contrato como relação harmônica entre as partes, que neutralizaria a moeda colocando-a como secundária à relação do contrato.

Orléan e Aglietta argumentam assim que seria a violência a fundadora das relações mercantis, em consonância com o “desejo”, uma “violência aquisitiva [...] que se transmite aos objetos” (AGLIETTA e ORLÉAN, 1990, p.33). Seria então para eles, este par, desejo-violência, que possibilitaria que as trocas ocorressem e com elas as necessidades fossem constituídas através do processo de *mimese* (conceito de Rene Girard, tomado de empréstimo pelos autores):

“O mimetismo é o processo chave que permite tornar inteligível a evolução das necessidades em um sujeito marcado pela inconstância do desejo, por sua indeterminação. Impotente para encontrar em si mesmo uma regra que permita selecionar os produtos, o indivíduo irá voltar-se para os outros, no sentido de buscar orientação para sua busca. [...] imitar o outro é a única estratégia racional. [...] ele [o mimetismo] introduz, no âmago do indivíduo, a necessidade imperiosa das relações sociais. [...] A violência econômica procede então desse paradoxo: o outro, que o sujeito imita, é indissociavelmente modelo e rival.” (AGLIETTA e ORLÉAN, 1990, p.18-19)

Assim a *mimese* (que aqui a desviamos e a entendemos como processo de reificação), apresentada pelos autores parafraseando o caminho elaborado por Marx no primeiro capítulo de “O Capital” (no qual este parte da mercadoria e seus desdobramentos, para então discutir o fetiche do capital), teria por gênese lógica a contradição entre forma relativa e forma equivalente e seu desdobramento na moeda. Os autores destacam, entretanto, uma crítica à concepção de valor de uso em Marx. Para eles Marx não teria concebido o valor de uso como uma relação social, mas sim, como um em si¹¹⁸ – e, com isso, acreditamos, os autores tiram da centralidade a relação entre “seres humanos”, que, até então, pareciam naturalizados por eles como aqueles que “desejam”, para, o como entendemos, entre sujeitos sujeitados, que possuem, portanto, necessidades reificadas. E é desta releitura do conceito de valor de uso, que a *mimese*, e com ela a ideia de desejo, toma destaque na teoria dos autores – e que aqui iremos, como já anunciamos, compreendê-las como relações entre sujeitos sujeitados (em lugar de “*mimese*”) e necessidades reificadas (ao invés de “desejo”).

¹¹⁸ Relembramos aqui as formulações de Moishe Postone (1993) quanto ao marxismo tradicional, conforme discutidas no segundo capítulo, nota de rodapé 51, e assim compreendemos que, em realidade, Aglietta e Orléan estariam a discutir com este chamado “marxismo tradicional” (POSTONE, 1993), daí se dirigindo a crítica dos autores a uma ontologia do valor de uso, que não logra abranger toda e qualquer interpretação crítica da sociabilidade capitalista a partir de Marx.

Assim, e caminhando de acordo aos nossos “desvios”, para os autores, o marxismo (completaríamos, “tradicional”) ao não tratar o valor de uso como decorrente de uma relação social, a este recairia também o problema da relação entre sujeito e objeto, que teriam por pressuposto “que o sujeito já existe na plenitude do ser” (AGLIETTA e ORLÉAN, 1990, p.49): sujeito e objeto seriam duas totalidades em si, e não constituídas na/pela relação e portanto sem conteúdo sócio-histórico. A mimese, por fim, viria a “corrigir” a concepção de valor de uso:

“Se a contradição entre valor de uso e valor de troca é primordial em relação às contradições relativas ao trabalho, é porque o desejo é a relação humana fundamental. Se a concepção subjetiva do valor se engana, é porque ela faz do desejo um simples desejo de objeto, correspondente a um sujeito que nasce na plenitude do ser, e que é, consequentemente, livre e independente. A hipótese antropológica de René Girard é completamente diferente. O desejo humano é um desejo do ser porque todo indivíduo padece de uma ausência de ser. Sendo ele próprio o ser, o objeto do desejo só pode ser procurado através de outrem, que se encontra na mesma situação. Consequentemente, desejar o ser é imitar o desejo do outro. Mas o outro rebela-se necessariamente contra a objetivação, da qual é vítima, e que mutila seu próprio desejo de ser. Se ele é modelo, é também, e indissolivelmente, obstáculo para o primeiro indivíduo, isto é, o rival.” (AGLIETTA, p.54-55).

Os autores, assim, criticam as concepções que partem do entendimento de que sujeito e objeto seriam duas totalidades em si, defendendo que devem ser entendidas como em processo de formação na relação. Concepções que se assemelham à desenvolvida no primeiro capítulo de nosso trabalho, porém, que merecem uma rápida ressalva: se nos aproximamos dos autores quando estes realizam a crítica quanto à relação entre sujeito e objeto como duas totalidades; por outro lado, entendemos que estes acabam por naturalizar a “rivalidade” como uma essência humana em geral, “fundamental”, não realizando as devidas diferenciações quando de uma relação, por exemplo, estabelecida no Estado Absolutista, e outra nas relações juridificadas do Estado Moderno (KURZ, 2014).

Acreditamos que, após apresentarmos a base teórica em que os autores se fundamentam (principalmente na primeira parte do livro), podemos parafraseá-los pela última vez: onde se referem às duas faces da moeda, desejo e soberania, poderíamos ler, respectivamente, como os conceitos de violência econômica e extra econômica de Marx, propulsoras do aprofundamento das relações capitalistas. Assim, o desejo, “relação elementar sujeito-objeto-rival”, realização da violência econômica, e a soberania, que garante a consumação da primeira violência, quando necessário, através do “sacrifício”. Nas palavras dos autores: “nenhum economista pode esquecer que uma sociedade é fundada na gestão da

violência e, em sua eliminação, pela instauração de bodes expiatórios” (AGLIETTA e ORLÉAN, 1990, p.9)

Mas, se, aos autores, o sacrifício ocorreria quase como um mecanismo regulatório, quando necessário, da sociedade, para nós a concepção de sacrifício pode e deve ser alargada. O “bode expiatório” é criado em momentos específicos, mas também se realiza cotidianamente através do trabalho e sua promessa de enriquecimento individual, se expandido e intensificado seu emprego. A relação, assim, entre sujeito e objeto, posta na modernidade como aparentemente entre duas totalidades, diz respeito ao fetiche que quanto mais o sujeito se sacrificar no trabalho, mais realizações na forma de riqueza (amontoado de coisas) terá.

O caminho foi longo, mas importante, uma vez que seja o sacrifício do trabalho (como o consideramos), seja a concepção de “sacrifício” discutida por Aglietta e Orléan (1990), ambos se fazem claros quando a funcionária do BB Gisele sugere a Marcos (que também está inadimplente, e portanto, também sujeito a ser processado) que intime juridicamente Gabriel, agricultor que faz parte de seu grupo de aval e que também é seu vizinho.

A agricultora Neuza, em reunião (realizada em maio de 2017) – que organizamos junto à comunidade e para a qual foram convidados a gerente Kátia e o funcionário César do Banco do Brasil (da agência de Jacupiranga, como também os técnicos já mencionados da Casa da Agricultura, da CATI e do ITESP, porém nenhum destes compareceu), a fim de discutirem uma resolução possível para a crescente inadimplência – questionou César:

Neuza – E não tem como separar? Meu marido está com duas pessoas lá do Pedro Cubas, daí graças a deus a gente conseguiu pagar o banco, mas o menino não conseguiu. Daí nos estamos com o nome sujo.

César – Se ele conseguir outro fiador, com o nome limpo, com capacidade de pagamento para entrar no lugar do marido da senhora, daí tudo bem. Mas eu acho difícil você achar um fiador que queira entrar nessas condições.

Ao que César sugere, à troca do fiador (que não terá acesso a nenhum crédito, ficando apenas como garantia pessoal do inadimplente) soma-se a ausência dos técnicos agrícolas na reunião, responsáveis originalmente pela organização dos grupos de aval. Ausência, inclusive, utilizada pelo funcionário para “amenizar” a reunião: “Uma pergunta, no projeto de vocês consta que teriam três visitas da Casa da Agricultura, não?” Instantaneamente, o conflito que girava em torno das dificuldades no pagamento e de uma negociação que deveria ser clara

(quanto aos juros) e igual para todos os agricultores¹¹⁹, virou-se sobre a ausência da assistência técnica durante a produção e, pouco a pouco, contra os agricultores, que passaram a responsabilizar apenas a si próprios:

Armando – Nessa conversa que a gente tá tendo hoje, eu sinto que foi falta da gente, de não ter ido lá conversar com o banco.

Vale dizer que esta reunião surgiu após termos ido ao Banco do Brasil junto a Marcos. Quando voltávamos, conversei com ele o quanto poderia ser problemático se os agricultores das comunidades comesçassem a processar uns aos outros. Desta inquietação, e junto sempre da pergunta do que daríamos em troca pela nossa pesquisa à comunidade, numa das reuniões com esta (em abril de 2017), salientamos que o que poderíamos dar em troca era o que estávamos aprendendo sobre o crédito. Nesta ocasião, contamos sobre a sugestão de Gisele e seus possíveis desdobramentos para uma comunidade que há pouco, dado sua união, havia conseguido o título da terra. Deliberamos, desta forma, que técnicos e funcionários do BB seriam convidados/intimados para uma reunião na comunidade sobre o Pronaf. A estratégia, elaborada pela comunidade, era colocar todos os três sujeitos como responsáveis, e, portanto, que todos deveriam se mobilizar para um acordo comum e “justo” (mesmo sabendo que a possibilidade de justiça é em si fetichista, em termos de ação prática, este foi o termo usado...). Entre esta reunião e a em que propriamente viria o banco (que ocorreu em maio de 2017), fizemos uma preparatória (ainda em abril de 2017), na qual levantamos os possíveis argumentos que técnicos agrícolas e o BB teriam para não se responsabilizarem pela inadimplência, e preparar os agricultores para o debate. Os desdobramentos, como apresentamos, foram outros....

Assim, levando em consideração o discutido com base em Aglietta e Orléan (1990), acreditamos que, apesar da ausência dos técnicos durante a produção e do banco (que nada explicou para os agricultores sobre as consequências dos juros e multas de inadimplência), ao final da reunião os devedores não apenas se auto-responsabilizaram, como também o foram pelos sujeitos que “benevolentemente” possibilitaram a organização e o acesso ao crédito para eles. Como explicita Paulo (ex-funcionário do BB de Jacupiranga), quando perguntamos sobre a justificativa do uso da metodologia do aval:

¹¹⁹ Visto que, até o momento, a medida informada pelo BB de várias cidades é de que, em caso de renegociação, os juros são estabelecidos caso a caso (!).

Paulo – Naquela época achávamos que eles não iriam dever, por estar prejudicando muitas pessoas. Mas não foi o que aconteceu. Eles devem mesmo assim.

Lembremos agora a fala de Paula: “hoje estou presa, pois tem gente lá do Pedro Cubas que não pagou, e daí eu é que fico devendo lá no banco!”. Paula, que também está com as parcelas do Pronaf atrasadas, nos permite a pergunta: por que os agricultores “quilombolas” do Vale do Ribeira/SP não estão conseguindo pagar o Pronaf? Seria, como dá a entender a fala de Paulo (como veremos mais adiante também nas falas dos técnicos), uma questão “moral”, que parece acometer os agricultores?

Para desdobrar esta “questão”, nossa atenção se voltará ao discurso de cada *persona* (MARX, 1983, vol. I, t.1) do Vale do Ribeira/SP (técnicos agrícolas, agentes financeiros e agricultores), de como cada uma compreende a inadimplência no programa. Obviamente há discordâncias dentro dos grupos, principalmente dos agricultores, e em menor grau no casos dos técnicos e agentes financeiros, para os quais um fator é preponderante: a culpa é dos agricultores.

Formalizando a “vocação”

A fim de problematizarmos esta nova “vocação”, partiremos de um momento anterior ao da inadimplência, em que o que estava posto era a promessa (que ainda persiste em reluzir) de alta remuneração do pupunha¹²⁰, que levou muitos dos agricultores “quilombolas” da comunidade de São Pedro a acessarem o Pronaf V e, inclusive, adquirirem outras formas de ampliar a produção, como nos relatou Marcos: que em fins de 2008, via grupo de aval, teve acesso ao crédito de R\$17.800, que lhe forneceu dez mil mudas de pupunha; somou à produção, em 2010, a metade que seu sobrinho adquiriu (dividindo, informalmente, com este a dívida); e por fim, em 2014, através da venda de cinco cabeças de gado (que seu filho havia adquirido também com crédito Pronaf), comprou mais cinco mil mudas. Isto é, em

¹²⁰ Uma promessa que durante alguns anos se realizou, como Gabriel relatou na reunião (e que concorda com a fala do técnico Marcelo – CATI –, que em outra ocasião, como já citamos, disse que a alavancagem “tirou o município da pobreza”): “Porque na verdade, eu agradeço por ter feito a parceria com o banco desse tempo do palmito pupunha, porque a verdade é clara, o pessoal aqui, que somos mais novos, nossa sobrevivência aqui antes de entrar o palmito pupunha era muito sofrida. Não estou dizendo que agora é mil maravilhas, mas de dez anos para cá, depois que nós começamos a implantar aquela do maracujá, as coisas foram começando a evoluir, e a gente começou a sair do sertão. A gente andava nesse mato aí, a gente sofria demais, depois do palmito pupunha a gente começou a respirar, pois antes era só sofrimento.”.

aproximadamente cinco anos, Marcos acumulou 20 mil pés de pupunha (desconsideramos, para tanto, as perdas de mudas que lhe ocorreram, principalmente, no momento do plantio).

No período em que Marcos fez em seu nome o Pronaf para o pupunha (2008), também outros agricultores (que passamos a manter contato mais próximo) o realizaram: Valério (que pegou em nome de seu pai, Inácio) fez em 2009; Arnaldo em 2010; Paula em 2008; Armando em 2010; e Célio, em 2012, que diz ter sido um dos últimos agricultores que tiveram o crédito liberado. Podemos assim concluir (e principalmente com as conversas realizadas em grupos de agricultores durante as reuniões), que entre os anos 2008 e 2012, aproximadamente, ocorreu um certo *boom* na liberação dos créditos para o pupunha, que hoje estariam de difícil acesso (como constatou, em conversa realizada em dezembro de 2015, o técnico Sidney do ITESP de Eldorado). Seriam estes agricultores que durante o momento da “promessa” se endividaram, e atualmente estão inadimplentes (apenas seu Arnaldo quitou sua dívida – porém não os dois de seu grupo, que moram em Pedro Cubas). Vale salientar (e iremos problematizar à frente as “condições do contrato”) que estes créditos (de até R\$18.000) possuíam dois anos de carência seguidos de 8 parcelas semestrais a juros de 2%a.a.¹²¹. *Boom* também relatado pelo técnico Tercides (da Casa da Agricultura de Eldorado):

Tercides – O pico foi em 2008.

Cecília – E este pico do Pronaf, foi para os agricultores dos grupos B e V, ou era mais para o B nessa época?

Tercides – V né, que era o do pupunha!

E Marcelo (da CATI de Eldorado):

Marcelo – Pedro Cubas tá com 400 mil pés cortados de palmito. 400 mil mudas cortadas. São Pedro tá com 500 mil, isso tudo é projeto. Depois André Lopes 70 mil e Ivaporunduva 30 mil.

Cecília – Então você considera o pupunha o carro chefe para esta mudança?

Marcelo – É... para o pequeno produtor foi. Eu falo o pulo do gato. A melhoria foi muito grande.

Mas, para além da organização dos grupos para formação do aval, foi preciso, por parte dos técnicos agrícolas, formular o como a promessa seria executada: o **projeto técnico**, que tem como finalidade central (como bem destaca Bittencourt, 2005, em texto conjunto com Ricardo Abramovay e Reginaldo Magalhães, em que se dedicam à análise de programas

¹²¹ Ressaltamos, porém, que os dados quanto às condições do crédito foram baseados no contrato de Marcos, assinado em 2008, disponibilizados a nós, uma vez que o próprio banco se recusou a fornecer qualquer modelo/exemplar.

de microcrédito e também especificamente ao Pronaf): “avaliar a **capacidade de pagamento** dos financiamentos”

“Por isso, os projetos técnicos deveriam – em tese – demonstrar a capacidade produtiva, representada por terra, mão-de-obra familiar, acompanhamento técnico e taxa interna de retorno compatível com os limites de endividamento e as condições financeiras estabelecidas para a operação pretendida no programa de investimento” (BITTENCOURT, *et al*, p.210).

Ao final do trabalho anexamos três projetos técnicos, dois elaborados pelo ITESP/Eldorado (anexo “A”, projeto elaborado em novembro de 2013, e “B”, realizado em julho de 2007) e um pela CATI/Eldorado (anexo “C”, de outubro de 2011) (ao nos referirmos a cada um deles, utilizaremos as letras referentes a localização de cada um no anexo – “A”, “B” e “C”), sendo todos voltados para o plantio de pupunha (no caso de “B” foi conjuntamente planejado o cultivo de maracujá). Caminharemos agora para a análise desses documentos, iniciando com uma breve apresentação de seus conteúdos seguida de análise crítica. Algumas ressalvas, porém, são necessárias.

Primeiro, o projeto “B” faz referência a um crédito de R\$6.000, obtido em julho de 2007 por um agricultor enquadrado no grupo C. Lembramos que, ao apresentarmos anteriormente o Pronaf, explicamos rapidamente que os grupos em que hoje os agricultores são divididos (A, A/C, B e V ou AF) eram até 2008 separados em: A, A/C, B, C, D e E. Os motivos dessa reorganização não serão aqui abordados, por ora, vale apenas dizer que, no ano de 2007 obtinham DAP C os agricultores com renda bruta anual entre R\$ 4.000 (máximo para ser enquadrado como grupo B) e R\$ 18.000, com acesso à crédito para investimento entre R\$1.500 a R\$ 6.000, com juros de 2%a.a e até 8 anos para pagar (sendo 5 anos de carência). Nota-se, porém, que no projeto referente ao empréstimo ao agricultor DAP C, o prazo é de cinco anos para pagar e apenas um de carência. A mesma incongruência acontece também referente ao projeto “C”, acessado em outubro de 2011, no qual o “cronograma de reembolso do crédito” (p.4), indica 36 meses de carência (3 anos) seguido de 8 parcelas semestrais (4 anos), sendo que, na “Cartilha de Acesso do Pronaf 2011/2012” (BRASIL, 2011), o prazo de carência é o mesmo, porém com sete anos para pagar.

Segundo, apenas o projeto “A” não exige a formação do “aval solidário” por ser enquadrado como DAP B.

Terceiro, quanto ao “C”, referente a um crédito de R\$19.800, havíamos dito anteriormente, com base nas entrevistas com os técnicos agrícolas, que o valor máximo financiado para aqueles que não possuíam garantia real era de R\$18.000, este, porém, diz

respeito a um empréstimo de R\$19.800. Acreditamos que isto não nos diga muita coisa, uma vez que, segundo o “Anuário de encargos financeiros de 2011” (BACEN, 2011), o recorte em que este crédito se enquadraria seria no de R\$ 10mil a R\$20mil (sob juros de 2%a.a.), portanto, R\$19.800 representa, de certa forma, o limite. Os outros elementos quanto ao Pronaf, de maneira geral, já foram explicados.

Vejamos então o conteúdo dos projetos, o que têm em comum e o que têm de específico. Todos os três apresentam os **“recursos”** e **“receitas”** que o agricultor já possuía antes da implantação do pupunha: “A” possui “equipamentos de utilização manual”, “terra para a implantação” e “mão-de-obra familiar” (p.1) além de “outras rendas” (no valor anual de R\$3.600 – p.2), que aparentemente são provenientes de “serviços para terceiros” (p.2) e da “venda da produção” (p.1), pois nenhuma outra forma é apresentada (seja pecuária ou agrícola); “B” possui semelhantes fontes de “recurso” e “receitas” (somente não trabalha para terceiros), porém não obtém nenhuma receita anual, para além daquela que projetam que irá ganhar com o cultivo de maracujá e pupunha (p.2); já o agricultor do projeto “C” possui um bananal que lhe rende R\$3.600 anuais (p.3) (curiosamente o mesmo valor que o projeto “A” declara que o agricultor obtém em “outras receitas”) além de R\$19.500 anuais com “outras receitas” (p.3) (totalizando uma renda de R\$23.100 anuais).

Os projetos também relatam as **despesas** que cada **família** possui **para sua reprodução** e de **sua produção pré-existente**: “A” se utiliza de R\$1.200 anuais para a reprodução de sua família e o mesmo valor para o “custeio agrícola” (produção pré-existente), um gasto total de R\$2.400, porém, aparentemente, esta família já tinha uma receita anual de R\$3.600 mesmo antes do pupunha (portanto, um suposto “superávit” anual de R\$1.200) (p.2); “B” já tem uma despesa de R\$1.800 com a reprodução familiar (que supostamente não há receita para pagar este “gasto”) e de um inicial de R\$2.430 com “custeio agrícola” (que até o ano V irá para R\$5.554) (p.2); por sua vez o projeto “C”, apresenta um gasto anual de R\$10.200 com a “manutenção familiar”, R\$356 com “outras despesas/responsabilidades” (subindo para R\$4.634 no Ano IV) e R\$2.160 para o cultivo já pré-existente de banana (p.3). O agricultor do projeto “C” fecha assim suas contas pré-investimento na pupunha com um “superávit” de R\$10.382 anuais. Todos os três projetos dizem respeito a produções pré-existent das quais, subtraídos os gastos com custeio e a reprodução familiar, realizam “superávit” anuais.

Quanto aos dados referentes ao **investimento em pupunha**, com relação ao **retorno**, podemos notar que: o projeto “A” considera que, com o plantio inicial de 1.250 pés de

pupunha, já no segundo ano o agricultor terá uma “receita” de R\$1.800 e a partir do terceiro ano de R\$3.600; o agricultor “B”, porém, que plantou 2.666 pés, só obterá o “retorno” no Ano III (sabe-se lá o porquê da mesma espécie de palmito, possuir anos diferentes para o primeiro corte), num valor de R\$2.698,92, e a partir do Ano IV de R\$5.397,84; já o “C”, que plantou 10.000 mudas, diferentemente de “A” e “B” (que possuem suas receitas dobradas após o primeiro ano de venda do pupunha), obtém no Ano II R\$4.995, no Ano III R\$12.210 e a partir do Ano IV R\$ 13.220 anuais.

O item “**investimento proposto**”, diz respeito ao gasto que o agricultor obterá com o pagamento das parcelas do crédito. O projeto “A”, sendo do grupo B, ano safra 2013/2014, tem direito a um bônus de 25% na parcela paga em dia (MDA, 2013), o que, no caso, resultou-lhe em uma despesa de R\$1.875. Já o projeto “B”, do grupo C, ano safra 2007/2008, que obteve um crédito de R\$6.000, pagou (ao que consta no projeto) quatro parcelas, sendo a primeira no valor de R\$618 e as seguintes, todas, no valor de R\$1.236 (variação que talvez diga respeito à possibilidade de obter até dois bônus de adimplência de até R\$700). Porém, aqui já surge a primeira dentre tantas outras dúvidas sobre os cálculos dos juros no Pronaf, isto porque, se somarmos as parcelas presentes no item, o valor resultante será de R\$4.326, valor que, mesmo se considerarmos a possibilidade dada no ano safra do projeto para o grupo C de ter abatido em até duas parcelas pagas em dia o valor de R\$700 (somando R\$1.400), não chegaremos ao crédito de R\$6.000 e muito menos se considerarmos que este contempla um juros de 2%a.a.

Já o projeto “C”, de grande interesse à nossa pesquisa (por se tratar dos agricultores “alavancados” – grupo V/AF) não possui esse item preenchido, o que se soma à grande divergência que há entre os agentes financeiros (e nenhum entendimento quanto ao assunto pelos técnicos agrícolas – segundo os próprios) quanto aos cálculos para determiná-la, como ficará explícito quando tratarmos do “contrato financeiro”.

Todos os três projetos, após a apresentação dos dados gerais, possuem um “**parecer da assistência técnica**” (este item do projeto “B” não foi copiado por se assemelhar ao presente no “A”), constituído pelos seguintes pontos: “*diagnóstico da situação atual*”, que tem por objetivo, como destacou o projeto “C”, apresentar se o produtor é “capaz”; “*tecnologia que será implementada*”, no caso dos projetos analisados, fica patente a finalidade desse item, isto é, o de não deixar dúvidas de que “a exploração da cultura da Pupunha não exige nenhum equipamento especial” (como se lê no projeto “C”, p.5, que cita

todas as etapas do cultivo, passíveis de serem feitas por meio “manual”¹²²), sendo realizada, basicamente com “tecnologia familiar” (como consta no “A”, p.4); “*disponibilidade de máquinas/colheitadeiras para aluguel*”, item que “não se aplica” (Projeto “C”, p.5), uma vez que todas as etapas são “manuais”; “*justificativa para a implantação do investimento*”, aqui, enquanto o projeto realizado pela CATI (Projeto “C”), sucintamente determina que “o produtor necessita de uma diversificação de culturas” (p.5), o do ITESP (Projeto “A”) fundamenta sua “justificativa” (na p.4) dadas as “condições edafoclimáticas da região apresentando excelentes produtividades” (como o técnico Tercides já havia feito questão de destacar: “o clima é favorável para o pupunha, do Brasil o melhor clima é aqui. O melhor palmito é daqui.”), “disponibilidade de [...] mão-de-obra familiar”, “evitando com isso o êxodo rural”, graças à “parceria entre Banco do Brasil, Fundação ITESP e Prefeitura de Eldorado”, “esse projeto se implantado e conduzido de acordo com as recomendações da assistência técnica, poderá atingir seu objetivo”; “*parecer sucinto e objetivo, sobre a oportunidade do crédito e a viabilidade técnica e econômica do empreendimento*”, este item, por fim, tem por objetivo marcar, pela última vez, a “**total viabilidade** uma vez que a cultura da pupunha já se mostrou um **ótimo** investimento” (como se lê no projeto “C”, p.4, **grifos nossos**), “sendo técnica e economicamente viável se conduzido de acordo com as recomendações técnicas” (projeto “A”, p.5).

Há ainda no projeto “A”, no item “parecer técnico”, o ponto “*outras informações*”, na qual o técnico se exime, indiretamente, da responsabilidade de quaisquer irregularidades/ilegalidades no plantio, uma vez que: “orientou” o beneficiário de que a cultura não poderia ser realizada em áreas “demarcadas para os cultivos de subsistências” (as roças que discutimos anteriormente, que necessitam de autorização para serem abertas), parques, APPs e reservas legais, “nem realize desmatamentos em áreas não autorizadas”. Em poucas palavras, o agricultor só poderá realizar o plantio do palmito em áreas de desmatamento já consolidado.

O ponto referente ao “**orçamento**” do cultivo (p.3 do projeto “C”, e 4 e 5 dos “B” e “A”, respectivamente), será mais à frente apresentado e analisado. Apesar da cansativa exposição dos conteúdos dos projetos, esta agora nos auxiliará a explicitar o que acreditamos ser os pressupostos do qual partiram os planejadores do DRS pupunha, assim como o discurso

¹²² Aqui, destacamos todos os trabalhos necessários para o cultivo da pupunha: “plantio manual”; “herbicidas e capina manual”; “adubações são manuais”; “aplicação de defensivos [...] por meio [...] manual”; “colheita é manual” (Projeto “C”, p.5).

técnico que os legitima. Para tanto, alguns pontos dos projetos serão retomados e problematizados.

Iniciaremos pelo o que o projeto nomeia serem os **recursos** que o agricultor possuía previamente à obtenção do crédito, no caso, “equipamento de utilização manual”, “terra” e “mão de obra familiar”. Com base nos conceitos que viemos nos apoiando até aqui de Marx (agora mais especificamente nos caps. I e IX, do vol. III, t.1) e na tese de doutorado de Cássio A. Boechat (2013)¹²³ seriam no capitalismo: os “equipamentos”, os meios de produção produzidos pelo homem, considerados um *capital fixo*, que a cada rotação transfere à mercadoria parte de seu valor (até chegar ao seu fim, após determinada quantidade de rotações); “terra”, meio de produção não produzido, que em si não contém valor algum, porém possibilita a obtenção de um sobrelucro de acordo com sua localização e qualidades encontradas na propriedade; e “mão de obra familiar”, *capital circulante*, que colocado pelo capitalista sob o mesmo patamar que as matérias primas e auxiliares utilizadas no processo (insumos agrícolas, por exemplo), parece doar-se ao processo de maneira integral. Isto é, para o capitalista, ambos (força de trabalho e matérias primas e auxiliares) são *capital circulante*, que juntamente ao *capital fixo* configuram o *preço de custo da mercadoria*.

O resultado do processo, isto é, o que o capitalista acredita que recebe ao realizar a mercadoria, não diz respeito à parte capaz de criar mais-valor (e que ele fetichistamente iguala às matérias-primas e auxiliares), mas sim como retorno, obtido no momento da circulação, que cabe a ele pois investiu seu capital. Em outras palavras: a ampliação de seu capital aparece como retorno de seu investimento, como lucro, e não como proveniente graças à mobilização do trabalho de outrem, capaz de movimentar o maquinário e transformar as matérias primas em um novo valor ampliado em relação ao custo.

Assim, articulando a “concepção” do processo tida pelo capitalista (segundo Marx, 1984b, vol. III, t.1) e o dito sobre o projeto elaborado pelos técnicos agrícolas de Eldorado, a possibilidade de um “superávit”, isto é, da obtenção de um *lucro*, se dá na cabeça do técnico na subtração entre as “receitas”/*preço de mercado*, obtido com a venda das produções realizadas pela família, e as “despesas”/*preço de custo* (tidas como o custeio da produção, arrendamento, “investimento proposto” entre outros). Em nenhum momento é considerado

¹²³ O autor nos interessa pois, além de fazer parte do mesmo grupo de estudos que participamos desde 2009, e portanto, compartilhar de compreensões semelhantes quanto ao processo de modernização, teve por objetivo em sua tese de doutorado problematizar a passagem da cafeicultura para a citricultura no estado de São Paulo (a partir dos anos 1960), focando-se nos discursos que a legitimaram, assim como faremos para a cultura do pupunha no Vale do Ribeira/SP.

que, para produzir este lucro, foi necessário que o trabalho fosse explorado, que se transformasse as matérias primas e utilizasse suas ferramentas mesmo que manuais para produzir mercadorias¹²⁴.

Não por acaso, se nos voltarmos ao item “**orçamento**”, o trabalho necessário à produção é denominado: no projeto “C”, como “mão de obra do plantio” e “mão de obra tratamentos culturais”, quantificados na mesma forma em que são os adubos, mudas, herbicidas etc.; e mais especificamente detalhados nos projetos “A” e “B”, nas suas diversas “qualidades” (“abertura de covas”, “transporte de mudas”, “capina manual” etc.) e contabilizados em “preço por unidade” (projeto “A” no preço de R\$30 a unid.) ou “homem/dia” (projeto “B” no preço de R\$15 o dia).

“Enfim, para simplificar, temos que a distinção que fetichistamente se observa é apenas entre capital *fixo* e *circulante*, diferenciado pelo tempo de seu consumo na produção. [...] o capital variável [a parte paga do dispêndio de trabalho] é ‘diluído’ no capital circulante, igualado à parte dos meios de produção (os materiais de produção) que são gastos integralmente num dado ciclo do processo produtivo.” (BOECHAT, 2013, p. 371)

Boechat (2013) tem por objetivo, assim como nós, problematizar o fazer técnico e suas metodologias, promessas pelas quais os técnicos acreditam na possibilidade da previsão da obtenção de lucros, se seguidas as orientações técnicas, uma vez que, aparentemente, tudo corrobora para que seja um “ótimo investimento” (projeto “C”), no caso da pupunha: “condições edafoclimáticas da região, apresentando excelentes produtividades”; insumos oferecidos graças ao crédito; e a “disponibilidade de [...] mão de obra”. A “excelente produtividade” fica, assim, a cargo das “condições naturais” e não como resultado do trabalho familiar “disponível”. Isto é, como se das condições climáticas e do solo, por si só, fosse possível produzir mais-valor.

O que observamos em campo, porém, não é apenas a concepção fetichista de que o trabalho é um recurso, e como tal, comprado e utilizado na produção, mas que além disso, esta “tecnologia familiar”, é duplamente não remunerada. Nos explicamos. Na conversa que realizamos com o agricultor Inácio (que obteve o crédito para a implantação do cultivo em 2009), em diversos momentos, além de salientar os gastos que teve com insumos, mudas e

¹²⁴ Como também encontramos em Abramovay (2004), que não tem por pressuposto criticar a exploração do trabalho, mas sim, pelo contrário, defender sua intensificação, como explicita ao apresentar o que entende por *mercados perfeitos*: “condições para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção, tendo em vista o aumento do ganho do trabalhador autônomo, individual ou associado. [...] Isso significa batalhar pelo aumento do potencial produtivo da economia popular e pelo aumento do seu poder de mercado” (2004, p.13-14).

“mão de obra” de camaradas (todos teoricamente cobertos pelo financiamento), ele ressaltava: “mas teve nosso trabalho também”. Isto porque, para além da contratação dos camaradas, que lhe cobraram a diária de R\$40/50 (valor cobrado, segundo seu Inácio, no ano de 2009) (superior à “cotada” nos projetos – R\$30 a unid. ou R\$15 o dia)¹²⁵, ele, seu filho e um amigo também trabalharam na implantação e manutenção do palmital. Referia-se, assim, ao trabalho não remunerado, e aqui não estamos falando da mais-valia, mas do “trabalho pago” (em outras palavras, não receberam nem ao menos como “capital variável”).

A estes “gastos” não remunerados, poderíamos supor que, ou não foram contabilizados pelos técnicos por estarem estes sujeitos “disponíveis” e/ou dizem respeito ao item do projeto “manutenção familiar” (igualando reprodução à “aplicação” do capital variável na produção). Ambos, seja contabilizado como parte da reprodução da família, seja não orçado de forma alguma, nos levam a questionar: o que o agricultor “familiar” recebe pelo seu trabalho?

Seria lucro, como um representante da classe capitalista, uma vez que tem a posse da terra, compra os insumos por meio do endividamento e mobiliza, em alguns momentos, o trabalho de camaradas (transformado, por fim, em “gestor” de sua produção)? Entretanto, ele não está prioritariamente a mobilizar o trabalho de outro, mas principalmente o da sua família. E/ou, a não remuneração do “trabalho familiar” é pressuposto para a realização do projeto? Aqui, porém, valeria a ressalva: se nenhum dos integrantes da família é diretamente remunerado, a separação entre produção de valor e reprodução doméstica pode ser repensada sobre um novo desdobramento, uma vez que a própria exploração do trabalho é realizada sob a prerrogativa da não remuneração (ou, na melhor das hipóteses, recebe abaixo do preço de mercado de trabalho – de R\$15 a R\$30 reais, enquanto que a diária citada por Inácio foi de R\$40 e R\$50).

O que nos salta aos olhos, quando refletimos sobre as questões que fizemos acima, é que, independente se remunerado ou não (e, considerando que em ambos os casos há exploração), o trabalho da família é indispensável para o barateamento “dos custos”. No projeto “C” (que diz respeito àqueles agricultores que tiveram sua DAP “alavancada”), apenas o trabalho no momento do plantio é remunerado (com R\$1.200¹²⁶), a manutenção e cortes não

¹²⁵ Vale notar que os dados de seu Inácio são referentes ao projeto realizado em 2009, enquanto o valor da “mão de obra” de R\$30 é de 2013 (projeto “A”) e de R\$15 de 2007 (projeto “B”).

¹²⁶ Marcelo, técnico da CATI/Eldorado, porém, havia nos dito que em um crédito de R\$18 mil, R\$2 mil eram destinados à “mão-de-obra”.

possuem verba prevista. Isto é, após o momento do plantio, o trabalho familiar terá que garantir a reprodução da roça “comercial” de pupunha e, se ainda a manter, cuidar da roça para subsistência. No caso de seu Inácio, sua “sorte” foi ser aposentado, podendo com esta cobrir tanto alguns gastos domésticos, como do plantio e realizar o pagamento do banco (mesmo assim, a última parcela de seu crédito está há um ano atrasada).

Aqui vale um pequeno parêntese, com a lista de alguns que conhecemos e tinham “sorte” semelhante ao de Inácio: os agricultores Marcos, Célio e Daniel são também funcionários públicos, trabalham os dois primeiros na manutenção da estrada que liga a balsa à comunidade, sendo o primeiro também balseiro desta; Daniel como motorista do ônibus escolar, que leva e busca diariamente os alunos da comunidade à Escola Chules (localizada na SP 165); seu Armando é aposentado; e, por fim, seu Arnaldo, único agricultor que conhecemos que havia quitado sua dívida, possui uma irmã (que vive em Santos) que, segundo ele, o ajuda financeiramente.

E se dizemos que a “sorte” foi apenas “semelhante”, é porque a maioria destes agricultores (entre outros que também conhecemos na comunidade) não recebiam pelos anos passados de trabalho, como o aposentado Inácio, mas sim era a duplicação da jornada de trabalho que se impunha. A tese da flexibilização do trabalho de Scholz (2004) apresenta-se, em nossa exposição, cada vez mais patente: são agricultores “quilombolas” e também balseiros, motoristas, zeladores da estrada de terra etc.

Realizado o devido parêntese, para desdobramos as questões acima – que dizem respeito, por fim, a uma apreensão categorial e, conseqüentemente, do como caminhamos para entender o processo de formação e reprodução desses sujeitos – apresentaremos duas concepções teóricas que acreditamos que, cada uma à sua forma, dão suporte à naturalização da família como forma de reprodução, apagando que, antes de mais, a família é em si fruto do processo de formação e acumulação do capital. E, assim, acreditamos que fecharemos algumas das questões que deixamos em aberto.

Para tanto, lembramos que já ao final de nosso segundo capítulo, concluímos que a partir do processo de mobilização do trabalho (como também pela concentração de terras e conflitos fundiários), muitos agricultores teriam emigrado de suas terras e outros teriam persistido nela (ou voltado para ela) até os dias de hoje, graças ao processo de reconhecimento do “território” como “remanescente quilombola”.

Com isso, tínhamos por objetivo não simplesmente defender que uma parte dos então agricultores teriam se transformado em assalariados (trabalhando em propriedades rurais de

outrem e/ou cidades próximas), como, simultaneamente, complexificar concepções que compreendem a permanência na terra destes nos mesmos termos que dantes¹²⁷. Naquele momento, porém, nos focamos principalmente na problematização da “primeira” concepção, isto é, da generalização da “proletarização”. Aqui, pretendemos não apenas aprofundar a discussão já iniciada, apresentando um autor que consideramos flertar com o que chamamos de linha da “proletarização”, José Graziano da Silva (1981 e 1997), como também indagar aqueles que defendem que o atual processo de acumulação ampliada do capital seja responsável por criar e recriar as condições de reprodução, denominadas por estes como “não especificamente capitalista”, no que chamaremos da *teoria do campesinato*, tendo escolhido como teórico para o debate, mais uma vez, Ariovaldo U. de Oliveira (2007 e 2013)¹²⁸.

Ao primeiro grupo (que denominamos como de generalização da “proletarização”), iremos associar àqueles que se enquadram no que Graziano da Silva (1997) denominou de **Novo Rural**. Vale ressaltar, porém, que o autor não possui como pressuposto a expropriação dos pequenos produtores, mas a transformação desses em pequenos capitalistas. A ideia principal, assim, não é o da formação de duas classes, capitalistas por um lado e trabalhadores (rurais e urbanos) expropriados da terra por outro, mas sim uma defesa pela formação de pequenos agricultores/capitalistas modernizados. Como Graziano da Silva (1997, p.47, *grifos do autor*) explica para o caso dos “países desenvolvidos”:

“esse novo paradigma ‘pós-industrial’ tem um ator social já consolidado: o *part-time farmer* que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. [...] ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas. [...] Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade [...]. Na verdade, a novidade em relação àquilo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado camponeses em processo de proletarização é a combinação de atividades não-agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente.”

Quando observamos o caso da obtenção do crédito Pronaf pelos agricultores “quilombolas” – apesar do Brasil não ser considerado pelo autor um “país desenvolvido”¹²⁹

¹²⁷ De forma mais explícita, tínhamos como intuito iniciar uma discussão a fim de problematizar tanto argumentos simplistas que consideram o processo de saída da terra como totalizante (tornando-se os agricultores em proletários urbanos), como também, daqueles que defendem que a reprodução, para aqueles que permaneceram na terra, não sofreu transformações (foram e são ainda “camponeses”).

¹²⁸ Parte dessa discussão foi formulada em artigo publicado nos anais do VIII SINGA (simpósio realizado em Curitiba, 2017), juntamente aos pós doutorandos Ana Carolina G. Leite e Erick Kluck, sob o título: “Estado e Crise na Territorialização do Capital no Campo”.

¹²⁹ Classificação que revela uma concepção dualista do processo e que coloca como positivo o “ser desenvolvido”, posicionamento que é explícito em um de seus principais trabalhos intitulado “Progresso Técnico e Relações de trabalho na Agricultura” (1981). Não cabe aqui, porém, nos alongarmos neste ponto, mas apenas indicar a leitura.

(porém, considera que também haja esta “categoria” de agricultor nos “subdesenvolvidos”¹³⁰) e tampouco o crédito para a produção de pupunha configurar uma atividade “não-agrícola” –, consideramos que, dado o pressuposto que técnicos e burocratas se utilizam para justificar o projeto, isto é, a “necessidade de uma diversificação de culturas” (vide Projeto “C”), temos por hipótese que possuem por norte formulações como as de Graziano da Silva: a “combinação de atividades”.

O autor defende que a formação dos *part-time farmers* foi possível nos países “desenvolvidos” “graças” ao “crescimento da mecanização” e da “redução das áreas cultivadas”, que consequentemente “*liberaram* os membros da família para buscarem fora outras atividades” (1997, p.49, *grifo nosso*). Isto é, para Graziano da Silva (1997) não seria a mecanização um elemento de aumento de produtividade possível “graças” à intensificação da exploração do trabalho, mas sim meio de “liberação”¹³¹ para que além do trabalho agrícola o produtor possa se dedicar a tantos outros trabalhos, isto é, que ele possa ser cada vez mais produtivo e flexível (SCHOLZ, 2004).

Em outras palavras, o que estamos argumentando é que para o autor o processo de reprodução ampliada é visto positivamente, não se questiona, desta forma, sobre o porquê se põe a trabalhar o agricultor com sua família. Isto porque, para Graziano da Silva, a venda da força de trabalho não é colocada como processo de expropriação, mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), enquanto para nós, é exatamente disto que o autor trata (e por isso, acreditamos que somá-lo aos autores que pressupõem a “generalização da proletarização” não acarreta prejuízos à análise).

O que encontramos em campo – apesar da defesa de Graziano da Silva (1977) que compreende a pluriatividade como positiva¹³² e do Pronaf como meio de possibilitar uma maior “estabilidade econômica” (como se lê no Projeto “C”) ¹³³ –, é não apenas a

¹³⁰ Como se lê a seguir: “Nos países subdesenvolvidos também já se pode observar com clareza o fenômeno dos *part-time* [...] embora sem a mesma magnitude que assume nos países desenvolvidos.” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.50).

¹³¹ Termo “liberação”, que no trabalho de Graziano da Silva (1997) possui significados completamente outros do que quando empregado por Gaudemar (1977) ao problematizar a *mobilização* da força de trabalho (como tratamos em nosso segundo capítulo).

¹³² Nas palavras do autor: “o fundamental é que as pessoas ocupadas em atividade agrícolas e residentes no meio rural têm hoje uma alternativa” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.61).

¹³³ Que, apesar de não se configurar como uma possibilidade de “atividades não-agrícolas”, encaixa-se o programa federal na defesa do autor por um “desenvolvimento rural”: “Não é por outra razão que importantes instituições internacionais (FAO, 1995; Chiriboga, 1992) vêm insistindo na proposta de se retomar a ideia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não

intensificação da exploração do trabalho, na forma de não remuneração do trabalho familiar, mas também, e como desdobramento do primeiro, que esta é pressuposto para a realização do projeto. O que Graziano da Silva (1997) implicitamente defende, desta forma, e que entendemos como crítico, é o incansável e renovado pedido por *modernização*, já encontrado em tantos outros teóricos ao longo de nossa pesquisa.

Isto é, o pedido por “desenvolvimento” é envolto pela aparência de que este aumentaria a renda do agricultor e não problematiza, desta forma, que para que a pluriatividade ocorra é necessário a intensificação do trabalho, considerada como positiva.

O “subdesenvolvimento” seria assim para Graziano da Silva *falta de modernização* (ou de *autonomização*, nos termos de Marx, 1985, vol. III, t.2): quando a composição orgânica do capital do agricultor é baixa, tendo este apenas a “tecnologia familiar” (Projeto “A”), caberia a ele produzir não apenas a mercadoria a partir da exploração de seu próprio trabalho, como garantir o cultivo de sua subsistência. As categorias, assim, de trabalho, terra e capital, não estariam autonomizadas nas suas correspondentes *personas* e formas de remuneração (respectivamente lucro/juros¹³⁴, renda e salário). O caso é outro nos países “desenvolvidos”, em que o agricultor, com a criação de trabalho disponível “graças” à mecanização, pode vender o seu trabalho e obter por ele salário e explorar o trabalho alheio e obter assim, aparentemente, um lucro.

Por outro lado, poderíamos também argumentar: se em um primeiro momento, a modernização é vista como especialização do trabalho, isto é, processo de autonomização; por outro, a proposta de Graziano da Silva pode ser entendida também como um pedido por não-autonomização, uma vez que o agricultor, para aumentar sua renda torna-se “pluriativo”. Em outras palavras, voltamos aqui aos termos da flexibilização tratado por Scholz (2004): na passagem do fordismo para o pós-fordismo, não é mais a especialização o sinônimo de moderno, mas o sujeito flexível que é colocado no campo do positivo. A questão que nos toca novamente, portanto, é: por que precisaria o sujeito aumentar sua produtividade, trabalhar mais, apesar de aparentemente, dado a mecanização, trabalhar menos? Ou ainda: por que tem

necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural.” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.75).

¹³⁴ Nos referimos aqui à “lucro/juros” antecipando a discussão que faremos adiante, no qual nos baseamos no caminho estabelecido por Marx no capítulo XXIII (1984b, vol. III, t.2), que precede o que discute em a “Fórmula Trinitária” (1985, vol. III, t.2, cap. XLVIII), no qual apresenta a transformação do lucro em juros e ganho empresarial.

o agricultor que ser “pluriativo” e não, “seguindo” o caminho da divisão e especialização do trabalho, um trabalhador especializado?

Por fim, poderíamos acrescentar, seriam já alguns agricultores quilombolas da comunidade de São Pedro “pluriativos”, uma vez que trabalham (como nos relataram Célio, Marcos e Daniel – cada um de um núcleo familiar) tanto em suas roças de subsistência, como de palmito e ainda na prefeitura de Eldorado? Todos os três, ressaltamos, estavam inadimplentes com o BB/Pronaf.

Já para os teóricos do campesinato o positivo é posto em outros termos. Enquanto Graziano da Silva (1997) defende a “pluriatividade”, A. Oliveira tem por pressuposto outra concepção quanto ao trabalho do pequeno agricultor¹³⁵. Para este, não seriam os pequenos agricultores expropriados da terra de tão pobres ou transformados em pequenos capitalistas (*part-time farmer*), mas sim uma classe outra: nem trabalhadores, nem capitalistas, mas sim camponeses. Para tanto, compreende a formação dessa classe a partir do que denomina de: *desenvolvimento desigual e combinado*.

“É uma **espécie de acumulação primitiva permanente** do capital, necessária ao seu desenvolvimento [...] o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordina-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.” (A. OLIVEIRA, 2007, p.11, **grifo nosso**)

O autor argumenta, assim, como necessidade do capital a “criação e recriação” de relações não especificamente capitalistas, como forma para se produzir e reproduzir. O camponês, para A. Oliveira (e diferente da interpretação clássica do capítulo da “Assim chamada acumulação primitiva” de Marx, 1984a, vol. I, t.2)¹³⁶, seria ainda hoje necessário ao capital como meio para que esse se reproduzisse ampliadamente, uma vez que o processo de “produção do capital” nunca poderia ser realizado por relações “especificamente capitalistas”, sendo portanto dependente da existência daquela classe.

¹³⁵ O autor realiza, inclusive, crítica direta aos teóricos do “novo rural”: “As pluriatividades estariam agora na agenda do dia e, assim, a produção agrícola estaria irremediavelmente em segundo plano. Estes intelectuais afirmam, com apoio de parte da mídia brasileira, que o campo se urbanizou e não há mais sentido falar em rural. A onda agora é o ‘novo rural brasileiro’, o ‘rururbano’.” (A. OLIVEIRA, 2013, p.104). A “agenda”, para A. Oliveira (2013), tentaria obscurecer a existência de camponeses no campo, com o intuito de propagandear um Brasil considerado por eles como “moderno”.

¹³⁶ Este processo na Inglaterra foi responsável por fazer a passagem do feudalismo para o capitalismo, expropriando servos e transformando-os em trabalhadores expropriados dos meios de produção.

Para tanto, o autor tem por tese que há duas formas de expansão do capital¹³⁷: a *monopolização do território* e a *territorialização do capital*. Esta seria responsável por realizar a expropriação do camponês em seus termos, por assim dizer, “clássicos”: o capital se apropria diretamente da terra e se utiliza do trabalho assalariado para se reproduzir. Já a *monopolização do território*, abriria espaço para que a produção camponesa se desenvolvesse, dado que tem por pressuposto não a expropriação da terra, mas sim a subordinação da renda da terra camponesa ao capital:

“O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo). Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital.” (2005, p.478)¹³⁸

E aqui é importante a pergunta: por parte do agricultor, qual seria a diferença entre vender sua força de trabalho como assalariado (e, portanto, não receber pela produção da mais-valia, mas apenas por uma parcela de seu trabalho) e vender a produção realizada por sua família, mobilizando esta? Para A. Oliveira, a segunda opção seria positiva, uma vez que não seria o trabalho familiar subsumido ao capital, que seguiria “não especificamente capitalista”, mas somente a renda da terra transformando-se na circulação, “subordinando consequentemente a produção à circulação”:

“Neste caso, quando [o capital] submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista.” (2007, p.32)

Quanto a esta formulação, no segundo capítulo de nossa dissertação, já a problematizamos questionando como o autor entenderia, portanto, a produção de mercadorias. Acrescentaríamos apenas a questão: se para A. Oliveira (2007, 2013) o capital necessitaria do trabalho camponês para se produzir, por sua parte, por que se colocaria o camponês a produzir o capital para o capitalista?

¹³⁷ Para tanto, utilizaremos também o texto do autor: “Agricultura Brasileira – Transformações Recentes” publicado em 2005.

¹³⁸ Exemplos desse processo são: a parceria para renovação do pasto, em que o fazendeiro arrenda a área degradada a um “camponês”, que depois deverá devolver a propriedade com o capim renovado; ou os contratos para produção de aves para grandes empresas, no qual o camponês mantém a terra, cria de acordo com as determinações da empresa, e vende a ela a ave; entre outros (A. OLIVEIRA, 2013).

Obviamente, em termos de reprodução concreta, como observamos no Vale do Ribeira/SP, o que teoricamente questionamos, quando nos voltamos ao cotidiano dessas comunidades (isto é, o fato de “sofrerem” o processo de *territorialização do capital* ou de *monopolização do território*), modifica por completo seu cotidiano: ter ainda acesso a terra, mesmo que, como argumentamos, terem igualmente seu trabalho explorado, é diferente do processo de expropriação sofrido por tantos outros que perderam completamente o acesso a terra. É nestes termos que, apesar das críticas feitas a Ariovaldo U. de Oliveira, defendemos que seu trabalho tenha ainda tamanha relevância, uma vez que ao defender a “classe camponesa”, tem por pressuposto combater o processo de grilagem e especulação com a terra.

Voltando, porém, aos nossos questionamentos, por parte do capitalista, por que este escolheria por uma ou outra forma de reprodução? Isto é: por que ora se apropriaria diretamente da terra, ora seria a este mais vantajoso submeter o trabalho “camponês”? Tal “decisão”¹³⁹ é explicada por A. Oliveira de forma, nos parece, etapista: enquanto “o processo de produção de capital, se faz através da relação não capitalista. Uma vez acumulado, esse capital poderá, numa próxima etapa do processo de produção, ser destinado à contratação de boias-frias” (2013, p.56). E, em outros momentos, como consequência de um processo *contraditório*: “a expansão do trabalho assalariado tem trazido consigo a expansão do trabalho familiar. Isso não ocorre porque o trabalho familiar é funcional ou complementar ao assalariado, mas porque são contradições internas do capital que os geram” (2013, p.63). Uma “contradição”, porém, que se põe externa: não é intrínseca ao capital, uma vez que salvaguarda momentos “especificamente não capitalistas”, que se reproduziriam internamente por lógicas próprias/“camponesas”.

E se nos perguntamos quanto à “decisão” do capitalista, por parte do camponês, por que precisaria este se reproduzir através da relação com o capital se não se reproduz capitalistamente ou (que é o mesmo que falar) ampliadamente? Em outras palavras, o que temos em mente é: como produzir nos termos exigidos pelo capital (mercadoria composta de valor, isto é, de exploração de trabalho) sem, no entanto, explorar trabalho, visto que o que diferencia o trabalho assalariado do trabalho camponês para A. Oliveira é a criação da mais-valia? Isto é, se para o autor, o capital quando em relação ao trabalho camponês não se

¹³⁹ Colocamos o termo decisão entre aspas, fazendo referência a crítica já formulada em nossa pesquisa quanto à compreensão fetichista de que ao sujeito é possível a escolha, mas que, pelo contrário, defendemos que este é submetido à lógica do capital.

apropriaria do mais-trabalho, mas sim da renda da terra (OLIVEIRA, A., 2007), qual é o pressuposto para a formação da renda da terra?

Para tanto, voltamos à formulação de Marx quanto ao processo de autonomização: o que significa dizer que a renda da terra, quando proveniente de relação “não especificamente capitalista”, não proveria da exploração do trabalho? A crítica elaborada por Marx, desta forma, recai à formulação de A. Oliveira: “capital – lucro (ganho empresarial mais juros), terra – renda fundiária, trabalho – salário: essa é a fórmula trinitária que compreende todos os segredos do processo de produção social.” (1985, vol. III, t.2, p.269). E quais seriam os segredos? Que apesar de aparecerem (juros, renda e salário) provenientes dessas “esferas totalmente díspares”, são em realidade todos frutos da mobilização do trabalho, da relação entre trabalho pago e não-pago. Sendo assim, como defender uma “renda da terra” camponesa, que é apropriada pelo capital, mas que não é produzida pela exploração de trabalho algum?

E, finalmente, por que o capital ainda criaria e recriaria o “camponês”? Por que já não estariam todos expropriados? Sabemos que A. Oliveira (2007) responderia a esta questão recorrendo ao *desenvolvimento desigual e combinado*, por nossa vez, tendo o já exposto, o Vale do Ribeira/SP como exemplo e o processo de *territorialização do capital* como pressuposto (nos termos de Heidemann *et al*, 2014, e não nos de A. Oliveira, 2013), a questão se apresenta em outros termos: por que o capital teria se apropriado diretamente da terra e do trabalho alheio para a produção de banana e gado, e mobilizado trabalho dos agricultores através do Pronaf para a produção de pupunha?

Isto é, ressaltamos mais uma vez, que sugerimos que em ambos os casos há tanto formação do trabalho como sua exploração em termos especificamente capitalistas. Para nós, apesar das formulações de A. Oliveira (2007 e 2013) apontarem para uma importante diferença no cotidiano dessas famílias, estas porém não dizem respeito a serem ou não sujeitadas ao capital, mas sim, a formas de mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977).

Assim, temos por hipótese, com base em Roswitha Scholz (em texto intitulado “Cristovão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do ‘Colapso da modernização’”, 2016), que a contradição seja constituída não pelo par: “relações capitalistas” e “não especificamente capitalistas” (“camponesas”); mas sim entre acumulação e crise, não de maneira externa (isto é, com momentos de acumulação seguidos por crises), mas sim de uma acumulação crítica (como iremos melhor apresentar no item “Capital fictício e reprodução social” deste capítulo).

Vale lembrar, antes de mais, que para a autora há uma mudança qualitativa no modo como o capital se reproduz após a crise do fordismo (de meados dos anos 1970). Anteriormente nos referimos a este processo ao discutir a ascensão das “sub-identidades”, porém não explicitamos a qual mudança a autora fazia referência, esta será agora nosso foco, visto ser pressuposto “divisor de águas” entre teóricos como A. de Oliveira (2007 e 2013) e Bernini (2015) por um lado, e Scholz (2004 e 2016) por outro.

Trata-se para Scholz (2004 e 2016), inclusive, de uma “diferença decisiva”: de um momento em que se tem no horizonte ainda a possibilidade de uma crescente valorização do valor (através da exploração do trabalho), dado os ainda relativamente baixos níveis de produtividade; para um momento seguinte, em que o que se põe é o desmobilizar da força de trabalho, “porque o capital mundial, no nível atingido no standard de produtividade e rentabilidade, já não é capaz de uma reabsorção alargada de capacidades produtivas na forma de trabalho abstrato” (KURZ, 2014, *apud* SCHOLZ, 2016).

Em outras palavras, trata-se de um processo em que o que está em questão não é mais a incorporação de mais trabalho ao processo produtivo, mas sim sua expulsão dado o aumento da composição orgânica do capital. E, desta forma, o processo se revela crítico: ao mesmo tempo em que para produzir o valor precisa o capital mobilizar trabalho; simultaneamente, dado os altos índices de produtividade, ele passa gradativamente a expulsar de si o único que realmente produz valor, sua substância, o trabalho. Não estamos aqui, porém, a defender o retorno do trabalho ao produtivo, que já muitas vezes criticamos como forma de exploração, mas sim a explicitar o que concordamos que seja (com base em Scholz, 2004 e 2016) um momento qualitativamente diferente do *boom* fordista (pós Segunda Guerra Mundial – meados dos anos 1970), em que sobra aos sujeitos a luta para não serem “supérfluos” (SCHOLZ, 2016), e desta forma são crescentemente mobilizados.

Assim, quando apresentávamos o processo de financeirização pelo trabalho de Bernini (2015), advogávamos por uma diferença fundamental entre o como esta o entendia, e como o compreendia Scholz (2004): para aquela, a capacidade de a exploração do trabalho valorizar o valor se apresentaria como um movimento *ad perpetuam* (tendo por base a teoria de David Harvey, 2014, quanto ao “ajuste espacial” e a “acumulação por espoliação”) e a financeirização seria apenas mais uma forma de sua expansão; enquanto que para Scholz (2004 e 2016) há um processo de *dessubstancialização* do momento de valorização do valor e a flexibilização vem a explicitar este (não por acaso o título de seu trabalho diz respeito a um

questionamento quanto à possibilidade de uma acumulação perpétua – “Cristovão Colombo forever?”, 2016).

Desta forma, pensamos a questão na perspectiva de Scholz (2004 e 2016), já que este processo permite ligar o fenômeno particular à totalidade e problematizar a dessubstancialização não como fenômeno local, mas como impossibilidade de reprodução das relações de produção remunerando os fatores autonomizados de produção como mostramos acima. Trata-se de uma interpretação que não se restringe a identificar como as condições de reprodução exigem, na relação com o trabalho, uma aparência fenomênica de superexploração, mas que explicita a própria crise do trabalho e a atual incapacidade capitalista de valorização do valor.

Temos por hipótese, portanto, que o modo como o capital hoje mobiliza o trabalho dos agricultores quilombolas do Vale do Ribeira não seja um processo de *monopolização do território* (OLIVEIRA, A., 2005 – que tem por pressuposto a apropriação da renda camponesa pelo capital), mas da gestão da crise decorrente do próprio processo de reprodução ampliada do capital após o fordismo. Aqui, porém, se acreditamos que fechamos algumas questões que havíamos levantado (nos referimos às diferenças quanto a formulação de Scholz, 2004 e 2016, e Bernini, 2015), deixaremos por ora a hipótese quanto a este novo momento da reprodução do capital, e sua gestão da crise, em aberto.

Ressaltamos, porém, que nosso objetivo central não foi o de deslegitimar as linhas teóricas apresentadas, mas explicitar as diferentes concepções acerca de um mesmo processo, o de valorização do valor, que não resultam de uma reflexão “incorreta”, mas nos apontam sobre determinadas particularidades. Graziano da Silva (1997), por exemplo, ao defender a concepção de um “novo rural”, nos auxilia a compreender, em partes, o processo que se dá com as famílias do Vale do Ribeira/SP que adquiriram o Pronaf, porém o entende de forma positiva e não *contraditória* (nos termos de Scholz, 2016). Por sua vez, A. Oliveira (2007 e 2013) nos apresenta as particularidades com que se reproduzem os pequenos agricultores (os “camponeses”, em suas palavras), porém discordamos que possam ser entendidos como momentos “especificamente não capitalistas” e constituintes de “uma espécie de acumulação primitiva permanente”.

Dadas as devidas considerações, acreditamos que seja pressuposto para o “sucesso” do DRS-pupunha a exploração do trabalho “familiar” do agricultor “pluriativo” (e não a contratação de camaradas), como também a crença de que haja um trabalho passível de se pôr como “produtivo” (que valoriza o valor) porém que, para tanto, não é remunerado.

Por fim, e voltando à análise dos projetos técnicos, estes nos revelam um último ponto, que muito nos interessa: o como o formulador do plano entende seu “fracasso”. Ou melhor, o fracasso do agricultor, pois o adjetivo dificilmente recai sobre o projeto.

Para além do discutido, a culpabilidade é colocada ao agricultor através de diversos “pequenos” exemplos e explicações. Primeiramente, o técnico o faz elencando o agricultor exemplo, no caso seu Chico, da comunidade de Pedro Cubas. Este fez parte das liberações do primeiro financiamento, e seu nome não falta na boca dos técnicos agrícolas, do ex-prefeito Elói Fouquet e até mesmo na de Mário, funcionário da empresa de mudas (MMMudas). Fomos, desta forma, à Pedro Cubas, mas não conseguimos falar com seu Chico¹⁴⁰, mas apenas com Jussara, que fez parte do grupo de aval com aquele e que atualmente está inadimplente com o banco.

Vale destacar que, ao que tudo indica, foi este o grupo formado na prefeitura de Elói responsável por “convencer” o banco. Apesar de este ter-nos dito que para este projeto (realizado em conjunto com a Fundesvar, no qual cada agricultor recebeu R\$10.000 de crédito), não teria exigido a formação dos grupos de aval, o que Jussara e seu marido Plínio nos contam diverge, tanto no que diz respeito ao aval, como quanto ao “sucesso” do projeto:

Cecília – Você foi uma das primeiras a plantar pupunha aqui?

Jussara – Nessa parte pra cá foi. Eu mais umas colegas minha. Uma chama Amada, outra Elzir, seu Chico, Aldo, seu José, Eliana, Mário. Éramos em oito.

Cecília – E por que vocês começaram a plantar pupunha?

Jussara – Elói que abriu o serviço aí pra nós, que ele arrendou do dono que era ali, que a terra estava sem usar. Daí o Zé conversou lá com ele e ele abriu o serviço. Pra nos ir trabalhando. Daí nos plantávamos semente de pepino. Primeiro foi o meu marido que entrou, depois ele saiu e eu entrei. Plantaram mandiocal, foi plantado feijão, milho. Daí depois disso, Elói ofereceu que se nos quiséssemos plantar pupunha era pra ir lá conversar pra fazer empréstimo pra plantar pupunha.

Cecília – Então primeiro o Elói arrendou essa terra?

Jussara – Isso, o Elói que arrendou pra nós.

Cecília – Daí que vocês plantaram o pepino...

Jussara – Foi.

Cecília – E essa primeira produção de pepino, milho, mandiocal, vocês mesmos que plantavam? Não tinha gente de fora?

Jussara – Não, só gente do grupo mesmo.

Cecília – Só esse grupo de oito?

¹⁴⁰ Após três tentativas, não o encontramos na comunidade, apenas uma vez passando de carro, quando marcamos uma conversa em sua casa, mas ele não apareceu.

Jussara – Não, quando entrou não era oito, era mais. Parece que era dezenove pessoas. Mas a turma foi saindo. Daí foi ficando só oito pessoas.

Cecília – Mas por que essas pessoas foram saindo?

Jussara – Saíram porque pra trabalhar ali nos tinha que pagar a diária, pois nos era em grupo, se um não fosse uma semana, daí tinha que levar um camarada ou então pagar a diária. Daí todo mundo trabalhava fora pra ganhar a comida então foi saindo um, foi saindo outro.

Cecília – Daí como trabalhavam fora, tinha que pagar a diária então acabava ficando caro?

Jussara – É, e nós não podia pagar, porque não tinha com que pagar.

Cecília – E por que mudou do pepino, mandioca... para o pupunha?

Jussara – Porque o pupunha pra nós era mais fácil, porque essas coisas miúda, o feijão, o pepino, não dava pra passar na balsa, porque o rio enche a ribeira, aí nos larguemos de plantar essas coisas porque nos perdemos muito pepino na roça. Nós perdia, porque o pepino se você colher hoje, todo dia você tem que colher, e você colhe e já tem que levar. Daí tinha vezes que não dava pra passar lá pela ribeira. Daí não deixamos pra plantar a pupunha.

Cecília – Daí foi com o pupunha a primeira vez que vocês pegaram crédito?

Jussara – Foi.

Cecília – Se lembra o ano?

Jussara – Eu não, eu não marco nada. Só quem marca é aquela mulher que vem trabalhar aqui comigo. Até palmito que eu tiro aqui eu não marco quanto que saiu.

Cecília – E por que vocês plantaram pupunha?

Jussara – Porque ele rende mais dinheiro pra gente. E se fosse terra própria da gente mesmo era mais bom, mas como é arrendada.

Cecília – E até hoje é terra arrendada?

Jussara – É.

Cecília – E hoje quem é que paga o arrendamento?

Jussara – É nós que paga.

Cecília – Por que antes era a prefeitura, o Elói?

Jussara – É, mas hoje quando nós tira o palmito lá, o total, nós tira um pra ele.

Cecília – E paga pra quem?

Jussara – Pro dono da terra, que mora em São Paulo.

Cecília – A terra é de um cara de São Paulo?

Jussara – É. Mas quando corta o palmito. Não sai assim. Demora, acho que é o modo da gente cuidá.

[...]

Cecília – E, voltando pro empréstimo, você lembra quantas mudas eram?

Jussara – Acho que era 10.000.

Cecília – E ganhava o cal, o adubo?

Jussara – Veio tudo coisado, a muda, o adubo, o calcário e a bomba pra bater o veneno. Veio tudo incluso no empréstimo.

Cecília – E depois pra pagar esse empréstimo, como foi?

Jussara – Primeiro pagava aqui em Eldorado, depois passamos a depositar lá em Jacupiranga.

Cecília – Aqui vocês tinham que pagar tanto o empréstimo, como o arrendamento. Sobrava alguma coisa pra vocês?

Jussara – Que nos tirávamos, nós ia guardando de pouquinho em pouquinho.

Cecília – E o arrendamento?

Jussara – Só pagava pra ele quando tirava o pupunha, se não tirava nós não podia dar.

Plínio – Aqui eles não terminaram de pagar.

Voltando ao seu Chico (o “exemplo” de agricultor), apresentamos rapidamente o trabalho de Regina Bruno (socióloga e professora do CPDA - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ), que defende, em artigo de 2016 (“Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil”), um olhar crítico aos discursos que chama de “dominantes”, quanto às categorizações feitas aos agricultores. A autora exemplifica (p.142):

“o agricultor familiar ‘vocacionado’ reafirma a exclusão do agricultor familiar ‘sem condição’. A promessa de crédito facilitado e de acesso ao mercado para os ‘empreendedores familiares’ aprofunda diferenças com os agricultores familiares voltados para a produção de subsistência. Ser ‘ordeiro’ e ‘consciente’ como atributos da postura competitiva exclui os agricultores familiares mobilizados na luta por direitos e por isso considerados ‘desordeiros’”

Bruno (2016) realiza, a partir desse ponto de vista, um “histórico” das definições dadas aos pequenos agricultores, separando em três momentos: um primeiro denominado de “o tempo da agricultura moderna”, em que os principais grupos seriam o “moderno empresário rural, o agricultor familiar ‘integrado’ e ‘vocacionado’ e os agricultores familiares ‘sem condição’”; um segundo, “tempo da agroindústria”, em que seriam os agricultores divididos em “empresarial de mercado”, “agricultor familiar orientado pela lógica da empresa-família e o agricultor familiar ‘marginal’”; e por fim um terceiro, o “tempo do agronegócio”, em que o discurso resume em dois grupos, o “agronegócio” e o “empreendedor rural”.

A. de Oliveira (2013), em sua defesa pela “classe camponesa”, já nos alertava para os discursos que acabam por apagar a existência deste grupo (como citamos na nota de rodapé 135). O que Bruno (2016) traz de novo é a explícita relação entre o que aparecia como defesa do pequeno agricultor – a busca pela “vocação” da região – e como esta, em realidade, se ancora em discursos de identidades e, conseqüentemente, de defesa do modelo de agricultor,

que, ao que nos parece no caso do Vale do Ribeira/SP, só possui um “exemplar”: seu Chico, ou seja, é uma exceção.

Com base em Bruno (2016), também acreditamos que não tenha sido por acaso que, em 1995, o programa de fornecimento de crédito aos pequenos agricultores tenha deixado de ser o Programa de Valorização da **Pequena Produção** Rural (PROVAPE), e passado a ser o Programa Nacional de Fortalecimento da **Agricultura Familiar** (PRONAF) (BIANCHINI, 2015). O termo “**familiar**” (como já discutimos ao abordar a elaboração dos projetos técnicos) é prerrogativa para que minimamente o fornecimento do crédito ocorra: para que a produção, gestada na intensa exploração da força de trabalho masculina, seja devidamente amparada pela reprodução, levada a cabo pela força de trabalho feminina, com ambos obtendo um “adiantamento” de R\$1.200 pelo trabalho de uma safra¹⁴¹.

Somado a esta passagem, do enquadramento de “pequeno agricultor” para “agricultor familiar” que, vale notar, em termos de política pública vem acompanhada de uma maior liberação de créditos pelo programa (em termos de contrato e montante de valor, como destaca Bianchini, 2015) (o que obviamente não acontece devido à mudança no termo utilizado para designá-los, mas sim, devido à uma nova política nacional e agrária¹⁴²), poderíamos questionar: não estaria essa passagem ligada diretamente à naturalização da família, como forma de garantir a “educação, tradição e costume” (MARX, 1984a, vol. I, t.2) dos agricultores? Acreditamos que sim, uma vez que a “família”, naturalizada como forma de reprodução, viria a garantir que o agricultor cumpra seu papel como devedor, sendo visto como imoral o inadimplente. E desta forma, não precisariam mais as relações capitalista, na maior parte do tempo, se utilizar de violência explícita (extra-econômica) para se reproduzir, mas sim recorrer à família (somada à escola – como discutimos no segundo capítulo – com a vinda do professor às comunidades), que garante a formação de sujeitos pacificados à busca por serem mobilizados (TOLEDO, 2008).

¹⁴¹ Leonildo Servolo de Medeiros (2017, p.361) também integrante do CPDA, por sua vez, argumenta que “a construção da identidade da agricultura familiar corresponde a uma tentativa de se libertar da pecha de atrasado, imperfeito e incompleto que a noção de pequena produção carregava e produzir sua ressignificação positivada, como produtora de alimentos, moderna, eficiente, sustentável etc. Ressalta também o agricultor como cidadão, não apenas produtor.” Não iremos aqui desenvolver nossa crítica a esta formulação, mas não podemos deixar de salientar que ela nos incomoda, por ter por finalidade a afirmação de uma identidade que, como vimos, é fundamento para justificar a mobilização desses sujeitos.

¹⁴² Aqui fazemos referência à política adotada a partir do primeiro mandato de “Lula” (2003-2006), o que não deve ser justificado apenas pela presença desse no governo, mas principalmente, pelo contexto de reprodução do capital global. Isto é, a maior liberação de crédito Pronaf só pôde ocorrer dado o processo de financeirização que vem a subsidiar não apenas os “agricultores familiares” como também, e majoritariamente, os grandes produtores de *commodities* (PITTA, 2011).

O segundo ponto que gostaríamos de discutir, em relação aos mecanismos de “culpabilização do agricultor”, é o apresentado pelo ex-prefeito Elói, quando indagado sobre a inadimplência no município de Eldorado: “Tem muitas pessoas que se enrolaram pois não conduziram bem a roça, não plantaram como era para plantar.... mas quem cuidou bem da roça, pagou certinho. E tem gente que já pagou e já renovou. Mas tem muita gente que se enrolou.”

Tercides (técnico da Sec. da Agricultura de Eldorado) foi o único com que conversamos que não responsabilizou apenas uma aplicação “incorreta” do projeto, como justificativa para o alto índice de inadimplência, mas estabeleceu relações com o contexto nacional que afetaram as fábricas que, consequentemente, atrasaram os pagamentos dos agricultores (hoje já é de praxe levarem até 90 dias para fazê-lo), complicando a “contabilidade” desses últimos (vale lembrar que Elói, além de ex-prefeito de Eldorado, é desde 2012, junto de seu filho, dono da fábrica de Palmito Neth Conservas Ltda, localizada em Eldorado). Mas, de modo geral, como fica explícito na leitura dos projetos, o plano é posto como praticamente infalível. E, finalmente, Elói conclui: a inadimplência dos agricultores só ocorreu ao final de seu mandato:

Elói – Teve inadimplência no pupunha depois que eu saí, mas enquanto eu estava lá eu controlava até quem ia plantar, pois às vezes não deixava liberar dinheiro quando a terra era imprópria. E depois que eu saí de prefeito, muitas pessoas pegaram dinheiro e não tiveram sucesso. Tiveram muitos que venderam as mudas, o adubo, isso porque não teve uma fiscalização.

Isto é, para o ex-prefeito de Eldorado, a inadimplência é caso de falta de fiscalização, de polícia. Mas devemos lembrá-lo: o projeto garantia um certo “tipo” de policiamento, sucateado, é verdade, pois realizado gratuitamente pelos produtores *graças* ao aval solidário.

Voltando aos técnicos, estes ainda poderiam exclamar que (e sem apresentarem nenhum incômodo com o fato da exploração do trabalho “familiar”) o “superávit” apesar de pequeno é possível. Mas, o que significa dizer que, ao final do processo, considerando que a mercadoria foi realizada (comprada pela fábrica de Elói, por exemplo), o sujeito conseguiu obter um “superávit”?

O que os técnicos têm em mente, é que o agricultor conseguiu vender o seu produto por um preço que pagou seus custos (nos termos apresentados no projeto – sem considerar a exploração do trabalho), reproduziu sua família (“manutenção familiar”) e custeou um novo ciclo da sua produção (nomeado como “custeio”). Mas valeria questionar: como calculam a quantidade necessária à reprodução do agricultor e de sua produção? Em outras palavras, o

que está sendo levado em conta pelos técnicos e seus cálculos de “superávit”, que garantiria o “sucesso do empreendimento”? E por que o agricultor se encontra, ao final do processo, inadimplente?

Primeiramente, arriscaríamos defender que a definição dos valores utilizados nos projetos analisados são quase que especulativos/aleatórios: são “investimentos propostos” que divergem entre os projetos; valores com grande variação de um ano para o outro (como se observa no projeto “C”, no item “outras despesas” – em que em um ano há o valor de R\$356 e nos seguintes este pula para R\$4.634 –, ou no “outras rendas” – caindo de R\$19.500 para R\$1.950, acreditamos que por um erro de digitação); ou ainda, ponto que não mencionamos quando analisávamos os projetos, o valor da muda de pupunha, que parece variar mais como meio para atingir o teto do crédito, do que exatamente por terem sido cotadas pelos técnicos (o projeto “A”, que diz respeito a um crédito de R\$ 2.498, tem o valor da muda de pupunha em R\$2,00 que, multiplicado pelos 1.250 pés sugeridos, indo contra as leis da matemática, resulta não no valor de R\$2.500, mas sim no valor do crédito, R\$2.498. Já no projeto “B”, a muda está em R\$1,50 o pé, que multiplicado pelas 2.666 mudas propostas, somada ao investimento também em maracujá – 360 pés à R\$5,50 cada – chega ao curioso valor de R\$5.998,90).

Quanto aos agricultores, estes têm em mente a promessa de que conseguirão os R\$4,00 por haste de pupunha, atingidos porém apenas no início do programa (entre, aproximadamente, 2008 e 2012) quando os pagamentos realizados pelas fábricas ainda não eram por produção e muito menos a prazo, como são hoje. Como explicita o agricultor Valério:

Valério – Tem muitos de nós que estão sem condição para pagar, um dos motivos é o muito **baixo preço do palmito**, que não dá para comer, quanto mais para cuidar da roça para desenvolver um projeto para terminar de pagar o projeto. Outro também é que já teve **fábricas que pegaram o palmito e que estão devendo** até hoje, um dinheiro que a gente estava contando para pagar o banco, mas não chegou na mão da gente, então virou uma bola de neve. Então não cuidamos direito da roça, e a parte que cuidamos não foi suficiente para pagar o banco.

Desta forma, o que temos em mente é um movimento duplo, em que tanto o juro deve ser discutido (sua influência nos ganhos do agricultor); quanto os ganhos em si, ou seja, como se determina a quantidade mínima necessária para a reprodução, isto é, qual é o limite em que a ampliação da produção deve ser feita para garantir a reprodução da “família” quilombola.

Quanto aos ganhos, temos por hipótese, com base em Marx (1984a, vol. I, t.2), que não apenas em termos de “salário” não há de maneira alguma um limite mínimo necessário

que é estabelecido para garantir a reprodução dos sujeitos, como também, se considerados os agricultores como capitalistas, um lucro mínimo que garanta que a reprodução de suas produções ocorra de forma ampliada.

Isto porque, quando salário, este tem como limite não a reprodução do trabalhador (a satisfação de suas necessidades), mas sim a garantia que através de sua exploração, parte de seu trabalho não seja pago (caso contrário, sua mercadoria – a força de trabalho – simplesmente não seria consumida).

Agora, quando nos voltamos ao lucro, ao viés do capitalista, caso esse queira conservar seu capital é necessário que a reprodução se dê ampliadamente. Isto porque, a acumulação é posta a ele como determinação frente à concorrência: “obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva” (MARX, 1984a, vol. I, t.2, p.172).

O contrato financeiro

Ao final do item anterior problematizamos os lucros/**ganhos** do “quilombola”, visto este seja como um trabalhador de seu próprio “empreendimento”, seja como capitalista, dono dos meios de produção. Pretendemos agora nos focar nos **custos** (“despesas” nos termos dos técnicos), que, por sua vez, são balizados pelo desenvolvimento da relação de exploração (gasto com salários/camaradas), da reprodução da família do agricultor quilombola, do reinvestimento na produção e, finalmente, dos juros do crédito, um dos últimos pontos que nos falta apresentar quanto ao crédito Pronaf.

Quanto a este, no caso do Pronaf, há duas “pontas” que nos interessam, uma diz respeito à relação entre os **recursos financeiros** destinados ao programa em cada ano-safra, disponibilizada ao agricultor através da mediação do Banco do Brasil, remunerados graças ao subsídio dado pelo Estado. E outra, quanto ao **pagamento dos juros pelo beneficiário** do programa: como os juros do Pronaf se realizam através do pagamento feito pelo agricultor (tendo por base o que já discutimos acerca do juro ser, para este, contabilizado como custo).

Para tanto, se nos últimos itens desse capítulo expusemos como o Pronaf “chega” ao agricultor (o papel dos técnicos desde a propagação da “promessa”, à formação dos grupos de aval e elaboração do projeto técnico) e seus mecanismos gerais (divisão nos grupos/DAPs e condições de pagamento específicas), aqui apresentaremos a intermediação burocrática

necessária para a liberação do crédito pelo BB ao agricultor (o contrato do crédito), para então desdobrarmos as “pontas” que elencamos acima.

O contrato elaborado pelo BB (intitulado “Nota de Crédito Rural”) está em nosso anexo “D”, e será apresentado e analisado assim como fizemos com os projetos técnicos. Salientamos, porém, que, diferentemente dos “projetos técnicos” obtidos junto às instituições responsáveis pela sua elaboração (ITESP e CATI), o contrato nos foi disponibilizado pelo agricultor quilombola Marcos, pois nenhuma das agências do BB visitadas (seja de Jacupiranga, Pariquera-Açu ou Registro) se disponibilizou a fornecê-lo. Quando solicitado, sempre nos respondiam que eram contratos personalizados a cada agricultor, o que, já a princípio, nos deixava com uma pulga atrás da orelha: se as condições do crédito, sendo parte de uma política pública (o Pronaf), são determinadas ano a ano pelo governo federal e divulgadas ao público em geral, como poderia um contrato ser diferente do outro? Insistimos diversas vezes, inclusive sugerindo que nos disponibilizassem um especificamente destinado aos grupos V/AF e B, que retirasse os dados pessoais do beneficiário (assim como fizeram os técnicos do ITESP e da CATI). Mas assim como as conversas eram de difícil desenrolar (como comentamos no item “O trabalho de campo”), o acesso aos dados era praticamente nulo.

Felizmente Marcos nos disponibilizou seu contrato, firmado em 28 de novembro de 2008, na agência do BB de Jacupiranga. Para apresentar o documento o separamos em quatro partes, uma primeira que diz respeito às **condições gerais do crédito** (p.1): o valor total do crédito (R\$17.800), a data limite para quitação de toda a dívida (15 de Junho de 2015) e a que se destina o empréstimo – “formação de lavoura de pupunha (palmito) plantio tradicional indeterminado”, que será realizado na área de “um inteiro e oitenta e cinco centésimos HA”. Sendo destacadas a “forma de pagamento”, mais adiante do contrato, como sendo em oito parcela(s) semestrais, com início em 15/12/2011 (p.2), e portanto, possuindo o agricultor três anos de carência.

A segunda parte diz respeito aos **“encargos financeiros”** (p.1), que em realidade é apenas um, a “incidência de juros à taxa efetiva de 2 (dois) pontos percentuais ao ano [...] calculados e debitados no primeiro dia de cada mês”. Taxa de juros que condiz com o apresentado no anuário de 2008 lançado pelo Banco Central (BACEN, 2008), para os casos de crédito para investimento do Pronaf entre R\$7.000 e R\$18.000. Em trecho mais à frente do contrato (p.2), o devedor ainda se obriga a pagar o IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários)

No que denominamos de terceira parte, encontram-se as condições quando “**inadimplemento**”, que não se resumem a apenas uma mudança na taxa de juros, mas que “em substituição aos encargos de normalidade pactuados” serão aplicados (p.2): “a) comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento”; “b) juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano”; “c) multa de 2% (dois por cento), calculado e exigível nas datas dos pagamentos, sobre os valores em atraso [...] [e] sobre o montante inadimplido” – a qual destaca-se que não é definida se os juros dessa multa serão referentes ao mês ou ao ano (!).

Ainda quanto à “substituição de encargos financeiros”, são elencados, como em separado dos outros três citados (pontos “a”, “b” e “c”), os seguintes (p.1-2): “I) o recálculo dos encargos financeiros será efetuado com base na [...] Taxa SELIC¹⁴³ [...] ou outra que venha a substituí-la”; “II) sobre o valor assim apurado incidirá, ainda, a sobretaxa de 2,5% [...] ao mês”; “III) os encargos [...] serão calculados pelo critério de dias úteis e exigidos nos pagamentos parciais e na liquidação da obrigação.” Atrasada qualquer uma das parcelas “imputa-se ao pagamento do débito o valor recebido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo” (p.2).

Por fim, em letras de forma, “**o descumprimento das normas do crédito rural [...] poderá [...] acarretar cumulativamente**”: “A) minha (nossa) interpelação formal acerca das irregularidades verificadas”; “B) a desclassificação e a exclusão do financiamento do crédito rural”; “C) Incidência de IOF com base em alíquota de operação não rural”. Assim como, na última página do documento, “fica o Banco do Brasil S.A. autorizado, a qualquer tempo, ceder, transferir, dar em penhor o crédito oriundo deste instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros”. Ficando apenas às últimas linhas do contrato a especificação de que se trata de um crédito proveniente de um programa do governo federal, o Pronaf.

Apresentado o contrato, vamos ao que entendemos de sua aplicação à reprodução dos agricultores. O primeiro ponto que nos chama a atenção é que, dada nossa não familiaridade com os termos do contrato, procuramos os agentes do BB para nos explicar quanto ao cálculo das parcelas quando pagamento em dia, assim como quando em atraso. Para ambos os casos,

¹⁴³ SELIC - Taxa Média Ajustada dos encargos financeiros será efetuado com base na Taxa Média Ajustada dos Financiamentos Diários no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

porém, a pergunta parecia referir-se a uma informação sigilosa, visto que sempre se recusavam a respondê-la. Apenas após muita insistência, conseguimos algumas informações quanto a este “cálculo”, porém divergentes entre si.

Assim, quanto aos “**encargos financeiros**” quando adimplente, para César (da agência do BB de Jacupiranga) o valor das parcelas nunca é igual, uma vez que os juros (no caso em questão de 2%a.a.), reincidiria a cada nova parcela sobre o total ainda por pagar. Resultando nas seguintes parcelas:

Tabela 2 – Cálculos dos encargos financeiros quando adimplente segundo agente César

Ano	1º ano de carência	2º ano de carência	3º ano de carência	4º ano do contrato (1ª e 2ª parcelas)		5º ano do contrato (3ª e 4ª parcelas)		6º ano do contrato (5ª e 6ª parcelas)		7º ano do contrato (7ª e 8ª parcelas)	
Saldo Devedor (R\$)	17.800,00	18.156,0	18.519,12	18.889,50	16.481,09	9.302,08	6.930,05	9.302,08	6.930,05	4.573,83	2.241,18
Juros¹ (2% a.a.) (R\$)	356,00	363,12	370,38	377,79	329,62	186,04	138,60	186,04	138,60	91,48	44,82
Parcelas semestrais (R\$)²	-	-	-	2.408,41	2.401,53	2.372,03	2.356,22	2.372,03	2.356,22	2.332,66	2.286,00

1 – Os juros, considerando que são anuais e o pagamento é realizado semestralmente, foram calculados sobre o dividendo e então divididos por dois.

2 – Haviam dois caminhos que poderíamos ter seguido (dada a indefinição de César), que resultam em valores diferentes: um primeiro em que o “saldo devedor” é dividido pelo número de parcelas ainda por pagar e então é somado ao juros do período; e um segundo, que foi o que usamos, no qual ao “saldo devedor” somamos os juros, para daí dividirmos pela quantidade de parcelas ainda por pagar.

Org.: Cecília Cruz Vecina

TOTAL PAGO: 18.934,33

Vale ressaltar que, diferente de Eduardo (da agência do BB de Pariquera-Açu) como iremos apresentar, César em nenhum momento realizou os seguintes cálculos para nós, apenas disse de forma evasiva o “procedimento geral”. Tal procedimento, para Eduardo, resultaria em parcelas fixas. Assim, se para o primeiro os juros recairiam sempre sobre o valor ainda por pagar, para Eduardo o cálculo da incidência dos juros sobre as parcelas é realizado sobre o valor total do empréstimo (no caso, considerado os mesmos 2%a.a. e o empréstimo de R\$17.800, corresponderia a R\$356), multiplicado pelos anos que correram a dívida (os três da carência mais os quatro de pagamentos semestrais, resultando num total de R\$2.492), somado ao valor do empréstimo e então dividido pelas oito parcelas. Assim, para Eduardo, cada parcela teria o valor de R\$2.536,5. E com isso, o empréstimo de R\$17.800 de Marcos, retornaria ao banco um total de R\$20.292. Ou seja, se o agricultor levar em consideração os cálculos de Eduardo pagará R\$1.357,67 a mais, do que se considerasse o de César.

Por sua vez Jaciel (gerente no BB de Registro) compreende também ao seu modo o cálculo das parcelas:

Jaciel – Divide 18mil por 6 [parcelas], vai dar 3mil mais os juros do período.

Cecília – Que não vai ser o anual de 2%, pois a parcela é semestral...

Jaciel – Vai ser daí 1%.

Cecília – Então os juros são sobre a parcela?

Jaciel – Não, os juros são sempre sobre os 18mil. Primeira parcela: 3mil mais os juros sobre os 18mil. Segunda parcela: 3mil mais os juros sobre os 15mil (o que sobrou). Na verdade, não é o composto, é ao contrário. E na verdade não é o quinze. Porque ele não vai pagar sobre os 18mil, os seis meses e sobre o 15mil, os seis meses na segunda parcela. A parcela vai caindo na verdade.

Cecília – Então na segunda parcela os juros recaem sobre o 15mil?

Jaciel – Vai ser exatamente 15mil.

A explicação de Jaciel sobre o cálculo das parcelas quando em dia termina aí. Pelo o que conseguimos apreender de sua explicação (e substituindo a quantidade de parcelas utilizada em seu exemplo, para a que estamos considerando, oito parcelas), acreditamos que este chega a um “misto” entre as explicações de César e de Eduardo. Pois, diferentemente de Eduardo, os juros não recaem sobre o valor total, para então serem multiplicados pelo número de parcelas, mas sim, os juros recaem a cada parcela sobre o saldo devedor; e, por sua vez, é também diferente da de César pois, para Jaciel, são apenas os juros que são calculados com base no saldo devedor, e não a parcela (que é definida ao início dos pagamentos, dividindo o total do empréstimo, pela quantidade de parcelas).

Desta forma, se entre os agentes bancários há divergências quanto ao cálculo das parcelas, por seu lado os agricultores com que conversamos tampouco sabiam a dinâmica das parcelas: parte nos dizia que as parcelas eram fixas, parte nos disseram que a cada ida ao banco pagavam um valor diferente (alguns, inclusive, que as parcelas aumentavam de valor, o que, consequentemente, não se assemelha à metodologia apresentado por nenhum dos agentes bancários entrevistados).

Vale destacar, antes de entrarmos nos encargos quando em “inadimplemento”, que há dois recursos utilizados pelos agricultores que não aparecem no contrato. O primeiro diz respeito à possibilidade de **prorrogação**, que se aplica aos casos em que o agricultor comprova, a partir de laudo técnico (realizados pelos funcionários do ITESP, da CATI ou da Sec. da Agricultura), que sua roça teve problemas de ordem “natural”. Este recurso pode ser requerido no máximo 60 dias antes de vencer a próxima parcela, e pode ser feito, segundo César (BB-Jacupiranga), até três vezes. Quando recebido pelo banco, este prorroga a parcela mais próxima a vencer para o final do cronograma de pagamento, reincidindo sobre esta novamente os juros (como nos explicou Eduardo – BB de Pariquera-Açu).

Jaciel (BB-Registro), por sua vez, quando questionado sobre o regulamento quanto à possibilidade de prorrogar, mais uma vez divergiu. Para ele, a quantidade de vezes que o agricultor pode prorrogar “depende da época. Quem sabe ele conseguiu prorrogar uma vez, uma segunda, mas depois não pode mais. Daí de repente o governo lançar que quem tinha dívida entre 2009 e 2010 pode prorrogar mais uma vez...”. O questionamos se, desta forma, as possibilidades de prorrogação não poderiam ser entendidas, em realidade, como “individualizadas”, ocorrendo em uma mesma comunidade prorrogações realizadas e cobradas de formas diferentes:

“Pode ser que sim, mas normalmente na região... Mas depende do laudo. Depende de um monte de coisa. Se ele perdeu 50% da produção, então esta pessoa tem condições de pagar uma parte, então eu não prorrogo tudo. Depende do laudo, da lei.... O Pronaf é muito complexo, porque é dinheiro do governo, e dinheiro do governo é complexo”.

Quanto à incidência dos juros sobre a parcela prorrogada, ele logo nos respondeu: “é muito complexo para você entender. Porque cada prorrogação vai ser de um jeito também”.

Apesar de termos relutado para aceitar que o mesmo programa federal (o Pronaf), poderia ser gerido por cada agência a seu modo, recaindo sobre o desenrolar da dívida o que chamaremos de “fator gerente”, este se revela central para definir o quanto o devedor pagará.

O segundo recurso ao qual o devedor pode recorrer é a **renegociação**. Aqui temos a explicação de César (da agência de Jacupiranga), obtida na reunião realizada junto à comunidade (em Maio de 2017):

César – Eu falei da prorrogação pois, depois da linha da prorrogação a única linha que dá é a **renegociação**. Tem duas possibilidades, você tem um saldo devedor lá, para você limpar seu nome com o Banco do Brasil é você quitando tudo, de uma vez só, daí você pode até ter um desconto, mas você não opera mais com o Banco do Brasil, você não consegue mais operar com o Banco do Brasil, mas é com desconto. Já com a renegociação você pode parcelar, daí você pode fazer o pagamento mensal, trimestral, semestral. Tentar adequar com aquilo que você recebe com o seu palmito. O interessante é perder essa vergonha. Você pode ter certeza que a intenção do banco é que vocês saldem essa dívida, para a gente voltar aqui em outras ocasiões para falar de novas linhas.

Neste momento, Helena (filha de um agricultor da comunidade) questionou:

Helena – Mas, se paga a vista, daí você não vai conseguir com mais nenhuma linha, nem Pronaf?

César – Isso, com o Banco do Brasil você não tem mais direito. Se você pagar tudo com desconto, o Banco do Brasil considera que você não pagou tudo, teve o desconto.

Isto é, o agricultor tem a possibilidade de obter um desconto, caso pague à vista, porém não poderá mais “trabalhar” com o BB (juntamente com os outros avalistas do grupo, como o funcionário explicaria adiante), desta forma, o que entendemos dessa “possibilidade” é que apenas “limpa” o nome do devedor na “praça”, tendo, como única possibilidade para o inadimplente, segundo César, o parcelamento da dívida. Para tanto, ele explica que o agricultor deve pagar ao menos 10% do saldo devedor e então realizar o acordo quanto às condições da “linha” (que deve ser assinado por todos participantes do grupo de aval do inadimplente). Novamente, voltamos à questão dos juros, sobre o qual questionamos novamente o agente: qual seu valor quando no caso da renegociação? César não titubeou: “a do contrato”. Mas qual, a quando adimplente, ou todas as multas e juros apresentados também no contrato quando inadimplente?

Cecília – César, eu rodei algumas agências da região, na de Registro, o gerente Jaciel me falou que na renegociação os juros não eram do contrato, era re combinado um novo juro...

A resposta do funcionário foi evasiva, nos prometendo que no dia seguinte nos passaria o valor correto por telefone. Curiosamente, no dia seguinte, a agência estava muito cheia para conversarmos. O que concluímos deste ponto é que: o interessante para o banco é que você obtenha a linha de renegociação, rendendo-lhe o recebimento do pagamento de mais juros.

O que, porém, encontra-se no Manual do Crédito Rural (MCR) (capítulo 18, “Renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural”, seção 7, “Operações no âmbito do Pronaf”, item 2-d-II) é que no caso das operações inadimplentes em novembro de 2011 (não há data mais recente no manual), deve-se pagar um mínimo de 3% do saldo devedor, e que os juros cobrados (segundo o item 2-f-I) serão de 6,75% a.a. “sem a incidência de multas”. Divergindo, portanto, tanto da fala de César, como dos encargos presentes no contrato (anexo “D”).

Mas, continuemos a análise do contrato. Quanto aos encargos quando inadimplente, apesar de César e Karina (BB-Jacupiranga) não fazerem referência especificamente às dificuldades que estes podem trazer ao agricultor, eles ressaltam:

Cecília – Enquanto a pessoa não vai ao banco para a renegociação, os juros que correm quando inadimplente são maiores quando da renegociação?

Karina – São bem maiores que os juros da renegociação.

Entretanto, se este dado realmente confere ou se foi uma estratégia utilizada na reunião junto à comunidade para levar os agricultores à agência para renegociar, não sabemos, mas os encargos listados no contrato não são poucos.

Chegamos assim nas “letras de forma” do contrato, as normas quando do descumprimento do contrato. A primeira delas (“interpelação formal”), acreditamos que diga respeito às cartas, recebidas pelos agricultores, quando algum dos membros do grupo de aval está inadimplente. Nesta, encontra-se, como relatado por alguns deles, o número de uma empresa terceirizada, responsável por estabelecer os termos da renegociação, firmados por telefone, como nos relatou a agricultora Paula (apesar de César ter afirmado que o contrato de renegociação só pode ser feito quando assinado na agência pelo interessado e pelos integrantes do grupo de aval).

O ponto “B” (“desclassificação e a exclusão do financiamento do crédito rural”) nos leva a crer que, se existe alguma regra seguida quando inadimplente, quem a diz corretamente é Jaciel (gerente do BB de Registro): “É caso a caso. Porque depois da prorrogação existe a renegociação do crédito rural. Dá para fazer. Daí vai para uma renegociação normal do banco, com outra taxa de juros”.

Soma-se ao ponto “B”, uma das observações finais do contrato: “fica o Banco do Brasil S.A. autorizado, a qualquer tempo, ceder, transferir, dar em penhor o crédito oriundo deste instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros” (grifo nosso). Na prática, o que vimos quanto a este ponto é bastante revelador: Paula e seu marido não apenas renegociaram a sua dívida através de uma terceirizada pelo telefone e não precisaram, em nenhum momento, ir à agência para assinar qualquer adendo ao contrato, como também descobriram que a dívida deles não estava mais com o Banco do Brasil.

Karina (gerente da agência de Jacupiranga) – Mas eu acho que nenhum dos casos aqui está na Ativos né? Ainda estão todas na agência. A gente não sabe quando o banco vai vender para esta empresa.

Cecília – O Jaciel [BB-Registro] falou que depois de um ano, a pessoa não aparecendo na agência nem para fazer prorrogação nem renegociação eles vendiam para a Ativos [S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros].

Karina – Não necessariamente. Não tem esse prazo.

Cecília – Qual é o prazo para a dívida inadimplente ser vendida para a Ativos?

Karina – Eu já vi gente indo com seis meses, e já vi gente indo com três anos. Não tem critério. Eu sei que de seis em seis meses tem a avaliação pelo sistema. Mas não tem prazo certo. Mas assim, o quanto antes ele for renegociar, melhor.

Isto é, não apenas as condições fogem completamente das determinadas pelo Pronaf, como a securitização da dívida pelo banco é possível e realizada sem tempo pré-determinado. Segundo Jaciél (BB-Registro):

Jaciél – Porque daí é como se não fosse mais Pronaf, o banco já pagou isso para o governo e já arcou com os custos.

Cecília – Essa Ativos é do banco?

Jaciél – Ela é do banco, ela é uma securitizadora do banco. O Banco tem ela e mais uma, que é uma perna dela.

Cecília – Como chama?

Jaciél – Não lembro. Mas vai tudo para ela, e depois ela repassa para a outra.

Cecília – Ela ainda pode vender para outra?

Jaciél – Não, ela não vende, ela só repassa. Na verdade, o banco não vende a dívida. O banco repassa a dívida para a securitizadora. A Ativos é só para voltar o ativo para o banco poder trabalhar. Então, se um dia a pessoa pagar para a Ativos, volta o ativo para o banco e retira a restrição dela aqui. É tipo uma empresa de cobrança.

Uma “empresa de cobrança”, porém, responsável por retirar do balanço contábil do Banco do Brasil as dívidas com risco H (alto risco – como nos relatou o funcionário Nelson – BB de Registro –, antes de nos “transferir” para seu gerente, Jaciél)¹⁴⁴, colocando na contabilidade desta como “custo”. Como podemos verificar no Relatório da Administração do Banco do Brasil S.A. referente ao exercício de 2016¹⁴⁵: “Houve a realização de resultados não realizados decorrentes de cessão de crédito de períodos anteriores do Bancos do Brasil para a Ativos S.A.” (p.18)¹⁴⁶.

Temos por hipótese, assim, que a Ativos S.A. se enquadraria no que Belluzzo (2009) denominou de “bancos sombras”. Segundo o autor, a formação desses permitiria que o balanço final da instituição financeira aparecesse como positivo ou sanado de “créditos podres”, permitindo a esta levar adiante novas rodadas de crédito:

¹⁴⁴ Segundo a Resolução 2682 do Bacen, de 21 de dezembro de 1999, para ser caracterizada como de risco “H” (o maior), o atraso deve ser superior a 180 dias (seis meses).

¹⁴⁵ Presente no capítulo “Patrimônio Líquido”, item “Consolidação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido”, no ponto “resultado não realizado”.

¹⁴⁶ Quanto à Ativos S.A., encontramos na “Publicação Ativos Gestão - Balanço do Exercício/2015” do Banco do Brasil S.A, a seguinte explicação sobre sua criação e função: “A Ativos S.A. – Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito (Ativos Gestão) é uma sociedade anônima de capital fechado controlado pela Ativos S.A. – Securitizadora de Crédito Financeiros (Ativos S.A.), constituída em 20.01.2011, tendo por objeto a prestação de serviços de gestão de cobrança extrajudicial e recuperação de crédito de qualquer natureza [...]. A Ativos Gestão iniciou suas atividades em 01.07.2015 a partir de contrato de prestação de serviços celebrado com o Banco do Brasil para operacionalização de parte do processo de liquidação e renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União – DAU.” (ATIVOS, 2015).

“A desregulamentação, como foi dito, facilitou o envolvimento dos bancos no financiamento de posições nos mercados de capitais e em operações ‘fora do balanço’ com derivativos. Essas relações entre bancos de depósito e instituições financeira não bancárias (os ‘bancos-sombras’) proporcionaram maior liquidez aos mercados securitizados e ensejaram elevado grau de ‘alavancagem’ dos fundos e bancos de investimento.” (BELLUZZO, 2009, p.25)

Hipótese esta que, dado o incômodo expressado por todos os funcionários do BB com quem conversamos, nos parece que mereceria um aprofundamento (que dado o tempo para a realização da pesquisa, não foi feito). Ficamos aqui com uma das últimas falas feitas por Jaciél:

Jaciél – Olha, mas eu acho que para a pesquisa de vocês deveriam parar na renegociação.

Cecília – Mas achamos interessante chegar até a Ativos.

Jaciél – Mas na verdade a dívida que é securitizada é na verdade de quem não fez bom uso do dinheiro. Normalmente quem quer renegociar, quem quer prorrogar, quem quer acertar a dívida vem antes de vencer a parcela.

Cecília – Mas o crédito para o grupo B bloqueou...

Jaciél – O B bloqueou porque, por causa do índice de inadimplência. Mas precisa ver se bloqueou a cidade ou agência... Mas eu ainda continuo achando que você não devia estudar a Ativos, pois são muitas regras.

Para além das “orientações” de Jaciél, e a fim de argumentarmos com este, nos referimos ao bloqueio aos créditos destinados ao grupo B (agricultores que não possuem renda para obterem os créditos de até R\$18.000, ou que não foram “alavancados” pela CATI). Linha esta que, ao invés de ser contabilizada como “em negociação” (como é o caso das prorrogadas, renegociada e, acreditamos, também as vendidas à securitizadoras), está desde 2015 bloqueada para as cidades de Eldorado, Sete Barras (localizada também no Vale do Ribeira/SP) e Avaí (distante 400km de nosso campo de estudo), como nos explicou Sidney (técnico do ITESP), dado o índice de inadimplência, determinado pela Portaria 19 (de 24 de setembro de 2009):

“**Art. 2º** [...] suspensão de novos contratos do Microcrédito em municípios em que 15% ou mais dos financiamentos deste grupo estiverem em atraso e forem registrados 50 ou mais contratos nesta condição. A retomada das operações de novos contratos do Microcrédito ocorre quando no município for registrada uma taxa de inadimplência com valor inferior a 15% (quinze por cento) ou um número inferior a 50 (cinquenta) contratos em atraso na linha no município.”

Porém, se no artigo lê-se claramente que é o município, e não a agência, que fica bloqueado, segundo Paulo (ex-funcionário do BB de Jacupiranga) a Portaria se realiza em outros termos:

Cecília – Quais são as cidades que esta agência atende?

Paulo – Iporanga, Eldorado, Jacupiranga, Sete Barras (mas eles têm a agência deles, até às vezes vêm por opção) e Cananéia durante um tempo também vinha para cá.

Cecília – E quais foram bloqueadas?

Paulo – Barra do Turvo e Eldorado.

Cecília – E Avaí?

Paulo – É mais longe daqui.

Cecília – Daí Jacupiranga e Iporanga ficam travadas também, por causa de Eldorado e Barra do Turvo?

Paulo – Sim.

Isto é, ao que parece, segundo o agente, não são apenas os residentes nos municípios que atingiram o índice de inadimplência que são bloqueados, mas a própria agência, que no caso, é responsável por atender grande parte das comunidades “quilombolas” do Vale do Ribeira/SP.

Assim, apesar de termos acompanhado diversos relatos de inadimplência, e inclusive os de Karina (gerente do BB de Jacupiranga) – que comentou na reunião com a comunidade que sua agência possuía “o índice mais alto de inadimplência de Pronaf, tanto é que para todo projeto novo, a gente tem que pedir autorização” e que confirmou o dito por Paulo, no caso do “Pronaf B não adianta nem chegar” – nos perguntamos: por que por um lado o grupo B tem a linha bloqueada e, por outro, os que obtêm maiores créditos, obtêm a possibilidade de renegociação?

Não temos uma resposta para a questão feita acima, apenas suspeitamos que tenha a ver com a origem dos recursos disponibilizados para cada grupo: enquanto para os créditos liberados para o grupo V/AF, são disponibilizados a cada ano-safra uma determinada fonte de recursos, o grupo B tem como origem apenas o Tesouro Nacional.

Mas antes de partimos para a apresentação e problematização quanto aos **recursos financeiros** destinados ao Pronaf, gostaríamos de discutir mais um ponto quanto, ao que chamamos, de **pagamento dos juros pelo beneficiário**, e aqui olharemos mais de perto o relato do “histórico do crédito” de Arnaldo e Neuza (da comunidade de São Pedro), que obtiveram em Janeiro de 2010 crédito para implantar a pupunha e, relembramos, foram um dos poucos agricultores “alavancados” que conhecemos que conseguiram quitar a dívida junto ao BB¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Além deles, somente conhecemos Carlos, irmão de Neuza, que quitou sua dívida. Para tanto, teve ajuda da aposentadoria de seu pai, Aroldo, porém, assim como sua irmã, também estava com o “nome sujo” no banco, visto que em seu grupo de aval ainda haviam inadimplentes.

Cecília – Como vocês ficaram sabendo do Pronaf?

Arnaldo – Foi o Elói, que sempre falava. Era antes o palmito real. Daí foi atrás de Marcos [agricultor da comunidade], que ele fuçava. [...] Foi ele que foi o primeiro a fuçar com esse negócio de empréstimo de banco aqui na comunidade.

Cecília – E foram quantas mudas?

Arnaldo – Foram dez mil mudas de pupunha, mas eu dividi com meu irmão.

Cecília – Foi um crédito de R\$17.800?

Arnaldo – É. Mas esse foi um palavreado nosso aqui. Pra eles lá é tudo meu. No banco é tudo meu. Daí deu certo. Mas na hora de pagar ele pagava tudo certo também.

Cecília – E por que vocês escolheram dividir com o seu irmão?

Arnaldo – Porque eu acordo mais cedo pra ir pra roça, e ele acorda tarde, daí ele não achou justo ele ir mais tarde e eu... em parte eu trabalhava mais. Daí ele achou melhor cada um cuidar do seu.

Cecília – Mas por que vocês não ficaram com as dez mil mudas só para vocês?

Arnaldo – Ah... porque na época nós dividimos. Porque eu não poderia fazer o do pupunha e do boi. Eu peguei da pupunha e ele do boi. Foi um acordo, foi trocado. Eu assinei da pupunha e ele do boi.

Cecília – E foi na mesma época?

Arnaldo – O do boi foi um pouquinho antes.

Cecília – O boi foram quantas cabeças?

Arnaldo – Oito.

Cecília – Também com o Pronaf? Foi quando esse daí?

Arnaldo – É, foi R\$8.000, oito cabeças. Dois anos de carência e a prestação era de três em três meses quando começou a pagar.

Cecília – Que era o tempo de vender o novilho?

Arnaldo – É. Ele de certa já tinha umas cabeças. Que na época era lá na minha irmã, hoje já não é mais. Ele já tinha um começo. Eu não tinha nada.

Cecília – Ele tinha quantas cabeças?

Arnaldo – Tinha umas seis cabeças.

Cecília – Era pra corte ou pra leite?

Arnaldo – A gente vende o bezerro só.

Cecília – Daí ele quis aumentar?

Arnaldo – Daí ele pegou mais oito com o Pronaf, e como eu tinha chegado aqui ele achou bom dividir¹⁴⁸.

Cecília – E esses seis ele conseguiu com a sua irmã?

Arnaldo – É, a minha irmã tinha comprado duas vacas do Ourias. Daí meu irmão ficou cuidando. Daquele tempo podia, a pessoa lá de fora ter criação aqui, no caso a minha irmã. Aquele tempo podia, hoje já não pode. Aí ele ficou

¹⁴⁸ Seu Arnaldo e Dona Neuza haviam migrado para Itimirim, para trabalhar como meeiros no cultivo de chuchu (assim como também foi a família de seu Inácio, pai de Zélia e Marcos). A obtenção do crédito para o pupunha e gado ocorreu quando de sua volta.

cuidando, foi nascendo os bezerrinhos, e foi assim que começou. Ele gostou de mexer com a criação.

Cecília – E o preço é bom?

Arnaldo – Ele é uma coisa boa pra se vender, não que seja um preço bom. Porque a procura é grande.

Cecília – E quem que compra?

Arnaldo – Pessoal de Eldorado. Eles comprem qualquer boi feinho, que lá eles põem no confinamento. Engorda. Compra feinho aqui e lá engorda.

Cecília – Então o crédito pro boi foram dois anos de carência, oito novilhas com R\$8.000?

Arnaldo – Isso.

Cecília – E de quanto eram as parcelas?

Arnaldo – Foram oito parcelas de mil reais.

Cecília – Então não tinha juros?

Arnaldo – É... eu sei que a gente pagava mil reais certinho.

Ainda apresentaremos mais um tanto dessa conversa com seu Arnaldo e dona Neuza, mas, por ora, gostaríamos de destacar apenas dois pontos: a ajuda da irmã de seu Arnaldo a seu irmão (Josué), deixando, em um primeiro momento, aos seus cuidados gado que havia comprado de Ourias, e depois cabendo a este os bezerros, vendidos para o “pessoal de Eldorado”¹⁴⁹; e junto a esta criação pré-existente, associou-se a realizada com os dois créditos Pronaf, para mais gado e para o pupunha (cada um no nome de um irmão, porém dividido entre eles). Quanto às parcelas, enquanto às referentes ao gado eram pagas de três em três meses (de acordo com seu Arnaldo em parcelas fixas e sem juros), as do pupunha são de seis em seis meses.

Desta forma, acreditamos que não apenas os ganhos obtidos com os diferentes “investimentos” ocorriam em momentos diferentes, como o intervalo entre os pagamentos das parcelas também, o que provavelmente contribuiu a cobrir os gastos com os juros. Somado à associação dos investimentos, acreditamos que, o fato de Josué ter seis cabeças de gado pretéritas, sem custo algum a nenhum dos dois irmãos, auxiliou um tanto no “sucesso” do projeto. Mas, somado a estes “pulos do gado” que os irmãos tiveram (da assim chamada associação dos créditos, somada a uma criação de gado já existente), o casal ainda relata mais alguns pontos que os auxiliaram na quitação do crédito:

¹⁴⁹ Aqui poderíamos inclusive dizer se tratar de uma relação de *monopolização do território* nos termos de A. de Oliveira, uma vez que caberia aqui ao “camponês” a criação dos bezerros, vendendo aos proprietários de Eldorado que engordam o animal para o corte.

Neuza – E oh, outra coisa que ajudava muito nós aqui era a **cesta básica** que vinha do governo. Que daí a gente não comprava arroz. Então o dinheiro que vinha era pra pagar o banco.

Cecília – E parou de ter essa cesta básica?

Arnaldo – Parou, depois que entrou o Temer... E não ficava só com a gente. Tinha pessoa lá na cidade que precisava, a gente dividia com elas.

[...]

Cecília – E vocês contrataram camarada pro **plantio**?

Arnaldo – Não, a gente fez troca de dias, daí não gastamos com camarada.

Cecília – E pra **manutenção** da roça, é só o trabalho de vocês ou chama gente?

Arnaldo – É só o meu.

Cecília – E o **corte**?

Arnaldo – Chama

Cecília – É troca também ou paga?

Arnaldo – Daí paga camarada aqui da comunidade. Outra coisa que você fala de como eu consegui pagar. O outro **gerente do Banco do Brasil ele deu uma dica pra nós**: todo o palmito que você cortar você divide em três, nunca gaste o dinheiro todo numa coisa. É um pouquinho pro banco, um pouquinho pra casa e um pouquinho pra roça. Senão a roça vai ficar fraca.

Neuza – E depois desse negócio lá no banco, ele chegava e falava assim pra mim: “**enquanto não pagar o banco, não compra nada aqui pra dentro de casa**”. Não peça nada aqui pra dentro de casa”. Mas é muito tempo pra não comprar nada pra dentro de casa (risos). Daí foi bem assim, só comida né, um remédio, mas outras coisas se precisasse, não comprava.

Cecília – E o seu irmão, o Josué, também conseguiu pagar?

Arnaldo – É, mas ele tinha uma situação um pouco melhor. A mulher dele é aposentada, então se ele se apertasse ele tinha um socorro. E eu **fazia base no meu sogro**, mas não precisei ir atrás dele. E também tem outra coisa que foi conversada ali, graças a Deus a minha **área de palmito é boa**. Meu palmito nunca chegou a estourar de preço, mas sempre pegou um preço bom. Então isso facilitou pra mim. [...] E foi o como ela falou, enquanto eu não pagava o crédito, não tinha nada pra casa, era tudo pra roça. [...] E tem a cooperativa também.

Cecília – Como que entrou na cooperativa.

Arnaldo – É que a gente tava trabalhando meio junto, vinha dinheiro da cooperativa, eu tinha a cooperativa, o boi e o palmito.

Cecília – E na cooperativa vocês vendiam o que?

Arnaldo – Banana... caiu naquela época também, no preço do palmito, de 7,5 do PAA. Então eu mandava 200kg eu tirava quase uma parcela do banco. Eu já pagava no banco. Eu não gastei.

Resumindo a fala de seu Arnaldo e dona Neuza, além da associação dos créditos entre os irmãos, outros fatores que ajudaram no “sucesso” do pagamento da dívida foram: a **cesta básica**, recebida em época em que ainda pagavam as parcelas, barateando a “manutenção familiar” (nos termos do projeto); o uso de diversos tipos de “**mãos-de-obra**” (no momento do plantio troca de trabalho, na manutenção trabalho familiar e no corte contratação de

camaradas), gerando “custos”, ao como estes são entendidos pelos técnicos (isto é, sem contabilizar o trabalho familiar), apenas no momento do corte; a “**dica do gerente**” e do como ela foi aplicada por seu Arnaldo à dinâmica familiar, colocando em segundo plano as necessidades de reprodução da família, “primeiro o banco”; a **área de plantio**, em tempos de terra escassa e trabalhosa (como discutimos com base nos depoimentos colhidos por Pedroso Jr., 2008), Arnaldo e Neuza tinham acesso a uma terra de boa qualidade; e a **cooperativa Cooperquivale** (Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira, sediada em Eldorado/SP), pela qual os agricultores conseguem vender seus produtos por quilo, a preços subsidiados pelo programa federal PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)¹⁵⁰. Além da provisão, não utilizada, mas acessível, do sogro de Arnaldo, aposentado que auxiliou o irmão de Neuza (Carlos) a pagar suas dívidas.

Desta forma, o relato de Arnaldo e de Neuza, exceção no cenário que observamos, explicitam o real “modelo” de agricultor defendido pelos técnicos e pelo ex-prefeito: aquele que somente consegue pagar o crédito graças ao trabalho não remunerado de sua família; ao corte de custos na reprodução familiar; à possibilidade de obtenção de alimento e venda de seus produtos subsidiados pelo governo e, finalmente, à qualidade do solo, não disponível a todos e cada vez mais escassa dados os processos de expropriação já discutidos.

Tendo assim apresentado e discutido os “projetos técnicos” e o “contrato financeiro”, coloquemos agora em prática o plano dos tecnocratas, considerando um agricultor “familiar” “em geral”. Voltemos, desta forma, ao abstrato dos cálculos.

Consideremos o sujeito que realizou o *projeto “C”* (mais próximo à realidade com que estamos discutindo, a dos sujeitos “alavancados”), crédito de R\$19.800, a juros de 2%a.a., obtido via aval solidário, para aquisição de 10.000 mudas de pupunha, e o *contrato bancário* analisado anteriormente. Para a “simulação” que faremos (ao gosto dos técnicos), utilizaremos a metodologia de Eduardo (BB-Pariquera-Açu) para o cálculo das parcelas (único dos agentes a argumentar que as parcelas seriam fixas, o que condiz com o presente no projeto “B” – único em que podemos observar a dinâmica de mais de uma parcela, apesar de não compreendermos os cálculos que as resultaram), refazendo as estimativas das parcelas,

¹⁵⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), regulado pela Lei 10.696 de julho de 2003, de operacionalização de responsabilidade da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), tem por ação a compra de alimentos de agricultores possuidores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e sua distribuição a instituições, tais como entidades da rede socioassistencial, restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Informações obtidas nos sites: www.mda.gov.br e www.conab.gov.br.

considerando um crédito de R\$19.800, e não de R\$17.800, como no contrato em anexo (D). Seguindo a metodologia de Eduardo¹⁵¹, seriam oito parcelas no valor de R\$2.821,50, pagando ao final um total de R\$22.572 sobre o crédito de R\$19.800.

Partiremos do cenário em que a família do agricultor não possui “outras rendas” ou receitas ou despesas com a banana (diferentemente do projeto), mas também não realiza qualquer gasto com a “manutenção familiar” ou “outras despesas/responsabilidades”. Acreditamos que deste modo se assemelhe ao relatado por Arnaldo e Neuza, que no momento do crédito não realizavam nenhum outro trabalho fora de sua terra, restringiam ao máximo os gastos feitos com a casa e a família (só para um remédio ou alguma outra urgência), diferenciando destes, apenas, por não considerarmos a divisão do crédito, feita de forma informal, com o irmão de Arnaldo. Utilizaremos, para tanto, dos mesmos termos da “capacidade de pagamento” do Projeto “C”, somando apenas uma última linha, referente ao “superávit mensal”, isto é, o quanto esta nossa família fictícia teria para os gastos para sua manutenção, resultando no que segue:

¹⁵¹ Para Eduardo (BB de Pariquera-Açu), lembramos que o cálculo da incidência dos juros sobre as parcelas é realizado sobre o valor total dos empréstimos (2% de R\$19.800 resultando em R\$396), multiplicado pelos anos que correrão a dívida (três anos de carência mais quatro em que pagará parcelas semestrais, portanto R\$396 vezes sete, R\$2.772), que então é somado ao valor do empréstimo e dividido pelo número de parcelas (oito). Por fim, serão oito parcelas de R\$2.821,50 cada.

Tabela 3 – Cenário Fictício: produção de pupunha a partir do Projeto “C”-PRONAF, com base no relato de Arnaldo, com custo de reprodução familiar zero.

RECEITAS	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Ano VI	Ano VII
Pupunha	0	4.995,00	12.210,00	13.220,00	13.220,00	13.220,00	13.220,00
Banana	0	0	0	0	0	0	0
Outras rendas	0	0	0	0	0	0	0
Total das receitas	0	4.995,00	12.210,00	13.220,00	13.220,00	13.220,00	13.220,00
DESPESAS							
Custeio pupunha ¹	0	3.898,69	4.251,30	3.035,85	3.035,85	3.035,85	3.035,85
Banana	0	0	0	0	0	0	0
Manutenção familiar	0	0	0	0	0	0	0
Manutenção máq. e equipamentos	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas/responsabilidade	0	0	0	0	0	0	0
Parcelas (duas por ano)	0	0	0	5.643,00	5.643,00	5.643,00	5.643,00
Total das despesas	0	3.898,69	4.251,30	8.678,85	8.678,85	8.678,85	8.678,85
Superávit / Déficit anual	0	1.096,31	7.958,70	4.541,15	4.541,15	4.541,15	4.541,15
Superávit mensal	0	91,35	663,22	378,42	378,42	378,42	378,42

1- Lembramos que os insumos recebidos com o crédito garantem o primeiro ano do cultivo e, por isso, só passam a configurar como despesas a partir do segundo ano.

Obs: O cenário fictício aqui apresentado tem por base o relato de Arnaldo (custo de reprodução familiar zero), considerando os dados para produção do pupunha por meio do Pronaf, para o projeto “C”, e o cálculo das parcelas segundo do agente Eduardo, do BB-Pariquera-Açu.

Dados primários: Contrato “C” (CATI), em anexo.

Org.: Cecília Cruz Vecina.

Seguindo o próprio raciocínio daqueles que defendem a “promessa” do pupunha (os técnicos agrícolas que elaboraram a tabela que foi base para a “Tabela 3”) e “adaptando-a” ao modo como a família de seu Arnaldo e Neuza reproduziram o cotidiano de sua família para garantir o pagamento das parcelas, mesmo não tendo gasto algum com a família (zeramos o item “manutenção familiar” e “outras despesas/responsabilidade”), ao longo do período de vigência do contrato, nos parece praticamente impossível, para aqueles que não contam com qualquer outra fonte de renda ou ajuda financeira “externa” (aposentadoria de um membro da família, cesta básica ou outros subsídios do governo) conseguirem pagar o crédito sem atrasos, visto o quanto obtém de superávit (o que lhes “sobra”) por mês (R\$378,42), caso paguem as parcelas em dia.

Não por acaso, chamamos de “cenário fictício”, em que apenas o trabalho de pessoas fictícias, não contabilizado, realizam um projeto que, para cumprir os compromissos com o banco, passam cerca de oito anos vivendo, em média, com menos de R\$400 por mês. No caso de seu Arnaldo e Neuza, lembramos que estes associaram ao crédito do pupunha: o financiamento para gado obtido pelo irmão; o gado já preexistente dado pela irmã de ambos; ganhavam a cesta básica do governo federal; e os subsídios via PAA. Quanto a este último,

vale salientar que desde 2016, após o golpe que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff, a verba destinada a este programa tem sido reduzida.

Trataremos ainda de mais dois pontos. Um primeiro, que diz respeito ao momento posterior ao pagamento das parcelas, partindo do pressuposto que o agricultor não teve que prorrogar nenhuma das parcelas ou renegociar sua dívida, e considerando a produtividade constante (isto é, sem qualquer desgaste do solo, ou que tenha combatido este com um gasto maior com insumos), no oitavo ano do plantio o agricultor (que se mantém sem qualquer gasto com a reprodução de sua família) teria uma renda mensal de R\$848,67. O que, entretanto, talvez não surpreenderia os técnicos, uma vez que salientam no **parecer** do projeto “C” que “o produtor terá um aumento de renda da ordem de 20%” (p.5). Isto é, não se pretende que o agricultor tenha por “ocupação” apenas a lavoura de pupunha, mas que some a ela tantos outros trabalhos, que venham a contabilizar os outros 80% de sua renda. O que, como já explicitamos em tantos outros momentos, entendemos como extensão do tempo de trabalho e intensificação, nas palavras de Scholz (2004): flexibilização.

Por fim, Tercides (técnico da Sec. da Agricultura de Eldorado), quando o questionamos sobre a produtividade do plantio, relatou que “em média” corta-se 25% da área plantada. Isto é, dadas as 10.000 mudas obtidas com o financiamento, seriam cortadas por ano, portanto, “em média” 2.500 hastes. Assim, se considerarmos o ano em que a cultura já está consolidada, “Ano IV”, a partir do qual o rendimento constante é de R\$13.220 ao ano, o preço estimulado pela haste da pupunha no projeto é de nada menos que R\$5,28 (superando, inclusive, os R\$4,00 que os agricultores nos relataram que conseguiam apenas no início do programa).

Porém, se, ao que tudo indica, a “promessa” por parte de quem realiza o projeto se centra no preço, por parte da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em circular de 2007 na qual apresenta o plantio da pupunha nas “regiões sudeste e sul do Brasil” – onde se encontra “condições climáticas favoráveis” – seu foco é projetar a produtividade desse cultivo.

Assim, segundo esta empresa, o primeiro corte da pupunheira pode ser realizado a partir dos 15 meses de idade (contra os 18 meses relatados por Tercides) e os subsequentes com intervalo de dois meses (contra três do técnico): “Esse modelo de cortes escalonados permite que a somatória de plantas cortadas nos primeiros 18 meses atinja valores em torno de 50% das plantas inicialmente cultivadas” (p.6). Concluindo que, “em média, a

produtividade da pupunheira é de 2.500 cabeças de palmito por hectare no ‘Ano 2’ e de 3.000 cabeças de palmito por hectare nos ‘Anos 3, 4 e 5’” (EMBRAPA, 2007, p.7).

Apesar da área utilizada para o plantio não estar referida no Projeto “C”, sabendo que foram liberadas 10 mil mudas, seguiremos o sugerido pela Embrapa (2007) de 5 mil mudas por hectare, que se aproxima ao presente no contrato bancário (anexo “D”), em que 10 mil mudas serão plantadas em 1,85 hectares. Portanto, consideramos que o plantio sugerido no Projeto “C” é realizado em uma área de aproximadamente dois hectares.

Assim, se antes tínhamos um cenário de 2.500 hastes cortadas por ano, segundo a Embrapa (2007) a produtividade pode ser dobrada, chegando a 5.000 por ano, abstraindo para tal, obviamente, a intensificação do trabalho que seria despendido para atingir tal meta e a provável queda do preço do produto no mercado – como, por exemplo, já observam os agricultores “quilombolas” do Vale do Ribeira/SP, ao menos desde 2015, quando iniciamos nossos trabalhos de campo. Desta forma, ambas projeções se auto inviabilizam: é o aumento da produtividade (somada ao aumento da quantidade de áreas plantadas – como nos relataram os agricultores no item “Formalização a ‘vocação’”) que faz despencar o já ultrapassado (ou seria “fictício”?) preço de R\$5,28 por haste.

Por fim, se considerarmos a projeção da Embrapa (2007) e os dados do projeto “C” plotados em nosso “cenário fictício”, no qual consideramos o mais otimista dos cenários (isso é, sem perda de mudas – o que contraria o relato de todos os agricultores entrevistados): no segundo ano, início dos cortes, as hastes teriam sido vendidas a R\$0,99¹⁵²; no terceiro ano a R\$2,03¹⁵³; e nos anos seguintes a R\$2,20. Isto é, no melhor dos cenários, realizando as adubações e uso de herbicidas, não considerando a mudança na metodologia da venda da pupunha (não mais por haste mas sim por produção), técnicos e Embrapa (2007), de posse de toda a racionalidade “objetiva” disponível, ao que parece, não concordariam entre si.

Vejamos, agora, um caso menos fictício, uma vez que acima esboçamos uma certa mescla entre o caso da família de Arnaldo e Neuza, que conseguiram quitar o empréstimo, e um projeto com dados insuficientes (como por exemplo a ausência do valor das parcelas – completadas por nós a partir de um cálculo fruto de conversas divergentes entre os agentes bancários – e uma dinâmica do preço do pupunha que desconsiderou que atualmente o pagamento é feito por produção em potes e não mais por haste), faremos uma última tentativa

¹⁵² Isto é, dividimos os R\$4.995 obtidos de receita com a pupunha no “Ano II”, por 5mil hastes.

¹⁵³ Mesmo raciocínio realizado anteriormente, só que considerando os dados no “Ano III” R\$12.210 dividido por 6mil hastes.

para apreender a dinâmica do crédito. Para tanto, apresentaremos a conversa que tivemos com seu Inácio (da comunidade de São Pedro), quanto ao crédito que obteve para o plantio de pupunha.

O contrato, foi assinado em abril de 2009 com fim em agosto de 2015, para um crédito de R\$18 mil para o plantio de pupunha. Plantio que, segundo Inácio, teve por gastos de implantação da lavoura até o primeiro corte o que segue:

Tabela 4 – Total de despesas até o primeiro corte com a implantação da lavoura de pupunha do agricultor Inácio, abril de 2009.

	Preparação para o plantio	Plantio				Manutenção	Corte do palmito	
<i>Serviço / Mercadoria</i>	<i>Roçar – Força de trabalho: Camaradas</i>	<i>Mudas de pupunha¹</i>	<i>Insumos (adubo, calcário e herbicida)²</i>	<i>Força de trabalho: Camaradas</i>	<i>Força de trabalho: Familiar</i>	<i>Limpar o terreno – Força de trabalho: Camaradas</i>	<i>1^o 3</i>	<i>Corte – Força de trabalho: Camaradas</i>
Quantidade	12 dias	10 mil	-	(3 camaradas, 2x por semana, por 3 semanas) = 18 dias	Seu Inácio, Valério (filho) e um amigo	10	(3 camaradas, 3x de 15 em 15 dias) = 9 dias	
Valor por unidade (R\$)	40	1,30	-	40,00	0	40,00	40	
Gastos por “item” (R\$)	480	13.000	3.000,00	720,00	0	400	360	

1 - Morreram duas mil mudas.

2 – Inácio não se lembrava as quantidades e os valores por unidades, apenas o total gasto.

3 - O primeiro corte ocorreu após dois anos do plantio, aproximadamente, no caso, em 2011

Dados primários: obtidos em entrevista realizada em 16 de agosto de 2016 com Inácio e Amélia
Organizada por: Cecília C. Vecina.

Total dos gastos até o primeiro corte: **R\$ 17.960**

Antes de qualquer problematização, gostaríamos de salientar que apesar de os técnicos da CATI nos relatarem que todo o necessário para o plantio do pupunha era recebido na propriedade do agricultor (Marcelo da CATI refere-se como sendo uma “amarração”¹⁵⁴), Inácio possuía uma lembrança dos gastos e se referiam a compras feitas diretamente por ele. O que acreditamos que, fazendo parte da primeira leva dos créditos disponibilizados, diga respeito a um momento que antecedeu a “amarração”, como relata Paulo (ex-agente do BB-Jacupiranga):

Paulo – É para ter a amarração, mas o que acontece: como alguns produtores reclamaram muito, a gente abriu a exceção de pedir a nota fiscal e pagar para empresa que ele conseguiu um preço melhor no insumo.

¹⁵⁴ Marcelo – “Tipo assim: o Pedro foi contemplado, a gente já leva nota de adubo, nota de muda no banco, aí só fica o dinheiro da mão-de-obra mesmo. Aí, depois fica na responsabilidade das lojas entregarem.”

Cecilia – Por que no limite ele tem que apresentar a nota?

Paulo – Tem, sem nota sem dinheiro. [...] O que aconteceu, foram **três momentos: primeiro**, o banco era uma mãe, liberava muito na conta do cliente, o cara trazia uma notinha, um recibo (porque recibo pode, mas a gente parou de aceitar). [...] Daí, **depois desse momento**, o banco passou a liberar o dinheiro só na conta da agropecuária. E a gente passou a participar mais da reunião. [...] Então o que acontece, a gente viu que a gente podia dar este voto de confiança, de você me trazer a nota, já que você conseguiu um preço melhor, e a gente liberar o dinheiro na conta da agropecuária que ele achou um preço melhor [...].

Cecilia – Quando que parou de ir direto na conta?

Paulo – Assim, na média, até 2010/2011, foi muito na conta, depois passou uns dois, três anos muito forte de não liberar, só direto pra agropecuária. **Daí nesse último ano e meio aí**, que a gente está um pouquinho mais maleável, porque a gente conhece muito eles [...]. Então, eles entenderam que não é fundo perdido. Embora continuem devendo.

Feita a devida ressalva, analisando os dados fornecidos por Inácio, até o momento, além de ter consumido praticamente a totalidade do crédito (R\$ 18 mil), no qual um total de R\$1.960 foram para remuneração do trabalho de camaradas, seu Inácio diversas vezes ao longo da nossa conversa destacava: “mas teve nosso trabalho também”. Insistia que colocássemos os gastos que teriam sido feitos se parte do crédito fosse destinado a pagar os seus dias de trabalho, de seu filho e um amigo. Trabalho complementado por três camaradas remunerados pois, como nos foi relatado em conversa realizada com moradoras da comunidade de Nhunguara (Eldorado/SP), dada a quantidade de mudas, só com o trabalho do núcleo familiar não era possível realizar todo o plantio antes que as mudas fossem fragilizadas pela exposição ao tempo.

Com a venda do primeiro corte, segundo Inácio, seu palmital não obteve bons resultados. Por fim, o agricultor decidiu investir recurso próprio no plantio (sua aposentadoria):

Tabela 5 – Reinvestimentos de Inácio na lavoura de pupunha, 2011

<i>Serviço / Mercadoria</i>	Plantio				
	<i>Mudas de pupunha</i>	<i>Insumos - calcário</i>	<i>Insumos - adubo</i>	<i>Força de trabalho: Camaradas¹</i>	<i>Força de trabalho: Familiar²</i>
Quantidade	1.500	5 (sacos)	5 (sacos)	(2 camaradas, 3 dias) = 6 dias	6 dias
Valor por unidade (R\$)	1,30	18,00	20,00	40,00	0
Gastos por “item” (R\$)	1.950,00	90,00	100,00	240,00	0

1 - Como já haviam roçado, o trabalho foi utilizado apenas para o plantio das novas mudas.

2 - Neste momento não tiveram a ajuda do “amigo”, apenas Inácio e seu filho Valério somaram ao trabalho dos camaradas.

Obs: São recomendadas adubações de plantio e de cobertura com 30, 60 e 90 dias. Posteriormente, tecnicamente, são indicadas quatro adubações anuais (IANOVALE, 2015)

Dados primários: obtidos em entrevista realizada em 16 de agosto de 2016 com Inácio e Amélia
Organizada por: Cecília C. Vecina.

Total dos gastos no reinvestimento: **R\$ 2.380**

Total gastos (investimento inicial somado ao reinvestimento): **R\$ 20.340**

Além dos gastos relatados, segundo seu Inácio as condições do crédito eram de oito parcelas de R\$ 2.500, pagas de seis em seis meses, com três anos de carências, o que totaliza R\$20.000.

Seu Inácio havia realizado ao total 3 cortes até o momento de nossa conversa (agosto de 2016), bem abaixo do considerado pela Embrapa (2007) (visto já terem passados mais de seis anos da implementação do cultivo – abril de 2009), nos quais conseguiu em média 1.500 hastes de palmito¹⁵⁵, que foram vendidas por diferentes valores: no primeiro corte, realizado no ano de 2011, o valor da haste foi de R\$ 4,00, no último corte, terceiro, seu Inácio relatou que vendeu mil hastes a R\$ 0,85 cada. Assim, em relação ao pagamento das parcelas, apesar de aposentado, tendo investido dinheiro próprio, dadas as perdas obtidas no plantio (realizado com o financiamento), o agricultor conseguiu pagar as três primeiras parcelas do crédito (duas em 2012 e uma em 2013), prorrogou as duas seguintes (a segunda de 2013 e a primeira de 2014) e quando conversamos com ele (em 2016), estava inadimplente com o banco.

Além da não remuneração do trabalho, o que o relato de Inácio explicita, e que é desconsiderado pelos técnicos ao elaborar os projetos, são dois pontos que, acreditamos, os põem em cheque. Um primeiro, que diz respeito ao manejo da planta, que exige não só o uso de trabalho de camaradas (e não apenas a “tecnologia familiar”, como consta no Projeto “A”)

¹⁵⁵ Segundo a Embrapa (2007), neste período (de 2009 a 2016), considerando 10 mil mudas por dois hectares, que no primeiro ano não há corte, no segundo há 5.000 e nos seguintes 6.000, o agricultor já teria obtido 41.000 hastes, contra as 4.500 de Inácio.

como, mesmo empregando este trabalho, sofre perdas, tanto de mudas no momento do plantio, como de queda da produtividade dado as dificuldades para a manutenção da lavoura, resultando em um cenário muito distante do apresentado pela Embrapa (2007).

O segundo ponto, diz respeito ao item quanto às receitas obtidas pelos agricultores. Para que estes consigam obter, ao menos, o suficiente para pagar as parcelas do crédito, seria necessário ao menos que os ganhos fossem condizentes com a “promessa” de R\$4,00 por haste (o que levaria Inácio a ganhar, com cada um dos três cortes, em torno de R\$6.000), e não os R\$0,85 ganhos por seu Inácio no terceiro corte. As quedas do preço foram relatadas por diversos outros agricultores da comunidade e, inclusive por alguns, associadas à constituição de um monopólio por parte das fábricas.

O projeto, desta forma, assemelha-se a um contrato financeiro: promete-se que a partir de um determinado tempo, o dinheiro investido obterá tal taxa de retorno, como se lê em Bittencourt (*et al*, 2010) – citado anteriormente: o projeto técnico é responsável por avaliar a “capacidade de pagamento” – só que em realidade, o processo se dá a partir do obscurecimento do produtor da mais-valia (o trabalho), como também, ao final do processo, o que encontramos é um sem número de agricultores a dever para o banco.

Concordamos, por um lado, com os autores Bittencourt, Abramovay e Magalhães (2010), quando estes defendem que a “fragilidade” dos projetos se dá pois são realizados “apenas [para] justificar uma exigência de forma burocrática”, porém, por outro lado, por trás desse argumento há um desejo de documentos “melhor” formulados “sobre a base de sólidos sistemas de informação”, que substituiriam “as garantias estatais”. Para nós, tal defesa representa um desejo renovado de modernização, que coloca como questão a ser sanada um maior conhecimento do sujeito a se endividar como forma de melhor aplicar os recursos, ponto que apaga que a própria inclusão “nas finanças formais” (ABRAMOVAY, 2004) é em si excludente, uma vez que tem por pressuposto proporcionar uma maior e mais eficaz mobilização do trabalho (nos termos de Gaudemar, 1977).

Por fim, a promessa parece se realizar: para MMMudas de Mário e suas constantes pesquisas por “melhoramento”; à fábrica de Elói, que atualmente estuda a possibilidade de exportar seu palmito; e o Banco do Brasil, a este, sim, a dívida parece cumprir seu dever, seja através da prorrogação, da renegociação ou da venda para uma securitizadora ou, como passaremos a discutir, pelos pagamentos feitos pelo governo federal ao BB. Em outras palavras, para que a operação não seja a este como um empréstimo a juros abaixo do mercado.

Tendo levantado mais dúvidas e hipóteses do que exatamente respostas claras quanto à dinâmica de pagamento dos juros pelos beneficiários do Pronaf, partimos assim para o que significa para o banco a realização da “promessa” dos técnicos agrícolas: o como os juros, cobrados dos agricultores e subsidiados pelo governo garantem, ou não, a reprodução do sistema financeiro. Caminhamos assim para a outra “ponta” da relação, a origem dos **recursos financeiros**.

“O banco tem que ganhar”

Paulo - É assim, a lógica é simples: o banco tem que ganhar. Eu estou aqui na ponta da ponta, mas isso é lógico: se a taxa do ano, a Selic, é 13%, a taxa que um banco cobra do outro é em média 12, 13% no ano, CDI por exemplo, não existe o banco emprestar a 4,5%. Não... deve ter um retorno. Eu acredito que a taxa pro final deva ser 4,5%, mas o banco deva cobrar do governo mais.

O que Paulo (ex-funcionário do BB de Jacupiranga, em conversa realizada em dezembro de 2015) coloca em questão é o “contrato”, estabelecido entre a instituição financeira (o BB no caso), e o governo federal, que nos interessa na medida em que nos indica alguns outros caminhos para entender tanto a “chegada” do Pronaf aos agricultores quilombolas do Vale do Ribeira/SP (para além da “vocaço” para agricultura do ex-prefeito da cidade de Eldorado) relacionando-a ao contexto nacional; como, paralelamente, nos fornecer mais elementos para nos aproximarmos ainda mais da questo quanto a inadimplncia dos agricultores. Pois, se por um lado “o banco tem que ganhar”, por outro, como j questionamos, no por falta de moral que os agricultores ficam devendo para a instituio. O caminho, portanto, ser de idas e vindas: do Pronaf a nvel “nacional”, para o “regional”, para a dinmica dos recursos que so disponibilizados para o programa.

Para tanto, transcrevemos abaixo parte de nossa conversa com os tcnicos Sidney e Emerson do ITESP (realizada em dezembro de 2015), quando perguntamos sobre o bloqueio do fornecimento de crdito ao grupo B (microcrdito), a qual fizemos referncia j neste trabalho (a tal Portaria 19):

Ceclia – O que vocs acham que aconteceu para ter essa inadimplncia, pois no necessariamente o inadimplente quem obteve o crdito na safra neste ano [2014/2015]...

Sidney – No, o cara pegou l em 2010, no pagou, j entrou no ndice. Quando atingiu no limite, o banco travou.

Cecília – E qual é a análise que vocês fazem? É a primeira vez que chega a bloquear?

Sidney – Primeira vez, eu tô admirado, porque os caras sempre pagam certo. Só que aqui em Eldorado, com certeza isso tem a ver com nós, porque a Casa da Agricultura não faz **B** quase, quase não, eles não fazem. O **B** é só com nós aqui. Então provavelmente os quilombolas aí, muita gente não pagou aí complicou, porque o banco não pode dizer pra gente quem é....

Emerson – Agora, o motivo por não ter pagado aí...

[...]

Sidney – É que o ano passado [2014] que não deu muito porque **ficou seis meses sem liberar**.

Cecília – Por quê?

Sidney – Porque não tinha grana, foi um ano atípico. De julho até dezembro foi a primeira vez que aconteceu de não ter grana.

Cecília – O BB não liberou?

Sidney – Não tem grana, não tem orçamento. Não liberou de julho até dezembro [de 2014].

Emerson – **Estranho né, vai ver, o ano passado não tinha dinheiro e esse ano [2015] foi o primeiro que travou por inadimplência né? Estranho né? Nunca travou por inadimplência né?**

Sidney – Mas foi por causa da crise, esse negócio do orçamento da união não teve grana pra ninguém não.

Cecília – Pra nenhum Pronaf?

Sidney – Pra **B** não. **O V tinha**.

Cecília – E o V é mais dinheiro...

Emerson – É o seguinte: é de onde vem o recurso, o Pronaf **B** é recurso do Tesouro, da União, tanto o que acontece, o Pronaf **B** é ele quem dá o aporte, o recurso é da União. O Pronaf **V** é de recurso do Banco.

Emerson – É que nem o ano passado... ah, mas é estranho porque que segurou o menor e não segurou o maior que é o **V**?... Por causa da fonte, a fonte que financia cada um. Agora o Pronaf em **2013 a gente fez um levantamento... foi bastante B**.

Cecília – Foi esse o ano de 500 mil contratos?

Emerson – Por aí. 500 mil reais!

Cecília – Em contrato vocês não sabem?

Emerson – É só dividir por 2500. Vai dar uns 200 projetos, por aí.

Sistematizando a conversa, para o grupo **B**: em 2013 foram realizados aproximadamente 200 projetos, liberados, portanto, aos agricultores que recorreram ao ITESP de Eldorado 500 mil reais; em 2014 o Tesouro Nacional não liberou recursos para a realização de novos projetos entre julho e dezembro; e, em 2015 (ano em que foi realizada a

entrevista) os créditos voltados para o grupo B foram bloqueados (e ainda estavam quando em maio de 2017 perguntamos a César – BB Jacupiranga)¹⁵⁶.

Quanto à trajetória do crédito voltado ao grupo **V/AF**, adquirido para o plantio do pupunha, recorremos novamente a Paulo (BB-Jacupiranga):

Paulo – A pupunha, que é a parte em que eu estou aqui [2013], começou assim: pouca gente plantou pupunha, daí estavam ganhando dinheiro, pupunha é um negócio nobre, fácil de plantar, daí: ah, o João tá plantando e é fácil de plantar, vou plantar. Daí outra pessoa plantou. Daí ficaram bairros inteiros plantando, regiões inteiras plantando, daí virou o Vale do Ribeira. Juquiá plantando demais, Eldorado plantando demais, Jacupiranga plantando demais, até lá Iguape, que o pessoal é basicamente pesca, plantando pupunha... **daí saturou**. Saturou de um jeito, que principalmente esse pessoal da inadimplência, a parte que não desviou recurso, não tá conseguindo vender mesmo.

Cecília – Em que ano saturou?

Paulo – O ano passado [em 2014]. Mas este ano foi pior. **Começou a saturar em 2014, e este ano [2015] ninguém vendia**. A gente lembra de fevereiro, março, o pessoal agendando o corte para outubro, novembro... você já está com a pupunha lá na terra, pronta pra colher, para você ter este capital, daí você chega na indústria, e a indústria diz que só corta a sua em outubro... A gente enxergou também muita dificuldade das indústrias, as **indústrias de palmito sofreram muito, daí não dá para saber se é só a crise ou mal administrado**, daí eu não sei. A gente não consegue analisar assim. **Mas a maioria das indústrias dava muito calote nesse pessoal, até por eles serem mais humildes**.

Cecília – E essas **indústrias de palmito** você sabe a partir de que ano elas começaram a se instalar no Vale?

Paulo – Forte, forte, forte, provavelmente foi **2012. Pois foi quando deu um boom**. Porque foi assim, teve um ano, em 2013 que eu cheguei aqui, que todo dia chegava um projeto novo de pupunha. E quase todo dia a gente liberava um projeto novo de 20 mil de pupunha. [...] E só era o de 20, porque tinha a questão da garantia, porque senão ia ser demais. Era uma ânsia desenfreada.

Assim, por sua vez, o histórico da liberação de contratos para o Pronaf **V**, segundo Paulo, teve seu *boom* em 2012/2013, momento em que, segundo o agente, todos os dias eram liberados créditos para o plantio do pupunha. Para então, em 2014/2015, começar a “saturar”, acarretando prejuízo para o agricultor, que teve que atrasar o corte, e, ao que indica Paulo, também às indústrias que realizavam a conserva.

¹⁵⁶ Vale salientar, que a soma dos valores não pagos pelos beneficiários que levaram à suspensão da disponibilidade da linha é mínima frente à inadimplência que hoje tem o agronegócio e não por isso a este o financiamento está bloqueado. Como se lê na notícia da Folha de São Paulo de 18 de novembro de 2016: “com o Plano Safra, que em 2016 destinou R\$202 bilhões ao financiamento do setor, cuja a inadimplência histórica média é de cerca de 5%.”. Mas talvez, como salientou Emerson, seja por causa da origem dos recursos...

Para Elói (que funde à figura do ex-prefeito “responsável” pela implantação do projeto do pupunha, à do dono de fábrica de beneficiamento, aberta em 2012), não houve crise alguma para os agricultores, mas somente para as fábricas:

Cecília – Agora, pegando a outra ponta, a da sua experiência como comprador de palmito, sobre este momento que chamam de “crise do pupunha”. Quando você sentiu que ela começou e por que você acha que ela começou?

Elói – Crise do pupunha?! Que crise é essa?

Cecília – Os agricultores falam de uma dificuldade de pagar o Pronaf por causa da queda do preço do palmito, antes eles vendiam por até R\$4,00 a haste e depois passaram a receber só 60 centavos.

Elói – Quando eles vendiam a R\$4,00 foi quando começou o projeto, quando as pessoas começaram a colher não tinha palmito. Depois Registro, Sete Barras, Juquiá plantaram muito palmito. Uma grande oferta. Mas hoje o preço varia de R\$2,50 a R\$4,00.

[...]

Cecília – Então para você não teve crise do pupunha?

Elói – Não, nós sentimos o seguinte: existiu falta de palmito por causa da geada. Daí as pessoas de fora vieram comprar aqui. Daí como hoje o palmito voltou ao normal, as pessoas de fora que vieram da Bahia, do Paraná, sumiram daqui.

Cecília – Então foi uma alta do preço dada a procura pelo palmito?

Elói – Daquela vez aumentou. Se você não levasse o dinheiro no caminhão você não comprava, tinha que pagar adiantado, depositar. Hoje não, hoje os caras têm um prazo de uns 20 dias para pagar, 30 dias, pois hoje você tem que trazer o palmito para fábrica, fazer a quarentena dele, tudo... Daí até você receber do distribuidor, você vai receber cheque do cara. O cara te paga com 30, 45 dias. Então, quase nenhuma fábrica vai ter condições de pagar a vista o agricultor.

Cecília – E a venda dos vidros, você não sentiu uma queda em 2015?

Elói – Não, existiu uma falta de palmito e daí aumentou o preço. Eu preferi fechar a fábrica por três meses porque eu trazia duas mil cabeças e perdi cerca de 70 centavos por cabeça por dia, 1400, 1500 reais por dia. Então eu preferi fechar a fábrica por três meses, deixar passar a crise para depois voltar a trabalhar.

Cecília – Em 2015?

Elói – Não, final agora de 2016. Eu comprava o palmito, eles [os agricultores] queriam R\$3,30 e o palmito dava R\$2,30. Preferia ficar com a fábrica parada. Porque era uma disputa de gente comprando palmito.

Cecília – Então se teve uma crise, ela só tocou a fábrica e não o agricultor. O agricultor conseguiu um preço bom por causa da alta procura?

Elói – Isso, e eu não consegui repassar o preço para o consumidor. Daí paramos três meses, dei férias para quem tinha direito, foi feita uma demissão também. Mas esta fase já passou.

Cecília – Então tiveram demissões e depois recontrataram?

Elói – Sim.

Cecília – Voltou ao mesmo nível de antes?

Elói – Voltou.

Por sua vez, Elói – seguindo em seu argumento de que se tiveram agricultores inadimplentes foi porque estes se “enrolaram [...] pois não conduziram bem a roça, não plantaram como era para plantar”, em poucas palavras, não “seguiram o projeto” – argumenta que, em realidade, não foram os agricultores que passaram por uma “crise” (a queda do preço do pupunha), mas sim as fábricas do Vale do Ribeira/SP. Estas, dada a procura dos “de fora” (provenientes do Paraná e da Bahia, estados em que os cultivos sofreram com questões climáticas, segundo Elói), não conseguiram pagar os altos preços pedidos pelos agricultores, pois o conseguido com a venda da conserva não remunerava seus custos (“não consegui repassar o preço para o consumidor”). Assim, a fábrica do ex-prefeito teria fechado por três meses em fins de 2016.

Vale salientar, que os compradores que vieram do Paraná e da Bahia, os quais Elói faz referência, segundo Ronise S. de Oliveira (Coordenadora de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Campus de Registro)¹⁵⁷ são a Inaceres (do grupo Agrocere) e a Cultiverde (produtora de palmito para exportação), grandes comercializadoras de palmito no Brasil¹⁵⁸.

Porém, se por um lado, Elói se refere a uma concorrência com as fábricas de fora do Vale do Ribeira/SP, que teria beneficiado os agricultores, dando menor importância à queda do preço sentida pelos agricultores com a ampliação das áreas de cultivo em cidade vizinhas a Eldorado (como Sete Barras e Juquiá); Paulo, por sua vez, justifica o atual índice de inadimplência exatamente a esta ampliação, a qual chamou de “saturação”, resultando na atual maior restrição para liberação do crédito ao grupo V (como nos atualizou Karina, gerente da mesma agência de Paulo, em maio de 2017).

Assim, e confluindo os dados até então apresentados (somando-os aos discutidos também no item “O Pronaf e as ‘vocações’ do Vale do Ribeira/SP”, quando apresentávamos a implantação do DRS), os créditos Pronaf no Vale do Ribeira/SP começaram a ser disponibilizados: para o grupo B por volta de 2001 a 2003 (segundo Tercides – técnico da Secretaria da Agricultura de Eldorado – e Elói); e (segundo Paulo – BB Jacupiranga) para os grupo V/AF (na faixa de até R\$20mil, obtido por aqueles que não possuíam garantia real)

¹⁵⁷ Ronise é hoje responsável pela elaboração de pesquisas para o maior aproveitamento do palmito e diminuição dos custos com embalagem pelas fábricas, com a qual conversamos em maio de 2017.

¹⁵⁸ Temos por hipótese, quanto à vinda desses dois grandes grupos de beneficiamento de palmito, que ou realizaram uma estratégia de *dumping* para com as fábricas locais e consequente inserção dos agricultores em sua rede de fornecedores, ou, dada uma possível dificuldade para cumprir os contratos de distribuição do palmito com os produtores usuais foram em busca dos produtores do Vale do Ribeira para uma relação casual.

entre 2005 a 2008. Tendo ambos os grupos expandido o número de contratos em 2012/2013 (segundo Emerson e Sidney - ITESP). E ocorrendo a “saturação”: entre 2014/2015, no caso do grupo B com subsequente bloqueio a partir de 2015; e do V com restrições para liberação de novos contratos a partir de 2015.

Com base nessa dinâmica da liberação dos créditos para os grupos B e V/AF e a partir do gráfico abaixo acerca da evolução em nível nacional do Pronaf, alguns pontos podem começar a ser conectados.

Gráfico 1 – Evolução do volume de empréstimos do Pronaf crédito nas modalidades de custeio e investimento e número anual de contratos no Brasil: 1995-2012.

Obs: Valores em reais de dezembro de 2012 calculados com base índice de inflação IGP-M, acumulado anual.

Fonte: Feijó (2014), p.487

Desconsiderando a separação realizada por Feijó (2014, p.487), entre a distribuição dos recursos entre custeio e investimento, o primeiro ponto que gostaríamos de chamar a atenção é quanto ao ano em que o Pronaf é implementado no Vale do Ribeira, 2003. Apesar de parecer ao ex-prefeito que foi graças a seus esforços que o programa chegou a cidade de Eldorado, como já comentamos na nota de rodapé 102 e a partir do Gráfico 1 fica ainda mais claro, não foi apenas em sua prefeitura que os agricultores começaram a se endividar: de 2002 a 2005/2006 há um salto no volume de recursos e contratos a nível nacional, que se repete entre 2008 a 2009 (porém somente a nível de recursos), período da transição, no Vale do

Ribeira/SP, dos créditos voltados ao maracujá, para os destinados ao pupunha (a que chamamos de “alavancagem”)¹⁵⁹.

Para além dos beneficiados pelo Pronaf, o volume de crédito rural “patronal” (como denominado por Feijó, 2014), de acordo com o Gráfico 2 abaixo, também ocorreu em um movimento crescente, com destaque igualmente aos anos de 2008 e 2009.

Gráfico 2 – Evolução dos recursos disponibilizados pelo crédito rural oficial no Brasil. Comparação entre o Pronaf e as linhas de crédito voltadas à agricultura Patronal.

Fonte: Feijó, (2014, p.488)

Estamos, porém, interessados mais com a evolução do crédito rural em geral no Brasil, do que exatamente com a disparidade que são destinados os recursos à agricultura “patronal” em relação à pronafiana, como foca-se Feijó (2014) neste trecho de seu trabalho. Assim, se a partir do Gráfico 2 anterior, chamamos a atenção para a clara escalada dos recursos disponibilizados ao Pronaf no início do governo Lula (2003-2006) e novamente em meados de seu segundo mandato; quanto ao crédito disponibilizado à “agricultura patronal”, além de observamos um crescimento contínuo principalmente a partir de 2003, queremos chamar a tenção para o salto ocorrido entre 2008 e 2009, especificamente, em meados do segundo mandato de Lula (2007-2010), concomitante à crise mundial disparada com a quebra da bolsa americana em 2008.

¹⁵⁹ Para tantas outras relações entre a dinâmica dos recursos e dos contratos apresentados no Gráfico 1 acima, indicamos, além da leitura do trabalho de Feijó (2014), o trabalho de GRISA (*et al.*, 2014).

Isto é, para mais do que defender uma maior distribuição de recursos aos pronafianos, o que nos interessa é apontar as relações entre as políticas voltadas para estes e, como já salientamos, o contexto nacional e global. Para tanto, nos interessa o movimento elaborado por Guilherme C. Delgado, em trabalho intitulado “Especialização primária como limite ao desenvolvimento” (de 2010), no qual trata dos incentivos dados à produção de *commodities* pelo “autodenominado agronegócio”, que se inicia no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e são intensificados no primeiro governo Lula, “com resultados macroeconômicos aparentemente imbatíveis”, porém que culminam em um “recrudescimento do desequilíbrio externo” no segundo mandato (2007-2010).

Delgado (2010) argumenta, deste modo, que a escalada da “opção primário-exportadora” vinda do início dos anos 2000, teria apoiado sua expansão na retomada da distribuição de crédito rural por parte do governo (como é possível também observar no Gráfico 2 de Feijó, 2014, compilado acima), assim como da apropriação da renda da terra em alta (refletindo a precificação das *commodities*), o que lhe teria rendido, durante o período 2003/2007, “vigorosos saldos comerciais”.

O autor, porém, tem por objetivo com a apresentação desse cenário, criticar este modelo, defendendo que tal arranjo econômico teria apenas redefinido a modernização ocorrida nos anos 1970, a qual responsabiliza por não ter resolvido “a dependência externa”, como já destaca no resumo de seu trabalho (DELGADO, 2010, p.111):

“Esse modelo de inserção externa, fortemente apoiado em produtividade de recursos naturais (no comércio externo) e captura de renda fundiária (pelos proprietários de recursos naturais), contém sérios limites ao desenvolvimento. Produção e repartição do excedente econômico, em tais condições, provam armadilhas produtivas (superexploração de recursos naturais) e distributivas (concentração da riqueza fundiária), de sorte a constranger o crescimento econômico à reprodução de padrões de subdesenvolvimento.”

Uma “re-ascensão” do modelo primário exportador, que teria por base a expropriação da terra e que, segundo o autor, configuraria uma “armadilha grave”, uma vez ser dependente de capital estrangeiro (utilizando do fluxo de transações correntes com o exterior), e na “dilapidação paulatina dos recursos naturais não renováveis” (2010, p.123).

Quanto ao momento de “recrudescimento”, ao qual Delgado (2010) se refere ao tratar da política comercial no segundo mandato do governo Lula, este seria como o despontar do limite da política até então adotada, o que porém, como observamos no Gráfico 2 de Feijó (2014, p.488), foi acompanhada de mais um *boom* na disponibilidade de créditos aos “patronais” e da “alavancagem” para os agricultores “quilombolas” do Vale do Ribeira/SP.

Temos em mente, assim, que se para Delgado (2010) este momento aparece como de “recrudescimento” já no segundo mandato de Lula, a política adotada pelo governo federal frente à crise imobiliária americana deflagrada em 2008 resultou, em realidade, na expansão dos créditos, que culminou: no caso, por exemplo, dos grandes latifundiários e usinas produtores de açúcar/etanol do Oeste Paulista, em uma expansão da produtividade e da área plantada (PITTA, 2016); e do plantio do pupunha no Vale do Ribeira/SP, apresentando um sentido semelhante àquele, porém obviamente com créditos de valores infinitamente menores, – sentido que irá se realizar no *boom* da disponibilidade de créditos nos governos de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016).

Porém, se não iremos nos aprofundar na atualidade da reprodução da agroindústria canavieira, quanto ao pupunha no Vale do Ribeira/SP, observamos de perto seu momento de agravamento das condições de reprodução da política até então adotada, resultado, principalmente, no recuo destas (como o PAA, que garantia a compra do palmito a preços acima dos de mercado – R\$7,00 o quilo).

Compreendemos, assim, que se o DRS-Pupunha se deu em um cenário de política anticíclica pós-2008, a “saturação” do pupunha, para nós, possui antes de mais relação com as políticas que possibilitavam a realização do produto (subsidiando a reprodução da família e a compra da produção), revelando seus limites já postos desde o seu momento de implantação, uma vez que a promessa do Pronaf pupunha esteve, desde seu início, atrelada a tantos outros programas estatais de comercialização e reprodução da família; e, tendo tal por pressuposto, voltamos à sua expansão (disponibilidade de mais créditos) em um momento em que a própria reprodução do capital global explicitava, fenomenicamente, seu movimento crítico. Invertemos, assim, a ordem dada por Delgado (2010). Deste modo, temos por hipótese que a “saturação” do pupunha teve e tenha, em primeiro lugar, relação com a impossibilidade da reprodução do agricultor via o Estado o que revela os limites da reprodução atual deste, e, secundariamente, às relações com o mercado regional do Vale do Ribeira/SP.

A fim, porém, de dar mais substância à nossa hipótese, confrontaremos a outra que nos acompanhou durante a pesquisa (partindo da questão quanto às possíveis relações entre o considerável aumento ocorrido, no início do primeiro governo de Lula e meados de seu segundo mandato, de disponibilidade de créditos ao “agronegócio” e ao Pronaf) que atualmente refutamos mas que nos deu subsídios para formular a anteriormente apresentada.

Nossa primeira hipótese era, assim, que apenas com a expansão das divisas obtidas pela produção do chamado agronegócio (que segundo Delgado, 2010, teriam ocorrido

principalmente no primeiro mandato de Lula), que o oferecimento do crédito Pronaf teria sido possível. Em outras palavras, que o crédito voltado aos pequenos agricultores, para além de uma reivindicação dos próprios, foi possível graças às divisas obtidas pelo agronegócio, e desta forma, chegávamos a conclusão que: o mesmo processo que levou à expropriação, na busca pela renda da terra (Delgado, 2010), também teria possibilitado que os que ainda não tivessem sido expropriados da terra fossem mobilizados através da obtenção do crédito Pronaf.

Porém (e aqui começamos a descartá-la), tal hipótese, apresentada sem qualquer problematização teórica, tinha por pressuposto (apoiada no exposto por Delgado, 2010), que o agronegócio seria produtivo, isto é, capaz de se reproduzir de forma ampliada (de explorar produtivamente o trabalho) e crescente, conseguindo pagar seus custos, garantindo ainda ao Estado, na forma de divisas obtidas com a exportação de *commodities*, capital para ser emprestado aos pronafianos. Entretanto, se Delgado (2010) entende que a fragilidade da expansão do agronegócio está, por exemplo, no uso intensivo dos “recursos naturais” e no “mecanismo adotado dessa engenharia fiscal e financeira”, destacando que seu aumento da produtividade se daria sob subsídios públicos que rebaixam as taxas de juros aos tomadores de crédito; somaríamos ao argumento do autor a questão quanto à crescente necessidade de crédito do setor e relacioná-la à crescente centralidade deste na reprodução da sociedade (como em parte já discutimos ao apresentarmos a formulação de Roswitha Scholz, 2004).

Salientamos, mais uma vez, que não estamos aqui defendendo o fim dessas medidas, como o faz o discurso que se põe como liberal (positivando a concorrência como a reguladora do mercado), que acreditamos que não recai sobre o que é, para nós, central na análise, a exploração do trabalho; mas sim, retomando nossa problematização quanto à necessidade por crédito (tanto pelos pequenos, como pelos grandes produtores), e caminhando para nossa atual hipótese, na qual o ponto central não é o fato do agronegócio possibilitar, indiretamente, que o pequeno agricultor obtinha crédito subsidiado, mas sim o Estado, como devedor infalível, a subsidiar ambos os seguimentos, “patronal” e pronafianos, numa promessa tanto de “obter divisas” com o agronegócio, como de, a partir da massificação do crédito, ampliar a promessa de que seriam “produtivos” os pequenos agricultores endividados.

Para tanto, é preciso explicitarmos o que entendemos por *trabalho produtivo*, para assim melhor expormos por que refutamos nossa primeira hipótese. Assim, para nós, com base em Kurz (1995), *trabalho produtivo* diferiria completamente da noção corrente que considera este, simplesmente, como o trabalho produtor de materialidade (não considerando a

relação entre os capitais produtivos, que para se realizarem precisam estar dentro da média social formada na concorrência), e que desta forma não possuem em sua formulação a noção de crise do trabalho e, tampouco, a de *dessubstancialização do capital* (Scholz, 2016).

Apoiamo-nos, portanto, em Kurz (1995), para o qual, pelo contrário, *trabalho produtivo* seria somente aquele que, mesmo após a relação entre os produtos do trabalho de mesma qualidade, ainda assim se encontraria dentro da média social colocada pela concorrência, na relação com todos os capitais globalmente. Portanto, só seria produtivo aquele trabalho “cujos produtos (e também cujos custos de reprodução) refluem no processo de acumulação do capital; ou seja, aquele cujo consumo é recuperado de novo na reprodução ampliada” (KURZ, 1995). E, ainda com Kurz (1995), sugerimos que, após o *boom* fordista, como já argumentamos, a exploração se daria crescentemente sobre um trabalho improdutivo que se realiza, com suas devidas particularidades, sobre dívidas insolventes - desde pronafianos à inadimplência dos latifundiários e grandes produtores de *commodities* no Brasil (PITTA *et al*, 2012 e PITTA, 2016).

Tendo tal formulação em mente, voltamos ao particular, a dinâmica do Pronaf no Vale do Ribeira/SP: se até este ponto o “*boom*” dos créditos do Pronaf é explicado em relação ao contexto nacional, recaindo a queda na disponibilidade (as dificuldades para liberação de novos créditos) somente sobre a responsabilidade dos sujeitos, questionamos: seria realmente o índice de inadimplência dos agricultores o responsável pelo bloqueio da linha B e restrições à disponibilidade para o grupo “alavancado” (V/AF)?

Aqui voltamos à surpresa de Emerson (funcionário do ITESP) quanto à disponibilidade de crédito ao grupo B: “Estranho né, vai ver, o ano passado não tinha dinheiro e esse ano [2015] foi o primeiro [ano] que travou por inadimplência, né? Estranho né? Nunca travou por inadimplência, né?”. Surpresa a qual Sidney justifica como falta de recurso que recairia somente a este grupo e não ao V, uma vez que aquele teria como fonte apenas o Tesouro Nacional (TN), enquanto este teria a possibilidade de mobilizar uma maior variedade de recursos.

Porém, se por um lado, Sidney estaria correto quanto às fontes utilizadas para cada grupo (como lemos, por exemplo em Feijó, 2014; Bittencourt, 2003; e Pires, 2013), por outro, para que um recurso possa ser emprestado a um agricultor do grupo V a taxas cobradas pelo programa, não é outro senão também o TN, que paga ao recurso a diferença, que este ganharia caso, ao invés de emprestar ao Pronaf, o fizesse a um credor fora do programa. Sendo mais explícito: a União não possui orçamento para emprestar ao grupo B, mas sim para subsidiar a

diferença entre as taxas de juros garantindo financiamento à linha V. Para tanto, precisamos nos deter nos acordos estabelecidos entre as instituições financeiras e o Estado que garantem o fornecimento do crédito aos agricultores.

Relembrando assim a fala de Paulo (BB-Jacupiranga), destacamos: o banco nunca perde, ele sempre “tem que ganhar”. Isto porque, seja cobrindo a diferença nas taxas de juros (entre a cobrada pelo programa do mutuário e a taxa de remuneração dos recursos utilizados), a chamada *equalização dos juros*, seja garantindo que o saldo devedor não fique para o banco e para isso – apesar do discurso de cunho moral do BB que incentiva a prorrogação, a renegociação e a securitização –, segundo Buainain (2007, p.64), os bancos não formalizam a inadimplência, pois, caso o fizerem, terão que assumir o prejuízo:

“lançar os valores na conta de crédito em liquidação e buscar reparação do dano na Justiça. De outro, se as dívidas são refinanciadas [...], os bancos não têm prejuízo e cumprem com as destinações compulsórias do crédito”.

E assim,

“Os constantes adiamentos dos prazos para efetivação dos pagamentos das dívidas securitizadas ampliam os custos para o Tesouro Nacional com equalização dos juros e criam um efeito negativos junto aos agricultores”.

E talvez por isso, o crédito voltado ao grupo B não seja prorrogado ou renegociado, mas sim restringido e bloqueado, uma vez que o recurso responsável por este crédito seja proveniente unicamente do TN, que não exige *equalização das taxas de juros* (uma vez que mobiliza apenas seus próprios recursos) e cobre totalmente o risco em caso de inadimplência (FEIJÓ, 2014); enquanto os agricultores que acessaram a linha V são inclusive desencorajados a quitar à vista sua dívida (como relatou César, agente do BB de Jacupiranga, à comunidade de São Pedro). E, se por um lado, salientamos o possível desinteresse do banco para com o grupo B, por outro, ao observamos a dinâmica dos recursos financeiros ao Pronaf, vemos (com base no Gráfico 3 abaixo) uma tendência de diminuição na disponibilidade do recurso proveniente do TN (constituído de recursos do OGU – Orçamento Geral da União).

Gráfico 3 – Participação percentual no Pronaf das fontes de recurso que alimentam o programa (1995-2012)

Fonte: Feijó, (2014, p.474)

Assim, se de Julho a Dezembro de 2014 houve um corte na disponibilidade de crédito para o grupo B, seguida de bloqueio em 2015, justificado pelo índice de inadimplência; o que observamos no Gráfico 3 acima é uma diminuição na participação do OGU a partir de 2005, que caminha para quase inexistência em 2011/2012, porém precedida por uma crescente que começou em 1999, para em 2004 chegar à sua maior participação (curiosamente o período de implantação do projeto DRS maracujá, grupo B). Temos assim por hipótese, que se o bloqueio se justificou pela inadimplência, ocorreu em paralelo a um drástico corte na fonte responsável pelo crédito ao grupo B.

Porém, além de ser a única fonte a financiar o grupo B, o OGU/TN é compartilhado com os outros grupos do programa, uma vez que é também esta fonte a responsável pela remuneração dos diversos recursos (realizando a equalização das taxas de juros) e da instituição financeira¹⁶⁰. Antes de nos voltarmos exatamente a estas remunerações, é importante apresentar algumas outras poucas informações sobre os recursos disponibilizados

¹⁶⁰ Segundo Feijó (2014, p.474-5): “Quanto ao uso de recursos do OGU observa-se um *boom* entre 2002 e 2004, porém, depois disso o governo priorizou a alocação do Tesouro para alavancar as outras fontes.” E, de acordo com De Conti e Roitman (2011, p.151), responsável pela organização de um gráfico semelhante ao copilado de Feijó (2014), porém com dados entre 1995 a 2010: no caso do OGU, no período 2000/2001, sua participação relativa no total das fontes de financiamento do Pronaf apresentou um crescimento, passando de aproximadamente 11% para, em 2004/2005 chegar a 36%. Entretanto, já em 2005/2006 sua participação relativa cai bruscamente para 3%, variando entre 4 e 5 até 2009/2010.

ao Pronaf. Para tanto, dada sua sistematicidade, iremos nos apoiar principalmente no trabalho de Bruno M. De Conti e Fábio B. Roitman (publicado na revista do BNDES, 2011, sob o título “Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa”) (trabalhos como de Pires, 2013, e Feijó, 2014, também apresentam esta discussão, porém de forma não tão detida nos recursos como De Conti e Roitman, 2011).

A primeira distinção que os autores apresentam entre os recursos destinados ao Pronaf é entre aqueles de fonte pública e os captados pelas instituições privadas. No caso desses últimos, foi determinado, por Lei 4.829 de 1965, a “exigibilidade” de que deveriam ser destinados ao setor rural os obtidos a partir dos **depósitos à vista** (também chamados de “recursos obrigatórios” que, dada sua localização no Manual de Crédito Rural – MCR –, ponto 6.2, são também chamados de **MCR 6.2**) e da **poupança rural** (também nomeados de **MCR 6.4**), entre outros (não destinados ao Pronaf). No caso do primeiro, recai sobre ele ainda *subexigibilidade* de que uma certa porcentagem (que, no ano do trabalho dos autores, 2011, estava em 10%), deve ser obrigatoriamente destinada ao financiamento do Pronaf.

Quanto a *subexigibilidade*, incidem ainda os “fatores de ponderação”, que determinam que “a cada operação de investimento ao amparo do Pronaf contratadas com taxas de juros de 1%a.a. aplica-se, no ano safra 2010-2011, um fator de ponderação igual a 2,4, o que significa que a cada R\$1 destinado a essas operações é contabilizado como R\$2,40 para efeito do cumprimento da exigibilidade e da subexigibilidade” (DE CONTI e ROITMAN, 2011, p.144). Segundo Bittencourt (2003, p.118), este mecanismo, em realidade, seria responsável por possibilitar a **criação de dinheiro** para a instituição financeira, uma vez que, permite que esta diferença (no ano destacado por De Conti e Roitman, de R\$1,40), possa ser aplicada em qualquer outra operação financeira.

Porém, se por um lado, recai sobre o **MCR 6.2**, quando aplicado ao Pronaf, os “fatores de ponderação”, por outro, esta fonte não exige remuneração, assim como também não exigem as fontes provenientes do **TN** (como já salientamos) e as provenientes dos **Fundos Constitucionais**¹⁶¹.

Por sua vez, os recursos provenientes do **MCR 6.4**, do **FAT** (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do **RPE** (Recursos Próprios Equalizáveis) exigem equalização, porém cada um possui sua especificidade.

¹⁶¹ São eles os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro Oeste (FCO), possuindo cada um, um banco operador, respectivamente, o Basa, o BNB e o BB.

Os **RPE** são recursos provenientes de bancos cooperativos destinados ao Pronaf, o Ministério da Fazenda (MF) prevê a equalização, mas só a tem feito nos casos dos bancos Bancoop e Bansicredi. O **FAT**, por sua vez, tem por finalidade principal garantir o pagamento do seguro desemprego e dos abonos salariais, não sendo compulsoriamente emprestado ao Pronaf. Quando o faz, é por determinação do BNDES, para o qual empresta, por determinação constitucional, 40% do arrecadado. Exige, quando destinado ao Pronaf (via BNDES) equalização, uma vez que as taxas pagas pelo Pronaf são inferiores às que remuneram o fundo (a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo).

Por fim, o **MCR 6.4.**, apesar de ter que cumprir a *exigibilidade*, em 2010/2011, de destinar 69% de seus recursos ao crédito rural, não tem que cumprir a *subexigibilidade* a qual recai sobre o **MCR6.2**, sendo, portanto, sua destinação ao Pronaf condicionada à autorização pelo MF a realização pelo TN da equalização desse recurso, medida que se aplicou ao BB. Apesar de ser o MCR 6.4, entre as fontes disponibilizadas ao Pronaf, a que exige maior remuneração, esta tornou-se a partir do ano safra 2008/2009 a principal fonte utilizada (como se observa no Gráfico 3).

Ainda com base no trabalho de De Conti e Roitman (2011), gostaríamos de expor mais três dados: um primeiro, que no ano safra 2009/2010 o BB foi responsável por mais de 70% dos montante financiado no âmbito do Pronaf (sendo, no caso dos agricultores localizados na cidade de Eldorado, a única IF a trabalhar com o programa); observou-se entre os anos 2007/2008 e 2010/2011 um aumento da disponibilidade ao BB do recurso provenientes do MCR 6.4 (poupança rural); e, por fim, quanto ao *spread*, determinado pelo Ministério da Fazenda, que cada banco deve ganhar por seu “serviço” de mediador do Pronaf, ao BB é garantido um *spread* de 7,25%, contra 4% para BNDES. Isto é, o BB é, até a data do trabalho dos autores (2011), a principal IF a trabalhar com o Pronaf, utiliza para tanto a fonte que exige maior remuneração e recebe o maior *spread*.

Por fim, se observarmos o Gráfico 4 abaixo, com base em Feijó (2014), quanto à participação das IFs no programa, mesmo tendo caído a do BB a partir de 2010 relativamente às outras, se desconsiderarmos a participação do Banco Central do Brasil (BCB, responsável, segundo o Feijó, 2014, por repassar recursos aos bancos privados que passaram a operar com

o programa)¹⁶², o BB continuou a ser a principal IF a trabalhar com o Pronaf. Participação que, como apresentamos, não se justifica por ser um banco “barato” ao programa.

Gráfico 4 – Empréstimos Pronaf concedidos por bancos e cooperativas que operam com o programa (2000-2012) (em R\$)

Dados: Feijó (2014, p.476-477); Org.: Cecília C. Vecina

Até o momento, porém, apenas apresentamos rapidamente os recursos mobilizados para os financiamentos do Pronaf e as instituições financeiras responsáveis, focaremos agora no como a remuneração dada a estes (IF e recursos) impacta ao TN e, indiretamente, ao programa. Para tanto, De Conti e Roitman (2011, p.158) classificaram em dois, os componentes que são pagos pelo TN às instituições financeiras (IF) que trabalham com o programa, somado a mais um, que diz respeito à remuneração do recurso mobilizado para tal, sistematizados os três a seguir: 1) o *spread*, destinado a cobrir os custos administrativos e tributários (que os autores denominaram de EQL_1); 2) a remuneração à IF nos casos das linhas do Pronaf que oferecem bônus de adimplência (desconto sobre as parcelas pagas em dia), a qual é calculada e paga separadamente pelo TN; e 3) o pagamento do diferencial entre a taxa de juros de captação e os juros cobrados do mutuário final (EQL_2).

Com base nessa apresentação, os autores simulam um mesmo crédito Pronaf investimento de R\$20mil, à juros de 2%a.a e oito anos para pagar¹⁶³, mediado por duas

¹⁶² Quanto à participação do BCB, o autor não especifica quais são estas instituições financeiras privadas que passaram a trabalhar com o Pronaf e muito menos qual a relação entre estas e o BCB em termos de pagamentos de equalização, mas muito nos intriga sua ascensão pós 2010.

instituições financeiras: o BB, que seguindo a tendência observada pelos autores, utilizará na simulação recursos da poupança rural (MCR 6.4); e o BNDES, que utiliza recursos ordinários e também do FAT. Ambas as fontes, possuem variação anual em suas taxas de captação. Sendo fieis à linha de crédito utilizada na simulação, os autores não calculam qualquer gasto com bônus de adimplência, mas apenas ao que os autores denominaram de EQL_1 e EQL_2 , sendo a EQL a soma das duas anteriores.

Tabela 6 – Simulação do custo da equalização para um financiamento do Pronaf Investimento no valor de R\$20mil (em R\$)

Ano	BNDE			Banco do Brasil		
	EQL_1	EQL_2	EQL	EQL_1	EQL_2	EQL
2010	95	97	192	170	126	296
2011	758	772	1.530	1.358	959	2.316
2012	662	674	1.336	1.186	824	2.010
2013	566	576	1.142	1.013	704	1.718
2014	469	478	948	841	584	1.425
2015	373	380	753	668	465	1.133
2016	277	282	559	496	345	841
2017	181	184	365	324	225	549
2018	84	86	170	151	105	256
Total	3.464	3.530	6.995	6.207	4.337	10.544

Obs.: Quanto ao valor obtido para o EQL_2 , os autores salientam que a baixa diferença entre o obtido pelo BNDES e o BB, “deve-se ao fato de que as respectivas taxas de juros de captação – TJLP e rendimento da poupança rural (MCR 6.4) – estiveram próximas em 2010 (6% a.a. e 6,9%, respectivamente) e, por hipótese, foram mantidas nos anos subsequentes.” (DE CONTI e ROTIMAN, 2011, p.162-163)

Fonte: De Conti e Roitman (2011, p. 161); Org.: Cecília C. Vecina

Isto é, em termos de pagamento do *spread* à IF (EQL_1), o BB recebe do TN um total, após a quitação do crédito (sem considerar que possam ter ocorrido prorrogações – que aumentariam o prazo em que recai a taxa do *spread* – ou renegociações) de R\$6.207, contra R\$3.464 no caso do BNDES. Isto é, enquanto o agricultor recebe um crédito de R\$20mil a 2%a.a., o BB recebe do TN, pelo serviço de mediar o programa, aproximadamente 31% do valor recebido pelo agricultor em termos de *spread*¹⁶⁴. Quanto à remuneração do recurso utilizado, o MCR 6.4 (mobilizado pelo BB), recebe do TN por se deixar emprestar a um crédito de R\$20mil do Pronaf, um total de R\$4.337.

¹⁶³ Condições semelhantes à encontrada no contrato financeiro em anexo D.

¹⁶⁴ Bittencourt, em sua dissertação de mestrado (2003, p.162), faz referência a uma porcentagem que chega a aproximadamente 85%: “Um contrato de investimento do grupo C [ano safra 2002/2003] de R\$3,2mil com duração de 8 anos, custa para o TN cerca de R\$2,7mil (84,8% do valor do financiamento) quando realizado pelo BNDES (22,8% é *spread* e será dividido com o agente financeiro final) e R\$3,18mil (99,4% do valor financiado) quando realizado pelo BB, que fica com 37,4% do valor financiado como *spread*”.

O caso é diferente para os créditos do grupo B que, relembramos, por utilizarem recursos do TN/OGU, dispensam o pagamento da diferença entre as taxas de juros (denominado por De Conti e Rotiman, 2011, de EQL_2). Porém, quanto à EQL_1 , segundo Bittencourt (2005, p.214), mesmo a União tendo assumido integralmente o risco, os bancos recebem um *spread* de 6%a.a. simplesmente por prestar os serviços.

Quanto à dinâmica do Pronaf no Vale do Ribeira/SP (e, mais especificamente, na cidade de Eldorado): se temos por hipótese que a restrição do crédito destinado ao grupo B em 2014, seguida de bloqueio em 2015, possui relação, talvez mais estreita, com a queda da participação do TN como recurso determinada pelo MF, do que exatamente com a inadimplência local; por sua vez, o crédito destinado ao V, que segundo Tercides (técnico da Sec. da Agricultura) teve seu *boom* em 2008/2009, talvez também tenha alguma relação com a possibilidade, dada pelo MF ao BB, de trabalhar com recursos da poupança rural (MCR 6.4) que, curiosamente, remuneram o Banco do Brasil tanto quando o agricultor está adimplente (como vimos na simulação montado por De Conti e Roitman, 2011), como quando inadimplente, como vimos ao discutir o contrato e também destaca Gilson Bittencourt (2003, p.165, **grifos nossos**) para os casos em que é dado ao mutuário o direito de prorrogação:

“Estudos da SAF [Secretaria da Agricultura Familiar?] demonstravam que [...] caso as operações fossem **prorrogadas** para mais dois anos, o custo com equalização e pagamento do spread bancário consumiria cerca de R\$ 100 milhões, **sendo que o benefício ficaria com os bancos**, que ganhariam com a renegociação, enquanto que os agricultores [...] teriam suas dívidas apenas prorrogadas.”

E, por fim, voltamos à primeira citação desse item, em que Paulo nos diz que “o banco tem que ganhar”, e com base na análise que elaboramos do contrato financeiro (anexo “D”), no trabalho de De Conti e Roitman (2011) e em Bittencourt (2003), concluímos que enquanto ao pronafiano ficam os juros e multas, à instituição financeira fica a possibilidade de literalmente criar dinheiro (como permite os “fatores de ponderação”), como também de ganhar pelo simples fato de emprestar recurso alheio (mas isso em nada difere do que o sistema financeiro já o faz – o que não significa que deve ser naturalizado). E com base nessa possibilidade de criar dinheiro, que no próximo item iremos nos debruçar sobre a questão, muito formulada pelos críticos do sistema financeiro (como por exemplo Leda Paulani, 2009a, 2009b e 2010), quanto à predominância deste sobre a reprodução da sociedade; e, especificamente em relação às “parcerias” entre IF e Estado para que o Pronaf fosse instituído, do quanto em realidade o Estado não estaria a subsidiar o agricultor, mas sim o

sistema financeiro, como podemos ver no Gráfico 5 abaixo (que prometemos que será o último que apresentaremos).

Gráfico 5 – Transferência do Tesouro a título de equalização dos juros e pagamentos pelo custo operacional dos empréstimos dos bancos envolvidos no Pronaf (1997-2012) – (em R\$) (em milhões)

Fonte: Feijó (ANO, p. 470). Org.: Cecília Vecina

Capital fictício e reprodução social

Iremos assim, a partir do dito no item anterior, discutir três pontos: a possibilidade dos bancos, a partir do “fator de ponderação”, criarem mais dinheiro; o mecanismo pelo qual já “naturalmente” trabalham os bancos, que como mediadores entre os recursos e os devedores, exigem para si um *spread*; e a crítica quanto à determinação do sistema financeiro sobre a reprodução da sociedade como um todo.

Vamos iniciar pelo o que usualmente se naturaliza: o fato do banco criar de D (dinheiro) D’ (mais dinheiro, na fórmula de Marx, 1985, vol. III, t.2), sem que para isso necessite ele próprio produzir valor algum, mas apenas exigir para si parte da mais-valia: os juros. Para tanto, se até aqui recorremos a autores que tinham por objetivo problematizar e regular o Pronaf, cada um à sua maneira (como se lê, por exemplo, em Feijó, 2014, e em

Bittencourt, 2003 e 2005)¹⁶⁵, aqui, voltaremos às formulações de Marx (1984b, vol. III, t.1 e 1985, vol. III, t.2) e à centralidade que este dá ao trabalho como o produtor de mais valor.

Partimos assim do pressuposto para nossa apresentação, que o juro se dá como possibilidade de rendimento para o capitalista monetário, que ao emprestar para o capitalista funcionante, transforma dinheiro em capital, capacitando o segundo a extrair dos trabalhadores trabalho não-pago (MARX, 1984b, vol. III, t.1). Um dinheiro-capital que, para tanto, transforma-se em uma mercadoria vendida entre capitalistas, com o compromisso de que o segundo, através de seu “uso” na produção, irá remunerar o primeiro, que espera desse uma quantia pré-determinada referente ao juro.

A diferença, porém, entre uma troca qualquer entre mercadorias e esta transação entre capitalistas é que esta “tem a peculiaridade de que, pelo consumo de seu valor de uso [do dinheiro], seu valor e seu valor de uso não só são conservados, mas multiplicados” (MARX, 1984b, vol. III, t.1, p. 264).

O capital a juros aparece ao capitalista funcionante, desta forma, como possibilidade de reiniciar o ciclo de produção, sem que para isso tenha que ter produzido no ciclo anterior o suficiente para a ampliação, ou que tenha que utilizar seu próprio capital entesourado para tal. Porém, ao obter um montante de dinheiro a juros, terá agora este capitalista, ao final do processo produtivo, que “garantir” certo nível de mobilização do trabalho (produtividade do trabalho), suficiente para que o lucro obtido ao final da produção (descontado os gastos com o salário dos trabalhadores, o desgaste do maquinário e o consumo de matérias-primas e auxiliares) o reproduza como capitalista (como mobilizador de trabalho alheio, que recebe para tanto um “salário” pela sua administração – um *ganho empresarial*) e também remunere o capitalista que lhe emprestou o capital, pagando-lhe juros (MARX, 1984b, vol. III, t.1). Para tanto, o contrato entre capitalistas, do devedor que deve parte de seu lucro para remunerar o credor que recebe na forma de juros após determinado tempo, expressa o processo de *autonomização* da classe capitalista em duas, cada uma com sua respectiva remuneração:

“O capitalista funcionante é pressuposto aqui como não-proprietário do capital. A propriedade do capital é representada perante ele pelo prestamista, o capitalista monetário. O juro que paga a este **aparece**, portanto, como aquela parte do lucro bruto que cabe à propriedade do capital como tal. Em contraste

¹⁶⁵ Feijó (2014) chega à conclusão, ao final de seu artigo, que os juros cobrados pelo Pronaf deveriam ser maiores, para que o programa se tornasse “financeiramente autossustentável”, uma vez que para o autor, o atual pagamento realizado pelo Estado às IFs deveria preocupar os “pagadores de impostos”. Já Bittencourt (2003 e BITTENCOURT *et al*, 2005) chega, por sua vez, a inúmeras propostas de melhorias do programa, sugerindo temas de pesquisas que busquem influir no caminhar daquele.

com isso, a parte do lucro, que cabe ao capitalista ativo **aparece** agora como ganho empresarial oriundo exclusivamente das operações ou funções que ele efetua com o capital no processo de reprodução, especialmente, pois, das funções que como empresário ele exerce na indústria ou no comércio.” (MARX, 1984b, L.III, t.1, p.280)

Destacamos a palavra “aparece” não por acaso, pois, o processo pelo qual o capital se reproduz é naturalizado: aparece como sendo fruto do próprio capital o *juro* obtido ao final do contrato (D-D’); e aparece ser do trabalho do gestor, do capitalista funcionante, o fruto do pagamento de seu *ganho empresarial*, e assim o *lucro* é repartido entre essas duas figuras. O que queremos apontar é que o montante aplicado ao iniciar o processo produtivo (D), o crédito, só é acrescido de mais-dinheiro (D’ – juros e ganho empresarial), entretanto, se explorar produtivamente trabalho (obtendo mais valia), porém que *aparece* como propriedade do próprio capital.

Acreditamos, assim, que é aqui que reside tanto o ideário da promessa do Pronaf, como a justificativa para seu fracasso sob o olhar dos técnicos. Isto é, do ideário que o crédito, se aplicado de acordo com o projeto por eles elaborado, irá explorar produtivamente o trabalho do agricultor familiar; e de que o fracasso se dá, pois, o agricultor não soube ser um bom gestor. Imputa assim ao agricultor, tanto o papel do trabalhador, como do capitalista funcionante, constituindo aquele, em realidade, plenamente nenhum dos dois: pois, não só sua auto-exploração não chega aos níveis de produtividade ao qual os técnicos apregoam; como também, antes de ser um gestor de trabalho alheio, para que consiga pagar o crédito, é preciso que o agricultor mobilize gratuitamente a força de trabalho de sua própria família. A crença dos técnicos explicita assim a *aparência* de autonomia (MARX, 1985, vol. III, t.2) – como já discutimos ao problematizarmos, por exemplo, Graziano da Silva (1997) e A. Oliveira (2005 e 2007).

Porém, se questionamos a naturalização de tal proceder, por outro lado, não a consideramos fruto de um processo “injusto”. Como salienta Marx (1985, vol. III, t.2, p.256): “é justo contanto que corresponda ao modo de produção”, sendo o modo de produção capitalista apoiado no apagamento de seu pressuposto, aparecer aos seus participantes que o capital valoriza a si mesmo, e não o trabalho, não é nenhuma injustiça.

Perseguindo, desta forma, a justiça que lhes cabe, *aparece* a estas duas classes de capitalistas determinar a variação que cada uma irá receber, do quanto pagará uma a outra de juros, “de modo que o refluxo do capital com respeito a essa transação, já não aparece como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma de dinheiro” (MARX, 1984b, vol. III, t.1, p.262).

De modo geral, haveria em teoria como limite máximo para a determinação do valor do juro, o lucro obtido após a realização das mercadorias, subtraído o “ganho empresarial” e, portanto, a aparente arbitrariedade dos juros desapareceria assim que se relacionasse com determinado ramo produtivo. Já quanto ao mínimo que pode atingir a remuneração do capital a juros, esta é “totalmente indeterminável” (1984b, vol. III, t.1, p.269)

Porém, se um máximo, teoricamente, é determinável, leis gerais para a fixação da taxa de juros não podem ser daí derivadas: “ele [o juro] é apenas parte do lucro médio” (1984b, vol. III, t.1, p.273). A taxa de juros é, assim, diferente da taxa de lucro (que diz respeito a uma equalização das taxas particulares, que ocorre *a posteriori* da produção), aquela é determinada *a priori*, “diariamente fixado, um fato que até serve ao capital industrial e mercantil como pressuposto e parcela no cálculo de suas operações. Torna-se uma capacidade geral de cada soma de dinheiro de 100 libras esterlinas proporcionar 2, 3, 4, 5%” (*idem*, p.275). Assim, a taxa de juros passa a determinar qualquer produção, uma vez que expressa a possibilidade de essa “render” (como capital que rende por si só) a níveis iguais ou maiores à da promessa da taxa de juros. Como destaca Marx (*idem*, p.276, **grifos nossos**)

“A concorrência entre as esferas particulares cessa aqui; todas elas são confundidas como mutuários de dinheiro, e o capital as confronta todas também na forma em que ele é indiferente à maneira especial de seu emprego. Como aquilo que o capital industrial só aparenta no movimento e na concorrência entre as esferas particulares, como capital comum em si de uma classe, ele surge aqui de fato, com toda força, na procura e oferta de capital. [...] Acresce que, com o desenvolvimento da grande indústria, o capital monetário, à medida que aparece no mercado, é cada vez menos representado pelo capitalista individual, pelo proprietário desta ou daquela fração do capital existente no mercado, mas **surge como massa concentrada, organizada** que, de maneira bem diversa da produção real, se encontra sob controle do banqueiro, que representa o capital social. **De modo que, quanto à forma da procura, ao capital emprestável se contrapõe a força de uma classe, assim como, quanto à oferta, ele mesmo surge en masse como capital emprestável.**”

Isto é, não apenas como “baliza” para as produções (uma vez que fica ao portador do dinheiro a possibilidade de empregá-lo na produção ou aplicá-lo com a finalidade de obter juros), sendo indiferente como é o capital empregado, como também este surge aqui concentrado em uma classe “organizada”, que aos berros repete jargões de “livre concorrência” e produções determinadas pela “oferta e procura”, porém que graças à sua concentração, determina as produções (e, conseqüentemente, a taxa de lucro). Como também obscurece e recoloca a clássica defesa da “luta de classes”, uma vez que se põe, ela mesma, como “trabalhadora”: o administrador.

Mas vamos por passos, pois se por um lado já exploramos um tanto a questão do apagamento do trabalho, por outro, a apresentação dos juros feita acima destaca dois pontos que muito nos interessam quando voltamos ao Vale do Ribeira/SP: um primeiro, que diz respeito ao “limite máximo dos juros”, pois o que se explicita quando olhamos para os recursos disponibilizados ao Pronaf, é um juro obtido pelas IFs, pago pelo Estado, que não tem como limitante nem um possível ganho empresarial pelo trabalho do agricultor, ou um lucro de “direito” do devedor, como tampouco qualquer baliza que justifique, por exemplo, o BB receber do Estado um maior *spread* que o BNDES (a não ser de acordos entre estes “cavalheiros”); e um segundo, que se entrelaça com o primeiro, que diz respeito à formação dessa “massa organizada”, que aparece tanto no papel das instituições financeiras, como das fábricas (como reclamado por Elói) e dos fornecedores de insumos (como discutimos a partir das falas de Mário da MMMudas).

Isto é, apesar de aparentemente o agricultor ser o devedor, em realidade, no caso do Pronaf, esta figura parece não existir: seja porque quem paga os juros aos banco é majoritariamente o Estado; seja porque o juro não seja proveniente de um possível lucro produtivo do agricultor (o que não significa, de modo algum, que este não trabalhe incessantemente para tal), mas sim, de uma repartição do dinheiro estatal entre o recurso e o banco, sendo, ainda permitido a este também pelo Estado, ganhar com os “fatores de ponderação”.

Desta forma, nos parece que, seja o juro obtido pelo banco, seja o produzido pelo agricultor com acesso ao crédito, ambos não tem como fundamento a valorização do valor pelo trabalho, mas sim o Estado. Aqueles que muito lutam pela continuidade do capitalismo (defendendo uma possível regulação), poderiam porém replicar que sim, todos estes pagamentos teriam como fundamento o trabalho, e diriam: “*o que seria, por exemplo, a base dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), senão o trabalho?*” De nosso lado, responderíamos: em que termos se reproduz hoje a produção, se considerarmos que para tanto é necessário atingir um nível de produtividade cada vez mais elevado, seja decorrente da concorrência, como, e principalmente, pelo processo de constituição dos monopólios? Ou o que significa ser remunerado pelo Estado, que em si não é responsável por produzir valor algum, mas apenas de garantir ao capital maior fluidez (financiando exatamente o que ao capital privado se mostra necessário, porém inviável financeiramente – como é o caso das infraestruturas)? E, por fim, se a utilização do FAT como recurso diz respeito a um trabalho

que supostamente ainda se reproduz produtivamente, o que significa a queda do FAT como fonte para o Pronaf e a ascensão da poupança rural?

O que temos em mente, deste modo, é que a atual reprodução dos quilombolas (e poderíamos dizer, também quanto à sociedade) se faz dependente da criação de um capital que atenda ao crescente aumento dos níveis de produtividade, a ponto de criar dinheiro sem qualquer fundamento na produção de valor (como, por exemplo, os “fatores de ponderação”, De Conti e Roitman, 2011), mas sim, ancorado no Estado – processo que não se restringe apenas aos tomadores de crédito do Pronaf, mas também aos grandes produtores beneficiados pelo SNCR, também largamente subsidiado pelo Estado (PITTA, 2016). Se impõe, deste modo, a determinação não só pela obtenção dessa mercadoria crédito, como da dependência para produzir hoje com empréstimos que pagam dívidas de ontem, prometendo para tanto a produção de amanhã.

Porém, os desdobramentos atuais da análise desse processo, possuem diversas interpretações. Para tanto, e a fim de problematizarmos e aprofundarmos o apresentado até aqui sobre o processo que toca aos agricultores quilombolas do Vale do Ribeira/SP, iremos dialogar com o que chamaremos de “duas linhas de pensamento marxista divergentes”: uma, que já em partes apresentamos nesse trabalho, diz respeito às formulações de David Harvey (2013 e 2014)¹⁶⁶, com a qual muito dialoga a Profa. Leda Paulani (da FEA/USP – 2009a e 2009b e PAULANI e ALMEIDA FILHO, 2011), discutindo esta, por sua vez, a relação entre a reprodução do capital e o capital financeiro (que nos interessa por aproximarmos de nosso objeto de pesquisa); e uma segunda, que diz respeito às formulações de Robert Kurz (1995), que por sua vez, quanto ao processo de financeirização da sociedade, está lado a lado com o desenvolvido por Roswitha Scholz (2016).

Começamos pelo pagamento de nossa promessa, apresentando as formulações de David Harvey quanto ao processo de financeirização. Para tanto, recorreremos ao mesmo livro que Bernini (2015) se apoiou, “O novo imperialismo” (2014), mais especificamente aos capítulos três (“A opressão via capital”) e quatro (“A acumulação via espoliação”), pelos quais o autor apresenta o como entende a “sobrevivência do capitalismo durante tão longo período, em meio a múltiplas crises e reorganizações” (HARVEY, 2014, p.78). Muito já foi tratado sobre o tema quando discutimos o trabalho de Bernini (2015), gostaríamos apenas de

¹⁶⁶ E com isso, pretendemos “pagar” uma de nossas últimas promessas/dívidas feitas ao longo desse capítulo, quando apontamos que haveria uma diferença entre o “processo de flexibilização do trabalho” em Scholz (2004) e a “acumulação por espoliação” em Harvey (2014).

retomar e aprofundar alguns pontos, sendo o principal deles ao como Harvey (2014) compreende o mecanismo de “sobrevivência do capitalismo”, e para tanto, o que este entende por “crise”, que abalaria esta “sobrevivência”.

Assim, para o autor, as crises seriam decorrentes de processos de sobreacumulação, “tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho” (HARVEY, 2014, p.78), sendo imperativo a fim de evitar os processos de desvalorização, “descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção” (*idem*, p.78)¹⁶⁷.

Para tanto, Harvey (2014) ressalta uma “reticência” à teoria de Marx: se para esse a acumulação primitiva já teria ocorrido, tomando hoje o processo a “forma de reprodução expandida”¹⁶⁸; para Harvey, o processo pelo qual se deu aquela, teria ainda hoje papel relevante na reprodução do capitalismo, atualizando-a sob o nome de “acumulação por espoliação” e propondo, para tanto, que a reprodução expandida estaria articulada à acumulação por espoliação. Assim, se o processo de reprodução do capital levaria a momentos de superprodução, a “acumulação por espoliação”, por sua vez, seria responsável por “liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custos muito baixos (e, em alguns casos, zero) [...] dando-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2014, p.124) criando e recriando, com isso, novos “ordenamentos espaço-temporais”. Sendo, para tanto, crucial a ação do Estado e do sistema financeiro, uma vez que:

“não se pode converter diretamente capitais excedentes na forma de camisas e sapatos num aeroporto ou instituto de pesquisa. As **instituições estatais e financeiras** detêm o poder chave de gerar e oferecer crédito. Elas **criam com efeito aquilo que se poderia denominar ‘capital fictício’** (ativos em títulos ou notas promissórias **desprovidos de suporte material**, mas que podem ser usados como dinheiro).” (HARVEY, 2014, p.97, **grifos nossos**)

¹⁶⁷ O autor deixa ainda mais claro sua posição quanto a solubilidade das crises do capital em seu livro “O enigma do capital: e as crises do capitalismo” (2011 – no qual se detém na crise fenomênica americana de 2008): “O capitalismo tem sobrevivido até agora apesar de muitas previsões sobre sua morte iminente. Esse êxito sugere que tem fluidez e flexibilidade suficiente para superar todos os limites, ainda que não, como a história das crises periódicas também demonstra, sem violentas correções.” (p.46). Neste trecho, ainda é possível contrastar o uso do termo “flexível” pelo autor, ao como Scholz (2004) o utiliza: se para esta, a flexibilização é em si reflexo do processo crítico de reprodução do capital, que exige cada vez mais trabalho dos sujeitos e que, simultaneamente, diz sobre o processo de “dessubstancialização”; para Harvey (2011), este é posto meio pelo qual o capital conseguiria contornar suas crises.

¹⁶⁸ Utilizamos o termo como traduzido na obra de Harvey (2014), mas preferimos a tradução “reprodução ampliada”, pois consideramos que o próprio processo de “expansão” do capital, se dá apenas no momento em que a produção “interna” se modificou ampliadamente.

Em outro livro, intitulado “Os Limites do Capital” (2013), Harvey apresenta mais detalhadamente o como compreende o papel do “capital fictício” no processo de desvalorização dos ativos. Argumenta, assim, que aquele serviria de meio para “remover as barreiras” gestadas dentro da própria circulação do capital que rende juros: quando, por exemplo, este é “comprometido com valores de uso específicos”, perdendo assim sua característica “flexibilidade” (HARVEY, 2013, p.353) – como é o caso quando empregado para a compra de um maquinário (capital fixo), responsável por imobilizar uma quantia de capital que apenas após todo seu consumo volta às mãos do proprietário, colocando em descompasso o tempo do capital a juros e o retorno prometido pelo maquinário, forçando soluções como a de refinar as dívidas –; ou das ações financeiras, “duplicatas do capital real”, que podem se descolar desse, “segundo suas próprias leis” (*idem*, p.355); ou dos títulos do governo, que “em si, não são capital, mas simplesmente reivindicações de débitos” (*idem* p.357).

O capital fictício possibilitaria, assim, tanto a duplicação de capitais imobilizados para a locação em novos setores, descolando-se da produção “real”, do “suporte material” (como nos exemplos do emprego do capital para a compra de capital fixo e da dinâmica das ações financeiras), como literalmente da produção de mais dinheiro a partir do próprio dinheiro (como é o caso dos títulos do Estado).

No caso do Pronaf, com base no apresentado da teoria de Harvey (2013 e 2014), a reprodução via capital fictício poderia ser identificada quando da possibilidade de criação de dinheiro pelo banco através dos “fatores de ponderação”, do pagamento do *spread* ao banco pelo Estado, ou mesmo do alto índice de inadimplência (camuflado pelas prorrogações, renegociações e securitização das dívidas¹⁶⁹).

Porém, nos perguntamos como o autor entenderia quando o agricultor está adimplente: seriam as parcelas pagas ao banco pelo agricultor fruto de um capital “real”, nos termos de Harvey (2013), mesmo se considerarmos que seus valores estão abaixo do mercado (dada a equalização da taxa de juro realizada pelo Estado); pagas graças (como vimos no relato de Arnaldo e Neuza) a uma exploração que não garante a reprodução do trabalho, mas que se faz com base na venda a preços cada vez mais baixos e/ou subsidiados pelo Estado e do acesso à cesta de alimentos fornecidos pelo governo? Em outras palavras (e colocando a

¹⁶⁹ Segundo Guanzioli (2007, p.320): “Os dados de atraso e inadimplência não são muito altos, em média, porque parte dessa dívida foi de fato renegociada obtendo-se, portanto, novos prazos de vencimento”.

particularidade a questionar a teoria): o que Harvey (2013 e 2014) entende por produção de “capital real”?

Por sua vez, a Profa. Dra. Leda Paulani (da FEA/USP), em artigo intitulado “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil” (2009a) – em que se apoia na tese defendida por François Chesnais quanto à dominância da valorização financeira no regime de acumulação ocorrida pós 1980, que se aproxima de Harvey quanto ao processo de financeirização¹⁷⁰ – discute a relação entre o capital financeiro e a produção de “riqueza real”, e o desdobramento daquele em capital fictício. Para a autora, baseando-se nas transformações ocorridas no capitalismo pós década de 1990, a produção estaria cada vez mais subjugada ao ritmo de valorização exigido pelo sistema financeiro, levando a um

“sem-número de mudanças aí ocorridas [na esfera produtiva] seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do processo de trabalho (trabalho flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização do *just in time*, constumeirização da produção, deslocalizações produtivas).” (2009a, p.28)

Quanto à maior presença do capital fictício (existente desde os primórdios da acumulação primitiva, como salienta em outro trabalho seu – “Autonomização das formas sociais e crise”, 2009b) este seria o resultado do crescimento “da riqueza financeira”, diferenciando-se do capital a juros, uma vez que este diz respeito a um dinheiro que é transformado em capital, que explora trabalho, enquanto aquele seria “tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal” (2009a, p.28). Assim, para a autora, a diferença central entre o capital “real” e o fictício, seria a passagem pela produção de riqueza, aproximando-se desta forma da explicação dada por Harvey (2013), Paulani (2009a, p.28, **grifos nossos**) defende:

“trata-se, em geral, de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de

¹⁷⁰ Segundo Paulani e Almeida Filho, em artigo de 2011, Chesnais se aproximaria da formulação de David Harvey quanto à centralidade dada por ambos ao capital financeiro no capitalismo contemporâneo, como podemos ler no trecho que segue: “É na centralidade conferida ao capital financeiro e ao processo de financeirização no capitalismo de hoje que encontramos o ponto de contato mais forte entre as análises de Chesnais e de Harvey. [...] embora para o primeiro [Chesnais] essa dinâmica tenha algo de inédito, enquanto que, para o segundo, a dinâmica financeirizada pode ser vista como um desdobramento histórico compatível com a natureza mesma do capitalismo, assentada na contradição entre duas lógicas, a do capital e a do espaço político (assentada na lógica territorial), além da tendência crônica do sistema a produzir crises de sobreacumulação” (2011, p.257).

tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a **valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia**

Desta forma, teria para a autora a possibilidade da realização de uma “valorização” que não conseguiria se tornar “verdadeira”, mas que se restringiria à “fictícia”, “descolando-se de qualquer pressuposto vinculado à acumulação produtiva” (2009a, p.29). Para Paulani, portanto, o capital fictício seria tanto aquele que ainda teria a possibilidade de estabelecer uma relação com a valorização produtiva (se “efetivado” o processo de “valorização produtiva”), como poderia se descolar por completo dessa, sendo inclusive passível de ser quantificado, como demonstra a partir da elaboração do gráfico intitulado “Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda real mundial (PNB mundial)” (*idem*, p.30), em que apresenta o distanciamento, a partir de 1990, dos “ativos” da “renda real”.

Paulani (2009a) segue então apresentando o contexto histórico mundial que teria gestado tal predominância dos ativos sobre o produtivo, concluindo que seria o descolamento responsável pela formação de crises, “gestação de bolhas de ativos” (p.33), de cada vez mais difícil reversão, dadas as já altas quantidades de dólares “derramados nas principais economias”. A autora, assim, entenderia não apenas que a produção real seria passível de ser quantificável (igualada ao PNB mundial), pressupondo como ainda hoje capaz de valorizar o valor, como também que as crises seriam frutos do “descolamento” entre o financeiro e o “real”, podendo assim, de certa forma, serem reguladas¹⁷¹. Isto é, caberia assim a reversão de um modelo econômico que prioriza os ganhos pelo sistema financeiro, para um de investimentos no setor produtivo.

Por fim, e com objetivo mais uma vez de com o trabalho de campo problematizar a teoria, voltamos ao Pronaf e perguntamos à autora: seria o programa desdobramento do processo de “dominância do financeiro”, disponibilizando *capital fictício* que, aplicado pelo agricultor conseguiria se substancializar, tornar-se “real”? Ou *valorização fictícia* que, diferentemente do como a autora defende, teria se alojado no processo de produção, porém

¹⁷¹ Como defende que o seja no artigo “Não há saída sem a reversão da financeirização” (2017), no qual critica a política brasileira adotada nos últimos trinta anos, que permitiu o “protagonismo da riqueza financeira e dos imperativos de sua valorização” (p.33), e apresenta algumas medidas que teriam como resultado “o resgate da soberania do país na condução de seus destinos”. Isto é, de maneira resumida, Paulani não apenas não critica o capitalismo e seu cerne, a exploração do trabalho, mas sim defende sua regulação e a soberania do Estado, apagando o processo violento gestado por esse (problematizado, porém, por Harvey, 2014, quando de sua formulação acerca da “acumulação por espoliação”).

não por isso, se substancializado (dados todos os condicionantes que já elencamos ao problematizar Harvey, 2013)?

Gostaríamos ainda de salientar que, apesar de sabermos do longo estudo da autora sobre a teoria marxista, a questionamos quanto à equivalência que realiza entre a “produção real” (entendendo-a como produção de valor) e o PNB, considerando, assim, o valor algo passível de ser quantificável, diferindo-se do como o entendemos: constituído na relação, não existindo em si nas coisas (MARX, 1983, vol. I, t.1). E, com esta ressalva, acreditamos que vem à tona o que entendemos que seja a maior aproximação entre a formulação de Harvey (2013 e 2014) e de Paulani (2009a e 2009b): o como entendem o processo de valorização do valor no capitalismo contemporâneo. Não por acaso, terminamos nossa apresentação do trabalho de Harvey (2013 e 2014) e de Paulani (2009a e 2009b) questionando o como compreenderiam, respectivamente, a “produção real” e a possibilidade de substancializar o capital fictício.

Chegamos assim à “segunda linha de pensamento marxista” a ser aqui discutida, representada por Robert Kurz (1995) e Roswitha Scholz (2016) e divergente, como pretendemos explorar, das formulações elaboradas por Harvey (2013 e 2014) e Paulani (2009a e 2009b). Começamos retomando dois importantes pontos, discutidos no início deste capítulo, que já nos indicam o distanciamento entre estes dois grupos de autores. Um primeiro, que diz respeito ao como cada um compreende a reprodução do capital: se para Harvey, o capitalismo se desenvolveria como uma “dialética interior-exterior”, pela qual as crises de sobreacumulação internas ao capital seriam resolvidas pela criação de um “exterior” a ser apropriado lucrativamente; para Scholz (2016), este se reproduziria a partir da contradição entre acumulação e crise, dada não de maneira externa (numa acumulação que resolveria momentaneamente as crises), mas intrínseca. Isto é, não seria a expansão via *acumulação por espoliação* a resolver questões de desvalorização, mas a própria acumulação, sendo um momento crítico (a qual chama de *contradição em processo* – termo de Marx apropriado por Kurz *apud* Scholz, 2016), que seria responsável por expulsar de si, a cada novo ciclo da reprodução, uma porcentagem maior de seu pressuposto, o trabalho.

E deste primeiro ponto, caminhamos para o segundo que gostaríamos de retomar: pois, se por um lado, para Harvey (2014) os ciclos de desvalorização/crise se resolveriam através da *acumulação por espoliação*, o que acreditamos, conseqüentemente, ter por pressuposto a crença de uma acumulação passível de ocorrer *ad perpetuam*; para Scholz (2016), por outro lado, após a década de 1970, não apenas o sistema financeiro teria tomado novas proporções

(como também salienta Paulani, 2009a, por exemplo, com base em Chesnais), como a reprodução do capital “sofreria” de um processo de *dessubstancialização*, e aqui, acreditamos, estaria o ponto central da divergência.

Aprofundaremos estes “dois pontos” com base no trabalho de Robert Kurz (“A ascensão do dinheiro aos céus”, 1995), que ao tratar do mesmo processo de financeirização que Paulani (2009a) e Harvey (2013 e 2014), se referindo inclusive aos mesmos momentos históricos, tem como ponto de chegada uma formulação outra em relação àqueles; e na apresentação que Scholz (2016) realiza sobre um dos trabalhos de Kurz (especificamente o livro “Dinheiro sem Valor”, traduzido em 2014, ainda em estudo por nós).

Em uma primeira leitura do trabalho de Scholz (2016), quanto ao que apresenta de Kurz (2014), poderia parecer que as formulações desse com as de Harvey (2014) se aproximariam, pois se este fala em “dialética interior-exterior”, aquele refere-se a uma “expansão interna e externa”, sendo a “externa” referente “à reprodução que (ainda) não [foi] abarcada pelo capital” (KURZ apud SCHOLZ, 2016) e a “interna” o processo pelo qual Marx “designou como transição histórica da subsunção ‘formal’ para a subsunção ‘real’ [...] uma poupança maciça de dispêndio de trabalho” (*idem*), ambas, nos parecem, poderiam ser consideradas processos constituintes do como Harvey (2014) denomina a “acumulação por espoliação”.

Mas as semelhanças cessam no momento em que para Kurz (apud SCHOLZ, 2016) a “expansão interna” chega ao seu limite na década de 1980, na qual “ocorreu um salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas, na sequência da revolução microeletrônica, com o qual o fim do movimento de expansão interna entrou no campo de visão”, e com ele “já não pode ser gerado mais nenhum ‘novo modelo de acumulação’”. Assim, se para Harvey (2014) a possibilidade de criar e recriar novas “ordenações espaço-temporais” continua até hoje no horizonte como possibilidade de valorização, para Kurz estas teriam seu limite na década de 1980. A própria opção tomada pelo capital de “expandir” para os países da periferia (em relação ao centro do capitalismo), não só não resolveria a crise posta nesses pelo fim da possibilidade de expansão do fordismo, como levaria, ao contrário, a periferia a contrair dívidas crescentes que culminariam na chamada “crise das dívidas” da década de 1980 (a qual, no Brasil, por exemplo, levou à moratória de 1986).

E aqui caminhamos para o trabalho propriamente do autor (KURZ, 1995), no qual parece se aproximar da formulação de Paulani (2009a) quanto à concepção de capital fictício:

“quando o dinheiro emprestado não é realmente empregue para o efetivo consumo empresarial de trabalho abstrato. Este emprego malogrado, se ocorre em grande escala, faz com que o capital que rende juros se destaque cada vez mais do processo real de valorização e se torna ‘capital fictício’(Marx). [...] O caso mais simples [...] [quando] os créditos concedidos tornam-se ‘não recuperáveis’ [...] [ou] quando o dinheiro emprestado à partida não se destina à real produção de mercadorias” (KURZ, 1995)

Porém, diferentemente de Paulani (2009a), Kurz (1995) discute o processo histórico que culmina na década de 1980, não de forma a aumentar quantitativamente o montante de capital fictício em relação ao real, mas a relacioná-lo a uma mudança qualitativa do próprio processo de valorização do valor, que, como já indicamos, não se resumiria ao fato de poder ou não se substancializar, mas sim a um momento histórico em que não é mais possível ser substancializado (em outros termos, valorização do valor): “o real capital empresarial, para poder continuar a produzir na situação atual, tem de hipotecar antecipadamente quantidades cada vez maiores de trabalho a utilizar no futuro (ou seja, futuros ganhos)” (KURZ, 1995).

Isto é, se nos referimos à “crise das dívidas” na “periferia” e a uma impossibilidade de acumulação pelo centro do capitalismo, isto se dá não por falta de gestão empresarial ou estatal, mas sim, por uma crescente dependência de crédito pelo capital produtivo, dado a exigência, para atingir os atuais níveis de produtividade, de um desenvolvimento das forças produtivas em níveis exponenciais, como também de infraestrutura por parte do Estado. Tal relação para Kurz (1995) não resultaria apenas no descolamento entre “ativos” por um lado e “PNB mundial” por outro, mas sim na problematização da própria substância desse “PNB”, em outras palavras: a relação entre “trabalho produtivo” e “improdutivo” se mostraria cada vez mais crítica (como apresentamos no item anterior).

Produtivo, retomamos, não teria relação em nada com a materialidade física da mercadoria¹⁷², mas sim quanto à “interação” entre “produção e o consumo do ‘valor’”, não de maneira individual, mas sobre o capital em conjunto. E por isso, a expansão “externa” não resolveria mais os mercados saturados do centro, dado que o valor da mercadoria não é um em si presente nesta (não é uma substância contável), mas sim um dispêndio que é capaz de se valorizar apenas se dentro dos níveis de produtividade postos globalmente.

Acreditamos, por fim, que diferenciar *capital a juros* de *capitalização fictícia* (PAULANI, 2009a) por sua passagem ou não no processo de produção, não apresenta em seu todo as diferenças qualitativas que a reprodução capitalista passou, principalmente após o

¹⁷² Como pelo contrário argumenta Harvey (2014, p.97), que relaciona capital fictício a ausência de “suporte material”.

boom fordista e a revolução microeletrônica. Assim, por um lado, se para Paulani (2009b) o fim do acordo de Bretton Wood (vigente entre 1944 e 1971), e a consequente passagem do lastro do dólar no ouro para o lastro do dólar em dólar (ocorrida no Governo Richard Nixon – EUA –, que nos termos da autora gerou “um sistema monetário internacional baseado em uma moeda puramente fiduciária”, 2009b, p.30), foi um marco da passagem para um capitalismo de “dominância da valorização financeira”. Por outro lado, para nós, com base em Kurz (1995), a questão se centra na impossibilidade, dado os níveis de produtividade postos a partir, principalmente, da década de 1970, de valorizar o valor, que teria como uma de suas consequências o fim de Bretton Woods.

O que temos em mente, por um lado, é a argumentação elaborada por Marx na Seção III (1984b, vol. III, t.1), intitulada “*Lei da Queda da Taxa de Lucro*”. Resumidamente, nesta Seção, Marx argumenta que dado o aumento da composição orgânica do capital, sempre crescente para ganhar na concorrência, ocorre uma diminuição relativa de capital variável, acompanhada, em um primeiro momento, de um aumento da produção de valor (que é o mesmo que dizer que dado o aumento da exploração, da taxa de mais-valia, mais valor é extraído). Porém, com o andar da carruagem e a crescente exclusão do trabalho vivo e produtivo do processo de produção em termos absolutos (KURZ, 1995), o que ocorre é que a cada vez é preciso produzir mais mercadorias, que terão relativamente cada vez menos valor (dado a diminuição do capital variável e o aumento da produtividade) e que assim o capitalista obterá uma menor taxa de lucro (apesar de poder obter um crescimento absoluto de seu lucro).

No desenvolvimento do capitalismo, encontramos tal movimento na passagem do fordismo (ocorrido nos EUA após a crise de 1929 até meados dos anos 1970), no qual o aumento da produtividade dado por um aumento absoluto do trabalho no processo produtivo (tributário de um Estado que paralelamente investia em infraestrutura e distribuía créditos para a produção) e, conseqüentemente, de um aumento de mercadorias no mercado acompanhada por sujeitos empregados e monetarizados para o consumo; para o que segue após este (principalmente a partir de década de 1970), com a necessidade crescente por cada vez maiores créditos a subsidiar a produção que, em si, já não conseguiam pagar os seus próprios pressupostos.

E, por outro lado, na constituição de *monopólios*, como movimento de contratendência em relação ao processo de queda da taxa de lucro, o que, porém, não quer dizer que com estes seja “resolvida” a relação entre acumulação e crise (como ainda podia ocorrer no

século XIX, período em que Lenin formulou sua tese sobre imperialismo e a formação dos monopólios), mas sim que com estes a contradição é aprofundada.

Porém, se em termos de capitalismo global nos aproximamos muito mais das formulações de Robert Kurz (1995) e Roswitha Scholz (2016), do que das de David Harvey (2013 e 2014) e Leda Paulani (2009a, 2009b e 2010), quando observamos o processo de reprodução especificamente dos quilombolas do Vale do Ribeira/SP, o que este nos diz sobre a teoria formulada por estes autores?

A questão é, portanto, para além de uma aproximação a uma ou outra teoria, de nos voltarmos mais uma vez a particularidade dos agricultores e aqui recorreremos à entrevista com o agente Paulo (do BB-Jacupiranga), que logo de início, após apresentarmos o objetivo de nossa pesquisa, foi categórico:

Cecília – O objetivo da minha pesquisa é ver o como os quilombolas se reproduzem.

Paulo – **Eles se reproduzem devendo para o banco.**

Assim, ao Paulani escrever, ao final do seu artigo (2009b, p.31), que a “crescente riqueza financeira, que há muito vem se deslocando de ativo para ativo financeiro buscando a valorização que não encontra no mundo da produção real”, a autora não responde o porquê não encontra mais no mundo da produção real a valorização de que necessita o ativo, ou muito menos, porque o ativo chega a tais níveis de “descolamento”. Denuncia assim desníveis entre estes dois “mundos” (da produção real e do mercado financeiro), porém não discute os níveis de produtividade cada vez mais intensos que aparecem na realidade dos “quilombolas”, como já destacamos tantas vezes, como um trabalho que não se remunera, dependendo o agricultor, para garantir a sua reprodução, somar tantos outros trabalhos, como também depender da presença do Estado (de pagador da aposentaria a fornecedor de cestas básicas).

Por outro lado, porém, ao Paulani (2009a) afirmar a “predominância do financeiro” no atual momento do capitalismo, e Harvey (2014) o papel do Estado no processo de “acumulação por espoliação”, ambos encontram certa reflexão no que viemos discutindo até aqui quanto à reprodução do sistema financeiro garantida pelo Estado.

Considerações Finais

Ao longo de toda a dissertação, tivemos a preocupação em problematizar o processo de expropriação, costumeiramente compreendido na academia apenas como separação entre os sujeitos e os “meios de produção” (concepção que compreendemos ser tributária de um marxismo “tradicional” – POSTONE, 1993), ampliando-a para um entendimento que põe a própria mobilização para o trabalho (GAUDEMAR, 1977) como resultante deste processo e, desta forma, consequentemente, desnaturalizar o entendimento do trabalho como ontológico.

Compreendemos, assim, que o trabalho (conjuntamente às categorias terra e capital) (MARX, 1985, vol. III, t.2), é historicamente formado através de violentos processos que se transformam e aprofundam a crise do capital, ao passo que almejam a crescente valorização do valor (HEIDEMANN, *et al*, 2014).

Para tanto, voltamos ao que entendemos ser o momento regional brasileiro (F. Oliveira, 2008), em que o trabalho era posto à Colônia Brasil, e tivemos na escolha da particularidade da formação do Vale do Ribeira/SP, através dos relatos dos moradores da comunidade de São Pedro, suas histórias de vida e de seus familiares, a possibilidade de levantarmos algumas hipóteses quanto ao seu processo de mobilização para o trabalho.

Passamos, assim, os dois primeiros capítulos a acompanhar o como o processo de *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al*, 2014) se deu no Vale do Ribeira/SP, contrapondo aos depoimentos obtidos em campo e retirados de outros trabalhos acadêmicos (principalmente MUNARI, 2009, CARVALHO, 2006 e os Relatórios Técnicos-Científicos realizados pelo ITESP sobre as comunidades) as compreensões que os teóricos que se debruçaram sobre este processo formulavam (como PETRONE, 1966, QUEIROZ, R., 2006 e PAIVA, 2002).

Caminhamos, por fim, para o terceiro capítulo, em que o recorte temporal se aproximou dos fins do século XX e início do XXI, momento no qual são delimitadas reservas ambientais que restringiam a possibilidade do uso do solo pelos agricultores; seguido, *aparentemente* na contra mão desse processo, pelo reconhecimento das comunidades como de “remanescentes quilombolas” e sua atual reprodução pelo acesso ao crédito Pronaf. Isto é: ao mesmo tempo em que se criminaliza a posse da terra em detrimento da política de “preservação ambiental”, é garantido o uso desta de forma restritiva, imputando aos sujeitos a identidade “quilombola”; e que hoje, após os caracterizarem como “agricultores familiares” como justificativa para o acesso ao crédito Pronaf, os classificam como “imorais” e “preguiçosos”.

Assim, observamos a passagem de um planejamento estatal que se fazia “regional” (como discutido no segundo capítulo) e a busca da “vocação” do Vale do Ribeira, para um planejamento que atua criando “territórios”, sob um discurso de autonomia, confinando às políticas ambientais os agora “quilombolas”. Ambas formas de atuação do processo de modernização contraditória do capital, vale destacar, caminharam e encontraram respaldo na produção acadêmica: seja no estudo regional de Pasquale Petrone (1966) e sua busca pela “vocação” da “região”, como pressuposto de desenvolvimento; seja nas produções realizadas no Departamento de Geografia da USP que hoje defendem a formação de *territorialidades* como uma possibilidade, posta positivamente, das comunidades “quilombolas” se reproduzirem (entendida como um caminho/processo para a *desmarginalização*, nas palavras, por exemplo, da autora Simone Rezende da Silva, 2008 – em trabalho intitulado “Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza”); ou ainda como de agricultor “familiar”, como articula Ricardo Abramovay (1999) e sua defesa por *mercados perfeitos*.

Todas estas posições teóricas abstraem a mediação social capitalista pela mercadoria e, desta forma, positivam seu fundamento: o trabalho e sua exploração. Não se percebem, por fim, como propagadores da exploração e sua subsequente dessubstancialização (KURZ, 1995 e SCHOLZ, 2016).

Não por acaso, escolhemos, ao longo de nossos três capítulos, discutir o processo de formação e, conseqüentemente, de crise do trabalho, o que nos possibilitou problematizar os projetos de planejamento e seus conseqüentes defensores, que se justificam como metodologia de caracterizar e assim melhor “intervir na realidade”.

Sugerimos, assim, que tais caracterizações (“vocações”, “identidades”), por não problematizarem a inserção dos sujeitos no mundo da mercadoria e, muito menos, a mediação do Estado e do capital na constituição, por último, destes *territórios* através das atuais políticas de planejamento, positivam contraditoriamente tanto o expulsar, como o fixar os agricultores “quilombolas” na terra; e, simultaneamente, defendem a mobilização ao trabalho, na promessa inquestionada por um acesso crescente a mercadorias.

Desta forma, se no planejamento estatal “regional”, a ação do Estado se apresentava na promessa de colônias a mobilizar “sem trabalhos” que se realizavam, décadas depois, como um processo que daria impulsos à formação do mercado de terras no Vale do Ribeira/SP e a constituição de grandes propriedades para a produção de banana e criação de gado; por sua vez, as atuais políticas “territoriais” (ao qual faz parte o “território remanescente quilombola”), ao seu modo, se apresentam como responsáveis por garantir a

reprodução de pequenos agricultores rurais (seja pelo acesso a aposentadorias, Bolsa Família ou a programas de crédito como o Pronaf e o PAA), através de uma “simulada autonomia”, garantida graças à criação de capitais fictícios (KURZ, 1995) como desdobramento necessário recente da contradição em processo capitalista relativa à sua forma de relação social baseada na mercadoria (SCHOLZ, 2015) e sua crise de reprodução atual. Tal “autonomia” se realiza, porém, como prática gestora da crise social do capital a *constringir e confinar territorialmente* as comunidades ribeirinhas, como trata Erick Kluck (2016, p.348), ao discutir o processo de *territorialização do capital* nos Brejos da Barra/BA:

“[territórios que] aparecerem como locus da possibilidade da reprodução do trabalho com aporte estatal – inclusive os oriundos de lutas e reivindicações de uma posição territorial, por meio da autodeterminação e do acesso ao território e políticas públicas a esses vinculados. Posto assim, tal processo, seja por meio da luta ou como gestão política estatal, forja como caráter importante uma autonomia territorial, na qual, as categorias sociais de mediação autonomizadas – a terra, o trabalho e o capital – parecem se fundir em torno do território e da identidade, tornando o conjunto simuladamente autônomo. Simulada, porque essa autonomia no capital, é sempre relativa, derivando uma qualidade particular do capital, obscurecendo a determinação histórica e violenta de imposição das categorias de mediação sociais, crivadas hoje, cada vez mais de um aporte estatal tendo no capital fictício seu fundamento.”

Este processo de “confinamento” se realiza, na reprodução dos agricultores do Vale do Ribeira/SP como disputa constante entre a defesa da formação de “territórios” (sobre o pressuposto de que se identifiquem como “comunidade tradicional”) e as promessas de que serão “modernizados” pelo acesso ao crédito (que os tirará “da pobreza” – nas palavras do técnico Marcelo da CATI).

O que observamos, deste modo, foi um processo de endividamento insoldável por parte dos agricultores (como nos mostram os índices de inadimplência mascarados pelos processos de prorrogação, renegociação e securitização); um sistema financeiro dependente do Estado para se reproduzir; e de um Estado a se utilizar de *capital fictício* (KURZ, 1995) para subsidiar a reprodução da sociedade. Configura-se, por fim, um violento processo de expropriação/mobilização ao trabalho (GAUDEMAR, 1977), que aparece como promessa de autonomia e de consumo de mercadorias, mas que se desdobra na constituição do “mal gestor”, como o são os agricultores “quilombolas” “familiares” denominados pelos técnicos agrícolas. Importa retomarmos aqui as sintomáticas palavras do ex-agente Paulo do BB de Jacupiranga quando interrogado por nós acerca de quais eram as possibilidades de reprodução do quilombola hoje: “eles se reproduzem devendo para o banco”.

Assim, se iniciamos este trabalho problematizando a defesa pela busca da “vocaço” por Petrone (1966), encontrada hoje personificada pelos tcnicos agrcolas estatais e sua

defesa pelo cultivo do pupunha, aqui explicitamos uma diferença crucial quanto a estes dois momentos, pois, não por acaso, a mobilização ao trabalho gestada pelo casamento entre Estado e capital se transformou – de uma defesa de que no Vale do Ribeira/SP haviam terras a serem ocupadas; para uma política hoje que diz respeito a uma justificativa de acesso à terra se aceita pelos sujeitos as suas devidas “identidades” (lembremos também aqui o relato de Giacomini, 2010, que, durante o processo de elaboração dos RTC, era chamada de “quilombola” pelos próprios moradores que seriam, futuramente, caracterizados como tal).

Isto é, se nos dois primeiros capítulos, discutíamos o processo de naturalização do trabalho pelos sujeitos (garantida, por exemplo, pelo professor que chega à comunidade de Ivaporunduva – R. Queiroz, 2006), no terceiro, buscamos apresentar as transformações que este processo tomou: uma promessa de que “se terá trabalho”. Um momento da reprodução do capital, assim, que possibilita o acesso ao crédito, simultaneamente em que confina em “territórios” em que a terra, como meio de produção, se apresenta cada vez mais restrita, desgastada (PEDROSO JR., 2008) e dependente do consumo de insumos agrícolas.

O *confinamento* (KLUCK, 2016), por fim, se apresenta como possibilidade de *gestão populacional* (VAINER, 1984) em tempos de *ficcionalização* e *dessubstancialização* da reprodução social (KURZ, 1995 e SCHOLZ, 2016). Resultado de um processo em que a promessa de valorização do valor é cada vez mais fictícia (dadas os atuais níveis de desenvolvimento das forças produtivas) cabendo ao Estado a gestão do trabalho dos hoje *supérfluos* (SCHOLZ, 2016).

E, desta forma, se consideramos, por um lado, que o trabalho é formado historicamente e posto aos sujeitos por meios violentos (HEIDEMAN *et al*, 2014); por outro, temos por sugestão final, após o percurso realizado na presente dissertação (com base em SCHOLZ, 2016 e KURZ, 1995), a crise do trabalho, que se realiza por vias não menos selvagens do que os processos civilizatórios que o concebeu, e que aparece aos sujeito como desemprego estrutural e condições de trabalho cada vez mais *flexíveis* (nos termos de Scholz, 2014 e não de Harvey, 2011).

Enfim, na crise do trabalho, a aparente autonomia entre as categorias terra, trabalho e capital (MARX, 1985, vol. III, t.2) se transforma: não só capital, terra e trabalho “comportam-se umas em relação às outras mais ou menos como taxas de cartório, beterrabas e música” (*idem*, p.269), apagando, portanto, o fundamento no trabalho; como sua autonomização nas personificações de capitalista, proprietário da terra e trabalhador parecem se “fundir”. É o “pluriativo” defendido por Graziano da Silva (1997) a regra, não porque vá bem ao capitalismo, mas porque, dada a crise de valorização, se põe necessária a “fusão” em um só

sujeito as diferentes *personificações*. Tal “fusão”, porém, não diz respeito a um trabalhador/proprietário/capitalista pouco qualificado, mas sim, especializado e intensamente auto explorado.

Não se trata, desta forma, de um “fundir” das categorias como volta ao momento regional (nos termos de F. Oliveira, 2008), no qual o processo de autonomização ainda caminhava e do qual são formadas as categorias sociais capitalista. Diferentemente do momento regional, em que a dominação se fazia pessoal, hoje a impessoalidade da mercadoria é totalizante e a dupla “liberdade” da mobilidade está imposta a todos. Nos termos de Gaudemar (1966), uma dupla e indissociável liberdade de poder se vender a quem lhe interessar o seu trabalho e, simultaneamente, não ter “diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” (p. 189-190, **grifo nosso**).

Uma aparente “fusão” hoje, portanto, que se faz dada a crise de valorização do valor, e aparente, pois não diz respeito a um momento de “fim” das categorias pela “fusão”, mas sim de uma nova qualidade que diz respeito ao como hoje se reproduz criticamente o capital. Tornam-se, por fim, todos gestores de seus próprios trabalhos, elaboradores de projetos que prometem, considerando cada vez menos a remuneração do trabalho, que irão se *mobilizar*. Assim, se ao longo do terceiro capítulo, nossa crítica recaiu sobre o planejamento personificado pelos técnicos, seus projetos e promessas, aqui gostaríamos de ressaltar que, como pesquisadores, não estamos à parte deste processo, fundimos também em uma *persona*, técnicos (elaboradores de projetos) e agricultores/trabalhadores (realizadores da promessa): nós mesmos elaboramos o projeto, executamos e esperamos, ao obter o título de mestre, conseguir um trabalho que garanta nossa reprodução.

Defendemos, com isso, que é exatamente este processo em que se criam especialistas (em políticas públicas, comunidades “tradicionais” etc.), que também se “fundem”, em apenas uma *persona*, as *personificações* do capital: somos *gestores de nossas próprias promessas*.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo, “A densa vida financeira das famílias pobres”. Em: ABRAMOVAY, Ricardo (org), **Laços financeiros na luta contra a pobreza**, São Paulo, Annablume, Fapesp, ADS-CUT, Sebrae, 2004 pp.21-67.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da, **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, FIPE/IPEA, 1999, (Texto para Discussão n. 641).
- AGLIETTA, Michel, ÓRLEAN, André, **A violência da moeda**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.
- ANDRADA, Daniela, **Pobreza Rural e Conservação da Mata Atlântica no Processo de transformação do Sistema de Produção Agrícola Caboclo: História Agrária do Município de Aguapé, Vale do Ribéria-SP**. São Paulo, FFLCH/USP, 2003 (Dissertação de Mestrado).
- ASSIS, Machado, **O Espelho e outros contos machadianos**. São Paulo. Scipione. 2016.
- ATIVOS, **Publicação Ativos gestão: Balanço do Exercício/2015**, 2015. Disponível em: https://www.ativossa.com.br/ativos_institucionalhmg/opencms/AtivosGestao/DEMONSTRACOES-FINANCEIRAS.html. Acessado em: 14 de janeiro de 2018
- BAINCHINI, Valter, **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília, SAF/MDA, 2015.
- BANCEN, **Resolução n.3405**, de 22 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res_3405_v1_o.pdf. Acessado em: 20 de dezembro de 2015.
- _____, **Resolução 2682**, de 21 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf. Acessado em: 17 de dezembro de 2018
- _____, **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2008: encargos financeiros**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?relrural2008>. Acessado em: 5 de julho de 2013.
- _____, **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2009: encargos financeiros**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?relrural2009>. Acessado em: 5 de julho de 2013.
- _____, **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2011: encargos financeiros**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?relrural2011>, 2011. Acessado em: 8 de dezembro de 2016.
- _____, **Manual do Crédito Rural**, 2016. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acessado em: 3 de agosto de 2016.
- BANCO DO BRASIL, **Relatório Anual**, 2010. Disponível em: <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/download/PDFs/BB-Nossos-Negocios.pdf>. Acessado em: 14 de janeiro de 2018.
- BARCELLINI, Mariana L. F., **Narrativas de capoeira por capoeiristas: na moenda viva da territorialização do Estado brasileiro**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2017 (Dissertação de Mestrado).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga, **Os antecedentes da tormenta**. Campinas, Editora UNESP, 2009.
- BERNINI, Carina Inserra, **A Produção da ‘Natureza Conservada’ na Sociedade Moderna: uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2015 (Tese de Doutorado).

BIANCHINI, Valter, **Vinte anos de Pronaf (1995-2016): avanço e desafios**. Brasília, MDA, 2015.

BITTENCOURT, Gilson Alceu, **Abrindo a Caixa Preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas, Unicamp, 2003 (Dissertação de Mestrado).

BITTENCOURT, Gilson Alceu, MAGALHÃES, Reginaldo, ABRAMOVAY, Ricardo, “Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro”. São Paulo, **Pesquisa e Debates**, vol. 16, n. 2(28), 2005, pp.203-248, 2005.

BRAGA, Roberto, Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. Rio Claro, **Geografia**, Vol. 24, n. 3, pp.43-68, dez. 1999.

BRANDAO, Carlos Rodrigues; TSIKIOKA, Crismere Gadelha; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. “O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente”. Campinas, **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p.155-180, dez. 1999.

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Agrário, **Plano Safra 2007/2008 da Agricultura Familiar: desenvolvimento e inclusão social colhidos juntos**. Brasília, MDA, 2007.

BRASIL, Presidência da República, **Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios**. Brasília, MP, 2008a.

_____, **Mais Alimentos: Um plano da agricultura familiar para o Brasil – Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009**. Brasília, MDA, 2008b.

_____, **Plano Safra da Agricultura Familiar: 2010/2011**. Brasília, MDA, 2010.

_____, **Cartilha de Acesso ao Pronaf: Saiba como obter crédito para agricultura familiar: 2011/2012**. Brasília, MDA, 2011.

_____, **Crédito Rural Plano Safra 2011/2012**, Brasília. MDA, 2011.

_____, **Crédito Rural Plano Safra 2012/2013**, Brasília. MDA, 2012.

_____, **Portaria 19**, de 24 de Setembro de 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/gest%C3%A3o-e-monitoramento-do-microcr%C3%A9dito-rural>. Acessado em: 2 de fevereiro de 2016.

BOECHAT, Cássio Arruda, **Região do Colonato: Mobilização do Trabalho e autonomização do Capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

_____, **O colono que virou suco: Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2013 (Tese de Doutorado).

BRUNO, Regina, “Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n.1, 2016, pp.142-160.

BUAINAIN, Antônio M., GONZÁLEZ, Maria G. (orgs.), **Alternativas de financiamento agropecuário: experiências no Brasil e na América Latina**. Brasília, IICA, Unicamp, 2007.

CARRIL, Lurdes F. B., **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. São Paulo, DH/FFLCH/USP, 1995 (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, Maria Celina Pereira de, **Bairros Negros do Vale do Ribeira: do “escravo” ao “quilombo”**. Campinas, Unicamp, 2006 (Tese de Doutorado).

CARVALHO, Murilo, **Estórias de Trabalhador**. São Paulo, Brasiliense, 1976.

CASTRO, Nunes de, RESENDE, Guilherme M, PIRES, Murilo J. de S., “Avaliação dos Impactos Regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf)”. Rio de Janeiro, **IPEA**, jun. de 2014.

CHALHOUB, Sidney, **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Paulo Davidoff, “As origens da dívida”. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, vol.1, no.2, São Paulo, set. 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000200009&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 25/12/2013.

DE CONTI, Bruno M., ROITMAN, Fábio B., “Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa.”. **Rev. do BNDES**, vol. 35, jun, 2011, pp. 131-168.

DELGADO, Guilherme, A questão agrária no Brasil: 1950 a 2003. Em: JACCOUD, Luciana (org), **Questão social e políticas social no Brasil contemporâneo**. Brasília, IPEA, 2005, pp. 51-90.

_____, “Especialização primária como limite ao desenvolvimento”. **Desenvolvimento em Debates**, vol.1, n.2, 2010, pp.111-125

_____, **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2012.

DUARTE, Mara, **Conflitos fundiários e meio ambiente**: estudo de caso do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga - Vale do Ribeira/SP. São Paulo, DG/FFLCH, USP, 2012 (Dissertação de Mestrado).

EMBRAPA, Cultivo de Pupunheira para Palmito nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil. **Circular Técnico 143**, Colombo/PR, Novembro, 2007.

ESTADO DE SÃO PAULO, **Decreto-Lei**: dispõe sobre a criação do Parque Estadual de Jacupiranga e dá outras providências, 1969. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-145-08.08.1969.html>. Acessado em 17 de dezembro de 2017.

_____, Decreto n.40.135 – Cria o Parque Estadual Intervales, 1995. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1995/decreto-40135-08.06.1995.html>. Acessado em 17 de dezembro de 2017.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves, “Um estudo quantitativo dos subsídios implícitos nas operações de crédito do Pronaf”. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 44, n.2, 2014.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de, **“O ‘mio ambiente prejudicou a gente...” Políticas Públicas e Representações Sociais de Preservação e Desenvolvimento**: Desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga-SP). Campinas, FE/UNICAMP, 2000 (Dissertação de Mestrado).

FOLHA DE SÃO PAULO, **Entidades criticam participação de ministro da agricultura na COP**. Caderno Cotidiano, de 18 de Novembro de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1778980-governo-alckmin-quer-conceder-25-parques-a-iniciativa-privada.shtml>. Acessado em 15 de julho de 2017.

GAUDEMAR, Jean-Paul de, **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa, Estampa, 1977.

GIACOMINI, Rose Lene, **Conflito Identidade e Territorialização**: Estado e Comunidade Remanescentes Quilobolas do Vale do Ribeira de Iguape-SP. DG/FFLCH/USP, 2010 (Tese de Doutorado).

GIAVAROTTI, Daniel Manzione, **Eles não usam macacão: crise no trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2018 (Tese de Doutorado).

GRAZIANO DA SILVA, José, **O progresso técnico e relações de trabalho na agricultora**. São Paulo, Hucitec, 1981.

_____, “O Novo Rural Brasileiro”. Em: **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997, pp.43-81.

GRESPLAN, Jorge, “Capital e crise: os desafios da teoria”. Em: **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, Boitempo Editorial, vol. 4, 2004, pp.175-185.

_____, “A dialética do avesso”. Em: **Crítica Marxista**. São Paulo, Boitempo, n.14, 2002, pp.26-47.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Brasília, **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol. 52, n. 2, p. 323-346, Junho, 2014.

HARVEY, David, **O enigma do capital: e as crise do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____, **Os limites do capital**. São Paulo. Boitempo, 2013

_____, **O novo imperialismo**. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

HEIDEMANN, Dieter, Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. Em: **Migrações: discriminações e alternativas**. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HEIDEMANN, Heinz Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda, O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. Em: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, ago. 2014, pp.55 a 67. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

IANOVALI, Daniela, **A agricultura quilombola no Vale do Ribeira – SP: comparação entre as agricultura itinerante e permanente**. Piracicaba, ESALQ/USP, 2015 (Dissertação de Mestrado).

IANNI, Octavio, **Agricultura e Ditadura**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.

IBASE, **Relatório PRONAF: Resultado da etapa Paraná**. Rio de Janeiro, IBASE, 2006. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf. Acessado em 14 de março de 2018.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP), **Comunidade de Remanescente Quilombo de Ivaporunduva/Eldorado**, Relatório Técnico Científico (RTC), 1998a.

_____, **Comunidade Remanescente de Quilombo São Pedro /Eldorado**, Relatório Técnico Científico (RTC), 1998b.

_____, **Comunidade Remanescente de Quilombo Pedro Cubas/Eldorado**, Relatório Técnico Científico (RTC), 1998c.

_____, **Comunidade Remanescente de Quilombo do Galvão/Eldorado**, Relatório Técnico Científico (RTC), 2000a.

_____, **Comunidade Remanescente de Quilombo de André Lopes/Eldorado**. Relatório Técnico Científico (RTC), 2000b.

_____, **Comunidade Remanescente de Quilombo do Nhunguara/Iporanga**, Relatório Técnico Científico (RTC), 2000c.

_____, **Comunidade Remanescente de Quilombo de Cangume/Itaóca**. Relatório Técnico Científico (RTC), 2003.

_____, **Negros do Ribeira**: reconhecimento étnico e conquista do território. São Paulo, ITESP, Páginas & Letras, 2000d.

_____, **Terra e cidadãos**: aspectos da ação de regularização fundiário no Estado de São Paulo. São Paulo, ITESP, Páginas & Letras, 2000e.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. ISA, 2008.

IPEA, **Caracterização do público potencial do Pronaf “B” na região Nordeste e no Estado de Minas Gerais**: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. Brasília, IPEA, Relatório de Pesquisa, 2013.

JAPPE, Anselm, **As Aventuras da Mercadoria**. Lisboa, Antígona, 2006.

KAISER, Bernard, “O geógrafo e a pesquisa de campo”, Em: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, AGB, n. 84, jul. 2006, pp. 93-104.

KANT, Immanuel, **Crítica da Razão Pura**. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

KLUCK, Erick Gabriel Jones, **Quando o planejamento vai para o brejo**: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico. São Paulo, FFLCH/USP, 2016 (Tese de Doutorado).

KURZ, Robert, **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____, **A Ascensão do Dinheiro aos Céus**: os limites da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global. 1995. Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acessado em 22 de junho de 2012.

_____, **A Substância do Capital**: O trabalho abstrato como metafísica social e o limite interno absoluto da valorização, 2004. Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acessado em: 14 de janeiro de 2013.

_____, **Dinheiro sem Valor**: linhas gerias para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa, Antígona, 2014.

LACOSTE, Yves, “A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos”. Em: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, n. 84, jul. 2006, pp. 77-92.

_____, **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra, Campinas, Papirus, 1989.

LEITE, Ana Carolina G., “Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro”. Em: **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.4, n.1, 2014, pp.60-81.

_____, **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2015 (Tese de Doutorado).

LENIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo, Centauro, 2005.

LOPES, Patrick F., FRANCO, João M. C., CASTRO JR., Luiz G. de, SANTOS, Antônio C. dos, CAPPELLE, Mônica C. A., “O Pronaf e as racionalidade da agricultura familiar”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n.1, 2016, pp.70-84.

MARX, Karl, “Para a crítica da economia política”, in: MARX, Karl, **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, 1ª ed., Abril Cultural, 1974, (série Os Economistas), pp.107-264.

MARX, Karl, **O Capital**: Crítica da Economia Política, vol. I, t.1. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____, **O Capital**: Crítica da Economia Política, vol. I, t.2. São Paulo, Abril Cultural, 1984a.

_____, **O Capital**: Crítica da Economia Política, vol. III, t.1. São Paulo, Abril Cultural, 1984b.

_____, **O Capital**: Crítica da Economia Política, vol. III, t.2. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

_____, **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2011.

MATTEI, Lauro, **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília, MDA, NEAD, 2005

_____, “Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010”. Em: **Anais do 49º Congresso da SOBER**, Belo Horizonte, 2011.

MDA, **Pronaf**: condições de crédito rural, Plano Safra 2013/2014, 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014-2.pdf . Acessado em: 16 de fevereiro de 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de, “Sem terra, ‘assentados’, ‘agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. Em: **Una nueva ruralidad en América Latina?**, Buenos Aires, CLACSO, 2001.

MONBEIG, Pierre, **Pioneiros e Fazendeiro de São Paulo**,.São Paulo, Hucitec, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert, **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo, Annablume, 2007.

MUNARI, Lucia Chamlian, **Memória Social e Ecologia Histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. São Paulo, DE/IB/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

MUSEU DA PESSOA, **Relato de Antônio Avelino de Melo Cunha**. Publicada em 2011, Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/antonio-avelino-de-melo-cunha-44758/colecao/94829>. Acessado em 22/05/2018.

NOVAIS, Fernando, **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo, Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo U., “A Geografia Agrária e as Transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. Em: CARLOS, Ana Fani A. (org.), **Novos Caminhos da Geografia**, São Paulo, Contexto, 1999, pp.63-107.

_____, “Agricultura Brasileira – Transformações Recentes”. Em: ROSS, Jurandyr L. S. (org.), **Geografia do Brasil**, 5ed., São Paulo, Edusp, 2005, pp.465-534.

_____, **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed., São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____, “O campo brasileiro no final dos anos 1980”. Em: STEDILE, João Pedro (org.), **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**, São Paulo, Expressão Popular, 2013, pp.55-80.

OLIVEIRA, Francisco de, **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste, São Paulo, Boitempo, 2008.

PAES, Gabriela Segarra Martins, **A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas**. São Paulo, DH/FFLCH/USP, 2007 (Tese de Doutorado).

PAIVA, Odair da Cruz, **Colonização e (des)povoamento: intervenção governamental e reordenação fundiária no Litoral Sul e no vale do Ribeira de Iguape nos anos 1930/40**. São Paulo, Edições Pulsar, 2002.

PAULANI, Leda, ALMEIDA FILHO, Niemeyer, “Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo”. Em: **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 20, n.2 (42), 2011, pp.243-272.

PAULANI, Leda, “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. Em: **Estudos Avançados**, vol. 23, n.66, 2009a, pp. 25-39.

_____, “Autonomização das formas sociais e crise”. Em: **Crítica Marxista**, n.29, 2009b, pp. 25-31.

_____, “O Brasil na crise da acumulação financeira”. Em: **IV Encuentro Internacional Economía Política y Derechos Humanos**, 2010. Disponível em: <http://www.madres.org/documentos/doc20100924143515.pdf> . Acessado em: 2 de dezembro de 2016.

_____, “Não há saída sem a reversão da financeirização”. Em: **Estudos Avançados**, vol. 31, n. 89, 2017, pp. 29-35.

PEDROSO JR, Nelson Novaes, **No caminho dos antigos: agricultura de corte-e-queima e intensificação agrícola em populações quilombolas do Vale do Ribeira, SP**. São Paulo, Departamento de Ecologia, Inst. de Biociências, USP, 2008 (Tese de Doutorado).

PETRONE, Pasquale, Notas sobre sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SP. Em: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 39, julho-outubro, São Paulo, 1961.

_____, Baixada do Ribeira: estudos de geografia humana. Em: **Boletim da FFLCH-USP**, n. 283, São Paulo, 1966.

_____, “Entrevista com o Prof. Pasquale Petrone”. Em: **Revista GEOSUL**, n.8, 1993, pp. 103-137.

_____, “A história da pesquisa do Departamento de Geografia – FFLCH – USP”. Em: **AGB**, Borrador, n.2, 1994.

PIRES, Murilo José de Souza, **Contradições em Processo: um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010**. Brasília, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada, 2013.

PITTA, Fábio Teixeira, **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2011, (Dissertação de Mestrado).

PITTA, Fábio, MENDONÇA, Maria Luisa, XAVIER, Carlos V., **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial**. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012. Disponível

em: <https://www.social.org.br/index.php/pub/revistas-portugues/145-a-agroindustria-canavieira-e-a-crise-economica-mundial13.html> . Acesso em 17 de maio de 2018.

PITTA, Fábio Teixeira, **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2016 (Tese de Doutorado).

PRADO JR., Caio, **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo, Brasiliense, 1961.

POSTONE, Moishe, **Time, labor and social domination: a reinterpretation on Marx critical theory**. Cambridge University Press, 1993 (capítulos 1 a 4).

_____, **Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism**, 2003. Disponível em: http://home.comcast.net/~platypus1848/postone_lukacsdialecticalcritique2003.pdf. Acessado em: 27 de outubro de 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, **Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas**. São Paulo, DAEE/USP, 1969.

_____, **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1973.

QUEIROZ, Renato da Silva, **Caipiras Negros no Vale do Ribeira: Um Estudo de Antropologia Econômica**. São Paulo, EDUSP, 2006.

RIBEIRO, Clara L., **Gênero e mobilidade do trabalho: bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2016 (Qualificação de Mestrado).

SCHOLZ, Roswitha, “A nova crítica social e o problema das diferenças”. Em: **Revista EXIT!**, n.1, 2004, Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acessado em 2 de janeiro de 2018.

_____, “Homo Sacer e Os Ciganos”. Em: **Revista EXIT!**, n.3, 2007. Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acessado em 2 de janeiro de 2018.

_____, “Cristovão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do ‘Colapso da Modernização’”. Em: **Revista EXIT!**, n.13, 2016. Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acessado em 2 de janeiro de 2018.

_____, “Don’t treat every ‘thing’ alike! Algumas notas provisórias sobre os papéis de J. Ulrich, C-P. Ortlieb e Blaha/Wallner”. Em: **Revista EXIT!**, 2005. Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acessado em 2 de janeiro de 2018.

_____, “Crítica da dissociação-valor e teoria crítica”. Em: **Revista EXIT!**, n.14, 2017. Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acessado em 2 de janeiro de 2018.

SEABRA, Manoel, GOLDENSTEIN, Lea. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Em: **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo. 1980.

SILVA, Aldenôr Gomes da, **Construindo uma metodologia para avaliação do crédito rural**. Em: SILVA, Aldenôr Gomes da (org.), **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas**, Porto Alegre, Sulina, UFRN, 2008, pp.17-32.

SILVA, Anieres B. da, VIEIRA, Denes D., **Política pública de dinâmica social no campo: uma leitura a partir do Pronaf B**. Em: SILVA, Aldenôr Gomes da (org.), **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas**, Porto Alegre, Sulina, UFRN, 2008, pp. 143-163.

SILVA, Simone Rezende da. **Negros na mata atlântica, território quilombolas e a conservação da natureza**. Em: São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2008, (Tese de Doutorado).

SINGER, Paul, “Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo”. Em: _____, **Economia política da urbanização**, São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975, p.30-60.

SUDELPA, Decreto-Lei Suplementar n.º 4, Publicada em 1969. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-4-01.09.1969.html>, Acessado em: 27 de fevereiro de 2015.

TOLEDO, Carlos de Almeida, “Das velhas às novas barreiras no processo crítico de modernização e mobilização do trabalho”. Em: SEYFERTH, Giralda (orgs.), **Mundo em movimento**: ensaios sobre migrações, Santa Maria, Ed. UFSM, 2007.

_____, **A região das lavras baianas**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2008 (Tese de Doutorado).

TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. Mobilização do trabalho e o estudo da região. Em: **Boletim Campineiro de Geografia**, vol.2, n.3, 2012.

VAINER, Carlos, **Trabalho, Espaço e Estado**: questionando a questão migratória. Rio de Janeiro, relatório de pesquisa resultante do convênio PUR/Fund. José Bonifácio/FINEP/CNDU-Minter, 1984.

VALENTIN, Agnaldo, **Uma civilização do arroz**: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). São Paulo, HE/FFLCH/USP, 2006 (Tese de Doutorado).

VECINA, Cecília Cruz, MORAIS, Caroline, IDALGO, Gabriel, SUZUKI, Julio Cesar, Quilombo de Peropava (Registro-SP): identidade e religião. In: **V Encontro de Grupos de Pesquisa**: Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais, Santa Maria-RS, UFSM, nov. 2009.

VECINA, Cecília Cruz, **O PRONAF A/C como meio para o entendimento da crise do capital e do crédito no atual momento do capitalismo**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2014 (Trabalho de Graduação Individual).

WANDERLEY, Maria de N. B., “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade”. Em: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol.21, 2003, pp.42-61.

Sites consultados

<http://www.al.sp.gov.br>

www.mda.gov.br

www.conab.cgov.br

www.bcb.gov.br

www.al.sp.gov.br

www.obeco.planetaclix.pt

<http://www.museudapessoa.net>

Anexos

ANEXO A – Projeto Técnico elaborado pelo ITESP para crédito de R\$ 2.498,00
01 de novembro de 2013

Imóvel explorado pelo produtor

Nome	Quilombo São Pedro					
Localização	Bairro São Pedro – Rodov. SP 165 – Estrada Eldorado à Iporanga – Eldorado/SP.					
Matrícula no CRI	-					
Roteiro de acesso	Rodovia SP 165 Eldorado-Iporanga, após 46 Km da cidade de Eldorado, atravessar balsa e seguir estrada de terra à esquerda aproximadamente 10 Km.					
Área total (há)	Total: 2.234,34 – Autorizada: 4,84 Área explorada (ha): 0,25 ha					
Rebanho existente	Classe	Raça	Grau de Mestiçagem	Idade	Qtde.	Valor – R\$
OBS: não possui						
Máquinas e equipamentos	Modelo	Marca	Ano fab.	Nº série	Valor – R\$	
OBS.: Possui equipamentos de utilização manual						
Instalações e benfeitorias	01 moradia					

Atividades desenvolvidas: cultivo de subsistência (roças tradicionais): arroz, feijão, milho, mandioca,... e criações de subsistência (aves, porcos...). Cultivo de Banana e hortaliças.

Proposta

Finalidade	Investimento em implantação em palmito pupunha
Valor do investimento/projeto	R\$ 2.498,00
Valor do financiamento	R\$ 2.498,00
Linha de crédito	Pronaf B
Prazo de execução (total)	24 meses
Prazo de reembolso	12 meses
Prazo de carência	12 meses
Recursos próprios disponíveis (especificar origem)	Terra para a implantação, Mão-de-obra familiar e receitas da venda da produção.
Garantias oferecidas (especificar)	A Própria Produção

• **ORÇAMENTO:**

Discriminação	Qtde.	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)	Época de liberação
Implantação do cultivo de Palmito Pupunha – orçamento anexo.	1.250 pés	R\$ 2,00 / pé	2.498,00	Conforme projeto técnico
Total			2.498,00	

RECEITAS E PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO - Agrícola

ANO	Atividade	Produto	Área Plantada – Há	Produção Total - KG.	VALOR – R\$
2009					
2010					
2011					
Obs: somente cultivos para subsistência e serviços para terceiros					
Frustração nas 05 últimas safras			() Sim	(x) Não	

RECEITAS E PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO - Pecuária

ANO	Atividade	Produto	Quantidade	Valor unit.	VALOR – R\$
Obs: somente criações para subsistência					
Frustração nas 05 últimas safras			() Sim	() Não	

Capacidade de pagamento anual (apurada pela Assistência Técnica)

1 – Receitas	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
1.1 – Agrícolas – Pupunha	-	1.800,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
1.2 – Outras rendas	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
1.3 – Pecuárias	-	-	-	-	-
1.3 - Outras Atividades/Receitas	-	-	-	-	-
Total das receitas	3.600,00	5.400,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00
2 – Despesas					
2.1 - Custeio agrícola outras	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
2.2 - Custeio pupunha	*	*	732,96	769,61	769,61
2.3 - Despesas com arrendamento	-	-	-	-	-
2.4 - Manutenção familiar	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
2.5 - Manutenção máq. e equipamentos	-	-	-	-	-
2.6 - Outras despesas/responsabilidades	-	-	-	-	-
2.7 – Investimento proposto	-	1.875,00	-	-	-
Total das despesas	2.400,00	4.275,00	2.132,96	2.169,61	2.169,61
Superávit/Déficit	1.200,00	1125,00	5.067,04	5.030,39	5.030,39

OBS: Vide anexo

Campo 1.1 e 1.2: receitas de todas atividades exploradas com ou sem financiamento;

Campo 1.3: receitas de outras atividades do proponente, aplicações financeiras, poupança, salários, etc.;

Campo 2.1 e 2.2: despesas de todas as atividades enquadradas nos campos 1.1 e 1.2;

Campo 2.6: outras fontes de financiamentos, impostos, contador, etc.

Campo 2.7: parcela do financiamento, amortização e juros incidentes no investimento proposto;

* despesas de investimento e custeio financiadas por este projeto

Cronograma de Reembolso do Crédito:

1 (uma) parcela após 1 ano de carência, para pagamento no final do segundo ano, ou seja, em novembro de 2.015.

Obs: O beneficiário poderá quitar antecipadamente parte da dívida, conforme a produção e comercialização.

Época prevista para colheita/obtenção de receitas e sistema de comercialização

Época prevista para a colheita é de aproximadamente 2 anos após o plantio, ou seja, novembro de 2.015.

A receita será obtida através da comercialização da produção para agroindústrias situadas na região.

Declaração

Declaro, sob as penas da lei, que sou, beneficiário de crédito de INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO ao amparo de recursos controlados do PRONAF via Banco do Brasil, no valor de R\$ 2.498,00 (dois mil quatrocentos e noventa e oito reais), junto à instituição financeira abaixo:

Instituição	Produtos	Data Contratação	Safra	Valor	Saldo Devedor
Banco do Brasil Ag. Jacupiranga	Pupunha	novembro/2. 013	2012/2013	R\$ 2.498,00	R\$ 2.498,00

Eldorado, 1 de novembro de 2013.

PARECER DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (astec):

- **Diagnóstico da situação atual:** A beneficiária é integrante de uma Comunidade de Quilombo (São Pedro) que é reconhecida oficialmente e possui o título de suas terras cedidos pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme garante a legislação, e é assistido pela Fundação Itesp. A família sobrevive das lavouras (roças tradicionais), criações de subsistência em uma área coletiva (em nome da Associação) e eventuais serviços realizados a terceiros, necessitando de recurso para investir em sua propriedade, melhorando os sistemas de cultivo e a capacidade produtiva (Cultivo do Palmito Pupunha), aumentando com isso a renda da família, a geração de serviços e produtos.
- **Tecnologia que será implementada:** A tecnologia é basicamente familiar, característico da pequena agricultura, com forte utilização da mão-de-obra familiar, pouca utilização de maquinários e insumos químicos.
- **Disponibilidade de máquinas/colheitadeiras para aluguel:** Não será necessário.
- **Justificativas para a implantação do investimento:** Considerando que a cultura do Palmito Pupunha tem se adaptado às condições edafoclimáticas da região, apresentando excelentes produtividades; considerando a disponibilidade de áreas do beneficiário, para implantação deste projeto e a mão-de-obra familiar para os trabalhos; considerando o interesse do beneficiário para a atividade em questão (cultivo do Palmito Pupunha); considerando a necessidade de investimento por essa família na diversificação da produção, em atividades geradoras de rendas, visando melhorar seu padrão e qualidade de vida, evitando com isso o êxodo de familiares para as cidades em busca de empregos (ver melhoria da renda anual com a implantação do projeto, conforme descrito no quadro acima); Considerando a parceria entre o Banco do Brasil, Fundação Itesp e Prefeitura de Eldorado (Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS), onde a Fundação Itesp é responsável pela assistência técnica a este beneficiário, Esse projeto se implantado e conduzido de acordo com as recomendações da assistência técnica, poderá atingir seu objetivo.
- **Índices de incremento de produtividade com a consolidação do Empreendimento:** Se implantado e conduzido de acordo com a assistência técnica, esse projeto (implantação do cultivo de Palmito Pupunha) poderá apresentar índices de produtividade satisfatórios para gerar renda, visando quitar o financiamento, remunerar a família e melhorar a qualidade de vida e estrutura produtiva.
- **Outras informações relevantes:** Foi orientado ao beneficiário que não utilize áreas demarcadas para os cultivos de subsistência (roças tradicionais), pois são autorizadas exclusivamente para esta finalidade (roças), não utilize áreas pertencentes a parques ou reservas e nem realize desmatamentos em áreas não autorizadas para implantação deste projeto, respeitando áreas de preservação permanente e reserva legal. Foi orientado também tomar o máximo de cuidado na utilização e armazenamento de insumos químicos, haja vista que esses insumos quase não são utilizados por esses agricultores, evitando contaminação da família, outros moradores, animais e meio ambiente.
- **Parecer sucinto e objetivo, sobre a oportunidade do crédito e a viabilidade técnica e econômica do empreendimento:** Produtor que necessita do crédito como oportunidade para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda em sua propriedade, sendo técnica e economicamente viável se conduzido de acordo com as recomendações técnicas.

ANEXO B – Projeto Técnico elaborado pelo ITESP para crédito de R\$ 6.000
06 de julho de 2007

Imóvel explorado pelo produtor

Nome	Quilombo São Pedro					
Localização	Bairro São Pedro - Estrada Eldorado à Iporanga - Eldorado/S.P.					
Matrícula no CRI	-					
Roteiro de acesso	Rodovia SP 165 Eldorado-Iporanga – Bairro São Pedro – travessia de balsa a 45 km de Eldorado. Após atravessar a balsa, seguir a esquerda, estrada de terra com aproximadamente 8 km.					
Área total (ha)	4.688,26		Área explorada (ha): 5,0			
Rebanho existente	Classe	Raça	Grau de Mestiçagem	Idade	Qtde.	Valor – R\$
Máquinas e equipamentos	OBS: não possui					
	Modelo	Marca	Ano fab.	Nº série	Valor – R\$	
OBS.: Possui equipamentos de utilização manual						
Instalações e benfeitorias	01 moradia					

Atividades desenvolvidas: cultivo de subsistência (roças tradicionais): arroz, feijão, milho, mandioca,... e criações de subsistência (aves, porcos...). Maracujá 300 pés.

Proposta

Finalidade	Investimento
Valor do investimento/projeto	R\$ 6.000,00
Valor do financiamento	R\$ 6.000,00
Linha de crédito	Pronaf C
Prazo de execução	72 meses
Prazo de reembolso	60 meses
Prazo de carência	12 meses
Recursos próprios disponíveis (especificar origem)	Terra para a implantação, Mão-de-obra familiar e receitas da venda da produção.
Garantias oferecidas (especificar)	Aval solidário – grupo com Davi Aparecido de França e Gildo França Motta

• **ORÇAMENTO:**

Discriminação	Qtde.	Valor unit. – R\$	Valor total – R\$	Época liberação
Implantação do cultivo de Palmito Pupunha – orçamento anexo	2.666 pés	R\$ 1,50 / pé	3.999,00	Conforme laudo técnico
Ampliação do cultivo de maracujá – orçamento anexo	360 pés	R\$ 5,50 / pé	1.999,90	Conforme laudo técnico
Total			5.998,90	

• **RECEITAS E PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO - Agrícola**

ANO	Atividade	Produto	Área Plantada – Há	Produção Total - KG.	VALOR – R\$
2005					
2006	Cultivo maracujá	maracujá	0,4	4.000	1.846,00
2007	Cultivo maracujá	maracujá	0,4	10.000	4.615,00
Obs: somente cultivos para subsistência					
Frustração nas 05 últimas safras			() Sim	(x) Não	

• **RECEITAS E PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO - Pecuária**

ANO	Atividade	Produto	Quantidade	Valor unit.	VALOR – R\$
Obs: somente criações para subsistência					
Frustração nas 05 últimas safras			() Sim	() Não	

• **Capacidade de pagamento anual (apurada pela Assistência Técnica)**

1 – Receitas	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
1.1 – Agrícolas – Pupunha	-	-	2.698,92	5.397,84	5.397,84
1.2 – Agrícolas - maracujá	6.945,00	6.945,00	6.945,00	6.945,00	6.945,00
1.3 – Pecuárias	-	-	-	-	-
1.3 - Outras Atividades/Receitas	-	-	-	-	-
Total das receitas	6.945,00	6.945,00	9.643,92	12.342,84	12.342,84
2 – Despesas					
2.1 - Custeio agrícola total	2.430,00	3.125,25	4.339,76	5.554,27	5.554,27
2.2 - Custeio pecuário total	-	-	-	-	-
2.3 - Despesas com arrendamento	-	-	-	-	-
2.4 - Manutenção familiar	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
2.5 - Manutenção máq. e equipamentos	-	-	-	-	-
2.6 - Outras despesas/responsabilidades	-	-	-	-	-
2.7 – Investimento proposto	-	618,00	1.236,00	1.236,00	1.236,00
Total das despesas	4.230,00	5.543,25	7.375,76	8.590,27	8.590,27
Superávit/Déficit	2.715,00	1.401,75	2.268,16	3.752,57	3.752,57

OBS: Vide anexo

Campo 1.1 e 1.2: receitas de todas atividades exploradas com ou sem financiamento;
 Campo 1.3: receitas de outras atividades do proponente, aplicações financeiras, poupança, salários, etc.;
 Campo 2.1 e 2.2: despesas de todas as atividades enquadradas nos campos 1.1 e 1.2;
 Campo 2.6: outras fontes de financiamentos, impostos, contador, etc.
 Campo 2.7: parcela do financiamento, amortização e juros incidentes no investimento proposto;

Obs: anos VI, VII e VIII – idem tabela ano V

Cronograma de Reembolso do Crédito:

10 (dez) parcelas semestrais após 1 ano de carência, sendo a primeira com vencimento em agosto de 2.008, se o recurso for liberado em agosto/07.

Obs: O beneficiário poderá quitar antecipadamente parte da dívida, conforme a produção e comercialização.

Época prevista para colheita/obtenção de receitas e sistema de comercialização

MARACUJÁ: Época prevista para o início da colheita é de aproximadamente 8 meses após o plantio, ou seja, abril de 2.008.

Pupunha: Época prevista para a colheita é de aproximadamente 2 anos e meio após o plantio, ou seja, fevereiro de 2.010.

A receita será obtida através da comercialização da produção para agroindústria situadas na região, ou através do Programa Linha Verde da Prefeitura Municipal de Eldorado, que estará instalando uma agroindústria, no galpão situado no distrito industrial, para beneficiar a produção, conforme informações do Prefeito Municipal de Eldorado, Elói Fouquet, repassadas aos agricultores.

Declaração

Declaro, sob as penas da lei, que sou, beneficiário de crédito de INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO ao amparo de recursos controlados do PRONAF via Banco do Brasil, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), junto à instituição financeira abaixo:

Instituição	Produtos	Data Contratação	Safra	Valor	Saldo Devedor
Banco do Brasil Ag. Jacupiranga	Pupunha/maracujá	agosto/2. 007	07/08	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00

Eldorado, 06 de julho de 2.007.

recurso: PRONAF - C

Área financiada: 0,45 ha

Espaçamento: 2,5 x 5,0 m

Densidade (pés em 0,34ha): 360

Região: Vale do Ribeira

Variedade: Azedo

Produtividade média esperada: 1º ano = 5 a 10 ton./ha/ano - 2º ano = 10 a 20 ton/ha/ano

Valor Financiado: R\$ 1.500,00

Propriedade: Associação Remanescente de Quilombo do PORTO VELHO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	RS/UNID.	VALOR TOTAL
1- SERVIÇOS				
Limpeza do terreno	Homem/dia	6,5	15,00	97,50
Coveamento para muda	Homem/dia	5	15,00	75,00
Adubação de covas	Homem/dia	1,5	15,00	22,50
Espaldeira	Homem/dia	05	15,00	75,00
Plantio	Homem/dia	2,5	15,00	37,50
Tutoramento (01 fio)	Homem/dia	01	15,00	15,00
Análise solo e correio	-	01	25,00	25,00
Sub-total				347,50
2- INSUMOS				
Mudas + 5% replantio	Unid.	378	0,50	189,00
Calcário	Kg	190	0,06	11,40
Sulfato de amônia	Kg	100	0,50	50,00
Superfosfato simples	Kg	400	0,45	180,00
Cloreto de Potássio	Kg	70	0,80	56,00
Adubo prod.10-10-10	Kg	7	24,00	168,00
Esterco de curral Curt.	Kg	1.200	0,22	264,00
Fungicida (cuprocarb)	Kg	2,0	20,00	40,00
Fungic.(agrimaicin 500)	Kg	1,0	80,00	80,00
Inseticida (decis)	Lt	2,0	56,00	112,00
Inseticida (Lebaycid)	Lt	1,0	72,00	72,00
Espalhante (Iharaguen)	Lt	1,0	8,00	8,00
Arame liso	Rolo (1.000 m)	1,5	182,40	273,60
Mourões (apoio)	Unid.	60	2,00	120,00
Cordão	rolo	02	6,15	12,30
Grampo	Kg	01	6,10	6,10
Tesoura de poda	Unid.	01	10,00	10,00
Sub-total				1.652,40
Total				1.999,90

Renda Bruta esperada (1º e 2º ano) = 10.200 Kg x 0,65 Kg = R\$ 6.630,00 / Despesas = R\$ 2.000,00

Renda líquida esperada = R\$ 4.630,00

Obs: Os recursos poderão ser remanejados, de acordo com os insumos que o beneficiário já possua em sua propriedade, em outros itens ou serviços necessários para implantação deste projeto. A renda do segundo ano será maior devido algumas despesas de investimento que não ocorrerão.

Eldorado, 06/08/2.007 - Safra 07/08

Responsável Técnico – Sidney Santana e Silva - sidney@itesp.sp.gov.br

Grupo Técnico de Campo - Av.: Marechal Castelo Branco, nº 150 – Centro – Eldorado/SP
Fone: (0XX13)38711875 – deseldorado@institutedeterras.sp.gov.br

PUPUNHA – Custo de implantação e manutenção 0,53 ha

RECURSOS: 1.000,00 €

Área financiada: 0,53 ha

Espaçamento: 2x1 m

Densidade: 2.666 pés

Região: Eldorado - Vale do Ribeira

Produtividade média esperada: 3.000 kg/há/ano

Valor Financiador: R\$ 3.999,00

Propriedade: Quilombo São Pedro – Eldorado/S.P.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	RS/UNID.	VALOR TOTAL
1- SERVIÇOS				
Limpeza do terreno	HD	4	15,00	60,00
Abert. e preparo covas	HD	8	15,00	120,00
Plantio	HD	5	15,00	75,00
Subtotal				255,00
2- INSUMOS				
Mudas	unidade	2.700	1,00	2.700,00
Calçário	Kg	1500	0,06	90,00
Supersimples	Kg	250	0,45	112,50
Sulf. De amônia	Kg	250	0,50	125,00
Matéria Orgânica	tonelada	2,5	50,00	125,00
Adubo (20-5-20)	Sc	10	38,00	380,00
Herbicida	Galão 5lt	1,0	65,00	65,00
Pulverizador costal	Unid.	1	180,00	146,50
Subtotal				3.744,00
Total				3.999,00

OBS: HD: homem-dia

Renda Bruta esperada (R\$) = 1.620 kg de palmito, sendo 972 kg picado e 648 kg em tolete
 $972 \text{ kg} \times \text{R\$ } 2,00 = 1.944,00 + 648 \text{ kg} \times \text{R\$ } 5,33 = \text{R\$ } 3.453,84$

Renda Bruta esperada Total = R\$ 5.397,84

Despesas = R\$ 1.889,24

Renda líquida esperada = R\$ 3.508,60

Obs: A receita poderá variar com os preços pagos ao produtor. Os recursos poderão ser remanejados, de acordo com os insumos que o beneficiário já possui em sua propriedade.

Fundação Itesp – Grupo Técnico de Campo de Eldorado – safra 07/08 - 06/08/2.007

Sidney Santana e Silva - Responsável Técnico

ANEXO C – Projeto Técnico elaborado pela CATI para crédito de R\$ 19.800
18 de outubro de 2011

• **Proponente**

Nome			
BAIRRO			
Telefone		Cpf	C.C.:

• **Imóvel explorado pelo produtor**

Nome						
Localização	BANANAL PEQUENO					
Matrícula no CRI						
Roteiro de acesso	ESTRADA ELDORADO SENTIDO BULHA - VETEC					
Área total (ha)			Área explorada (ha):			
	Classe	Raça	Grau de Mestiçagem	Idade	Qtde.	Valor – R\$
Rebanho existente						
não possui						
	OBS.:					
	Modelo	Marca	Ano fab.	Nº série	Valor – R\$	
Máquinas e equipamentos						
não possui						
Instalações e benfeitorias	01CASA DE ALVENARIA					
Arrendamento	Proprietário:					
não possui	Área:					
	Finalidade:					
	Prazo:					
	Custo:					

• **Atividades desenvolvidas:**

• **Proposta**

Finalidade	Plantio de Pupunha
Valor do investimento/projeto	19800,00
Valor do financiamento	19800,00
Linha de crédito	PRONAF
Prazo de execução	84 Meses
Prazo de reembolso	48 Meses
Prazo de carência	36 meses
Recursos próprios disponíveis (especificar origem)	MAÃO DE OBRA FAMILIAR, VENDA DE BANANA R\$ 3600,00 E OUTRAS RENDAS R\$ 19500,00
Garantias oferecidas (especificar)	AVAL SOLIDARIO

ORÇAMENTO:

Discriminação	discrim.	Qtde.	Valor unit. – R\$	Valor total – R\$	Época liberação
Equipamento de Proteção(EPI)	um	1	60,00	60,00	imediata
Pulverizador Costal Jacto	20l	1	228,00	228,00	imediata
Adubo superfosfato simples	saco	21	36,75	771,75	imediata
Adubo Sulfato de Amônio	saco	8	29,41	235,58	imediata
Adubo formula 20-05-20	saco	42	58,32	2449,44	imediata
Mudas de pupunha	unidade	10000	1,10	11000,00	Imediata
Herbicida o	galão 20 l	1	399,41	399,41	Imediata
Fungicida 0,500	Kg	2	22,00	44,00	imediata
Fungicida 1 kg	Kg	1	45,00	45,50	imediata
Inseticida 0.500	kg	2	23,00	46,00	imediata
espalhante	1 litro	1	9,50	9,50	imediata
mão de obra do plantio			1200,00	1200,000	imediata
mão de obra tratos culturais			3310,82	3310,82	Reserva
TOTAL				19800,00	

RECEITAS E PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO

ANO	Atividade	Produto	Área Plantada - Ha	Produção Total - KG.	VALOR – R\$
2009	FRUTICULTURA	BANANA	2		3600,00
2010	FRUTICULTURA	BANANA	2		3600,00
Frustração nas 05 últimas safras			() Sim	(x) Não	

• Capacidade de pagamento anual (apurada pela Assistência Técnica)

1 – Receitas	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Ano VI e Ano VII
1.1 – PUPUNHA	0	4995,00	12210,00	13220,00	13220,00	13220,00
1.2 - BANANA	3600	3600	3600	3600	3600	3600
1.3 – OUTRAS RENDAS	19500	19500	19500	1950	1950	1950
Total das receitas	23100	28095	35310	36420	36420	36420
2 – Despesas						
2.1 – CUSTEIO PUPUNHA 1	0	3898,69	4251,3	3035,85	3035,85	3035,85
2.2- BANANA	2160	2160	2160	2160	2160	2160
2.3 - Manutenção familiar	10200	10200	10200	10200	10200	10200
2.4 - Manutenção máq. e equipamentos	0	0	0	0	0	0
2.5 - Outras despesas/responsabilidades	356	356	356	4634	4634	4634
2.6 - Investimento proposto R\$19800,00	0	0	0	0	0	0
Total das despesas	12718	16616,69	16969,3	20031,93	20031,93	20007,02
Superávit/Déficit	10382	11478,31	18340,7	16388,07	16388,07	16412,98

Campo 1.1 e 1.2: receitas de todas atividades exploradas com ou sem financiamento;
 Campo 1.3: receitas de outras atividades do proponente, aplicações financeiras, poupança, salários, etc.;
 Campo 2.1 e 2.2: despesas de todas as atividades enquadradas nos campos 1.1 e 1.2;
 Campo 2.6: outras fontes de financiamentos, impostos, contador, etc.
 Campo 2.7: parcela do financiamento, amortização e juros incidentes no investimento proposto;

- Cronograma de Reembolso do Crédito:

Carência: 36 meses

Amortizações: 8 parcelas semestrais após período de carência.

- Época prevista para colheita/obtenção de receitas e sistema de comercialização

Venda de pupunha a partir do segundo ano.

- Declaração

Declaro(amos), sob as penas da lei, que não sou(somos), beneficiário(s) de crédito(s) de CUSTEIO AGROPECUÁRIO e/ou INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO ao amparo de recursos controlados, inclusive PRONAF via BNDES e/ou via Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte, no valor de R\$ _____ (_____),

junto a(s) instituição(ões) financeira(s) abaixo:

Instituição	Produto	Data Contratação	Safra	Valor	Saldo Devedor
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____

ELDORADO, 18 DE OUTUBRO de 2011

Produtor

PARECER DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (astec):

Diagnóstico da situação atual

O produtor possui terras aptas à implantação desta cultura e tem experiência em agricultura que o torna capaz de tal.

Tecnologia que será implementada

A exploração da cultura da Pupunha não exige nenhum equipamento especial. O plantio é Manual em covas. O controle do mato é feito com herbicidas e capina manual. As adubações são manuais. O controle de possíveis pragas é feito com aplicação de defensivos agrícolas por meio de pulverização com pulverizador costal manual. A colheita é manual.

Disponibilidade de máquinas/colheitadeiras para aluguel

Não se aplica. Colheita Manual.

Justificativas para a implantação do investimento

O produtor necessita de uma diversificação de culturas para ter mais estabilidade econômica.

Índices de incremento de produtividade com a consolidação do empreendimento

O produtor terá um aumento de renda da ordem de 20%.

Parecer sucinto e objetivo, sobre a oportunidade do crédito e a viabilidade técnica e econômica do empreendimento.

Este projeto tem total viabilidade uma vez que a cultura da pupunha já se mostrou um ótimo investimento na região. O acesso ao crédito possibilitará ao produtor que diversifique as culturas exploradas e assim tenha maior segurança em sua atividade.

ELDORADO,
DE 2010

18

de

OUTUBRO

Técnico

ANEXO D – Contrato Financeiro elaborado pelo Banco do Brasil
28 de novembro de 2008

NOTA DE CREDITO RURAL

Nr.40/00611-5

Vencimento em 15 de junho de 2015
R\$17.800,00

A 15 de junho de 2015 pagarei(mos) por esta NOTA DE CREDITO RURAL, nos termos da cláusula Forma de Pagamento, abaixo, ao BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua agência JACUPIRANGA-SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nr. 00.000.000/1569-57, ou à sua ordem, a quantia de R\$17.800,00 (dezesete mil e oitocentos reais), em moeda corrente.

ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO DO CRÉDITO - O crédito deferido destina-se à(ao):

- FORMACAO DE LAVOURA DE PUPUNHA (PALMITO) PLANTIO TRADICIONAL INDETERMINADO, um inteiro e oitenta e cinco centésimos HA, no valor de R\$17.800,00

A ser(em) realizada(s) no IMOVEL RURAL, localizado em ELDORADO-SP.

TOTAL R\$17.800,00.

FORMA DE UTILIZAÇÃO - O crédito será utilizado na forma abaixo indicada ou, a critério do BANCO DO BRASIL S.A., em outras épocas: imediatamente, R\$17.800,00, transferida(s) esta(s) parcela(s) ou parte(s) desta(s) parcelas(s), quando liberada(s), para crédito de minha(nossa) conta de depósitos, mediante aviso.

ENCARGOS FINANCEIROS - Os valores lançados na conta vinculada ao presente financiamento, bem como, o saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva de 2 (dois) pontos percentuais ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (ano de 365 ou 366 dias). Referidos juros serão calculados e debitados no primeiro dia de cada mês, nas remições, proporcionalmente aos valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida e serão exigidos juntamente com as amortizações ou remições de capital, proporcionalmente aos seus valores nominais de principal, no vencimento e na liquidação da dívida.

INADIMPLEMENTO - Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, serão exigidos, a partir do inadimplimento e sobre o valor inadimplido, os encargos financeiros abaixo, em substituição aos encargos de normalidade pactuados:

a) comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução 1.129, de 15.05.86, do Conselho Monetário Nacional, art. 8 da Lei 9.138, de 29.11.95, e Resolução 2.886, de 30.08.2001, do Conselho Monetário Nacional;

b) juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano;

c) multa de 2% (dois por cento), calculada e exigível nas datas dos pagamentos, sobre os valores em atraso a serem parcialmente pagos e, na liquidação do saldo devedor, sobre o montante inadimplido.

SUBSTITUIÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS - Em caso de desclassificação e exclusão do financiamento do crédito rural, os encargos financeiros descritos na cláusula "ENCARGOS FINANCEIROS" serão recalculados desde a data da irregularidade, apontada pelo BACEN (Banco Central do Brasil), até a data do vencimento antecipado ocorrido por força da desclassificação da operação conforme os encargos financeiros abaixo, em substituição aos encargos de normalidade pactuados: I) o recálculo dos encargos financeiros será efetuado com base na Taxa Média Ajustada dos Financiamentos Diários no Sistema Especial de Liquidação e

- continua na pagina 2 -

Continuacao da NOTA DE CREDITO RURAL nr. 40/00611-5, emitida nesta data por MAURICI DE FRANCA, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$17.800,00, com vencimento final em 15/06/2015.

Custódia - Taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ou outra que venha a substituí-la; II) sobre o valor assim apurado incidirá, ainda, a sobretaxa de 2,5% (dois e meio por cento) efetivos ao mês; III) os encargos financeiros ora referidos serão calculados pelo critério de dias úteis e exigidos nos pagamentos parciais e na liquidação da obrigação.

IOF - Obrigo-me(amo-nos) a pagar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), de acordo com a legislação em vigor, bem como outros tributos que venham a ser instituídos e tornados exigíveis, em razão da presente operação, e, desde já, autorizo(amos) o BANCO DO BRASIL S.A. a efetuar o débito em minha(nossa) conta de depósitos, dizendo-me(nos) cliente(s) de que o valor correspondente ser-me(nos)-a informado mediante aviso de débito e/ou aviso no extrato de conta corrente.

FORMA DE PAGAMENTO - LAVOURA DE PUPUNHA: Obrigo-me(amo-nos) a pagar ao BANCO DO BRASIL S.A. 8(oito) parcela(s), vencível(is) em 15/12/2011, em 15/06/2012, em 15/12/2012, em 15/06/2013, em 15/12/2013, em 15/06/2014, em 15/12/2014, em 15/06/2015, de valor(es) correspondente(s) ao resultado da divisão do saldo devedor, verificado na(s) respectivas data(s), pelo número de parcelas a pagar.

Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância que não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e condições deste Instrumento, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora, imputando-se ao pagamento do débito o valor recebido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.

A quitação da dívida resultante deste Instrumento dar-se-á após a liquidação do saldo devedor da(s) parcela(s) referida(s) na(s) cláusula(s) "FORMA DE PAGAMENTO" antes descrita(s).

VENCIMENTO EXTRAORDINÁRIO/ANTECIPADO - NA FALTA DE PAGAMENTO OU DESCUMPRIMENTO DE QUALQUER OBRIGAÇÕES POR MIM(NÓS) ASSUMIDA(S) OU QUE VENHA(AMOS) ASSUMIR COM O BANCO DO BRASIL S.A., POR ESTE OU OUTRO INSTRUMENTO, OU OCORRENDO, CONFORME O CASO, O FALECIMENTO, O REQUERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI NR. 11.101, DE 09.02.2005, OU A LIQUIDAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DOS(S) DEVEDOR(ES), OU AINDA NA OCORRÊNCIA DE QUALQUER HIPÓTESES LEGAIS DE VENCIMENTO ANTECIPADO DE DÍVIDAS, PODERÁ O BANCO, INDEPENDENTE DE NOTIFICAÇÃO, CONSIDERAR VENCIDO ANTECIPADAMENTE, DE PLENO DIREITO, ESTE E OS DEMAIS INSTRUMENTOS DE CRÉDITO DO(S) DEVEDOR(ES) E EXIGIR O TOTAL DA DÍVIDA DELES RESULTANTES.

DECLARAÇÃO ESPECIAL - DESCLASSIFICAÇÃO - DECLARO-ME(AMO-NOS) CIENTE(S) DE QUE O DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS DO CRÉDITO RURAL, DECORRENTES DE LEI OU DE NORMATIVOS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL OU DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PODERÁ, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS IMPLICAÇÕES LEGAIS OU CONVENCIONAIS, ACARRETAR CUMULATIVAMENTE:

A) MINHA(NOSSA) INTERPELAÇÃO FORMAL ACERCA DAS IRREGULARIDADES VERIFICADAS;

B) A DESCLASSIFICAÇÃO E A EXCLUSÃO DO FINANCIAMENTO DO CRÉDITO RURAL;

C) A INCIDÊNCIA DE IOF COM BASE EM ALÍQUOTA DE OPERAÇÃO NÃO RURAL, CUJA COBRANÇA, DESDE JÁ AUTORIZO(AMOS) A DÉBITO DA CONTA VINCULADA A OPERAÇÃO.

T

- continua na página -

Continuacao da NOTA DE CREDITO RURAL nr. 40/00611-5, emitida nesta data por MAURICI DE FRANCA, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$17.800,00, com vencimento final em 15/06/2015.

DECLARAÇÃO ESPECIAL - LIBERAÇÃO DE RECURSOS - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que o desembolso dos recursos de que trata a presente NOTA DE CREDITO RURAL, por parte do BANCO DO BRASIL S.A., está na dependência de sua efetiva liberação pelo órgão alocador, estando, pois, o mesmo Banco, isento de qualquer responsabilidade pelo descumprimento dos respectivos cronogramas.

OUTRAS OBRIGAÇÕES - MEIO AMBIENTE - Obrigo-me(amo-nos), ainda, a cumprir o disposto na Legislação Federal, Estadual e Municipal referente a preservação do meio ambiente, obedecendo a critérios técnicos e legais de preservação de matas ciliares, encostas e topos de morros, de conservação do solo e da água de utilização de manejo de pragas, de proteção de mananciais, de proteção da fauna e da flora e de outras considerações de conservação ambiental.

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL - BACEN - Sem prejuízo da fiscalização realizada pelo Banco do Brasil S.A., autorizo(amos) o Banco Central do Brasil, através de seus prepostos, livre acesso ao empreendimento, com a finalidade de fiscalizar, quando necessário, a correta aplicação dos recursos, o desenvolvimento das atividades financeiras.

PREVIDÊNCIA SOCIAL - Declaro(amo-nos), sob as penas da lei, que não sou(somos) responsável(eis) direto(s) pelo recolhimento de contribuições sobre minha(nossa) produção para a Previdência Social, eis que não comercializo(amos) meus(nossos) próprios produtos no varejo a consumidor pessoa física ou a adquirente domiciliado no exterior e, ainda, a outro produtor rural pessoa física ou segurado especial e que não possuo(imos) trabalhadores a meu(nosso) serviço.

CESSÃO DE CRÉDITOS - Fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a, a qualquer tempo, ceder, transferir, dar em penhor o crédito oriundo deste instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

OUTRAS OBRIGAÇÕES - Obrigo-me(amo-nos) a somente promover modificações no projeto ou no quadro de Usos e Fontes do projeto após anuência do Banco do Brasil S.A.

DECLARAÇÃO ESPECIAL - PRONAF - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que o crédito me(nos) é destinado ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

PRAÇA DE PAGAMENTO - O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) na praça de emissão deste Título.

CENTRAL DE ATENDIMENTO BB - OUVIDORIA - Para eventuais informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito desta NOTA DE CREDITO RURAL, o Banco do Brasil S.A., coloca à minha(nossa) disposição o telefone de sua Ouvidoria, qual seja 0800-729-5678.

JACUPIRANGA-SP, 28 de novembro de 2008.